FAZER MAIS
COM MENOS

SANTA CATARINA EM 2018
BALANÇO GERAL

VOLUME 1

Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG)

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

FAZER MAIS
COM MENOS

SANTA CATARINA EM 2018
BALANÇO GERAL

VOLUME 1

Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG)

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL (DCOG)
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA (GEINC)

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO VOLUME 1 DO BALANÇO

Maria Luiza Seemann – Diretora da DCOG
Gilceu Ferreira – Gerente da GEINC
Geraldo Catunda Neto – GEINC
Isis Paz Portinho – GEINC
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira – GEINC
Kely Cristina da Silva Truppel – GEINC
Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Júnior – GEINC
Rosangela Della Vechia – GEINC
Vagner Alonso Pacheco – GEINC
Alice Luciane Rhoden – COINF
Flavio George Rocha - GENOC
Jefferson Fernando Grande – GENOC
Michelle Nunes – ASCOM
Sarah Berkenbrock Goulart – ASCOM
Tatiana Borges – Assessoria

COLABORAÇÃO

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

ASSESSORIA
Tatiana Borges

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA (GECOC)
Jorge Luiz Alves (Gerente)
Andréa Terezinha Vitali
Cíntia Fronza Rodrigues
Raquel Costa Pereira

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA (GECOF)
Vera Lúcia Hawerroth Santana (Gerente)
Ana Maria da Silva
Solange Maria Lourenço Cardoso de Oliveira

GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL (GENOC)
Flávio George Rocha (Gerente)
Emanuella Seemann Hunttemann
Jefferson Fernando Grande
Roberto Fialho
Sandro Robson Pontes

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL (COINF)
Alice Luciane Rhoden
Heber Lima da Costa
Mário Wendhausen Gentil

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL (GESIF)
Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)
Daniela de Souza Pereira Savi
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Elizabete Salazar da Silva
Graziela Luiza Meincheim
Ivan Grave
Michele da Silva Espindola

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE SANTA CATARINA (COSIC)
Gilmar de Oliveira Amorim
Marcelo Fernandes Pedrosa
Paulo Rodrigo Capre

COORDENADORIA DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (CSIOP)
Márcio Studart Nogueira
Rafael Almeida Pinheiro da Costa

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Adalberto Cervino Ventura
Alexandra Mara de Brito
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Conceição Costa
Arcangelo Felisberto
Bruno Hubacher da Costa
Cintia Salvador Sorgen
Cristiano Severo Martins
Dielis Heder Fiorentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Ercí Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Fabiana Santana Correa
Graziela Gesser
Guilherme Cerutti Bueno
Gutemberg Salles Afonso
Isac Garcia Fernandes
Isair Sell
Ivana Kretzer Santos
Júlio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Michely Bernardini Schweitzer
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer
Paulo Guilherme O. Belvedere
Patrick Estevão Imeton Pereira
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Valese
Sandro Medeiros Alves
Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS

Assessoria de Comunicação – SEF
Assessorias de Comunicação dos Órgãos Estaduais
Diretoria Administrativa e Financeira – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF
Diretoria de Auditoria Geral – SEF
Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF
Diretoria de Gestão de Fundos – SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)
Grupo de Trabalho de Informações do Balanço Geral do Estado (instituído pela Portaria SEF nº 257/2018)

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública
geinc@sefaz.sc.gov.br – (48) 3665-2773 – (48) 3665-2710
Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral
Centro Administrativo do Governo
Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 5 – Saco Grande II – Florianópolis/SC

REVISÃO TEXTUAL
Oficina do Texto

DIAGRAMAÇÃO
Minuta Comunicação e Desenvolvimento Social - EIRELI

FAZER MAIS
COM MENOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
BALANÇO GERAL
2018

Gestão: Eduardo Pinho Moreira

Carlos Moisés da Silva
GOVERNADOR DO ESTADO

Daniela Cristina Reinehr
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Paulo Eli
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Michele Patricia Roncalio
SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA

Maria Luiza Seemann
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

MENSAGEM DA GESTÃO

O Estado pronto para um novo tempo

Assumimos o Governo do Estado diante de um cenário financeiro delicado, com pouca capacidade de ação e com o desafio de recuperar a qualidade dos serviços públicos. Cientes de que as limitações não permitiriam grandes projetos, propusemo-nos a construir nesses dez meses os alicerces que hão de ser novamente a base de um governo sustentável e financeiramente capaz. Para isso, estabelecemos prioridades e desenvolvemos uma gestão baseada no controle absoluto dos gastos e na redução da máquina pública.

Questões extremamente complexas, como a folha de pagamento e a previdência, limitaram a atuação do Governo na condição de mecanismo de desenvolvimento social e econômico. Isso exigiu um plano de ação pautado no equilíbrio financeiro, na fiscalização eficiente dos recursos de arrecadação, no combate ao desperdício e na aplicação austera e competente dos recursos públicos. O Governo do Estado precisa cumprir o seu papel perante os contribuintes.

Ao mesmo tempo que encerra um ciclo administrativo de dezesseis anos consecutivos, esta governança também representa o início de um novo tempo para a gestão pública estadual. Conseguimos economizar mais de R$ 1,3 bilhão do deficit de R$ 2 bilhões herdado em janeiro. A população catarinense elegeu a Saúde e a Segurança Pública como prioridades, e delas fizemos as nossas bandeiras. Os números demonstram resultados efetivos.

A conduta responsável e prudente em relação às finanças não nos fez recuar de nossos principais investimentos. Também nos mantivemos firmes no propósito de garantir segurança fiscal aos nossos investidores. Buscamos simplificar o sistema tributário de modo a fortalecer a nossa base, estimular a competitividade e gerar mais empregos. Tivemos incremento significativo na produção industrial, mostrando que o quadro econômico segue em franca recuperação.

O aumento no volume de exportações e importações também evidencia a retomada de crescimento do mercado. Nem mesmo o forte impacto econômico causado pelos prejuízos gerados com a greve nacional dos caminhoneiros fez Santa Catarina recuar. O Governo trabalhou por uma economia forte, pois essa é a chave para a resolução de todas as outras questões.

Atuamos de forma transparente e comprometida com o desafio de restaurar a capacidade de atuação do Governo Estadual. Santa Catarina é o reflexo de um povo que trabalha, constrói e não se rende jamais às adversidades. Que num futuro próximo esse momento iniciado na gestão estadual evolua e faça novamente do Governo catarinense uma instituição à altura de sua gente.

Eduardo Pinho Moreira
Governador

MENSAGEM DO SECRETÁRIO

Vencemos os desafios de 2018

O Governo de Santa Catarina concluiu a turbulenta travessia de 2018 de forma positiva. O controle dos gastos tornou-se mais rigoroso e transparente, elegemos as prioridades e trabalhamos ininterruptamente para fazer uma gestão de qualidade na prestação de serviços com custos reduzidos. Fazer mais com menos virou o nosso lema.

Quando assumi a Secretaria de Estado da Fazenda, alvitrei alguns desafios. O primeiro era trabalhar com menos servidores, prestando mais serviços e com maior agilidade. Afinal, a folha de pagamentos do Poder Executivo estava acima do limite legal permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com comprometimento de 49,73% da Receita Corrente Líquida (RCL). Por isso, logo no primeiro mês, cortamos cargos comissionados, gratificações e desativamos Agências de Desenvolvimento Regional e Secretarias Executivas.

Nosso próximo passo era colocar as contas em dia. Meta árdua, pois em janeiro o deficit para 2018 era de R$ 2 bilhões, além das dívidas e dos restos a pagar do exercício anterior. Remodelamos o fluxo orçamentário, cortamos gastos supérfluos, pagamos fornecedores e editamos a Medida Provisória nº 220, que reduzia impostos entre contribuintes de 17% para 12%, com o objetivo de estimular o crescimento da economia e da arrecadação.

Com quase cem dias de travessia em ventos favoráveis, passamos por duas tormentas. A primeira com a rejeição da MP 220, que frustrou não apenas as expectativas do Governo como de toda a indústria catarinense, que aguardava essa ação há 30 anos. A segunda com a paralisação dos caminhoneiros, cujo impacto na arrecadação foi de R$ 400 milhões. Mas não esmorecemos. Assim como em "O Velho e o Mar", de Ernest Hemingway, seguimos remando, apesar das intempéries. Afinal, é mais importante ser exato que ter sorte, e nós sabíamos aonde queríamos chegar.

O resultado é que encerramos 2018 melhor que iniciamos. Apesar das adversidades, conseguimos pagar em dia os salários dos servidores e adiantamos a gratificação natalina. Diminuímos o deficit para R$ 616,9 milhões, quitamos R$ 1,81 bilhão da dívida pública e projetamos o cumprimento da meta de 9% na arrecadação anual. Estamos no rumo certo, com uma tripulação competente que seguirá ajustando as velas para continuar timoneando com segurança em 2019.

Paulo Eli
Secretário de Estado da Fazenda

MENSAGEM DA DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

Prestando contas ao cidadão

Nas próximas páginas, você é convidado a acompanhar o Balanço Geral do Estado de 2018, que apresenta a prestação de contas do Governador aos cidadãos catarinenses. No Balanço, demonstra-se o desempenho da gestão pública em suas principais áreas de atuação, como educação, saúde, segurança e infraestrutura, por meio de suas ações mais relevantes e de alguns indicadores de resultados. O propósito é divulgar informações qualitativas e quantitativas para auxiliar o entendimento e a análise pelo cidadão.

Por isso, ao lado das exigências legais, o Balanço Geral catarinense passou a ser um instrumento de transparência ativa e vem evoluindo para trazer aos seus usuários uma linguagem cada vez mais acessível e menos técnica, buscando transformar dados complexos em informações compreensíveis com o intuito de ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo catarinense. O resultado são relatórios mais focados em informações realmente relevantes sob o ponto de vista do cidadão/usuário das demonstrações contábeis e tomadores de decisão em geral. O objetivo principal é facilitar o acesso do cidadão às informações da gestão pública.

Originariamente, o Balanço Geral é um demonstrativo técnico, previsto no art. 71, inciso IX, da Constituição Estadual, que determina que o Governador do Estado deve prestar contas à Assembleia Legislativa no prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa. Nesse caso, a Assembleia Legislativa atua como controle externo, exercendo o seu papel com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. É um importante rito que legitima todo o sistema político de governantes eleitos democraticamente.

Nessa perspectiva, são observadas as disposições legais que tratam da matéria, tais como a Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado n° TC-20, de 31 de agosto de 2015, que disciplina a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à Egrégia Corte.

A Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda é responsável pela organização e pela consolidação dos dados dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual. Por sua vez, os dados orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis originam-se do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o sistema oficial de planejamento e gestão fiscal do Estado. Já os dados não financeiros fornecem uma visão mais detalhada das ações e são obtidos a partir de diversos sistemas estaduais. As informações não financeiras são provenientes dos diversos órgãos e entidades, os quais detêm a responsabilidade pela consistência e veracidade dessas informações.

Perseguindo os propósitos de aperfeiçoamento contínuo e de melhora da qualidade das informações contábeis, a Diretoria de Contabilidade Geral tem realizado diversos esforços para convergir aos padrões internacionais de contabilidade do setor público. As normas vigentes no Brasil foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, com esses

novos padrões, as práticas contábeis adotadas até então estão sendo alteradas para uma mesma base conceitual, isto é, gerando uma uniformidade para aprimorar a comparação da situação econômico-financeira de várias entidades do setor público. De acordo com o plano de implantação definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão responsável pelas estratégias e pelos prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, essa mudança deve continuar ao longo dos próximos anos.

O objetivo desse modelo é resgatar a essência da contabilidade aplicada ao setor público, ramo da ciência contábil com atenção especial ao seu objeto, o patrimônio público. O processo de convergência orienta para a modernização dos procedimentos contábeis, possibilitando a geração de informações úteis para o apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social.

No intuito de divulgar as informações da gestão pública em nível global, esta prestação de contas encontra-se disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado (www.transparencia.sc.gov.br).

Por fim, o Balanço Geral do Estado de 2018 está dividido em três volumes, relacionados a seguir, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa.

Volume 1 - Relatório Contábil de Propósito Geral

O volume 1 remete ao Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG), um dos relatórios centrais de transparência da informação contábil do Estado de Santa Catarina que fornece informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*). De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), em especial a NBC TSP Estrutura Conceitual, no RCPG consta, de forma consolidada, a execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos especiais e das empresas estatais dependentes, e demonstra os principais resultados alcançados no exercício tanto nas áreas administrativa, econômica, financeira e social quanto nas metas do planejamento orçamentário e fiscal, e no cumprimento de limites constitucionais e legais. Ao final, abrange também as demonstrações contábeis consolidadas que evidenciam os resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial (Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações no Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e suas respectivas notas explicativas) e permite ainda a avaliação do desempenho do Estado no ano de 2018.

Volume 2 - Anexos do Balanço Geral do Estado

No volume 2, estão os anexos exigidos pela Lei Federal n° 4.320/64, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa n° TC-20/2015, os relatórios dos núcleos técnicos do sistema de controle interno do Poder Executivo e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública.

Volume 3 - Relatório de Atividades do Poder Executivo

No Volume 3, são apresentados os resultados mais relevantes nas áreas da ação governamental, o que possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de governo bem como das ações priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Boa leitura!

Maria Luiza Seemann
Diretora de Contabilidade Geral

Pedra Furada em Urubici - SC
Foto: Renato Soares (MTUR)

SUMÁRIO

GESTÃO ADMINISTRATIVA E ASPECTOS ECONÔMICOS 18

Gestão Administrativa 20
Economia Catarinense 28
Produto Interno Bruto 29
Comércio Exterior 33
Mercado de Trabalho 35

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO 38

Educação 40
Saúde 45
Segurança Pública 53
Justiça e Cidadania 55
Desenvolvimento Econômico Sustentável 59
Agricultura 64
Assistência Social 67
Defesa Civil 70
Infraestrutura 76
Turismo, Esporte e Cultura 80

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL 88

Panorama Geral 90
Planejamento e Orçamento 91
De Onde Vieram os Recursos 92
Para Onde Foram os Recursos 93
Receitas 94
Despesas 118
Situação Patrimonial 128
Ativo 128
Passivo 135
Patrimônio Líquido 140
Situação Financeira 142

Praia Mole, em Florianópolis - SC
Foto: Papa Pic

INDICADORES FISCAIS 150

Limites a Serem Observados ... 152
Resultado Primário ... 153
Resultado Nominal ... 154
Dívida Consolidada Líquida ... 155
Operações de Crédito ... 156
Garantias e Contragarantias ... 157
Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar ... 158
Despesa com Pessoal ... 160
Saúde ... 162
Educação ... 164
Ensino Superior ... 166
Ciência e Tecnologia ... 167

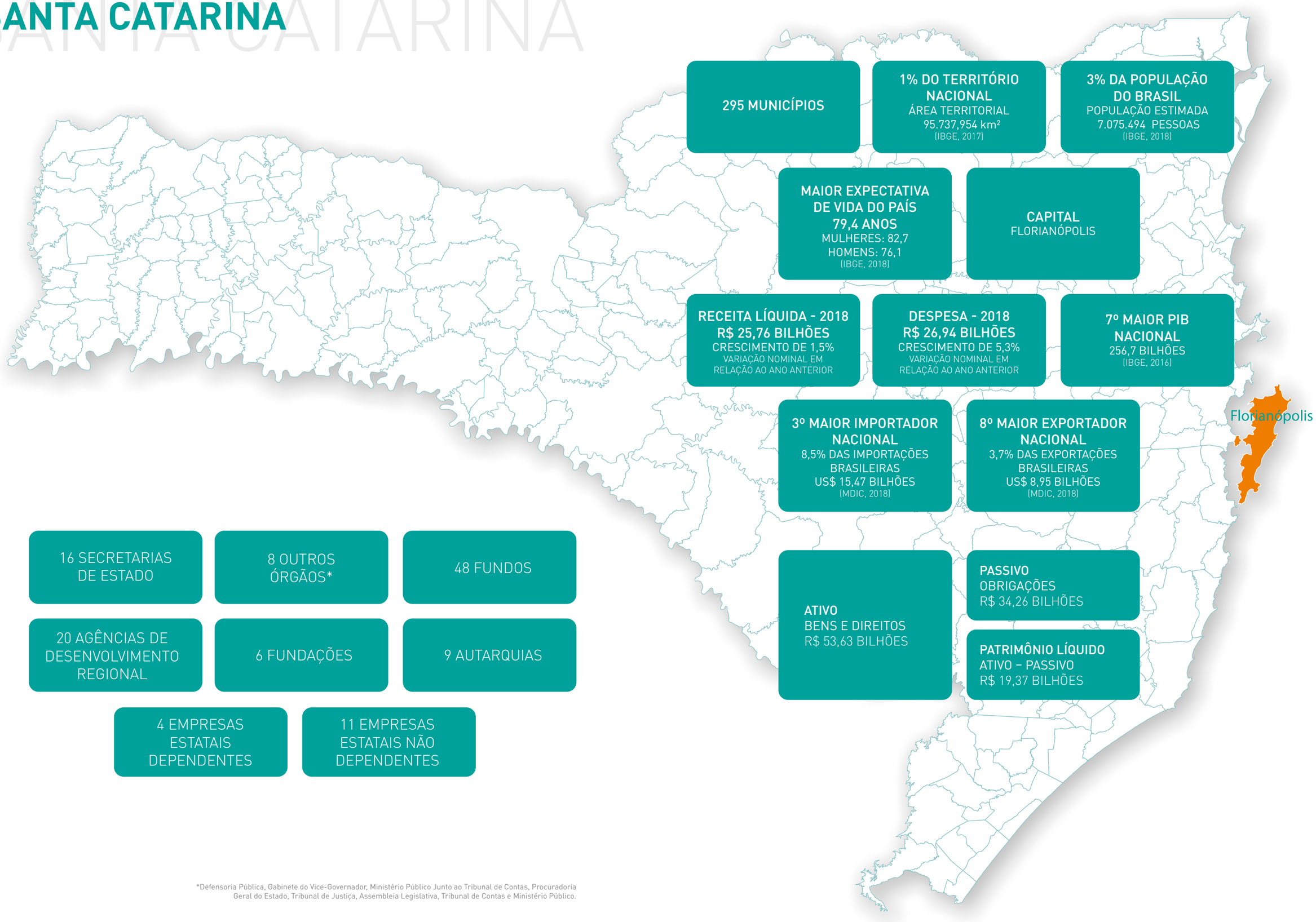
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 170

Balanço Orçamentário ... 172
Balanço Financeiro ... 175
Balanço Patrimonial ... 178
Demonstração das Variações Patrimoniais ... 185
Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 188
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido ... 192

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 194

Relação de Notas Explicativas ... 196
Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras ... 198
Balanço Patrimonial ... 214
Demonstração das Variações Patrimoniais ... 249
Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 251
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido ... 252
Balanço Orçamentário ... 252
Balanço Financeiro ... 254
Outras Notas Relevantes ... 254

SANTA CATARINA



295 MUNICÍPIOS

1% DO TERRITÓRIO NACIONAL
ÁREA TERRITORIAL
95.737,954 km²
(IBGE, 2017)

3% DA POPULAÇÃO DO BRASIL
POPULAÇÃO ESTIMADA
7.075.494 PESSOAS
(IBGE, 2018)

MAIOR EXPECTATIVA DE VIDA DO PAÍS
79,4 ANOS
MULHERES: 82,7
HOMENS: 76,1
(IBGE, 2018)

CAPITAL
FLORIANÓPOLIS

RECEITA LÍQUIDA - 2018
R$ 25,76 BILHÕES
CRESCIMENTO DE 1,5%
VARIAÇÃO NOMINAL EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

DESPESA - 2018
R$ 26,94 BILHÕES
CRESCIMENTO DE 5,3%
VARIAÇÃO NOMINAL EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

7º MAIOR PIB NACIONAL
256,7 BILHÕES
(IBGE, 2016)

3º MAIOR IMPORTADOR NACIONAL
8,5% DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ 15,47 BILHÕES
(MDIC, 2018)

8º MAIOR EXPORTADOR NACIONAL
3,7% DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ 8,95 BILHÕES
(MDIC, 2018)

ATIVO
BENS E DIREITOS
R$ 53,63 BILHÕES

PASSIVO
OBRIGAÇÕES
R$ 34,26 BILHÕES

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ATIVO – PASSIVO
R$ 19,37 BILHÕES

16 SECRETARIAS DE ESTADO

8 OUTROS ÓRGÃOS*

48 FUNDOS

20 AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

6 FUNDAÇÕES

9 AUTARQUIAS

4 EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES

11 EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES

*Defensoria Pública, Gabinete do Vice-Governador, Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E ASPECTOS ECONÔMICOS

GESTÃO ADMINISTRATIVA

O ano de 2018 foi marcado pela instabilidade no mercado financeiro internacional associada às condições internas do País e às incertezas do período eleitoral, em um quadro de desequilíbrio fiscal em que se evidencia a necessidade de ajuste das contas públicas nos níveis federal, estadual e municipal. Em que pesem a conjuntura econômica desfavorável e o seu consequente efeito negativo sobre a arrecadação tributária, o problema das contas públicas estaduais é estrutural e está relacionado ao elevado comprometimento do orçamento com gastos obrigatórios, como previdência, repasses aos poderes e despesas de pessoal ativo. Dessa forma, momentos de queda na receita podem se refletir em deficit. A verdade é que há pouca flexibilidade para adequar as despesas à capacidade de arrecadação, deixando as contas públicas expostas à conjuntura econômica.

Nessa perspectiva de lento crescimento econômico, o Estado manteve os serviços prestados ao cidadão e o pagamento das despesas obrigatórias em dia. Apesar das dificuldades, Santa Catarina conseguiu ocupar o primeiro lugar no Ranking de Eficiência dos Estados (REE-F), ferramenta criada pelo jornal Folha de S.Paulo e pelo Datafolha, que avalia o desempenho dos estados nas funções básicas previstas em lei, como educação, saúde, infraestrutura e segurança.

Aparecem mais bem posicionados os estados que, por exemplo, gastam menos para ter mais jovens na escola, médicos e leitos em hospitais, redes de água e esgoto, melhores rodovias e menores índices de violência. Assim, foram considerados mais eficientes os estados de Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Pernambuco e Espírito Santo.

A partir do cruzamento de dados com a atividade econômica dos estados, o REE-F mostra que aqueles que mantêm ou que ampliaram a sua base industrial e de serviços na composição do Produto Interno Bruto (PIB), com impacto positivo na arrecadação de impostos, tendem a ser mais eficientes. Já os que têm a agricultura, a administração pública e os repasses da União como principais fontes de receita são os que se saem pior. Além de mostrar correlação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas, o REE-F revela que altas taxas de mortalidade infantil e homicídios são os sinais mais vigorosos da ineficiência de um estado. Já aqueles que possuem receita per capita maior não são necessariamente os que apresentam o melhor desempenho.

Em outro estudo divulgado em 2018 – o Ranking de Competitividade dos Estados –, Santa Catarina aparece como o segundo estado mais competitivo do Brasil. O resultado foi elaborado a partir da análise de um conjunto de dados de fontes reconhecidas e validado pelo Centro de Liderança Pública, pela Tendências Consultoria e pelo The Economist Group.

Entre os indicadores avaliados, destaca-se a área de segurança, na qual o nosso estado foi considerado o mais seguro do País. Além disso,

Santa Catarina foi avaliada com a melhor sustentabilidade social e como o estado que apresenta menor taxa de mortalidade infantil, menor índice de desemprego e melhor formação para o mercado de trabalho. São indicadores que refletem positivamente ações tanto da gestão pública quanto dos empreendedores privados e do cidadão catarinense.

Em 2018, Santa Catarina obteve também a segunda posição, empatada com São Paulo, entre os melhores governos estaduais em serviços prestados à população. A colocação foi obtida por meio do estudo Desafios da Gestão Estadual, elaborado pela consultoria Macroplan, que avalia as entregas feitas à população pelos governos estaduais e traz projeções para 2022 com base na trajetória dos estados na década anterior.

SANTA CATARINA EM 2018

- 1º lugar no Ranking de Eficiência dos Estados
- 2º lugar no Ranking de Competitividade dos Estados
- 2º lugar no Índice dos Desafios da Gestão Estadual

As posições de destaque nesses três indicadores demonstram que as ações adotadas pelo Estado de Santa Catarina vêm contribuindo para minimizar os efeitos da crise econômica e para atrair investimentos que geram emprego e renda, fortalecem o desenvolvimento e aumentam as condições básicas para garantir o bem-estar da sociedade.

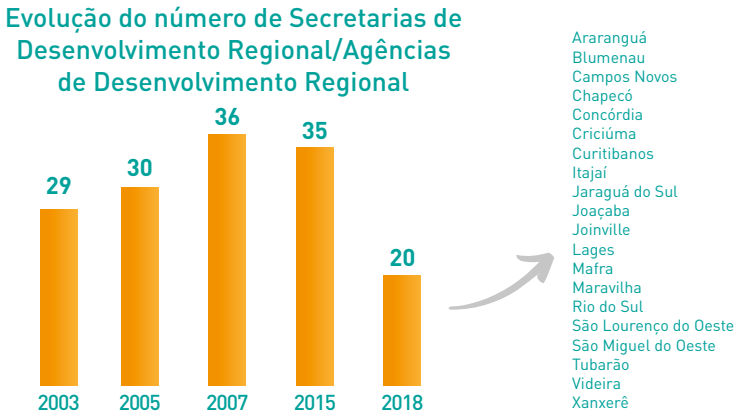
No ano de 2018, também houve continuidade nas ações estaduais para aprimorar a eficiência na gestão administrativa, visando reduzir despesas e fomentar o crescimento econômico. Entre essas ações, destacam-se as que se seguem.

Extinção de estruturas

O modelo de descentralização da gestão pública implantado pela Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, passou por algumas alterações desde a sua criação. Em 2018, por meio do Decreto nº 1.504, foram desativadas 15 Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs). Além disso, quatro secretarias executivas também foram extintas (Articulação Estadual, Supervisão de Recursos Desvinculados, Assuntos Internacionais e Assuntos Estratégicos).

As funções desempenhadas pelas estruturas desativadas foram absorvidas por outras estruturas ativas, representando a extinção de cargos comissionados e de funções gratificadas bem como uma consequente economia nos gastos com as estruturas físicas e operacionais.

ANO	LEGISLAÇÃO	MUNICÍPIOS SEDES	TOTAL
2003	Lei Complementar nº 243 – Criação de 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs)	Araranguá, Blumenau, Brusque, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Grande Florianópolis, Ibirama, Itajaí, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Maravilha, Palmitos, Rio do Sul, São Joaquim, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Xanxerê	29 SDRs
2005	Lei Complementar nº 284 – Criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Regional	+ Dionísio Cerqueira	30 SDRs
2007	Lei Complementar nº 381 – Criação de seis Secretarias de Desenvolvimento Regional	+ Quilombo, Seara, Itapiranga, Timbó, Taió e Braço do Norte	36 SDRs
2015	Lei nº 16.795 – Extinção de uma Secretaria de Desenvolvimento Regional e transformação das SDRs em Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs)	- Grande Florianópolis	35 ADRs
2018	Decreto nº 1.503 – desativação de 15 ADRs	- Itapiranga, Dionísio Cerqueira, Palmitos, Quilombo, Seara, Caçador, Ituporanga, Taió,Ibirama, Timbó, Brusque, Laguna, Braço do Norte, Canoinhas e São Joaquim	20 ADRs



Governo sem papel

O projeto "Governo sem Papel" consiste em transformar todos os processos físicos em processos digitais e insere-se nas medidas estaduais voltadas à redução de custos, à padronização de processos e à eficiên-

cia na gestão pública. O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina (SEA/SC), que gerencia o Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico (SGP-e).

Mesmo que desenvolvidas no âmbito interno da SEA/SC, as ações em cada uma dessas áreas estão ligadas à modernização dos processos que cuidam do patrimônio, dos materiais e dos serviços de toda a estrutura do Governo do Estado, desde a gestão de pessoas, compras, qualidade do gasto público e frotas, atendendo também às demandas ligadas à Ouvidoria Geral.

Eficiência dos gastos

No início de 2018, o deficit projetado para o ano era de R$ 2 bilhões, valor que incluía restos a pagar na ordem de R$ 455 milhões de 2017. Com gestão eficiente, incluindo o enxugamento da máquina pública, a redução de cargos comissionados e de funções gratificadas, e a diminuição de Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), o deficit diminuiu para R$ 617 milhões.

Folha em dia

Em mais um ano de adversidades econômicas, principalmente com a queda na arrecadação devido à paralisação dos caminhoneiros, Santa Catarina conseguiu manter em dia o pagamento dos servidores, seguindo rigorosamente o calendário previsto. Novamente o Estado antecipou metade do pagamento do décimo terceiro salário nos meses de julho e setembro, e pagou a outra metade em dezembro. É importante ressaltar, ainda, que o Governo do Estado reduziu os gastos com a folha de pagamento. Em janeiro de 2018, a despesa com pessoal do Poder Executivo correspondia a 49,73% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Com o corte de 218 cargos comissionados e de 471 funções gratificadas, a folha passou para 48,76%, ficando dentro do limite legal.

Administração Tributária

A administração tributária[1] pode ser definida como a parte da administração pública responsável pela atividade financeira do Estado destinada à obtenção dos recursos públicos através dos tributos de sua competência.

Trata-se de atividade essencial ao próprio funcionamento do Estado (art. 37, XXII, CF), que abrange tanto a arrecadação como também as atividades concernentes ao crédito tributário, a saber, tributação, fiscalização, lançamento, controle, cobrança administrativa, contencioso administrativo e inscrição em dívida ativa. Não menos relevantes, existem ainda as atividades que se relacionam apenas de forma indireta, mas que são indispensáveis para a correta e eficiente aplicação da legislação tributária. Entre essas atividades, destacam-se o atendimento ao público e a tecnologia da informação.

Em que pesem os sinais de recuperação econômica de 2017 (0,98%) e

1 CENTRO INTERAMERICANO DE ADMINISTRACIONES TRIBUTARIAS (CIAT). Manual de Administración Tributaria del CIAT/Países Bajos: Autonomia 2002. Disponível em: http: www.ciat.org/doc/mejo/autonomia.pdf.

de 2018 (projeção de 1,3%), alguns eventos atípicos afetaram diretamente a arrecadação, como foi o caso da greve dos caminhoneiros, que gerou um prejuízo de mais de 370 milhões aos cofres públicos. No entanto, a intensificação do esforço fiscal, que se desdobrou em medidas de diversas naturezas, propiciou um crescimento nominal de 8,3%, fazendo com que o Estado conseguisse atingir a marca de R$ 25 bilhões em 2018 de receita tributária bruta contra 23 bilhões do ano anterior.

No que concerne à atividade finalística, destacamos as 385 operações fiscais realizadas ao longo do ano, que contribuíram, de forma direta ou indireta, para o ingresso de mais de R$ 21 bilhões de ICMS do ano contra R$ 19 bilhões do exercício anterior, o que representa um crescimento nominal aproximado de 8,4%.

Em se tratando de ações de natureza extrafiscal, em 2018 destacam-se as apresentadas a seguir.

PREFIS

O Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS) foi lançado com o objetivo de regularizar a situação de empresas que estejam em débito com a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF). A redução dos débitos de ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o ano de 2017, tiveram 90% de redução da multa e dos juros. No caso de crédito tributário decorrente de descumprimento de obrigações acessórias, composto apenas de multa, a redução foi de 70%. São valores que dificilmente ingressariam no caixa do Estado em curto prazo. Os programas instituídos conseguiram em 2018 arrecadar R$ 78,8 milhões.

Redução de ICMS para suínos, alho, erva-mate e madeira

Para incentivar a competitividade da pecuária e da agricultura catarinense, em 2018 ocorreu a prorrogação, até 31 de março de 2019, da redução do ICMS para suínos vivos, erva-mate, alho e madeira serrada em bruto.

Isenção de ICMS de autogeração de energia distribuída

Em 2018, ocorreu a adesão de Santa Catarina, por meio da aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), ao convênio de isenção de ICMS para micros e minigeradores de energia elétrica com o limite de até 1 megawatt (MW) de potência instalada. A desoneração vai impulsionar um setor estratégico de enorme potencial para o crescimento do Estado. A medida contempla a geração de energia de fontes limpas, incluindo solar, hídrica, eólica e biomassa.

Convalidação dos benefícios fiscais

Em 2018, Santa Catarina efetuou o registro e o depósito dos incentivos e dos benefícios fiscais do ICMS no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com vistas à convalidação autorizada pela Lei Complementar Federal n° 160/2017 e pelo Convênio ICMS n° 190/2017. Com isso, o Estado disponibilizará para os contribuintes beneficiários, no Sistema de Administração Tributária (SAT), as informações e os documentos que fo-

ram registrados e depositados no Conselho. Cada contribuinte terá acesso às suas informações, enquanto os contabilistas poderão acessar as informações de seus clientes.

Compre de SC

Após a paralisação dos caminhoneiros no País em maio de 2018, foi desenvolvida a campanha "Compre de Santa Catarina" para incentivar a venda de produtos catarinenses. O consumo de produtos do Estado estimula toda a cadeia produtiva, valoriza os produtores, ajuda a indústria a gerar mais empregos e acaba retornando à sociedade em serviços de melhor qualidade, já que, ao priorizar o consumo da produção local, o Estado consegue arrecadar mais impostos.

Transparência estadual

O Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina é um instrumento de controle social que possibilita ao cidadão acompanhar a arrecadação estadual e a aplicação detalhada dos valores arrecadados. Reformulado em 2017, o portal continua recebendo melhorias que objetivam facilitar a navegação, a interatividade e a disponibilização de informações, assim como o monitoramento dos gastos públicos estaduais.

Em 2018, atendendo às solicitações de demandas internas, de legislações sobre o tema e de órgãos de controle para produção de informações, foram disponibilizadas novas consultas no Portal da Transparência: Receita Detalhada, Pagamentos Extraorçamentários, Serviço Credor (APP Transparência SC), Extratos Bancários, e Estoque e Almoxarifado.

Também foram desenvolvidos trabalhos para ampliar a transparência nas empresas públicas (Epagri e CIASC) e nas Sociedades de Economia Mista (BADESC, CASAN, Celesc, CEASA e SCPar) que iniciaram a implementação de seus portais da transparência com informações financeiras e administrativas utilizando como modelo o Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina.

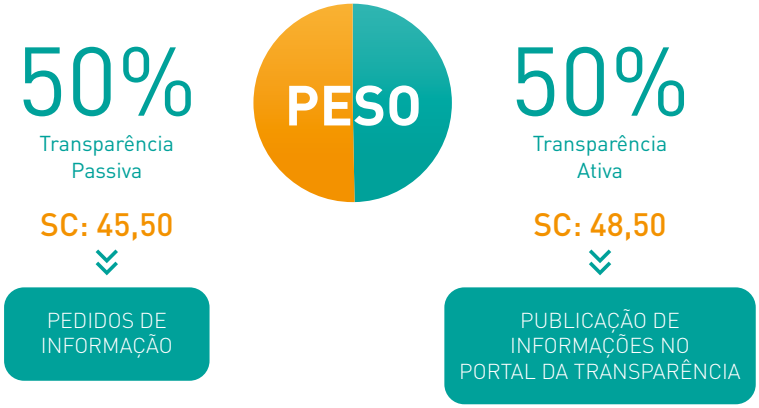
Em reconhecimento aos esforços para promover a transparência pública, o Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina concorreu ao Prêmio Boas Práticas em Gestão Pública, realizado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), e foi classificado como a 2ª melhor "boa prática" entre os participantes da categoria estadual na modalidade Tecnologias de Informação para Transparência.

Em 2018, o Portal da Transparência ficou na quarta posição na Escala Brasil Transparente – Avaliação 360°, realizada pelo Ministério da Transparência e pela Controladoria-Geral da União (CGU) para verificar a transparência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A avaliação, na qual o Estado obteve nota 9,4, contemplou a transparência passiva (relacionada aos pedidos de informação) e a transparência ativa (referente à publicação de informações na internet), verificando a publicação de informações sobre receitas, despesas, licitações, contratos, obras públicas, entre outras.

O resultado positivo demonstra que as ações contínuas adotadas pelo Governo de Santa Catarina contribuem para melhorar a transparência das informações estaduais, estimulando o interesse e aumentando o engajamento da população no acesso às informações públicas.

SANTA CATARINA
Quarta posição
na Escala Brasil Transparente 360°
Nota: 9,4



Balanço Cidadão

Em 2018, foi lançada a primeira edição do Balanço Cidadão de Santa Catarina, uma publicação sobre as finanças estaduais apresentada de forma simples e didática, e que objetiva ampliar a transparência pública, despertando no cidadão o interesse pelo controle social.

O Balanço Cidadão foi baseado no Balanço Geral de 2017 e detalha os valores arrecadados e os gastos realizados durante o ano pelo Estado. Esclarece quais são as transferências estaduais obrigatórias e como a população pode contribuir para o aperfeiçoamento da gestão estadual.

A publicação pode ser consultada no Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina (http://www.transparencia.sc.gov.br/responsabilidadefiscal/subareainteresse/9).

Pacto por Santa Catarina

O Programa Pacto por Santa Catarina foi instituído pelo Decreto nº 1.064, de 17 de julho de 2012, tendo sido posteriormente alterado pelo Decreto nº 1.537, de 10 de maio de 2013. Os recursos do Programa são destinados a projetos nas áreas econômica e social, a fim de atender às demandas da sociedade catarinense. Desde o lançamento do Pacto, propagou-se um novo modelo de gestão mais eficiente e proativo, buscando derrubar barreiras burocráticas que a sociedade repreende, reduzindo o tempo de resposta às demandas e tornando o serviço público mais eficiente.

Atualmente, fazem parte do Pacto 544 projetos, distribuídos em 14 áreas de atuação do Estado de Santa Catarina, e R$ 9,9 bilhões em investimentos.

Entre os 544 projetos gerenciados, podemos destacar obras relevantes nas diversas áreas de atuação do Governo Estadual:

INFRAESTRUTURA

142 projetos (75% concluídos)

Investimento previsto: **R$ 4,671 bilhões**

Valor executado: **R$ 3,925 bilhões**

Algumas obras:
Ponte Hercílio Luz
Porto de Itajaí e Navegantes
Revitalização e pavimentação de rodovias

SAÚDE

140 projetos (64% concluídos)

Investimento previsto: **R$ 627 milhões**

Valor executado: **R$ 453 milhões**

Algumas obras:
Hospital Tereza Ramos
Hospital Marieta Konder Bornhausen

EDUCAÇÃO

128 projetos (63% concluídos)

Investimento previsto: **R$ 708 milhões**

Valor executado: **R$ 624 milhões**

Algumas obras:
Restauração de escolas
Construção de ginásios

SEGURANÇA

36 projetos (61% concluídos)

Investimentos previstos: **R$ 340 milhões**

Valor executado: **R$ 322 milhões**

Algumas obras:
Construção de delegacias e quartéis
Aquisição de veículos e equipamentos de proteção

JUSTIÇA E CIDADANIA

37 projetos (57% concluídos)

Investimentos previstos: **R$ 529 milhões**

Valor executado: **R$ 327 milhões**

Algumas obras:
Nova ala da Penitenciária Agrícola de Chapecó
Ala de segurança máxima da Penitenciária de São Cristóvão do Sul

PROGRAMA PACTO POR SANTA CATARINA

544 projetos

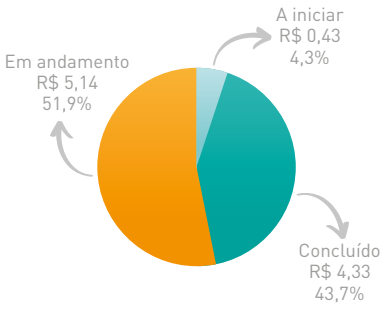
341 projetos concluídos

162 projetos em andamento

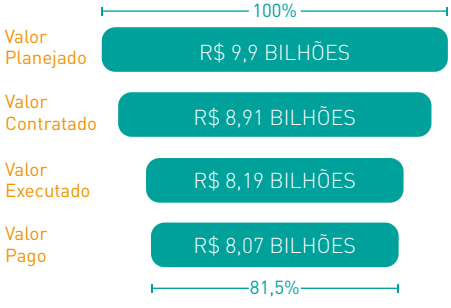
41 projetos a iniciar

R$ 9,90 bilhões valor planejado total

Situação dos projetos por valor planejado (R$ bilhões)



Valores Totais



Fonte: SICOP/Gestão de projetos em 3 de dezembro de 2018

O detalhamento dos projetos gerenciados pelo Pacto por Santa Catarina pode ser consultado no Painel SC (www.painelsc.sc.gov.br).

ECONOMIA CATARINENSE

A economia de Santa Catarina é diferenciada. Seu equilíbrio demográfico, social e econômico, somado à variedade de clima e relevo, faz com que o Estado se destaque entre os demais estados brasileiros.

Além disso, a formação cultural variada de seus habitantes contribuiu para um desenvolvimento econômico bastante difuso e diversificado, tornando Santa Catarina referência em empreendedorismo, inovação e tecnologia.

Consequentemente, o nosso estado vem melhorando os indicadores de educação, saúde e segurança pública, além de conseguir resistir fortemente às crises política e econômica que afetaram o País em anos recentes.

Investir em infraestrutura, não aumentar a carga tributária e controlar as despesas de custeio foram algumas das estratégias que permitiram ao Estado manter-se competitivo na atração de investimentos e na abertura de novas empresas, mesmo com a forte recessão que atingiu o País nos últimos tempos.

Prova disso é que Santa Catarina manteve em 2018 o menor nível de desemprego do Brasil, além de estar entre os cinco estados que mais criaram postos de trabalho em âmbito nacional.

Os indicadores de confiança na economia catarinense oscilaram durante o ano, em meio às incertezas do pleito eleitoral, mas terminaram 2018 em alta, alcançando o maior nível nos últimos anos tanto na indústria como no comércio, ficando acima da média nacional.

Diante das incertezas sobre as reformas estruturantes, como a da previdência, e sobre as expectativas com relação aos novos governos, cresce a confiança dos empresários e dos consumidores na continuidade da recuperação gradual da economia. Outro fator importante observado em 2018 foi a manutenção da inflação em patamares controlados, além da queda na taxa de juros.

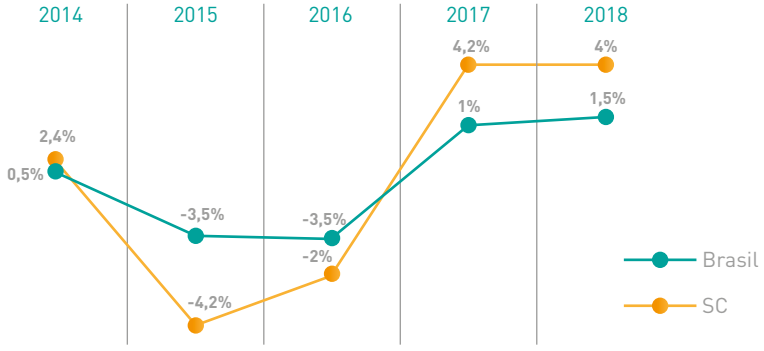
Portanto, um novo ciclo econômico renova as perspectivas de manutenção da retomada do emprego, de aumento da arrecadação e do bem-estar dos catarinenses e brasileiros.

Produto Interno Bruto

Em 2018, a economia catarinense continuou no processo de retomada do crescimento. No entanto, fatos como a greve dos caminhoneiros, as incertezas do período eleitoral e as flutuações do dólar fizeram com que o Produto Interno Bruto (PIB) catarinense – apesar de ter melhorado – não repetisse ou superasse o aumento observado em 2017.

Mesmo assim, em 2018 a economia catarinense cresceu novamente, consolidando a gradativa recuperação que já havia ocorrido em 2017, quando o PIB voltou a crescer depois de dois anos de recessão.

Taxa estimada de crescimento do PIB (%)
2014-2018



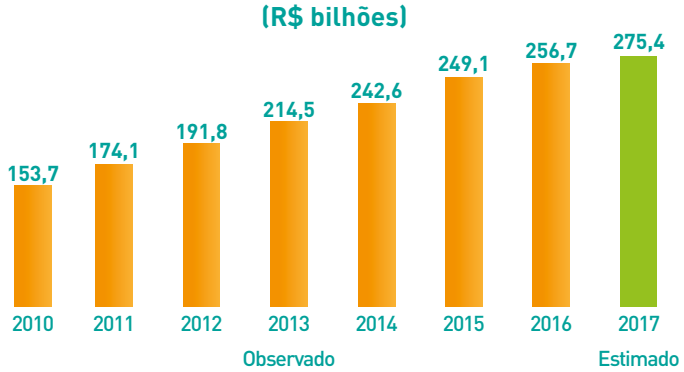
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

As estimativas da Secretaria da Fazenda – baseadas em indicadores parciais disponíveis até dezembro de 2018 – indicam um crescimento de 4% no PIB catarinense, bastante superior ao previsto para o País (1,5% de crescimento).

Essa estimativa teve por base indicadores da atividade econômica de Santa Catarina e apontou um crescimento de 4,0% em 12 meses até setembro, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A economia brasileira, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, cresceu 1,5% na mesma comparação.

Inflação sob controle, juros em queda, condições mais favoráveis de crédito e melhora no desempenho das contas públicas colaboraram para mais um ano de crescimento, apesar dos diversos fatos ocorridos em 2018 e que repercutiram nas decisões de consumo e de investimento.

Produto Interno Bruto de Santa Catarina – Base 2010
(R$ bilhões)



Fonte: IBGE, SPG/SC e SEF/Diretoria de Planejamento Orçamentário

As estimativas sinalizadoras de que a atividade econômica do Estado seguiu crescendo no ano de 2018 demonstram que vários setores da economia catarinense continuam progredindo. Nos últimos doze meses – considerando-se os dados até setembro –, a produção total de serviços no Estado cresceu 5,3%, destacando-se o comércio varejista catarinense, cujo volume de vendas tem crescido a uma taxa próxima do dobro da nacional, sendo uma das maiores do País.

Destaque também para a indústria, que no total cresceu 2,8%. A indústria de transformação cresceu 4,7%, sobressaindo-se o setor metalúrgico, o qual foi impulsionado pelo desempenho do setor automobilístico. Outros segmentos, como têxtil e vestuário, madeiras, não metálicos, máquinas e borracha, bem como plástico também tiveram um crescimento robusto em 2018. Esse desempenho colocou a indústria catarinense como líder no crescimento ao longo do ano na comparação com os demais estados da Federação.

Algumas exceções foram observadas, como os segmentos da agricultura, construção civil, fabricação de produtos alimentícios, fabricação de máquinas elétricas e serviços de informação e prestados às empresas. Porém, nesses setores que não cresceram, percebe-se que a maioria está num processo de restabelecimento, retraindo cada vez menos.

A construção civil recupera-se lentamente depois de um longo período de retração. Outro segmento importante – a agropecuária – retraiu 3,7% em 2018, influenciado pela agricultura, que retraiu 7,8%. Entre os principais fatores para esse resultado estão a redução de área e a produtividade menor de produtos importantes como arroz, banana, fumo, milho, soja e trigo devido ao clima. Houve também problemas de mercado que derrubaram os abates de carnes de aves.

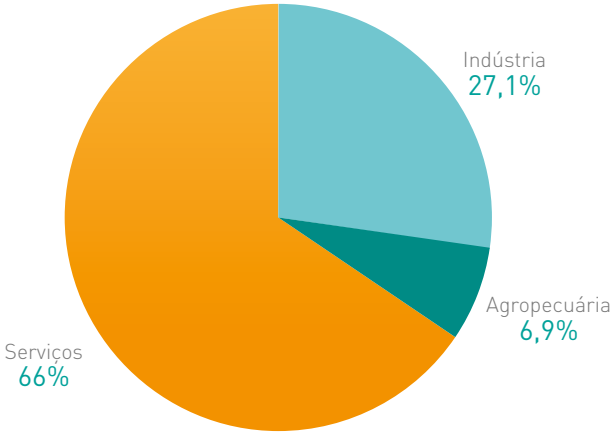
Crescimento (%) na produção agropecuária 2017/2018

Mesmo que o crescimento não tenha sido generalizado por toda a economia, inclusive com a retração de alguns segmentos, os indicadores sinalizam que o Estado continua num processo de retomada do crescimento. Isso se percebe principalmente na comparação com a média nacional do período e com a retração sofrida por Santa Catarina nos anos de 2015 e 2016.

Em 2016 – último ano divulgado pelo IBGE –, o PIB estadual alcançou R$ 256,7 bilhões, registrando uma retração de 2,0%. Esse desempenho colocou o Estado como a sétima economia do País, contribuindo com 4,1% do total nacional.

O setor de serviços correspondeu à principal atividade econômica de Santa Catarina, representando 66% do total produzido em 2016. A indústria participou com 27,1%, e a agropecuária, com 6,9%. Esses valores observados são os últimos oficiais disponíveis.

PIB de Santa Catarina por setor em 2016



Fonte: IBGE/Contas Regionais e SPG/SC

Os cinco maiores municípios do Estado concentravam 34,5% do PIB estadual em 2016 e apresentavam um perfil predominantemente industrial ou de serviços.

Participação dos cinco maiores municípios no PIB de Santa Catarina e colocação no ranking em 2016

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO (%)	RANKING
Joinville	9,83	1
Itajaí	7,51	2
Florianópolis	7,27	3
Blumenau	6,00	4
São José	3,86	5

Fonte: IBGE/PIB municipal

No que se refere ao PIB per capita, o Estado se mantém em posição de destaque, com um valor observado para 2016 de R$ 37.140,47, maior do que a média nacional, que ficou em R$ 30.411,30. Naquele ano, o último que permite a comparação entre os estados, Santa Catarina tinha o quinto maior PIB per capita brasileiro, apenas superado pelo Distrito Federal, por São Paulo, pelo Rio de Janeiro e pelo Mato Grosso.

O PIB per capita catarinense em 2016 era 22,1% maior do que o brasileiro, enquanto em 2002 era apenas 15% acima. Vale destacar que entre 2002 e 2016 a população estadual cresceu 23,6%, enquanto a brasileira teve um crescimento de apenas 16,8%.

Em relação aos resultados alcançados nos últimos dois anos, quando o Estado voltou a crescer, é complexo apontar exatamente quais as razões que fizeram Santa Catarina obter um desempenho diferenciado. No entanto, algumas delas são facilmente identificáveis. A performance do comércio varejista, cujo volume de vendas tem crescido quase o dobro da

taxa nacional, assim como da indústria catarinense, que tem liderado o ranking de crescimento no País, colocam o Estado em destaque. Ressalta-se também o fato de o desemprego em Santa Catarina continuar sendo o menor do País e de o nosso estado se manter entre aqueles que geraram o maior número de novos postos de trabalho nesse período, números que mostram um diferencial importante.

Na mesma linha de avanços, os catarinenses estão menos endividados e também com menos dívidas em atraso do que a média das famílias brasileiras, e os empresários catarinenses declaram-se mais confiantes do que a média do empresariado nacional, alcançando os maiores níveis de confiança dos últimos anos. A soma desses fatores gerou um efeito positivo também no comércio catarinense, que é um dos que mais cresce no País.

Outro diferencial do Estado que certamente poderia explicar o atual desempenho da economia está nas condições estruturais, baseadas em um amplo e diversificado setor produtivo, com predominância de micros, pequenas e médias empresas, e operado por trabalhadores relativamente mais bem capacitados.

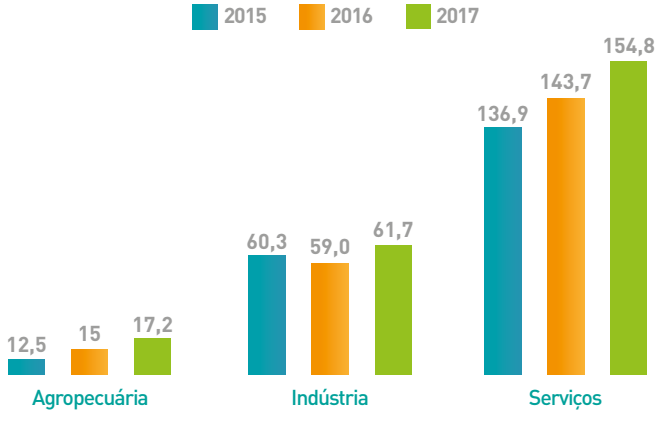
O momento é de incertezas, mas também de expectativas. A melhora no ambiente econômico nacional, proporcionada pelo controle da inflação, pela queda dos juros e pelo aumento da atividade econômica, somada às expectativas pós-eleitorais, teve efeito positivo sobre o imaginário dos agentes econômicos e está recuperando a confiança tanto no País como no Estado.

Os desafios para 2019 são muitos. Além das incertezas eleitorais, o endividamento do Governo Federal, dos estados e dos municípios é muito alto. A carência de investimentos é grande, e os problemas estruturais da economia brasileira só se agravaram nos últimos anos.

Valor adicionado bruto por setor econômico

Considerando-se os dados de 2017, observa-se uma produção do setor de serviços de R$ 154,8 bilhões, o equivalente a 66,2% do total produzido no Estado. A indústria gerou R$ 61,7 bilhões (26,4%), e a agropecuária participou com 7,4% (R$ 17,2 bilhões).

Valor Adicionado Bruto de Santa Catarina por setor (R$ bilhões)

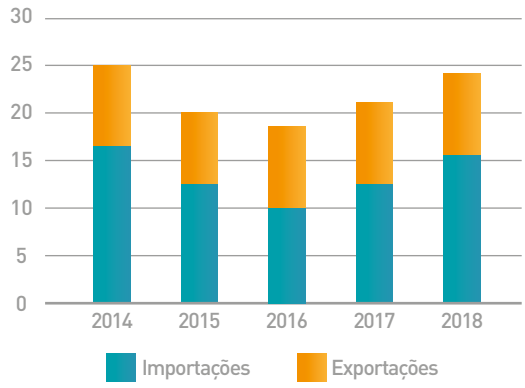


Fonte: IBGE/Contas Regionais, SPG e SEF/SC

Comércio exterior

Em 2018, o saldo da balança comercial catarinense apresentou um deficit de US$ 6,52 bilhões, montante superior aos US$ 4,07 bilhões do ano anterior. O último ano em que o comércio exterior em Santa Catarina teve superavit foi 2008. A expansão e a modernização dos portos catarinenses bem como os incentivos fiscais vêm contribuindo para um crescimento mais acelerado das importações.

Evolução da balança comercial de Santa Catarina 2014 a 2018 (US$ bilhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

As exportações estaduais cresceram 5,2% em 2018, atingindo US$ 8,95 bilhões. O montante exportado equivale a 3,7% das exportações brasileiras do ano, mantendo-se o Estado como o oitavo maior exportador nacional.

Do total exportado, 44,6% foram classificados como produtos básicos e 55,3% como industrializados.

No mesmo ano, as importações por portos catarinenses cresceram 22,9% e alcançaram o valor acumulado de US$ 15,47 bilhões. As importações catarinenses representaram 8,5% do total importado pelo Brasil, acima dos 8,3% de 2017. Do total importado, 93,97% foram de produtos industrializados.

Evolução do comércio exterior

A disputa comercial entre a China e os EUA acabou beneficiando as exportações brasileiras, que alcançaram em 2018 o maior patamar desde 2013.

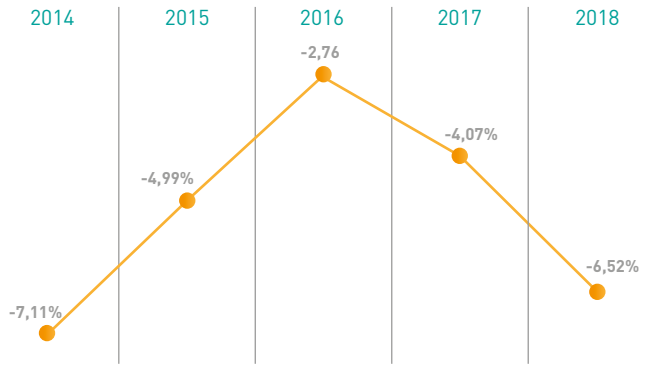
As exportações catarinenses também continuaram crescendo, porém num ritmo menor do que em 2017. Depois de uma queda de 0,7% em 2016 e de um crescimento robusto de 12,1% em 2017, as exportações catarinenses cresceram 5,2% em 2018. O crescimento das exportações brasileiras em 2018 foi de 10,2% contra 17,5% de 2017.

Os maiores valores exportados referem-se a aves, soja, suínos, motores, geradores e transformadores elétricos, veículos, fumo e bombas, compressores e ventiladores, que responderam por 51,5% do total estadual em 2018. As carnes de aves lideram a pauta estadual com 17% do valor total.

A progressiva retomada do crescimento econômico e a competitividade dos portos catarinenses fizeram com que as importações estaduais crescessem 22,9%, apesar das altas do dólar.

O perfil das importações estaduais é bem mais diversificado, sendo que o valor dos seis principais produtos importados representa apenas 33,3% das importações totais.

Balança Comercial de Santa Catarina (US$ bilhões)
2014-2018

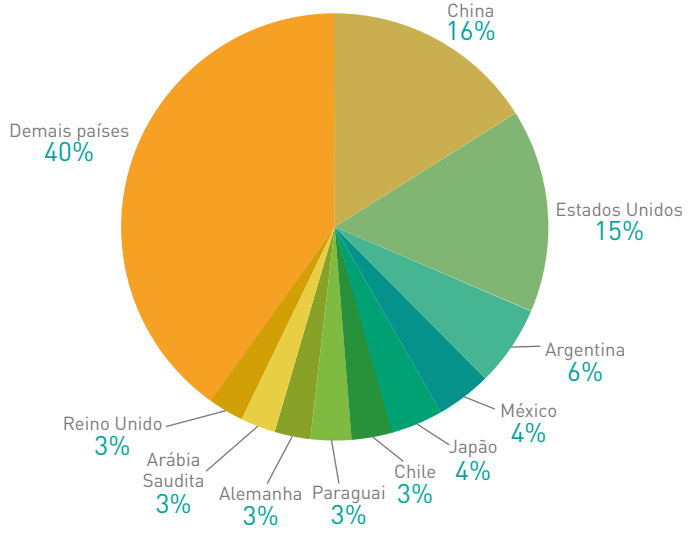


Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Destino das exportações e origem das importações em 2018

O destino das exportações estaduais é bastante diversificado. Entre os principais blocos, destacaram-se a Ásia, que adquiriu 29,2% do total exportado pelo Estado, e a América Latina, com 18,9%. Considerando-se os países isoladamente, os principais destinos foram a China (16,1%), os Estados Unidos (15,4%) e a Argentina (6,1%), que juntos adquiriram 37,6% das exportações estaduais.

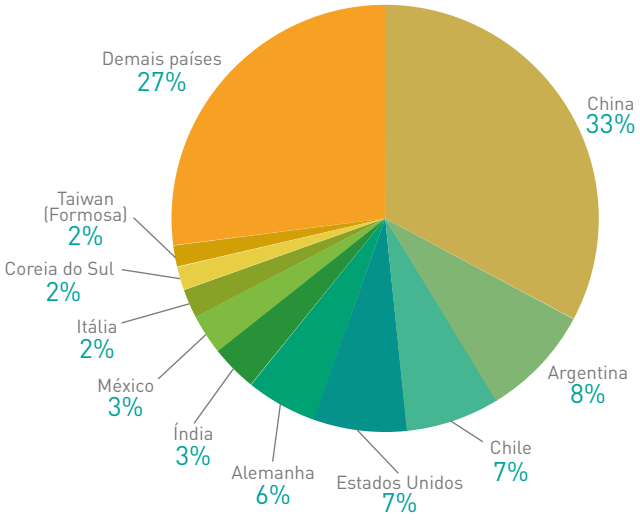
Principais destinos das exportações catarinenses em 2018



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

As importações são bem mais concentradas. A Ásia forneceu 46,9% das importações estaduais, e somente a China garantiu 32,8% do total. Isoladamente, os principais importadores (China, Argentina, Chile, Estados Unidos e Alemanha) responderam por 60,9% das importações realizadas pelos portos catarinenses.

Origem das importações catarinenses em 2018



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Mercado de trabalho

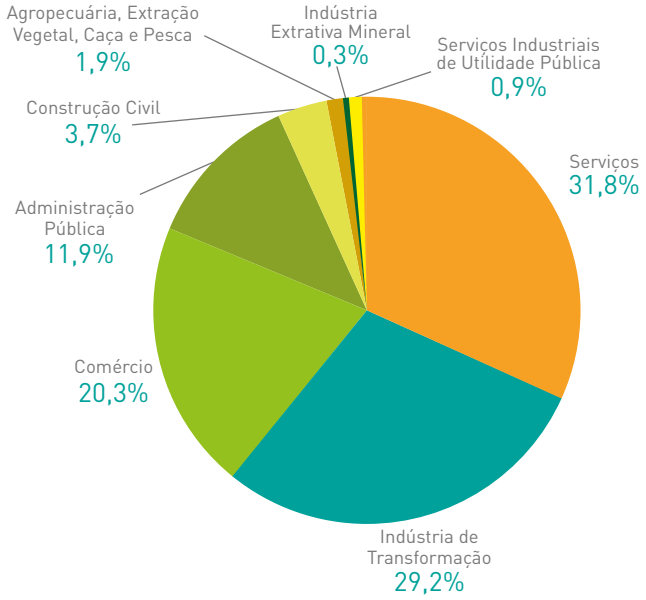
A forte recessão na economia, especialmente nos anos de 2015 e 2016, teve grande repercussão no emprego. A recuperação observada em 2017 continuou em 2018, e o Estado conseguiu manter a menor taxa de desemprego do País e aumentar os postos de trabalho.

Empresas e empregos

O estoque de emprego da economia catarinense em 2017 – conforme últimos dados oficiais – contava 2.205.738 trabalhadores, distribuídos em 224.644 estabelecimentos. O número de postos de trabalho aumentou 1,7%, e o de empresas, 0,13%, em comparação com o ano de 2016. Do total de trabalhadores, 46,1% ganhavam mais que dois salários mínimos.

O setor de serviços e a administração pública foram os que mais empregaram, absorvendo 43,7% dos trabalhadores. A indústria de transformação foi a segunda maior, com 29,2% do total, seguida pelo comércio, com 20,3%. Juntos, esses três setores – serviços, indústria de transformação e comércio – responderam por 93,2% dos postos de trabalho da economia catarinense.

Percentual de trabalhadores por atividade econômica em Santa Catarina em 2017



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2017)

A indústria de transformação catarinense ocupa uma posição de destaque no Brasil tanto em quantidade de empresas como em número de trabalhadores. Os segmentos têxtil, alimentar e madeireiro bem como o mobiliário são os que mais empregam em Santa Catarina.

As microempresas são as maiores geradoras de emprego no Estado. Em 2017, as 209.213 microempresas catarinenses representavam 93,1% do total de estabelecimentos e empregavam 33,4% dos trabalhadores. Já as grandes empresas representavam 0,2% dos estabelecimentos e empregavam 25% do total de trabalhadores. Santa Catarina possuía uma média de 9,8 trabalhadores por empresa.

Número de estabelecimentos e trabalhadores do Estado em 2017 por atividade e tamanho

	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	TOTAL
Empresas	209.213	12.909	2.133	389	224.644
Trabalhadores	736.050	489.788	427.909	551.991	2.205.738
Trabalhadores por empresa	3,5	37,9	200,6	1.419,0	9,8

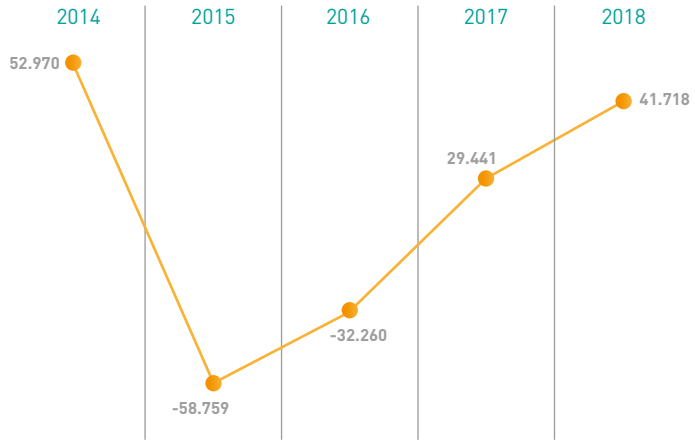
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2017)

Evolução do emprego e da taxa de desocupação

No ano de 2018, o mercado de trabalho continuou se recuperando. De forma lenta, gradual e concentrada em alguns segmentos, a economia foi consolidando a sua recuperação. A geração de empregos evoluiu e comprovou essa tendência, e o estoque de emprego atual é o melhor desde 2014.

Considerando-se os dados oficiais, em 2018 foram abertos 41,7 mil postos de trabalho, resultado 41,7% superior ao de 2017. Santa Catarina continuou entre os estados que mais criaram novos postos de trabalho em 2018, ficando em terceiro lugar.

Evolução na geração de postos de empregos de Santa Catarina 2014-2018



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED

No Estado, o setor de serviços liderou as contratações, seguido pelo comércio e pela indústria de transformação. Os demais setores também apresentaram saldo positivo na geração de novos postos de trabalho, com exceção da administração pública e da agropecuária. Destaque para a construção civil, que voltou a contratar, gerando 658 postos.

Santa Catarina foi o terceiro estado que mais gerou novos postos de trabalho no Brasil. Conforme dados oficiais, até o terceiro trimestre de 2018 também manteve a menor taxa de desocupação do País, sendo que o rendimento médio do trabalho em Santa Catarina era de R$ 2.420,00 contra R$ 2.222,00 da média nacional.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO

EDUCAÇÃO

Educação com qualidade social

Tão importante quanto a educação para todos é a educação com qualidade social, que busca atender às expectativas da comunidade escolar: alunos e familiares, professores, diretores e demais profissionais da rede de ensino com o olhar ampliado para o meio em que vivem. Com essa prioridade, Santa Catarina delineou as suas ações em 2018, intensificando os investimentos na construção de novas escolas, além de reformar e ampliar as unidades escolares já existentes por todo o Estado. Com isso, expandiu-se o alcance do Governo e o seu compromisso em conceber, por meio dessas novas construções ou reformas, uma escola que pudesse responder às exigências e aos desafios atuais de garantir uma educação com qualidade social. Foram planejadas e construídas escolas com quatro laboratórios, ginásios com quadras poliesportivas, auditórios, blocos pedagógicos com área superior a 5.800 m².

Ante o desafio da escola que prioriza processos geradores de sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para a diversificação e para a inserção social, política, cultural e laboral, o Estado investiu na formação continuada de professores, gestores e demais profissionais da rede de ensino.

Para dar suporte a esse trabalho, outro foco de Santa Catarina na área de educação foi a gestão automatizada de dados, que implantou, ampliou e garantiu melhorias em ferramentas de armazenamento, gerenciamento e compartilhamento de informações.

Raio X da Rede Estadual de Ensino

36.674 professores
23.197 temporários (ACTs)
13.477 efetivos

5,3 milhões de documentos digitalizados por meio da gestão automatizada de dados, tornando os processos mais ágeis, transparentes e econômicos

Ingresso de 1.000 servidores efetivos no quadro do Magistério Público Estadual

514.044 alunos matriculados[2]

100% dos alunos atendidos pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar

27.127 estudantes beneficiados com bolsas parciais ou integrais em cursos de graduação ou pós-graduação

1.277 unidades escolares

Ampliada a rede de fibra ótica de **78 escolas** catarinenses

Kits tecnológicos[1] entregues a **50 escolas**

758 escolas com jornada ampliada

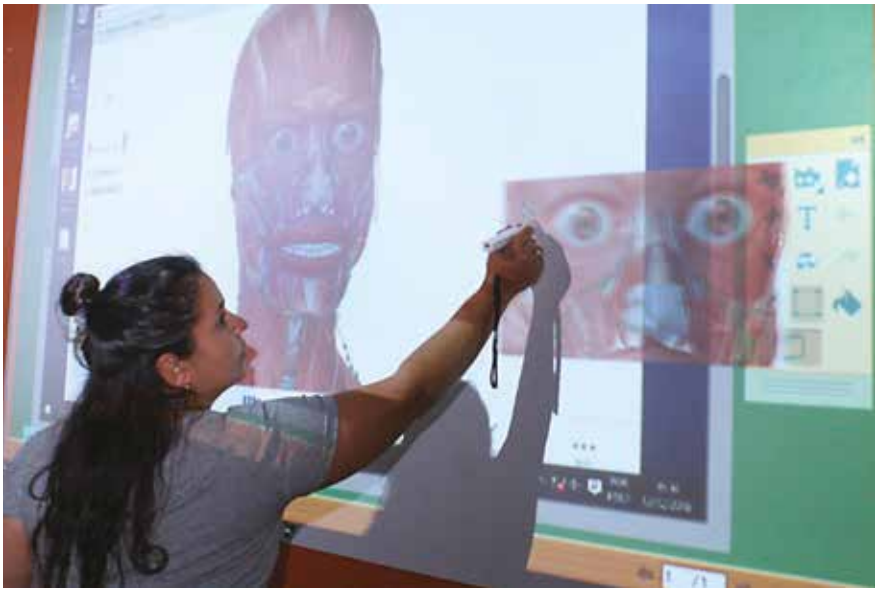
Aproximadamente **138 mil alunos** beneficiados com transporte escolar distribuídos em 289 municípios

Mais de **10 mil vagas** oferecidas em seminários e cursos de formação continuada para os diversos profissionais da rede estadual de ensino

IDEB 2017
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

- **Ensino fundamental (anos iniciais)**: 8º lugar, com indicador 6,0
- **Ensino fundamental (anos finais)**: 3º lugar, com indicador 4,8
- **Ensino médio**: 6º lugar, com indicador 3,6

1 O kit tecnológico é composto por suporte projetor, estação de trabalho, notebook, gabinete de recarga, lousa digital, tablet, webcam, pendrive, aparelho de som, televisor 55 polegadas, projetor, tela de projeção, caixa de som amplificada, suporte giratório para TV.
2 Alunos matriculados extraídos do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SISGESC). Posição em 29/11/2018.



Lousa digital apresentada no Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis

Foto: Osvaldo Noceti (Ascom/SED)

Censo Escolar da Educação Básica

Execução de convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para coleta de dados de todas as escolas de educação básica de Santa Catarina, referente às matrículas, aos profissionais da educação e aos estabelecimentos de ensino, resultando em informações educacionais que possibilitam um diagnóstico da realidade para repasse de recursos federais e para a elaboração de políticas públicas.

Com as informações coletadas através do Censo Escolar da Educação Básica, é possível elaborar diversos indicadores educacionais que contribuem para uma educação de qualidade. Entre eles, destacam-se: IDEB, taxas de rendimento, adequação da formação docente, regularidade do corpo docente, esforço docente, matrículas e complexidade de gestão.

Sistemática de avaliação da gestão escolar

O Estado avalia a atuação da gestão escolar por meio da coleta de dados sobre as várias dimensões da escola, buscando subsídios para a gestão e a comunidade escolar entenderem os avanços e os entraves existentes para posteriormente intervir, agir, problematizar, interferir e redefinir os rumos e os caminhos a serem percorridos. Em 2018, a avaliação foi realizada em 1.029 escolas.

Bibliotecas prisionais

O Estado efetuou a compra de obras literárias para as bibliotecas das unidades prisionais, investindo mais de R$ 3 milhões e aumentando o acervo, que atende aproximadamente 4.700 apenados.

Programa Aviso por Infrequência do Aluno (Apoia)

Em 2018, o Estado atuou no combate à evasão escolar com o Programa Aviso por Infrequência do Aluno (Apoia). O programa contribui para a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos para que concluam todas as etapas da educação básica. O aluno é incluído no Apoia pela unidade escolar, com cinco faltas consecutivas ou sete alternadas. Após a inclusão no programa, a escola aplica estratégias de busca para o retorno do aluno. Não obtendo êxito, a informação é encaminhada para o Conselho Tutelar e em seguida para o Ministério Público, num processo on-line, caso ainda não haja retorno do aluno. No ano, foram registrados 21.572 alunos infrequentes, dos quais 10.477 retornaram a frequentar as aulas.

Documento de Políticas nas Diversidades

Publicação e distribuição de 115 mil exemplares do documento de Políticas nas Diversidades, que apresenta orientações para o funcionamento e a organização da educação escolar quilombola, da educação escolar indígena, da política de educação para a socioeducação e educação para o envelhecimento.

Desenvolvimento de currículos e de políticas educacionais

O Estado coordena e articula os processos de construção de currículos e políticas para o território catarinense de forma a atender às demandas da Base Nacional Comum Curricular – em colaboração com Consed, Undime, Uncme e Conselho Estadual de Educação –, da Reforma do Ensino Médio e da Educação para os Direitos Humanos nas Diversidades (educação do campo, educação escolar quilombola, educação escolar indígena, educação especial, educação e prevenção às violências na escola, educação para as relações étnico-raciais, educação ambiental, educação para a socioeducação e educação para o envelhecimento, além de caderno orientativo sobre educação, adolescência e drogas).

Em 2018, foi elaborado o documento do Currículo-Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do território catarinense.

Programa Mais Saber/Santa Catarina

O Programa Mais Saber/Santa Catarina, implantado no ensino fundamental, é destinado às crianças matriculadas do 3º ao 9º ano que apresentem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e/ou situação de vulnerabilidade social e que não foram contempladas com o Programa Novo Mais Educação (PNME/MEC/2018).

Em 2018, foram 11 escolas contempladas pelo programa, o que beneficiou 512 alunos.

O programa possibilita:

- o envolvimento dos pais no processo de ensino/aprendizagem, firmando compromisso com a participação e a assiduidade dos alunos matriculados;
- a elaboração de planejamento coletivo envolvendo a equipe gestora e o corpo docente da unidade escolar, com o intuito de trabalhar para a superação das lacunas de aprendizagem diagnosticadas; e
- o planejamento semanal das aulas, com práticas pedagógicas diferenciadas que atendam às especificidades de cada aluno.

PRONATEC
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

MEDIOTEC
Ação com foco na educação profissional para os estudantes matriculados no segundo ano do ensino médio.
Para 2018, a meta era expandir a oferta em 450 vagas de cursos de nível médio presencial na rede estadual de ensino, distribuídos em 18 turmas em 9 unidades escolares, sendo que no total matricularam-se 848 alunos.

FIC-PRISIONAL
Formação Inicial e Continuada – Prisional
O FIC-PRISIONAL é uma ação que busca reinserir egressos do sistema prisional na sociedade por meio da formação inicial e continuada dessas pessoas que foram privadas de liberdade.
Foram ofertadas 995 vagas de qualificação profissional no âmbito do sistema prisional.

Ampliação da oferta do Programa Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)

Em 2018, o Estado buscou expandir a oferta do Programa EMTI, oferecendo aos educandos mais oportunidades de aprendizagem com a ampliação da carga horária, com foco na formação integral e no protagonismo do estudante.

Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 15 para 30 unidades escolares EMTI e de 1.200 para 2.928 matrículas EMTI, no curso de formação de equipes escolares e regionais para a implementação do EMTI.

Aquisição de "supervan" para realizar capacitações e assessorias

Em 2018, foi adquirido um veículo adaptado "supervan" para auxiliar nas assessorias técnicas e nas capacitações. Atendendo todo o Estado, o veículo garante conforto e segurança aos profissionais durante o trajeto, visando melhorias no atendimento ao público da educação especial.

A "supervan" tem vaga para 12 pessoas, além de uma vaga para cadeirantes, que podem acessar o transporte através de um elevador acessível. O veículo contém equipamentos necessários como TV, internet wi-fi, frigobar, portas automáticas e bancos em couro reclináveis que garantem conforto aos passageiros. Possui ainda um amplo porta-malas e equipamentos multimídia.

Supervan
Foto: Juliana Buratto

SAÚDE

Saúde regionalizada

Em 2018, Santa Catarina deu um grande passo para o fortalecimento da regionalização e das vocações hospitalares. Entre as conquistas estão novas habilitações, garantindo aos municípios catarinenses o recebimento de aproximadamente R$ 29 milhões, com destaque para a área de oncologia em São Bento do Sul, Blumenau, Rio do Sul e São Miguel do Oeste. Ocorreu também a consolidação e o aprimoramento do portal Lista de Espera SUS, melhorando a transparência das ações regulatórias.

Outra ação importante foi a realização de 42.175 procedimentos na Campanha Nacional de Cirurgias Eletivas, fazendo com que Santa Catarina atingisse 184% da meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, com destaque para 31.306 cirurgias oftalmológicas realizadas até novembro de 2018. A pasta também encerrou o ano com o pagamento em dia do cofinanciamento estadual das ações de atenção primária à saúde, repassando aos municípios em torno de R$ 84 milhões.

As evidências mostram que sistemas de saúde com uma forte base na atenção primária à saúde têm melhores resultados, menores taxas de hospitalização desnecessárias, maior equidade e menores despesas em saúde (OPAS, 2018).

Todos os municípios catarinenses têm equipes de atenção primária à saúde em atuação. A cobertura populacional estimada por essas equipes é de 90,12%, sendo 80,40% equipes de saúde da família (eSF).

Atenção primária à saúde

As evidências mostram que sistemas de saúde com uma forte base na atenção primária à saúde têm melhores resultados, menores taxas de hospitalização desnecessárias, maior equidade e menores despesas em saúde (OPAS, 2018).

Todos os municípios catarinenses têm equipes de atenção primária à saúde em atuação. A cobertura populacional estimada por essas equipes é de 90,12%, sendo 80,40% equipes de saúde da família (eSF).

Telessaúde

O Núcleo de Telessaúde de Santa Catarina é referência nacional para a oferta de serviços que respondem às necessidades de apoio assistencial e de educação permanente aos profissionais de saúde, bem como à organização do processo de trabalho da rede de atenção em parceria com o Ministério da Saúde e com a Universidade Federal de Santa Catarina. O seu principal objetivo é fortalecer a Atenção Primária ao investir no protagonismo das equipes.

Especialidades atendidas

Clínica Geral
Dermatologia
Endocrinologia
Reumatologia
Nefrologia
Neurologia
Gastroenterologia
Hematologia

MODALIDADES DE APOIO OFERTADAS DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2018

O Telessaúde possibilita a diminuição do tempo de espera e a redução de filas para atendimento, resultando em consequente atendimento no tempo oportuno. Qualifica ainda a Atenção Primária à Saúde (APS) e o acesso à Atenção Especializada, e melhora a resolubilidade da APS, qualificando o processo de regulação e classificação de risco.

Ações de educação permanente em saúde:

- **Produção científica**: 21 projetos aprovados
- **Estágios obrigatórios**: 14 mil estagiários nas unidades da Secretaria de Estado da Saúde
- **Escola de Formação em Saúde (EFOS)**: 934 alunos formados
- **Residência médica**:

  14 hospitais

  450 médicos residentes

  1.500 preceptores

  40 especialidades médicas
- **Ensino a distância**: 2.500 usuários atendidos
- **Estágios Novos Valores**: 379 estagiários beneficiados

Vigilância em saúde

Coberturas vacinais em crianças de até 1 ano de idade - 2018

VACINA	COBERTURA VACINAL SANTA CATARINA (%)	META (%)	COBERTURA VACINAL BRASIL (%)
BCG	85,83	90	81,70
Rotavírus	82,83	90	77,15
Pentavalente	82,75	95	80,85
Pneumocócica 10	81,30	95	80,15
Poliomielite	82,82	95	80,19
Meningocócica C	82,65	95	79,45
Febre Amarela	53,47	95	55,84
Tríplice Viral	85,36	95	66,78
Tetra Viral	62,80	95	37,54
Hepatite A	80,53	95	68,87

Fonte: SIPNI/DATASUS

Campanhas

Coberturas Vacinais (CV) em SC - 2018

(2ª maior cobertura do País)

INFLUENZA (GRIPE) META 90%	PÓLIO E SARAMPO META 95%
Cobertura total: **SC**: 90,8% Crianças: 78,6% Trab. de saúde: 83,1% Gestantes: 76,0% Puérperas: 98,3% Indígenas: 88,2% Idosos: 101,2% Professores: 98,8% Comorbidades: 81,3% **Brasil**: 90,8	**Pólio:** **SC**: 104,30% **Brasil**: 98,09% **Sarampo:** **SC**: 104,66% **Brasil**: 97,98% **SC: 2ª maior CV do Brasil** **Somente 6 municípios não atingiram a meta**
1.235.417 doses aplicadas	**710.050 doses aplicadas**

Fonte: SIPNI/DATASUS

Prevenção HIV/ AIDS, Sífilis e Hepatites B e C

- 1 milhão de testes rápidos
- 7 milhões de preservativos distribuídos
- Tratamento mensal de 25 mil adultos, 173 crianças e 160 gestantes (redução de mortalidade por AIDS nos próximos anos)

Controle da Dengue

- 1.000 ações de supervisão em todos os municípios catarinenses
- 200 agentes de controle de endemias municipais capacitados
- Análise de 200 mil larvas de *Aedes aegypti*

Vigilância Sanitária

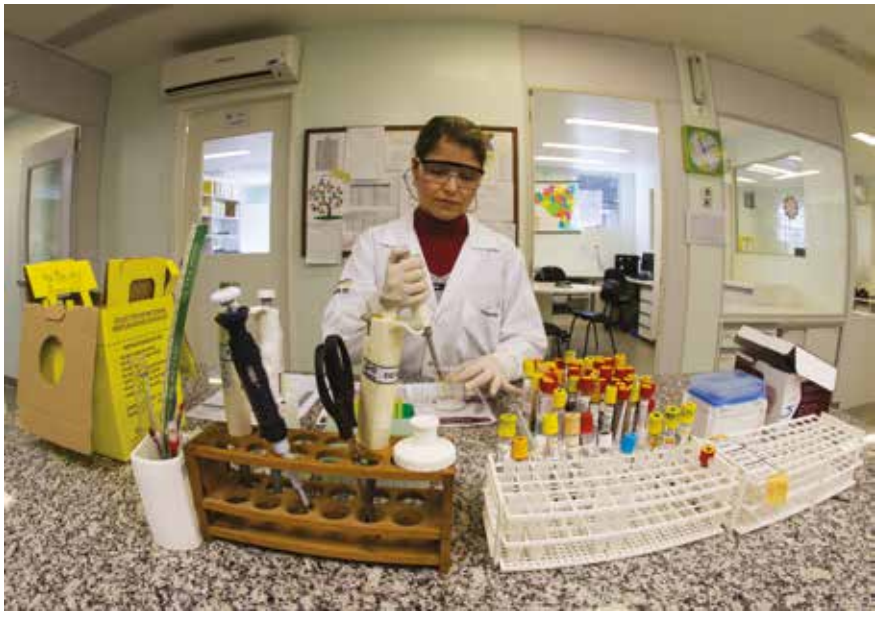
- 2.386 inspeções sanitárias realizadas de janeiro a outubro
- 61 Planos Municipais de Emergências em Saúde Pública
- 97% dos municípios pactuaram ações básicas em vigilância sanitária

Laboratório de Saúde Pública

Implantação do primeiro sistema brasileiro de informações em radiação ionizante, com quase 8 mil profissionais e 176 serviços já cadastrados (mamógrafos, radioterapia, radiologia intervencionista e medicina nuclear).

Pela Rede do Laboratório Central (LACEN), foram realizados em 2018 399.294 exames nas áreas de biologia médica, molecular, de produtos e meio ambiente, possibilitando o diagnóstico de meningites bacterianas, dengue, febre pelo Zika vírus e pelo Chikungunya, tuberculose, vírus em água, influenza e outros vírus respiratórios, monitoramento da infecção pelo HIV, Hepatites B e C, identificação dos subtipos de influenza A e dos grupos de *Neisseria meningitidis*.

Rede do Laboratório Central (LACEN)
Foto: Paulo Goeth (ASCOM/SES)



Assistência ambulatorial especializada

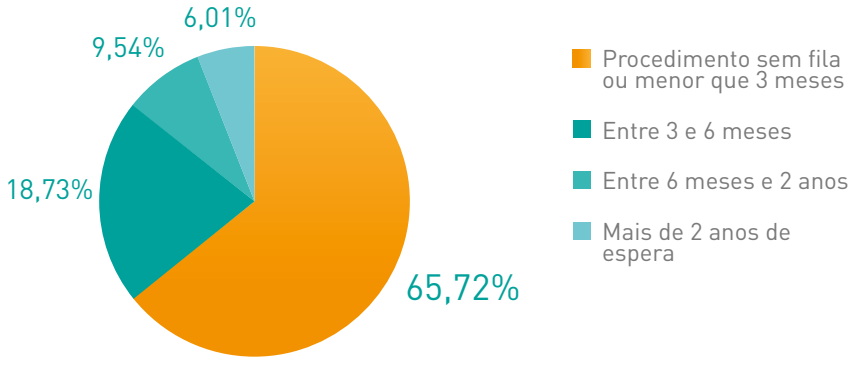
Santa Catarina possui Centrais de Regulação Ambulatoriais Municipais distribuídas por todo o Estado. Em 2018, o quantitativo de centrais foi ampliado para 205, além da Central Estadual, localizada em Florianópolis, refletindo no acréscimo de agendamento dos procedimentos ambulatoriais, que totalizaram 420 mil, o que representa um incremento de 100% em relação a 2011.

Lista de espera

Santa Catarina consolidou-se como referência nacional pelo pioneirismo na publicidade de listas de espera por consultas, exames e procedimentos na internet (https://listadeespera.saude.sc.gov.br). O Portal apresentou uma média de mil acessos diários no ano.

Um levantamento estatístico da Secretaria de Estado da Saúde identificou que mais de 65% das solicitações de agendamentos para procedimentos ambulatoriais não possuem fila ou aguardam menos de três meses para serem atendidas.

Distribuição dos procedimentos ambulatoriais segundo o tempo médio de espera na Central Estadual de Regulação Ambulatorial (junho de 2018)



Transplantes

Santa Catarina é referência nacional em doação de órgãos para transplantes e consolidou um sistema de reconhecimento internacional.

Captação de órgãos/transplante
Foto: Paulo Goeth (ASCOM/SES)

24 HOSPITAIS realizam transplantes

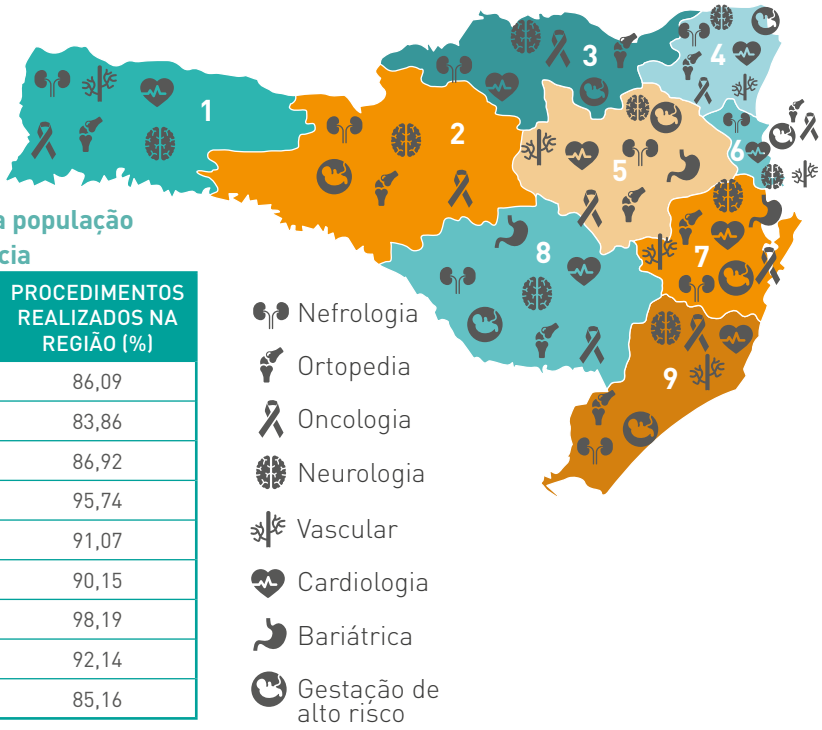
62 HOSPITAIS captam órgãos e tecidos

Índice catarinense de doadores de múltiplos órgãos por milhão de população (pmp)

Assistência hospitalar

Os catarinenses contam com tratamentos, cirurgias especializadas e eletivas na própria região de residência, diminuindo a necessidade de se deslocarem para outras localidades. Em 2018, foram habilitados 25 novos serviços de alta e média complexidade em todo o Estado.

Capacidade instalada de serviços hospitalares de alta complexidade no Estado de Santa Catarina



Resolutividade de atendimento da população na sua área de abrangência

MACRORREGIÃO DE SAÚDE	POPULAÇÃO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA REGIÃO (%)
1 Grande Oeste	789.571	86,09
2 Meio-Oeste	626.418	83,86
3 Planalto Norte	375.990	86,92
4 Nordeste	1.007.466	95,74
5 Vale do Itajaí	1.064.245	91,07
6 Foz do Rio Itajaí	683.034	90,15
7 Grande Florianópolis	1.172.076	98,19
8 Serra Catarinense	289.820	92,14
9 Sul	992.541	85,16

Projeto Ver

O Projeto Ver atende pacientes que estão na fila de espera por cirurgias de cataratas, pterígio, glaucoma e descolamento de retina, doenças que atingem o globo ocular e danificam a visão, podendo culminar em cegueira. Em 2018, 27.036 pessoas voltaram a enxergar com o Projeto Ver de Santa Catarina. Os procedimentos foram realizados em 12 hospitais de todas as regiões, tendo sido investidos aproximadamente 20 milhões na saúde dos catarinenses.

Projeto Ver
Foto: Paulo Goeth (ASCOM/SES)

O Hospital Regional Homero de Miranda Gomes, de São José, é a unidade com melhor eficiência na emergência, desde a entrada do paciente até o encaminhamento para internação. O Homero de Miranda Gomes conquistou o melhor desempenho entre seis hospitais que participaram da consultoria do Hospital Sírio-Libanês.

Hemodinâmica IC
Foto: Paulo Goeth (ASCOM/SES)

Assistência de urgência e emergência

Integração SAMU e Bombeiros Militar

Em pouco mais de um ano de integração entre SAMU e Bombeiros Militares, é possível ver os resultados dessa parceria. A primeira delas foi a unificação das sedes físicas de atendimento para os quartéis, além de capacitações para a reestruturação do Núcleo de Educação em Urgências, com o objetivo de qualificar o atendimento pré-hospitalar (APH) nas instituições.

27 MIL
atendimentos/mês

DIMINUIÇÃO EM 1'18''
no tempo de resposta das Unidades de Suporte Avançado

Assistência farmacêutica

O Estado fornece à população medicamentos para atender a diversas doenças, desde as mais simples até as mais complexas.

COMPONENTE BÁSICO
Medicamentos para atendimento do primeiro nível de atenção à saúde, tais como anti-hipertensivos, antidiabéticos, contraceptivos, antibióticos e outros.

COMPONENTE ESTRATÉGICO
Medicamentos para tratamento de doenças com importância epidemiológica, tais como AIDS/HIV, tuberculose, hanseníase, meningite, influenza, sífilis, entre outras.
- 25 mil pacientes HIV tratados/mês
- 597 crianças atendidas com Palivizumabe
- distribuição de 48.403 frascos de penicilina para sífilis

COMPONENTE ESPECIALIZADO
Medicamentos utilizados em nível ambulatorial, geralmente de uso contínuo, com custo de tratamento mais elevado ou de maior complexidade, tais como artrite, asma, esquizofrenia e doença de Alzheimeir.

- 91 protocolos clínicos
- 128 mil pacientes atendidos
- 20% de pacientes com dislipidemia
- 18% com asma e doença pulmonar obstrutiva grave
- 10% com esquizofrenia

SEGURANÇA PÚBLICA

Redução dos índices de criminalidade

Cenários prospectivos foram o método de atuação adotado pela Secretaria da Segurança Pública a partir de fevereiro de 2018 para reverter o quadro de violência dos três anos anteriores em Santa Catarina. Nesse sentido, priorizou-se a antecipação (compreender as possibilidades futuras), a ação (construir estratégias vencedoras) e a adaptação (capacidade de adaptação).

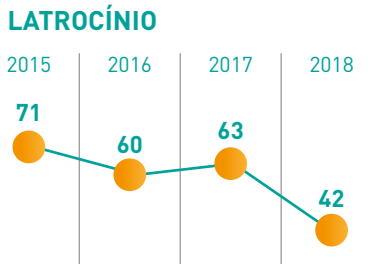
Na análise de cenários, foi dada ênfase à inovação, à inteligência e à tecnologia, com ações de curto, médio e longo prazos, tais como sufocamento das organizações criminosas, prisão de lideranças criminosas, apreensão de drogas e armas, e demonstração de força e controle.

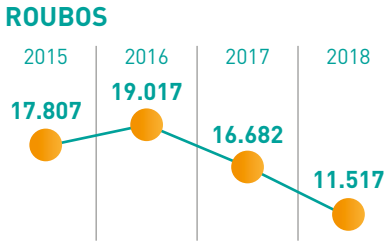
No que tange à inovação, as opções foram: a estadualização das forças de segurança pública (regionalização); o redirecionamento de recursos; a valorização/motivação do pessoal; a aproximação dos comandos; e a construção do Plano Estadual de Segurança Pública, já alinhado com o projetado pelo Ministério da Segurança Pública.

Quanto à Inteligência, optou-se pelo reaparelhamento, fortalecimento e valorização das agências, bem como pelo compartilhamento e capilaridade bidirecional de informações.

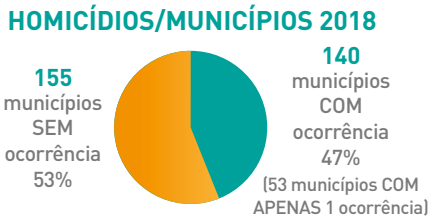
Na área de Tecnologia, prevaleceram os investimentos na integração do sistema de câmeras públicas com privadas e programas de informação e análise de videomonitoramento, como PMSC Mobile, integração de bancos de dados, câmeras individuais, gerência de drones, sistema de oitiva flagrancial em áudio e vídeo, delegacia virtual, inquérito eletrônico, laboratório e equipamentos do IGP e FireCast Comunidade.

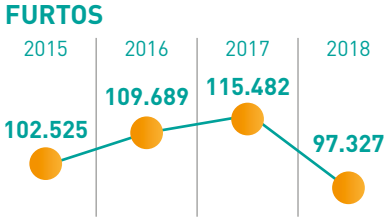
Os resultados positivos da implementação dessas políticas podem ser vistos nos números que se seguem.



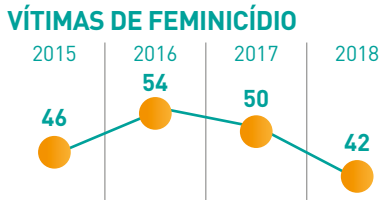


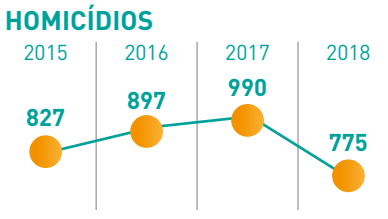
Menor taxa desde 2013
Variação 2018: -31%





Menor número de ocorrências de toda a série histórica (desde 2008)
Variação 2018: -15,7%





Menor número de vítimas desde 2014
Variação 2018: -21,7%

POLÍCIA MILITAR

286.643 ocorrências policiais registradas

523.178 ocorrências policiais atendidas

POLÍCIA CIVIL

897.706 boletins de ocorrência

49.796 inquéritos policiais instaurados

30.896 termos circunstanciados

21.655 flagrantes lavrados

11.509 autos de apuração de atos infracionais instaurados

2.786 procedimentos baixados

POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

12.774 ocorrências atendidas

POLÍCIA MILITAR RODOVIÁRIA ESTADUAL

372.008 veículos abordados

604 veículos retidos

2.396 veículos advertidos

87.812 veículos autuados

20.524 barreiras realizadas

7.408 acidentes atendidos

DETRAN

977.683 Carteiras Nacionais de Habilitação emitidas

1.004.708 transferências realizadas

3.267.080 licenciamentos

186.163 nº de 1º emplacamento

1.079.891 vistorias realizadas

CORPO DE BOMBEIROS

164.125 ocorrências emergenciais

133.845 pessoas socorridas

59.866 salvamentos aquáticos

487.264 atividades de segurança contra incêndio e pânico

622.148 chamadas atendidas nas centrais de emergências

7.408 acidentes atendidos

IGP

621.956 carteiras de identidade emitidas

115.776 solicitações atendidas

79 identificações criminais

214 laudos papiloscópicos

5.127 confrontos papiloscópicos

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)

83.351 alunos atendidos

261 municípios envolvidos

2.023 escolas envolvidas

1.425.384 crianças atendidas desde o início do PROERD

APREENSÕES

3.681 armas de fogo

538 adolescentes apreendidos por ordem judicial

13.383 quilos de drogas apreendidas (cocaína, maconha, crack e outras)

169.808 unidades de drogas apreendidas (ecstasy, LSD e outros)

1.404 adolescentes apreendidos por flagrante

PRISÕES

4.502 adultos presos por mandado de prisão

22.366 adultos presos por flagrante

JUSTIÇA E CIDADANIA

Modelo em ressocialização e capacitação

Santa Catarina vem investindo firmemente em melhorias, reformas e construções do sistema prisional para torná-lo mais humanizado e moderno. Além de novas unidades, o trabalho e a educação são estratégias de segurança nas unidades prisionais. O investimento em política de trabalho e educação resulta em 6.011 (28%) detentos trabalhando por meio de 250 convênios com empresas e órgãos públicos, além de 6.752 estudando (31%) e 1.624 que concluíram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de um total de 21.564. O Estado busca construir uma administração inovadora dotada de tecnologias como videoaudiências, tornozeleiras eletrônicas e escâneres, bem como aprimorar seus servidores com treinamentos e capacitações.

Detentos pagam faculdade com salário do próprio trabalho

Um bom exemplo dos resultados obtidos no sistema penitenciário catarinense com o investimento em política de educação foi a formatura de 13 detentos da Penitenciária do Vale do Itajaí no curso superior de Tecnólogo em Logística, em 2018. Eles integram um projeto pioneiro em Santa Catarina e são os primeiros a concluírem uma faculdade paga com o salário do próprio trabalho realizado dentro da unidade, completando o ciclo da ressocialização com a oferta de trabalho e de estudo. Para a próxima fase, 60 reeducandos já estão inscritos.

Formatura de detentos em curso superior na Penitenciária de Itajaí

Foto: Divulgação/SJC

Mostra reúne produtos fabricados dentro das unidades prisionais

Por ser referência nacional em número de presos que exercem atividades dentro da unidade e por ter um importante trabalho de ressocialização considerado modelo, o Estado sediou em 2018 a 2ª Mostra Laboral do Sistema Prisional Brasileiro, reunindo em um único espaço os produtos fabricados pelos reeducandos das unidades prisionais catarinenses e também por reeducandos de todo o Brasil.

A exposição, que contou com representantes dos 26 estados da Federação e mais o Distrito Federal, apresentou móveis, estofados, camas,

roupas, eletrodomésticos, bicicletas, chuveiros, cortinas, flores, janelas de alumínio, tapetes artesanais, lajotas, lâmpadas, tintas, motores e telefones, entre outros produtos que estão presentes no dia a dia dos catarinenses e são comercializados pelas empresas que oferecem trabalho no sistema prisional.

Exposição de produtos fabricados nas unidades prisionais durante a Mostra Laboral
Foto: Divulgação/SJC

Inaugurada a primeira unidade feminina para atender mulheres condenadas

Em 2018, Santa Catarina inaugurou a primeira penitenciária feminina para mulheres condenadas no Estado. Localizada no município de Criciúma, possui 286 vagas e conta com toda a infraestrutura necessária a esse público, como creche, berçário, brinquedoteca, fraldário, lactário e espaços para estudo e trabalho. Atualmente, quase 100% das detentas trabalham (em oficinas de confecção e panificação) ou estudam (educação formal ou remição por leitura).

Uma outra unidade feminina foi inaugurada em 2018 – o Presídio Feminino de Chapecó –, com 286 vagas e destinada a presas provisórias que aguardam julgamento.

Vista aérea do Presídio Feminino de Chapecó
Foto: Divulgação/SJC

Espaço para atender a mulher com filho presa na Penitenciária Feminina de Criciúma

Foto: Divulgação/SJC

Estímulo ao uso de monitoramento eletrônico

Santa Catarina vem implementando cada vez mais o uso de tornozeleiras eletrônicas. Atualmente, 987 equipamentos estão disponíveis para detentos com direito à prisão domiciliar monitorada, e um total de 919 está em uso (47 federal e 872 estadual) em 58 comarcas do Estado.

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Implantação do Centro de Atendimento Socioeducativo Sul (CASE Sul)

Em 2018, Santa Catarina concluiu o CASE Sul em Criciúma, com uma infraestrutura que permite ao adolescente ter acesso à escolarização, a cursos profissionalizantes, a atendimento médico, odontológico e psicológico, além de atividades de lazer como teatro, ginásio de esportes, sala multiuso e quadra polivalente, favorecendo a reinserção do jovem no convívio social.

CASE Sul em Criciúma para atendimento dos adolescentes
Foto: Divulgação/SJC

PROCON de SC tem índice de resolutividade de 98%

O Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/SC) atende aproximadamente 20 mil consumidores/ano, quase 2 mil ao mês, uma média de 100 atendimentos por dia, com um índice de resolutividade de 98% envolvendo 13 servidores.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Santa Catarina – Um estado empreendedor

Santa Catarina é um estado diferenciado de todos os demais do Brasil. O seu espírito empreendedor é nacional e internacionalmente reconhecido. O Governo do Estado vem apoiando esse empreendedorismo com ações voltadas ao crescimento econômico sustentável. Em 2018, o Governo deu continuidade a essas ações, ampliando a construção de Centros de Inovação, o Programa Juro Zero e o Programa SC+Energia, além de consolidar o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), gerando renda e emprego nas mais diversas regiões do Estado.

Ciência, tecnologia e inovação

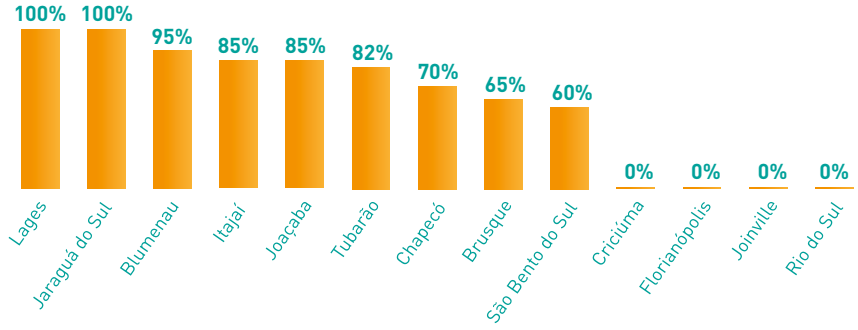
Centros de Inovação

Os Centros de Inovação inserem-se na aposta do Governo Estadual em políticas públicas para desenvolver Santa Catarina através da inovação, do conhecimento e do empreendedorismo. O projeto prevê a implantação de 13 Centros de Inovação que visam fomentar a vocação econômica de cada região por meio da ciência e da tecnologia.

Em 2018, foi inaugurado o Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, o segundo concluído pelo Estado e que contou com investimentos de mais de R$ 8 milhões. Estão em andamento a construção de mais sete Centros de Inovação (Brusque, Chapecó, Joaçaba, São Bento do Sul, Tubarão, Itajaí e Blumenau), e outros quatro estão em processo de contratação (Florianópolis, Joinville, Criciúma e Rio do Sul).

Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, concluído em 2018
Foto: Mônica Foltran

Situação das obras dos Centros de Inovação de Santa Catarina - posição em 31/12/2018



Saneamento e meio ambiente

O Projeto "Educação Ambiental: Integrando os Grupos de Trabalho de Educação Ambiental de Santa Catarina (GTEAs)" consiste no despertar da consciência sustentável nas lideranças regionais, motivando a inclusão do tema "Educação Ambiental" em todas as atividades das mais diversas organizações públicas e privadas, além da integração entre essas instituições para o desenvolvimento de matérias educativas.

Em 2018, houve a revitalização dos 10 Grupos de Trabalho de Educação Ambiental, com a capacitação de 500 representantes de entidades da iniciativa pública e privada que se reúnem periodicamente em seus territórios para fortalecer as ações de educação ambiental em todo o Estado. Também foi elaborado o Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Santa Catarina (PERS/SC).

Cadastro Ambiental Rural (CAR) de imóveis rurais

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é a ferramenta que possibilita a sustentabilidade ambiental para os proprietários de imóveis rurais, consolidando a produção agropecuária sem o risco de que futuras gerações possam sofrer com possíveis danos irreversíveis ao meio ambiente.

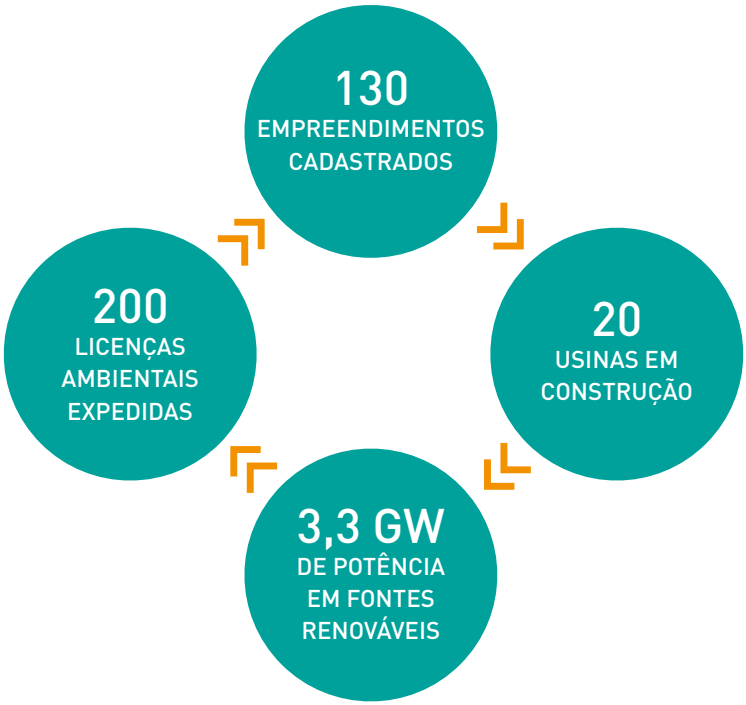
VANTAGENS DA ADESÃO AO CAR:

- Crédito rural com menores taxas e prazos maiores
- Melhores condições de contratação de seguro agrícola
- Facilidade na identificação de áreas de preservação permanente, reservas legais e área de uso restrito, podendo gerar dedução do ITR a ser pago
- Possibilidade de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), que será implantado pelos estados respeitando os biomas de cada região. A adesão ao Programa permite que o proprietário tenha até 20 anos para regularização do passivo ambiental, bem como para a suspensão das sanções ambientais cometidas até 28 de julho de 2008

Desenvolvimento econômico

Fortalecimento na produção de energias limpas e renováveis

O Programa Catarinense de Energias Limpas tem o objetivo de fortalecer principalmente as energias consideradas limpas e renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), Eólica, Solar e Biomassa.



Investe SC

O Investe SC é uma parceria entre o Governo Estadual e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) para que o Estado tenha reconhecimento internacional, fortalecendo as cadeias produtivas já consolidadas e ampliando segmentos que venham agregar valor à economia catarinense. O objetivo é identificar setores potenciais e criar oportunidades de investimentos, auxiliando o relacionamento entre a administração pública e a iniciativa privada. Entre as ações realizadas no Investe SC em 2018, destacam-se: a participação do Brasil Investment Forum 2018; a ampliação da fábrica da GM em Joinville, com o início da importação de automóveis por Santa Catarina; e a assinatura do memorando para instalação do primeiro Engie Lab do País, com foco em projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de energia eólica e solar, cidades inteligentes, biogás e hidrogênio.

Foram 94 empresas cadastradas, dos mais diversos segmentos, com estimativa de investimento médio de aproximadamente R$ 6,7 bilhões. Depois de consolidados os investimentos das empresas prospectadas, estima-se que sejam gerados cerca de 30 mil vagas de empregos diretos e indiretos. O tempo médio de construção da planta da empresa é de dois anos após o anúncio.

PRODEC

O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) foi criado pela Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, e regulamentado pelo Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007.

PRODEC em 2018:

Recursos hídricos

Comitês de bacias

Os comitês de bacias hidrográficas são de fundamental importância para a tomada de decisão na gestão de recursos hídricos do Estado. As bacias possuem diferentes disponibilidades, usos e demandas de água, remetendo à necessidade de análise e conhecimento de suas especificidades.

Nesse sentido, entre as ações desenvolvidas estão as capacitações aos membros dos comitês e de entidades parceiras sobre a gestão de recursos hídricos, eventos e a forte articulação com os diferentes órgãos do poder público, executoras parceiras do programa, associações de municípios, universidades e setores produtivos, bem como a mobilização para a efetiva participação social.

Por meio de sete entidades executivas, foram investidos mais de R$ 3 milhões, resultando na estruturação de equipes de apoio e execução das atividades nos comitês de bacias e também na capacitação dos membros dos comitês, na manutenção da estrutura física do comitê e na mobilização da comunidade para o cuidado com a água.

Outorga e regularização de usuários de água

A outorga é o ato administrativo que regula o uso dos recursos hídricos. Todos os usuários de água devem estar regularizados como parte da política de recursos hídricos.

Em 2018, foram regularizados 971 empreendimentos, entre os quais 77 hidrelétricos, 72 indústrias e 55 usuários da agricultura. A regularização é condição fundamental para obtenção de crédito, licenciamento ambiental e demais certificações do processo produtivo, o que traz segurança técnica e jurídica para o uso de um recurso natural limitado, de domínio público e que deve ser utilizado visando ao desenvolvimento sustentável.

Entre os requerimentos de usuários, destacam-se a realização de 105 Avaliações de Disponibilidade Hídrica (APDH) e 625 autorizações prévias para perfuração de poços para captação de água subterrânea.

Mudanças climáticas

Santa Catarina vem fomentando cada vez mais programas direcionados à gestão da qualidade do ar, à manutenção da qualidade dos aquíferos e à sustentabilidade das empresas instaladas ou que possam se instalar no Estado, destacando-se os seguintes programas:

- O **Programa Produtor de Água em Santa Catarina** tem como objetivo apoiar iniciativas de projetos de pagamento por serviços ambientais no Estado. As principais ações estão voltadas para a elaboração do Planejamento Estratégico do Programa Produtor de Água:
  - do Rio Vermelho (Campo Alegre e São Bento do Sul);
  - da microbacia Morro da Palha (São Francisco do Sul); e
  - da bacia hidrográfica do Rio Cubatão (Águas Mornas, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara).
- O **Programa Catarinense de Inovação para a Sustentabilidade Empresarial** objetiva preparar microempresas, empresas de pequeno porte e produtores rurais catarinenses para lidar com a sua relação de risco, oportunidades, impacto e dependência dos recursos naturais (serviços ecossistêmicos) e incorporar esses conhecimentos em seus processos e modelos de negócio.
- O **Programa Gestão da Qualidade do Ar em Santa Catarina** pretende estimar o impacto das emissões veiculares, queimadas industriais e naturais na qualidade do ar e desenvolver um sistema web de inventário de emissões industriais para atualização contínua.

Metrologia

O Governo de Santa Catarina realiza ações fiscalizatórias e de verificação visando garantir a qualidade de produtos e serviços, bem como a sua segurança, identificando se oferecem risco aos consumidores ou ao meio ambiente. Em 2018, foram realizadas:

49.340 AÇÕES
fiscalizatórias de produtos pré-embalados
regulamentados pelo Inmetro, que são medidos e acondicionados sem a presença do consumidor

33.000 AÇÕES
fiscalizatórias de conformidade e segurança
de bens e serviços que oferecem risco à segurança dos consumidores ou ao meio ambiente

158.733 VERIFICAÇÕES METROLÓGICAS
de instrumentos de medição regulamentados pelo Inmetro utilizados pelo comércio, por prestadores de serviço e pela indústria, tais como bombas medidoras de combustíveis, balanças e taxímetros

Regulação e fiscalização dos serviços públicos

Em 2018, foram realizadas 96 fiscalizações de campo pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), que é uma autarquia especial com autonomia administrativa, financeira, técnica e patrimonial responsável pela regulação, fiscalização e orientação dos serviços públicos que o Estado presta.

AGRICULTURA

Tecnologia, segurança alimentar e inovação

Santa Catarina tem uma vocação: produzir alimentos de qualidade. Com 1,12% do território nacional, o Estado é destaque em diversas áreas.

1º
- MAÇÃ
- SUÍNOS
- PESCADO
- CEBOLA
- OSTRAS E MEXILHÕES

2º
- ARROZ
- PERA
- FUMO
- ERVA-MATE
- FRANGO

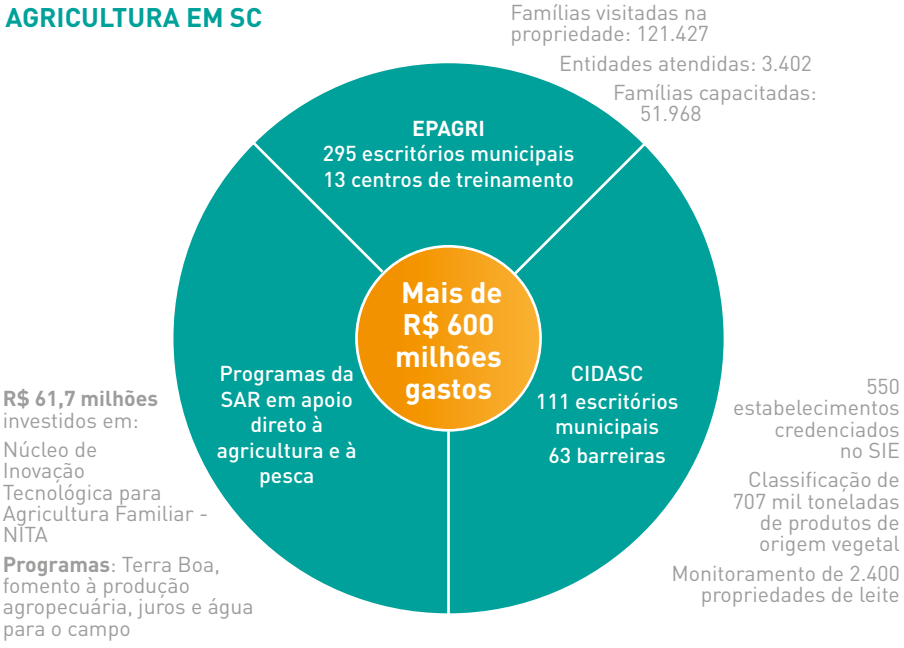
3º
- ALHO
- PALMITO

4º
- LEITE
- BANANA
- PÊSSEGO
- TRIGO
- MEL DE ABELHA

Sinônimo de excelência sanitária, o Estado é o único do Brasil reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como área livre de febre aftosa sem vacinação e, junto com o Rio Grande do Sul, livre de peste suína clássica.

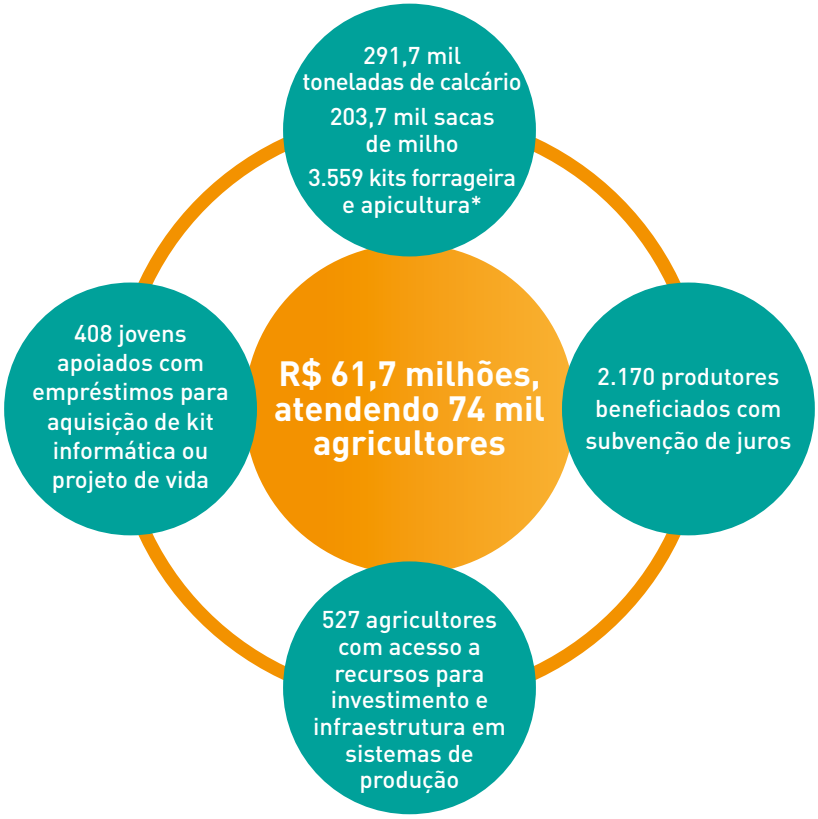
Em 2018, o Governo do Estado investiu investiu mais de R$ 600 milhões na área da agricultura em quatro grandes eixos: comercialização, pesquisa agropecuária e extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, e fomento agropecuário.

AGRICULTURA EM SC



Fomento e financiamento agropecuário

O Estado destinou R$ 51,5 milhões aos programas de fomento e financiamentos para aumento da produtividade, melhoria do processo produtivo, agregação de valor e para diversas outras áreas.

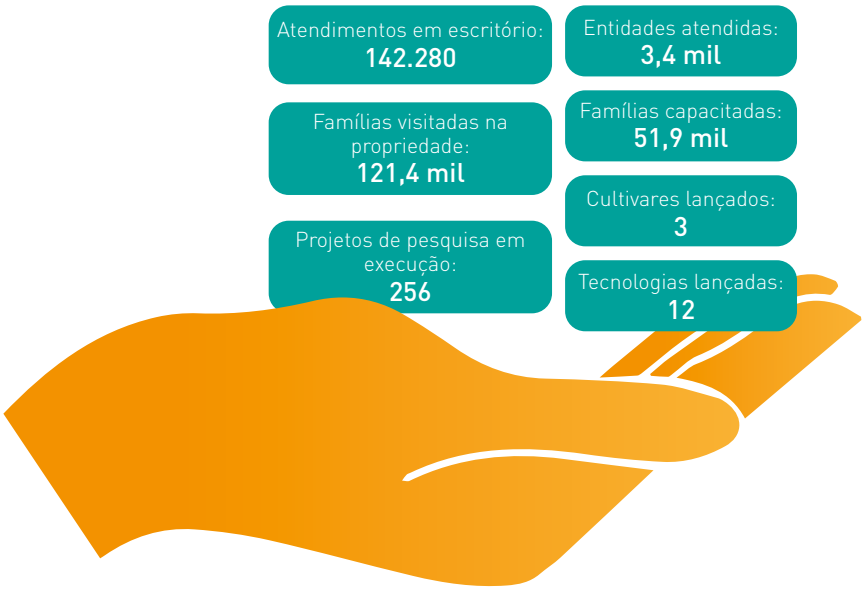


*Kit: é um crédito liberado aos agricultores para que possam adquirir "tecnologia", ou seja, retiram nas cooperativas parceiras insumos e equipamentos (dentro de limites e padrões técnicos estabelecidos) para a implantação de áreas com as tecnologias recomendadas pela Epagri. Hoje a pecuária e a apicultura são as atividades que contam com esse apoio.

Os valores recebidos são pagos pelos agricultores ao Fundo de Desenvolvimento Rural.

Investir em pesquisa, assistência e extensão aos agricultores e pescadores tem sido um ótimo investimento para o Estado

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) é a principal parceira na implementação de políticas para a agricultura e a pesca. O trabalho de pesquisa e extensão rural abrange todo o território catarinense.



A cada R$ 1 investido, o retorno foi de **R$ 5,88**

Segurança alimentar e sanitária é prioridade

Em Santa Catarina, a sanidade agropecuária é prioridade. O status sanitário e de segurança alimentar diferenciado tem impactos diretos e indiretos no desempenho das exportações de carne suína e de aves. Essas condições permitiram que, de janeiro a novembro, o agronegócio respondesse por 66% do total das exportações, com um faturamento que passa de US$ 5,4 bilhões.

931 MIL TONELADAS DE PRODUTOS VEGETAIS CLASSIFICADOS

MONITORAMENTO DE 4.303 PROPRIEDADES

6,03 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS NO TERMINAL GRANELEIRO

FISCALIZAÇÕES:

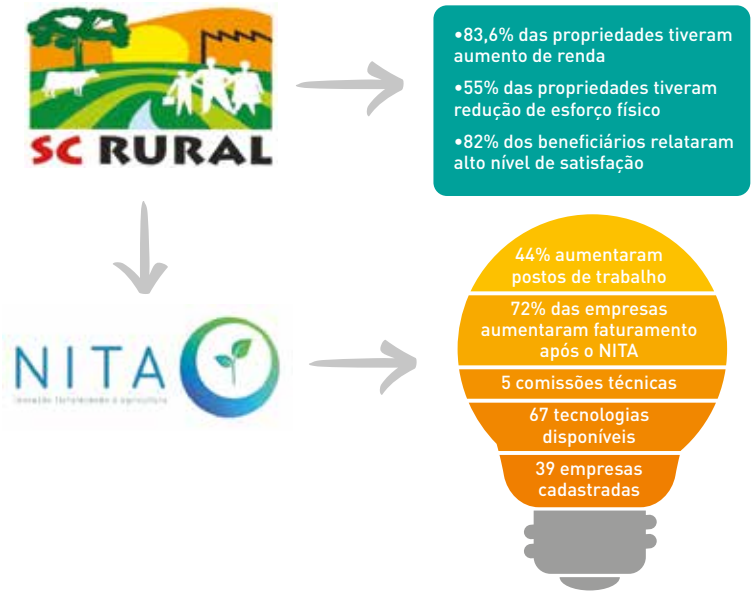
- 2.435 em transformação de alimentos
- 953 estabelecimentos de comercialização de agrotóxicos, sementes e mudas
- 12.485 em agentes da cadeia vegetal
- 12.485 propriedades rurais
- 533 mil em postos fixos

Ampliar a oferta de tecnologias adequadas para o campo e a pesca é um desafio

No acompanhamento e na fiscalização de projetos apoiados pelo Programa SC Rural, têm sido verificados excelentes resultados nos investimentos realizados.

Com o sucesso do SC Rural, Santa Catarina aceitou o desafio do Banco Mundial e implantou um projeto inovador para aproximar startups e agricultura familiar. O Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar (NITA) tem a missão de conectar esses setores tão distintos a fim de vencer desafios como a falta de tecnologias adequadas e de baixo custo voltadas à realidade da pequena produção, o que faz com que as atividades sejam menos sensíveis às mudanças do clima e tenham menor impacto ambiental.

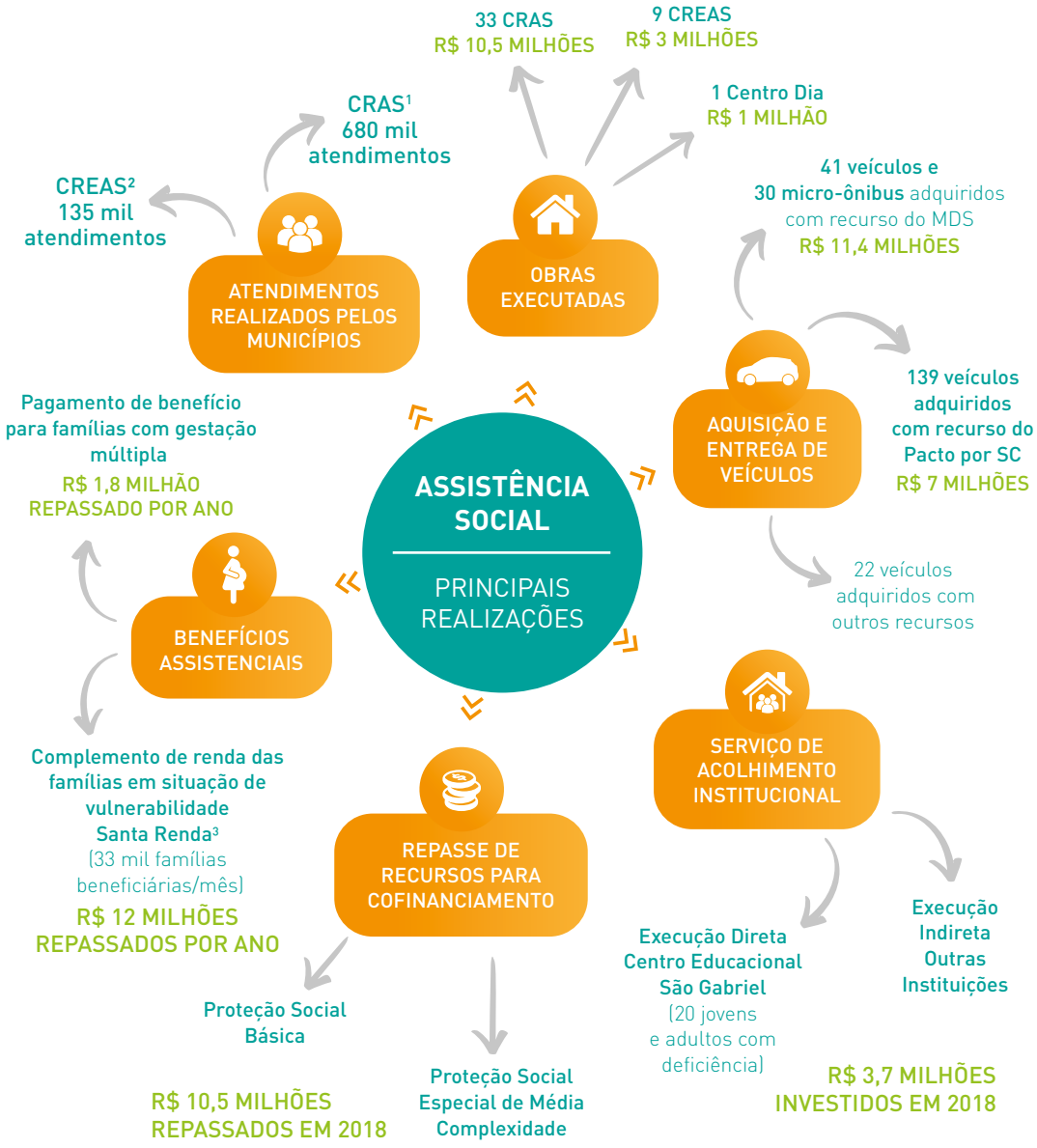
Em um ano, as empresas ligadas ao NITA já observaram um aumento significativo no número de negócios, de contatos e de receitas, algumas até despertando interesse de investidores internacionais.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social Descentralizada e Participativa

A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) contribuiu para uma política de assistência social mais descentralizada e participativa. Os dados demonstram que a assistência social em Santa Catarina progrediu como política pública, alcançando melhores resultados de acesso à proteção social. A ampliação da cobertura e os atendimentos realizados por esse sistema refletiram na redução da vulnerabilidade no Estado, prevenindo situações de risco e possibilitando o acesso aos direitos de cidadania.



1 **Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)**: unidade pública cuja função é a proteção das famílias para prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e o usufruto de direitos, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

2 **Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)**: unidade de Proteção Social Especial de Média Complexidade, visa ao trabalho social com as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos. Ou seja, enquanto o CRAS previne situações de vulnerabilidade social e risco, o CREAS trata das consequências ocasionadas pela vulnerabilidade e pelo risco social.

3 **Programa Santa Renda**: programa estadual de transferência de renda que tem como objetivo complementar o valor do benefício do Programa Federal Bolsa Família. Têm direito ao benefício as famílias do Programa Bolsa Família em situação de extrema pobreza cuja renda per capita, mesmo após o recebimento do Programa, tenha permanecido inferior a R$ 99,00 e que tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 a 15 anos.

Veículos entregues aos municípios

Foto: ASCOM/SST

Conclusão do CRAS no município de Rodeio

Foto: ASCOM/SST

Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante - CRAI

O Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI) atende imigrantes que precisam de orientações para se estabelecer no Estado, seja para regularizar documentação, aprender a língua portuguesa ou buscar uma colocação no mercado de trabalho.

Desde a abertura, em fevereiro de 2018, passaram pelo CRAI 5.297 imigrantes de 57 nacionalidades diferentes.

Programa de atendimento ao trabalhador

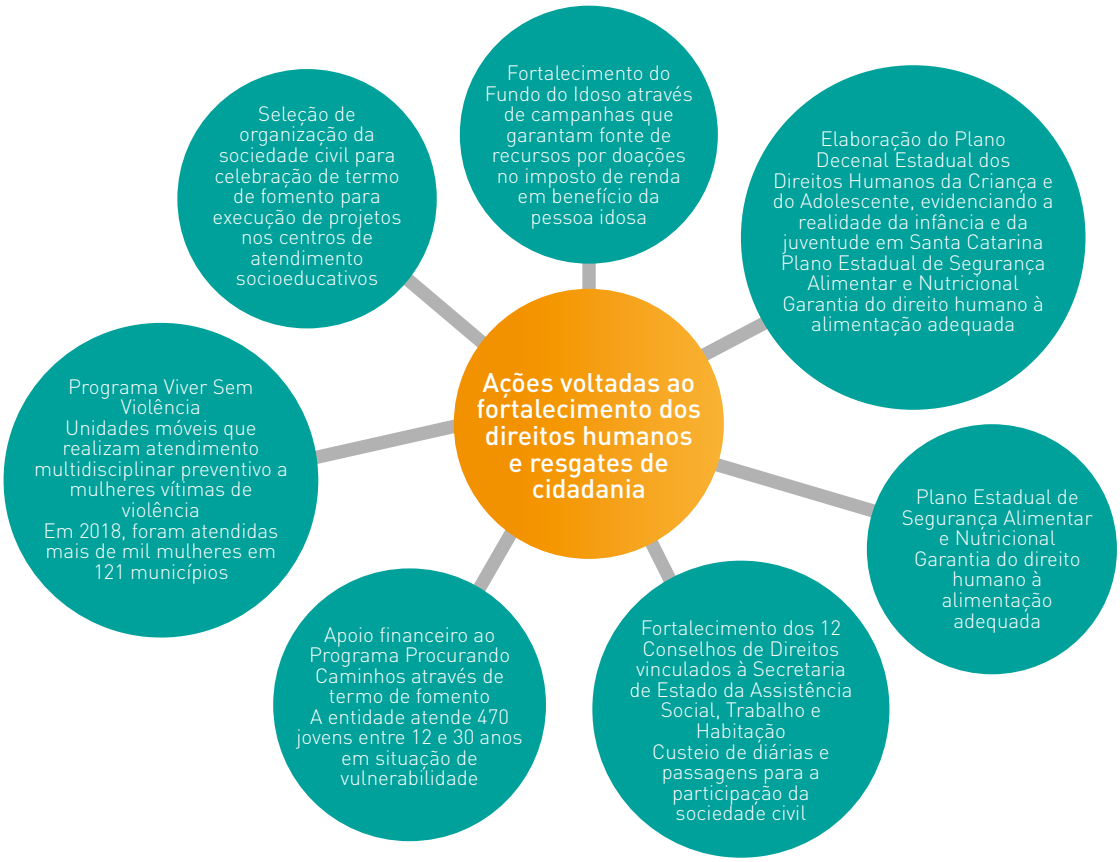
O Estado atua no Programa de Atendimento ao Trabalhador coordenando e mantendo os 124 postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE), ambos responsáveis pela inserção de pessoas no mercado de trabalho.

Capacitações no Sistema Único de Assistência Social

Para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Estado promoveu capacitações em diversas áreas, tais como:

- Cadastro Único;
- Programa Bolsa Família, Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC);
- Capacitações para conselheiros tutelares e conselheiros municipais;
- Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA); e
- Estratégia Amigo da Pessoa Idosa, entre outras.

Foram mais de 4 mil pessoas capacitadas, muitas delas com a possibilidade de se tornarem multiplicadoras em seus municípios.



DEFESA CIVIL

Proteção ao catarinense

O projeto de Proteção e Defesa Civil para execução de ações de prevenção, monitoramento, gestão de riscos e respostas a desastres visa minimizar ou até mesmo sanar os efeitos negativos causados pelos desastres naturais. Destacam-se a sobre-elevação das barragens no Vale do Itajaí para prevenção às cheias, os serviços de alerta de riscos enviados aos cidadãos por meio de celular e de redes sociais, a ampliação da cobertura meteorológica por radares e a implantação do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD).

Radares meteorológicos

Desde o ano de 2017, Santa Catarina passou a ter 100% de cobertura por radares fabricados especialmente para a previsão de curto prazo. O radar móvel, destinado a cobrir predominantemente a região Sul do Estado, tem como base a cidade de Araranguá e foi oficialmente concluído em fevereiro de 2018.

Radar móvel meteorológico de Araranguá

Área de cobertura: alcance de até 100 km na região Sul do Estado.

Funcionalidades:

- O sinal emitido pelo radar fornece informações para o monitoramento de curtíssimo prazo e aponta a formação de instabilidades como tempestades, chuva, granizo, neve, direção e intensidade do vento.
- Em situações de crise, ele pode ser transportado ao ponto mais estratégico para a previsão local detalhada.

Radar móvel de Araranguá
Foto: Flávio Vieira (ASCOM/SDC)

Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD)

O Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD), localizado em Florianópolis e concluído em 2018, foi criado com o objetivo de reunir em um mesmo local físico setores e órgãos do Estado que realizam o gerenciamento dos riscos e dos desastres para que as informações sejam processadas e integradas de forma mais eficiente. O CIGERD é composto por Centro de Monitoramento e Alerta, Meteorologia, Sistema de Hidrometeorologia, Geologia, Mapeamento de Áreas de Risco, Planos de Contingência, Planos de Ações Emergenciais, Gestão de Crise e Respostas a Desastres.

Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres

Foto: Flávio Vieira (ASCOM/SDC)

Centros regionais e de distribuição

Em 2018, foram concluídas as instalações de 20 centros regionais.

Nas regionais de Florianópolis, Joaçaba e Rio do Sul também estão estruturados centros de logística (CELOGs) para guarda e distribuição de itens de assistência humanitária. Na ocorrência de um evento adverso, o centro regional será o ponto de encontro para as autoridades tomarem decisões. O local tem estrutura de videoconferência, possibilitando contato direto com a base em Florianópolis, sala de situação e gerador de energia própria.

Kits de transposição de obstáculos (pontes)

Em 2018, foram entregues 41 kits de transposição de obstáculos para 34 municípios com o objetivo de restabelecer os acessos destruídos pelos desastres naturais. A ação é realizada em parceria com o município, que constrói as cabeceiras e finaliza os acessos. O kit de concreto, que é pré-fabricado, custa cerca de 50% de uma ponte convencional e pode suportar até 70 toneladas. Substitui as pontes antigas danificadas pelo tempo ou pela força da água quando chove muito. A montagem é rápida, e o kit pode ser instalado no local em até duas horas. Desde 2013, a Defesa Civil de Santa Catarina já instalou 356 kits de transposição de obstáculos no Estado.

Kit de transposição de obstáculos de 10 x 5 metros instalado em 2018 no município de Nova Trento

Foto: Flávio Vieira (ASCOM/SDC)

Assistência humanitária

Os kits de assistência humanitária são materiais destinados à população afetada por desastres naturais. Por conta de eventos naturais adversos, foram distribuídos os seguintes itens para 13 municípios do Estado:

ITEM DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA	QUANTIDADE FORNECIDA PELO ESTADO EM 2018
Acomodação casal	257
Acomodação solteiro	763
Água potável (garrafa de 5 litros)	3.544
Cesta básica 7 dias	1.093
Colchão casal	470
Colchão solteiro	1158
Cumeeiras	354
Kit de higiene	724
Kit de limpeza	785
Prego (kg)	58
Telhas 4 mm	21.776
TOTAL	30.982

Atualização: 31 de dezembro de 2018

Casas modulares

Em 2018, foram entregues 42 casas modulares para famílias em situação de vulnerabilidade social e que tiveram a sua residência declarada pela defesa civil como destruída ou interditada de maneira definitiva devido a um evento climático adverso, além de outros requisitos. As casas são compostas por dois quartos, sala/cozinha, banheiro e área de serviço, e possuem cerca de 40 metros quadrados.

MUNICÍPIO	NÚMERO DE CASAS MODULARES ENTREGUES EM 2018
Ituporanga	6
São Miguel do Oeste	1
Ponte Serrada	25
Lindóia do Sul	3
Tijucas	7
TOTAL	**42**

Produtos Perigosos

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de operações realizadas	36
Total de veículos vistoriados	1.782
Total de veículos autuados por irregularidades	529
Total de autuações lavradas durante a atividade preventiva	2.456
Orientações via WhatsApp e telefone	30
Atendimento presencial	04
Simulados	02

Atualizado em 31 de outubro de 2018

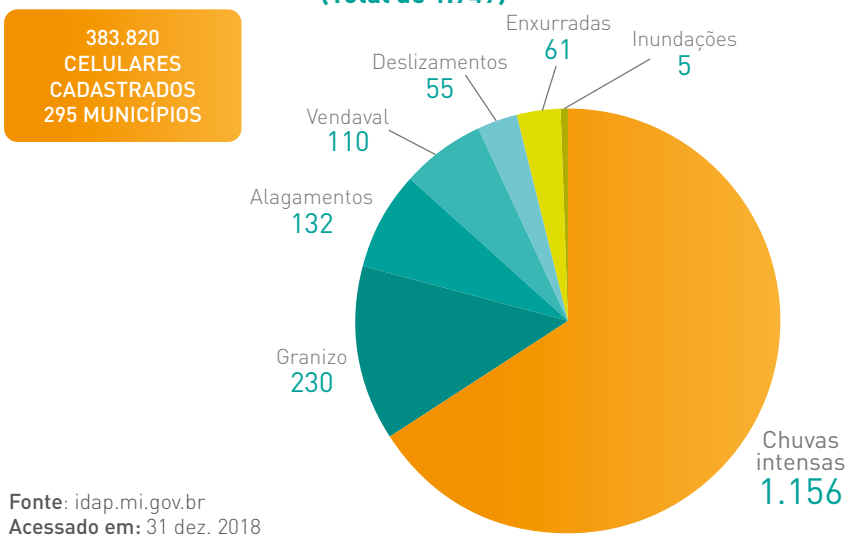
Operação preventiva na BR-101, em Araranguá, através do Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos

Foto: Flávio Vieira (ASCOM/SDC)

Alerta no celular

O serviço é gratuito e está disponível para todas as regiões cadastradas (Oeste, Meio-Oeste, Planalto Norte, Planalto Sul, Vale do Itajaí, Litoral Norte, Litoral Sul e Grande Florianópolis). Para receber o SMS, o cidadão só precisa se cadastrar enviando uma mensagem de texto para o número 40199 com o CEP de seu interesse. De acordo com informações repassadas pela Gerência de Alerta da Secretaria (referenciando o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, através da Plataforma Interface de Divulgação de Alertas Públicos), até final de dezembro de 2018 havia 383.820 celulares cadastrados.

QUANTIDADE DE ALERTAS NO CELULAR
(Total de 1.749)



Fonte: idap.mi.gov.br
Acessado em: 31 dez. 2018

Mais qualidade nos alertas meteorológicos

Uma importante aquisição feita pelo Estado no ano de 2018 foi a instalação da antena para captação de imagens do satélite GOES-16 (Geostationary Operational Environmental Satellite). As imagens do satélite GOES-16 (16 canais disponíveis em tempo real) permitem que os meteorologistas façam um acompanhamento mais apurado, com maior número de imagens e melhor resolução da formação, do desenvolvimento e do enfraquecimento das tempestades.

Portanto, juntamente com os radares meteorológicos já instalados, as estações de superfície e os modelos meteorológicos de alta resolução têm a função de melhorar a qualidade da previsão de curtíssimo prazo e a emissão de alertas para a população.

Antena para captação de imagens do satélite GOES-16 (Geostationary Operational Environmental Satellite).
Foto: Flávio Vieira (ASCOM/SDC)

Mapeamento de risco

O Estado de Santa Catarina possui área total de 95,7 mil km². No entanto, ainda não há condições de informar o percentual dessa área, que representa efetivamente as áreas de riscos naturais. Está em andamento uma parceria entre o Governo do Estado e a União para obter essa resposta. A Secretaria de Estado da Defesa Civil, em convênio com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa pública na forma da Lei Federal nº 8.970/1994, que detém as atribuições de Serviço Geológico do Brasil, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem como objetivos a elaboração de setorização de riscos geológicos para 185 municípios, a elaboração de pré-cartas (238 municípios) e cartas (40 municípios) de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa (como os escorregamentos e desmoronamentos, por exemplo) e eventos de natureza hidrológica (enchentes, inundações e enxurradas). Também tem como função realizar o mapeamento de perigo em cinco municípios pilotos.

O encerramento dessas ações está previsto para o fim de 2019, e a identificação dos riscos geológicos e hidrológicos, especialmente em áreas habitadas, permitirá a ação preventiva através da elaboração ou correção dos planos diretores, evitando ocupações irregulares. Da mesma forma, para as áreas de risco já habitadas, a emissão de alertas mais precisos protegerá a vida da população. Portanto, a expectativa é que os produtos a serem entregues sejam um importante recurso para o desenvolvimento dos instrumentos de planejamento urbano, para atuação em cenários críticos e para que a população fique ciente dos riscos aos quais está exposta.

INFRAESTRUTURA

Mãos às obras

Em 2018, a unificação da gestão da Secretaria de Estado da Infraestrutura e das duas autarquias vinculadas, o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e o Departamento de Transportes e Terminais (DETER), permitiu avanços nas propostas técnicas para programas de financiamento com o BNDES e o BID, ações importantes no planejamento intermodal, o plano aeroviário, a inclusão de recursos de desapropriações em todas as ações (projetos, financiamentos, entre outros) e maior agilidade nos programas de manutenção rotineira, como sinalização, roçada e conservação.

Panorama de obras concluídas e em andamento em 2018

Obras pelo Estado

Obras em andamento em 2018

REGIÃO	OBRAS	EXTENSÃO (KM)	INVESTIMENTOS (R$ MILHÕES)
Grande Florianópolis[1]	7	27,9	624,96
Sul	3	34,3	230,72
Vale do Itajaí[2]	4	61,9	660,74
Norte[3]	5	38,61	149,27
Planalto	5	151,5	416,38
Oeste	6	109,3	303,87
Total	30	423,6	2.385,94

Fonte: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Obras concluídas em 2018

REGIÃO	OBRAS	EXTENSÃO (KM)	INVESTIMENTOS (R$ MILHÕES)
Sul	3	15,4	69,76
Vale do Itajaí[4]	1	0,00	19,31
Norte	4	90,4	295,65
Planalto	4	107,7	106,71
Oeste	5	91,0	286,77
Total	17	304,5	778,20

Fonte: Secretaria de Estado da Infraestrutura

1 Inclui as obras de Restauração da Ponte Hercílio Luz.
2 Inclui as obras do Porto de Itajaí.
3 Inclui obras civis de melhoria dos terminais de integração medidas moderadoras de tráfego em Joinville (Programa SIT Joinville).
4 Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu, em Indaial.

Obras em destaque

O Estado executa as ações de infraestrutura do Programa Pacto por Santa Catarina, que teve início em 2012. O programa de investimentos do Governo do Estado em infraestrutura de transportes destina mais de R$ 4,5 bilhões para obras de melhoria e ampliação de capacidade de rodovias e portos catarinenses, com destaque para as seguintes obras:

Restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis

Foram realizadas diversas frentes de trabalho nos blocos de ancoragem das barras de olhal, na colocação das grades que vão funcionar como piso, na pintura, entre outras.

Situação atual: andamento

Percentual de execução: 79,50%

Investimento contratado: R$ 434.887.098,06

Objetivo: restauração e reabilitação

Foto: ASCOM/Secretaria de Estado da Infraestrutura

Bacia de evolução dos portos de Itajaí e Navegantes

A nova bacia de evolução terá um diâmetro de 530 metros e 13 metros de profundidade, podendo operar embarcações com comprimento máximo de 336 metros e largura máxima (boca) de 48 metros. Atualmente, o porto opera embarcações com comprimento máximo de 306 metros.

Situação atual: andamento

Percentual de execução: 91,95%

Investimento contratado: R$ 146.340.762,73

Objetivo: ampliação da capacidade portuária

Foto: divulgação do Porto de Itajaí

Implantação, pavimentação e duplicação do novo acesso ao sul da Ilha, em Florianópolis

Situação atual: andamento
Percentual de execução: 62,82%
Investimento contratado: R$ 175.884.701,36
Objetivo: ampliação
Obras de acesso ao sul da Ilha
Foto: Júlio Cancelier (Secretaria de Estado da Infraestrutura)

Obra essencial para a operação do novo terminal do Aeroporto Hercílio Luz. A sua conclusão beneficiará ainda todo o sul da Ilha de Santa Catarina, configurando uma nova via de acesso. Estima-se que até 60% do tráfego destinado ao sul da ilha utilizará esse novo acesso, desafogando vias atualmente congestionadas, o que irá resultar em melhoria na mobilidade urbana e em condições para ampliação do turismo.

Ampliação da capacidade da Rodovia Antônio Heil (Rodovia SC-486), que liga Brusque à BR-101

Situação atual: andamento
Percentual de execução: 68,80%
Investimento contratado: R$ 185.799.587,65
Objetivo: ampliação da capacidade rodoviária
Rodovia Antônio Heil (Rodovia SC-486)
Foto: ASCOM/Secretaria de Estado da Infraestrutura

A obra tem por finalidade melhorar as condições de tráfego (fluidez) e a segurança dos usuários da via e das comunidades lindeiras. A Rodovia Antônio Heil é uma das que apresenta maior volume de tráfego entre as rodovias catarinenses, sendo fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Vale do Itajaí.

Ampliação da capacidade e melhoria da Avenida Santos Dumont, em Joinville, incluindo elevado na Rua Tuiuti

Situação atual: concluída

Valor contratado:
R$ 86.771.159,81

Foto: ASCOM/Secretaria de Estado da Infraestrutura

A Avenida Santos Dumont atende o Distrito Industrial de Joinville e serve de ligação ao Aeroporto de Joinville. Sua execução tem por finalidade melhorar a mobilidade urbana, propiciando maior conforto, rapidez, segurança e qualidade aos usuários. Com a conclusão da obra, espera-se que sejam ampliadas as condições para atração de novas empresas, haja vista a expansão das empresas existentes e a consequente geração de empregos e renda para a população da região.

TURISMO, ESPORTE E CULTURA

Turismo

O turismo conectando negócios e lazer

O Estado fomenta o desenvolvimento das atividades turísticas em todas as suas regiões, oferecendo atrações para os diversos públicos, a exemplo do enoturismo, rota da cerveja, turismo de experiência, história e cultura, ecoturismo, esportes de aventura, eventos, gastronomia, estâncias termais, compras, lazer e entretenimento, praia e natureza. Durante o ano de 2018, diversos projetos foram executados, agregando valor ao setor, tais como apoio a eventos e entidades, construção de centros de eventos e multiuso, implantação de projetos estruturantes turísticos, de curso e programa de qualificação, e criação de equipamento turístico.

TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS

Em 2018, houve a finalização das obras de construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú com recursos do convênio firmado entre o Ministério do Turismo, o Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú. O Centro de Eventos oferecerá 28 salas para convenções e tem como principal objetivo atender à demanda regional por um espaço com estrutura completa destinado a eventos de médio e grande porte, gerando, consequentemente, o desenvolvimento da economia estadual.

Construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú

- Valor do investimento: R$ 138.380.000,00
- Área total do empreendimento: 33.534 m2
- Área total de locação: 18.306,83 m2
- Capacidade: 18.300 pessoas
- Vagas de estacionamento: 875
- Potencial de arrecadação (levando em consideração um evento de 10.000 pessoas): R$ 160.000,00 de ICMS e R$ 37.935,00 de ISS
- Estimativa de m² locados por ano: 6.407
- Estimativa de dias locados por ano: 110
- Público médio estimado: 6.405 pessoas
- Prazo de concessão: 30 anos

Gestão do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira

- 34 contratos assinados em 2018
- 10 contratos assinados para 2019
- 1 contrato assinado para 2020
- Arrecadação de 2018: mais de R$ 792 mil, deduzidos os descontos definidos pela SEFAZ/SC
- Recebeu mais de120 mil pessoas

Participação do Governo em eventos divulgando o Estado de Santa Catarina

Itajaí sediou em 2018 a Volvo Ocean Race, maior regata atual de volta ao mundo
Foto: James Tavares (SECOM)

A cidade de Itajaí sediou em 2018 a Volvo Ocean Race, considerada atualmente a maior regata de volta ao mundo. O valor gerado com a passagem da regata (cerca de R$ 83 milhões) foi quase sete vezes maior do que o valor total de investimentos públicos e privados. Grande parte da movimentação financeira gerada pelo evento ficou concentrada em Itajaí e na região dos municípios da Foz do Rio Itajaí, e foi oriunda de serviços de hospedagem e infraestrutura para a regata, restaurantes, aluguéis de embarcações e taxas portuárias.

Investimento em turismo rural na agricultura familiar

Com o objetivo de promover atividades integradas nas comunidades rurais que estruturem, qualifiquem e incentivem a consolidação de processos já existentes e o surgimento de novas iniciativas de turismo rural na agricultura familiar, foi contratada uma consultoria no âmbito do Programa SC Rural para a elaboração de Planos de Melhoria das Propriedades e Atrativos, Plano Executivo de Sinalização Turística e criação de material promocional para a região do Caminho dos Cânions e para a região de Concórdia.

Parque de Itá – Recursos do Programa SC Rural
Foto: Fernando Mocelin

Geoparques

Em 2018, o Estado investiu no desenvolvimento de estratégia de geoconservação para o projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, em território que compreende os municípios de Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande, totalizando uma área de 1.304 km². O estudo concluído em 2018 contém o inventário dos geossítios existentes no território e a revisão de estudos prévios sobre patrimônio geológico e, a partir disso, ações sequenciais de avaliação, técnicas de conservação, ações e programas de valorização/divulgação e programa de monitoramento dos locais para garantir o uso em sinergia com a conservação.

Esporte

O esporte como direito de todos

Santa Catarina vem consolidando o seu sistema público de gestão esportiva, passando a apresentar importantes índices em nível nacional. Um dos fatores que têm impulsionado a prática esportiva no Estado é a capacidade da realização de grandes eventos, abrangendo todas as manifestações esportivas (rendimento, escolar e participação). Esses eventos representam incentivo ao engajamento das comunidades locais em ações e programas do desporto, bem como impulsionam o aprimoramento das instalações esportivas. Em 2018, destacaram-se as seguintes ações:

Por intermédio dos eventos esportivos, até o fechamento do calendário esportivo da Fesporte, primeira quinzena de dezembro de 2018, foram mobilizados cerca de 273 mil participantes, que representam 19,4% a mais do que em 2017. O investimento, nesse ano, foi de mais de R$ 10 milhões, que representam um crescimento de 4,56% em comparação ao investimento de 2017. O custo foi de R$ 37,03 por atleta participante.

Esporte aliado ao turismo

Além dos eventos realizados, o Governo do Estado também estabeleceu parceria em diversos outros eventos de âmbito nacional e internacional, confirmando o nosso estado como um lugar excelente para a prática esportiva aliada ao turismo. Uma das principais competições apoiadas pelo Estado é o Ironman, que acontece anualmente em Florianópolis.

IRONMAN FLORIANÓPOLIS BRASIL

- 2.200 atletas
- 48 países
- 25 mil pessoas de público
- Mais de R$ 30 milhões de incremento na economia
- Mais de R$ 5,4 milhões de mídia espontânea

Atletas inscritos

Eventos de rendimento: 23.383 participantes

- Jogos Abertos de Santa Catarina (Jasc)
- Joguinhos Abertos de Santa Catarina

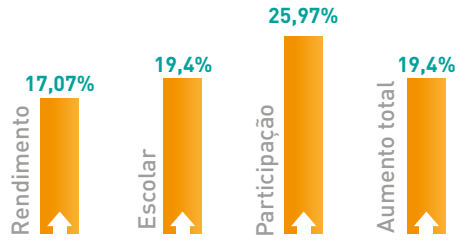
Eventos escolares: 241.722 participantes

- Jogos Escolares de Santa Catarina de 12 a 14 anos (Jesc 12-14)
- Jogos Escolares de Santa Catarina de 15 a 17 anos (Jesc 15-17)
- Festival Escolar Dança Catarina
- Campeonato Catarinense Escolar de Futebol (Moleque Bom de Bola)
- Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (Parajesc)
- Olimpíada Estudantil Catarinense (Olesc)

Eventos de participação: 8.610 participantes

- Jogos Abertos da Terceira Idade (Jasti)
- Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (Parajasc)

CRESCIMENTO DE ATLETAS INSCRITOS



Municípios inscritos

Eventos de rendimento

- Jasc: 206 (6,1%)
- Joguinhos: 188 (10,5%)

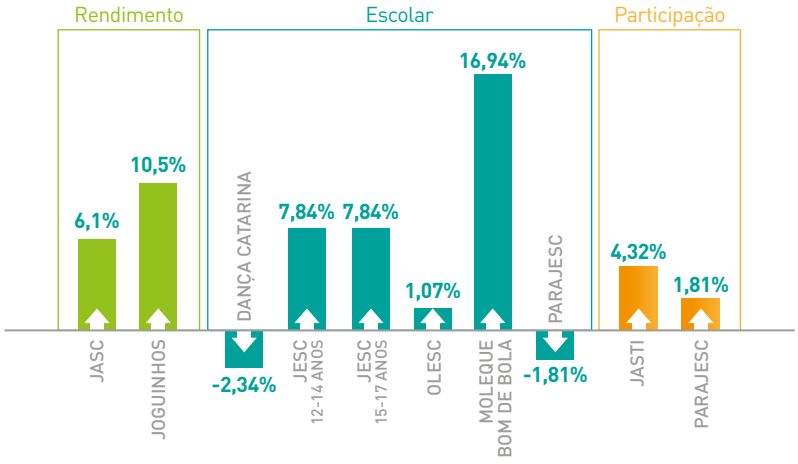
Eventos escolares

- Jesc 12-14: 275 (7,84%)
- Jesc 15-17: 279 (1,14%)
- Moleque Bom de Bola: 249 (16,9%)
- Dança Catarina: 98 (-2,34%)
- Parajesc: 62 (-1,38%)
- Olesc: 188 (1,07%)

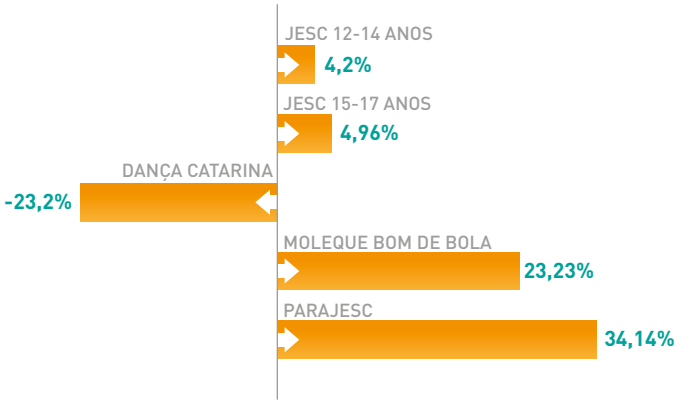
Eventos de participação

- Jasti: 217 (23,2%)
- Parajasc: 56 (1,81%)

CRESCIMENTO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES



CRESCIMENTO DE ESCOLAS PARTICIPANTES



Cultura

A cultura como investimento

Valorizar a cultura é investir num setor econômico que tem demonstrado crescimento significativo, gerando emprego e renda em Santa Catarina. Nesse sentido, ações realizadas pelo Governo do Estado fomentam toda a cadeia de produção da economia criativa. É o caso do Prêmio Catarinense de Cinema e do Projeto Estação Cultural. O Festival de Dança de Joinville, considerado o mais importante do Brasil, também conta com o apoio financeiro do Governo do Estado.

Implementação do Sistema Estadual de Cultura

Mapa Cultural SC (Componente do Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais): identificação e localização de todos os agentes culturais, equipamentos e projetos em execução em todo o território catarinense.

Reformulação do Conselho Estadual de Cultura: conselheiros da sociedade civil passam a ser indicados a partir de fóruns setoriais regionais, de modo a garantir legitimidade aos representantes dos setores culturais no Conselho Estadual de Cultura.

Museu Nacional do Mar
Foto: Márcio H. Martins

Prêmio Catarinense de Cinema

A premiação dada aos vencedores é custeada pelo Governo do Estado e pelo Fundo Setorial do Audiovisual da Agência Nacional de Cinema (Ancine), contemplando 23 projetos entre 257 inscritos. Estima-se que o investimento de R$ 8,4 milhões na economia criativa do Estado gere no mínimo mil postos de trabalho durante a execução das produções.

Abertura dos envelopes do Prêmio Catarinense de Cinema

Foto: Márcio H. Martins

Estação Cultural

O projeto ofertou para 51 municípios um total de 150 atividades/apresentações, visando atrair público diversificado, alcançando cerca de 11 mil pessoas, com atrações que possibilitaram reflexão e discussão sobre diversos temas. Além disso, o evento possibilitou o intercâmbio entre as linguagens artísticas e as manifestações culturais de todas as regiões do Estado, com investimento de aproximadamente R$ 400 mil.

Peça A Mariana e a Benzedeira da Ilha

Foto: Márcio H. Martins

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

PANORAMA GERAL

O ano de 2018 trouxe muitas incertezas e volatilidade para o cenário econômico-financeiro brasileiro, o que obviamente teve reflexos na economia catarinense. Esse ambiente de indefinição e o desequilíbrio estrutural das contas públicas, atrelado à aprovação de reformas de âmbito nacional, impediram um aumento significativo na produtividade geral da economia e mantiveram os investidores cautelosos.

Santa Catarina sofreu os reflexos econômicos da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre, principalmente no setor agroindustrial, o que acumulou grandes prejuízos para o Estado. Os investimentos, por sua vez, também sofreram retrações determinadas pela redução nas linhas financeiras de crédito em conjunto com restrições à tomada de novas operações de crédito devido à saúde fiscal das contas estaduais.

Mesmo assim, encerramos o ano com uma retomada do crescimento na atividade econômica em seu conjunto, alavancada principalmente pelos setores da indústria, do comércio, da agropecuária e de serviços. Esses setores impulsionaram a geração de novos empregos, colocando Santa Catarina em posição de destaque nacional.

Ademais, ao final do exercício, ficou demonstrada nos indicadores fiscais uma melhora do desempenho estadual, a qual contribuirá para que o Estado volte a ser mais bem avaliado fiscalmente para atrair novos investimentos e crédito.

Como reflexo da recuperação de nossa economia, Santa Catarina finalizou o ano com um aumento nominal de 13,3% na arrecadação das receitas tributárias, sem aumento nas alíquotas dos impostos, fruto também dos esforços fiscais desempenhados pela Secretaria da Fazenda e da implantação de programas de incentivo ao contribuinte para pagamento de seus débitos fiscais.

Considerando todas as receitas arrecadadas pelo Estado, além das tributárias, as transferências da União, os rendimentos de aplicação financeira, a prestação de serviços, entre outras, alcançamos um montante de receita bruta de R$ 35,94 bilhões. Desse total, descontam-se as transferências constitucionais aos municípios, o repasse ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e as restituições aos contribuintes, que compõem as deduções da receita, chegando-se à receita líquida de R$ 25,76 bilhões.

Comparando-se a receita líquida com o total das despesas do ano (R$ 26,94 bilhões), verifica-se um deficit orçamentário de R$ 1,19 bilhão em 2018. Ou seja, as receitas arrecadadas no ano foram inferiores às despesas nele reconhecidas.

A seguir, detalham-se informações sobre o planejamento orçamentário do Estado, assim como as principais origens dos recursos arrecadados em 2018 e para qual finalidade foram aplicados. Em conjunto com os números, que são oriundos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), salvo quando informada outra fonte, apresentam-se as análises essenciais da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado de Santa Catarina.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O planejamento orçamentário do Estado de Santa Catarina, que teve como base o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estimou o total das receitas e despesas para o ano de 2018.

Com base nesses instrumentos, foram previstas as receitas totais (receitas que o Estado estima receber) e fixadas as despesas nas diversas áreas de atuação, de modo a atender aos anseios da população.

Em 2018, os instrumentos de planejamento orçamentário do Estado foram estruturados da seguinte forma:

PPA 2016 - 2019
Lei nº 16.859/2015
Definiu as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada

LDO
Lei nº 17.219/2017
Orientou a elaboração do orçamento de 2018, definindo prioridades e metas

LOA
Lei nº 17.447/2017
Estimou a receita e fixou a despesa de 2018

RECEITA LÍQUIDA PREVISTA (R$)	DESPESA FIXADA (R$)
26.429.412.131	26.429.412.131

RECEITA PREVISTA	VALOR (R$)
Receita bruta	36.305.251.355
Receitas correntes	35.825.556.837
Receitas de capital	479.694.518
(-) Deduções	-9.875.839.224
Receita líquida	26.429.412.131

DE ONDE VIERAM OS RECURSOS

RECEITAS DE 2018 (R$ milhões)

RECEITAS BRUTAS 35.936,46 **–** **DEDUÇÕES** -10.180,30 **=** **RECEITAS LÍQUIDAS** 25.756,16

- -6.398,23 Transferências aos municípios
- -3.739,83 Fundeb
- -42,23 Restituições aos contribuintes e outras deduções
- 16.322,20 Tributárias
  - 15.162,17 Impostos
    - 12.675,32 ICMS
    - 1.552,12 IRRF
    - 701,33 IPVA
    - 233,39 ITCMD
    - 0,002 ITBI
  - 1.160,03 Taxas
- 2.533,24 Contribuições
  - 2.533,24 Contribuições sociais
    - 1.511,16 Patronal
    - 1.022,08 Servidor
- 409,58 Patrimonial
  - 385,84 Valores mobiliários
  - 6,19 Cessão de direitos
  - 14,22 Imobiliárias
  - 1,87 Recursos Naturais
  - 1,46 Intangível
- 1,41 Agropecuária
- 0,02 Industrial
- 865,88 Serviços
- 4.782,53 Transferências correntes
  - 2.323,81 Fundeb
  - 924,22 FPE
  - 479,06 SUS
  - 302,56 FNDE
  - 752,87 Outras
- 544,63 Outras receitas correntes
  - 198,99 Indenizações e restituições
  - 171,25 Multas administrativas /contratuais
  - 2,96 Valores incorporados ao patrimônio público
  - 171,43 Outras
- 296,67 Receitas de capital
  - 189,72 Operações de crédito
  - 36,00 Transferências de capital
  - 31,74 Amortização de empréstimos
  - 29,35 Alienação de bens
  - 9,86 Outras

PARA ONDE FORAM OS RECURSOS

DESPESAS DE 2018 (R$ milhões)

DESPESAS EMPENHADAS 26.943,05

- 16.333,07 Pessoal e encargos sociais
  - 6.625,39 Vencimentos e vantagens fixas
  - 5.292,93 Aposentadorias, reformas e pensões
  - 1.707,84 Obrigações patronais
  - 2.706,92 Outros
- 7.286,21 Manutenção dos serviços públicos
- 982,95 Juros e encargos da dívida
- 808,52 Amortização da dívida
- 1.532,31 Investimentos
  - 834,86 Obras e instalações
  - 215,03 Equipamentos e material permanente
  - 194,42 Auxílios
  - 288,00 Outros investimentos

RECEITAS

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita bruta de 2018 em R$ 36,31 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

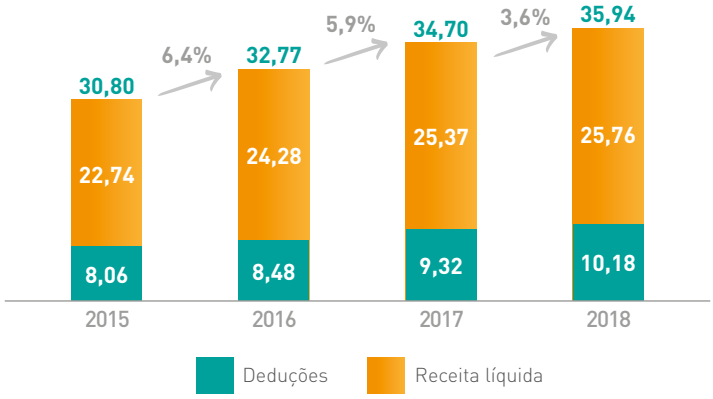
As receitas correspondem aos ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar as suas necessidades de investimentos públicos. A receita é composta por diversas origens de recursos: recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos por outros entes, exploração do seu próprio patrimônio ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

As deduções da receita, que incluem as transferências constitucionais aos municípios, os repasses ao Fundeb e as restituições aos contribuintes, foram orçadas no montante de R$ 9,88 bilhões. Assim, a receita orçamentária líquida estimada para o ano de 2018 foi de R$ 26,43 bilhões.

Previsão da receita para 2018 (R$ bilhões)

Execução da receita em 2018 (R$ bilhões)

Evolução da receita total (R$ bilhões)



Deduções da Receita

As deduções da receita são os valores arrecadados pelo Estado, mas que efetivamente não ficam em seus cofres. São compostas pelos valores de impostos que, por determinação constitucional, devem ser repartidos com os municípios (25% de ICMS e 50% de IPVA, por exemplo), pelos repasses legalmente exigidos ao Fundeb, pelas restituições de tributos aos contribuintes, entre outras deduções.

Transferências aos municípios
R$ 6,40 bilhões

Repasses ao Fundeb
R$ 3,74 bilhões

Restituições e outras deduções
R$ 0,04 bilhão

Na comparação de 2018 com o ano anterior, verifica-se um aumento de apenas 3,6% nas receitas brutas, contudo, considerando-se a inflação do período, tem-se um decréscimo de 0,2%.

Receita prevista x receita arrecadada[1] (R$ milhões)

RECEITAS	2018				2017			
	PREVISÃO INICIAL	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO INICIAL	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
Receitas correntes	**35.826**	**35.640**	**-10.180**	**25.459**	**34.103**	**33.054**	**- 9.322**	**23.732**
Receitas tributárias	25.612	26.097	-9.775	16.322	23.555	23.042	-8.682	14.360
Impostos	24.570	24.935	-9.773	15.162	22.849	22.360	-8.682	13.679
Taxas	1.042	1.162	-2	1.160	706	681	-0,05	681
Receita de contribuições	2.473	2.535	-2	2.533	1.817	2.338	-2	2.336
Receita patrimonial	566	411	-2	410	891	769	-48	721
Receita agropecuária	1	1	-	1	1	1	0,0014	1
Receita industrial	0,03	0,02	-	0,02	4	3	-	3
Receita de serviços	1.117	866	0,04	866	1.039	796	0,4	796
Transferências correntes	5.580	5.180	-397	4.783	5.838	4.970	-373	4.598
Transferências inter-governamentais	5.169	4.733	-387	4.346	5.147	4.591	-355	4.236
Transferências de instituições privadas	302	395	-10	386	546	322	-17	305
Transferências de pessoas	1	1	-	1	0,4	2	-	2
Transferências de convênios	108	50	-	50	144	56	-	56
Outras receitas correntes	477	550	-5	545	959	1.134	-217	916
Receitas de capital	**480**	**297**	**-**	**297**	**1.398**	**1.643**	**-1**	**1.642**
Operações de crédito	350	190	-	190	1.249	1.572	-0,9	1.571
Alienação de bens	57	29	-	29	50	5	-0,01	5
Amortização de empréstimos	30	32	-	32	12	25	-	25
Transferências de capital	36	36	0,00000001	36	51	36	-	36
Outras receitas de capital	6	10	-	10	36	5	-	5
Total	**36.305**	**35.936**	**-10.180**	**25.756**	**35.502**	**34.697**	**-9.323**	**25.374**

A receita bruta arrecadada em 2018 foi 3,6% superior à de 2017 e correspondeu a 98,9% do valor previsto para o ano

A receita líquida arrecadada em 2018 foi R$ 0,38 bilhão maior do que a de 2017

1 Nos valores das receitas correntes e de capital, foram consideradas as receitas intraorçamentárias correntes e de capital, respectivamente. As receitas intraorçamentárias referem-se às operações realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado. Elas são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação "91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", que, quando devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Receitas Correntes por Origem

A origem das receitas correntes pode ser de receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes. A arrecadação das receitas correntes em 2018 correspondeu a 99,2% do total das receitas.

As receitas correntes provenientes dos tributos, tais como impostos e taxas estaduais, foram as mais relevantes para a arrecadação, pois representaram R$ 26,10 bilhões do total bruto arrecadado no ano.

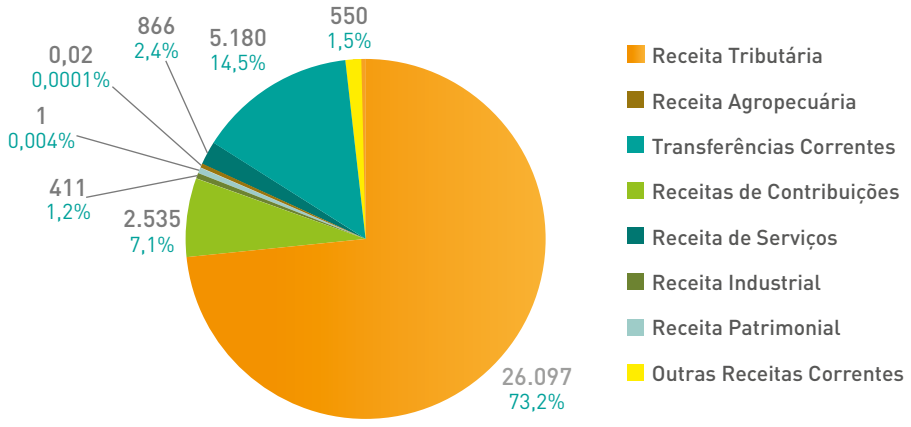
Receitas correntes[2] (R$ milhões)

RECEITAS	2018		2017		VARIAÇÃO% (2018/2017)	
	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida
Receitas correntes	**35.640**	**25.459**	**33.054**	**23.732**	**7,8%**	**7,3%**
Receitas tributárias	26.097	16.322	23.042	14.360	13,3%	13,7%
Receitas de contribuições	2.535	2.533	2.338	2.336	8,4%	8,4%
Receita patrimonial	411	410	769	721	-46,5%	-43,2%
Receita agropecuária	1	1	1	1	10,1%	10,2%
Receita industrial	0,02	0,02	3	3	-99,3%	-99,3%
Receita de serviços	866	866	796	796	8,7%	8,8%
Transferências correntes	5.180	4.783	4.970	4.598	4,2%	4,0%
Outras receitas correntes	550	545	1.134	916	-51,5%	-40,6%

Receita bruta é o total arrecadado pelo Estado

Receita líquida é o que efetivamente permanece nos cofres estaduais após as transferências constitucionais aos municípios e ao Fundeb, bem como após as restituições aos contribuintes. São consideradas também as outras deduções

Composição das receitas correntes brutas de 2018 (R$ milhões)



2 Os valores incluem as receitas correntes intraorçamentárias.

O total bruto arrecadado com as receitas patrimoniais foi de R$ 411,24 milhões, valor que representa um decréscimo de 46,5% em relação ao ano anterior, quando essas receitas totalizaram R$ 769,11 milhões. Tal redução ocorre principalmente pela diminuição do montante depositado nas contas bancárias dos órgãos do Estado em 2018, fato que resultou em um retorno menor dos rendimentos das aplicações financeiras, principal componente dessas receitas.

Em contrapartida, o aumento nas receitas brutas de contribuições foi o resultado do aumento gradual nas taxas de contribuição, que totalizaram R$ 2,54 bilhões em 2018, sendo 8,4% a mais do que em 2017. Esse aumento é consequência da reforma da previdência dos servidores estaduais, que começou a ser implementada em 2015, elevando a contribuição dos servidores de 11% para 14% e a do Estado de 22% para 28%, de forma gradual, até 2018. O objetivo da reforma foi reduzir o deficit previdenciário.

Receita líquida de contribuições em 2018
R$ 2,53 bilhões

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL R$ 1,51 BILHÃO	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR R$ 1,02 BILHÃO
Em 2018, a contribuição do Estado aumentou de 26% para 28%	**Em 2018, a contribuição dos servidores aumentou de 13% para 14%**
Corresponde às contribuições patronais e às dos servidores estaduais pagas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais (RPPS), sendo, no caso da contribuição patronal, registradas como receitas correntes intraorçamentárias por se tratar de uma operação interna entre órgãos do Estado.	

Por sua vez, as transferências correntes totalizaram R$ 5,18 bilhões, sendo a segunda maior origem de recursos das receitas correntes do Estado, o que representa 14,4% da receita corrente bruta.

As outras receitas correntes corresponderam a 1,5% da receita corrente bruta total, com um decréscimo de 51,5% em comparação a 2017. Esse resultado pode ser explicado pela implementação de uma nova estrutura de naturezas de receita no período. Entre as mudanças mais significativas que afetaram essa origem de receitas, está o fato de as multas e juros dos impostos, taxas e contribuições não pertencerem mais a esse grupo. Tais multas e juros agora são lançados juntamente com os seus respectivos tributos de origem.

A seguir, detalham-se as principais receitas correntes do Estado (receita tributária e transferências correntes).

Receita tributária

A maior arrecadação de receitas do Estado é de origem tributária, composta por impostos e taxas, já considerados nesse montante as multas, os juros e a dívida ativa. Do total bruto arrecadado de R$ 26,10 bilhões, R$ 24,94 bilhões são de impostos, entre os quais se destacam o ICMS, o IPVA, o IRRF e o ITCMD.

Da mesma maneira, as taxas cobradas pelo Estado, sejam elas derivadas do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviços, somaram R$ 1,16 bilhão. Nas taxas arrecadadas pelo exercício do poder de polícia, destacam-se os atos da Secretaria de Segurança Pública, com R$ 0,73 bilhão.

No que se refere às taxas pela prestação de serviços públicos, enfatiza-se uma mudança na estrutura das contas integrantes desse grupo, que em 2018 abarcou os emolumentos e as custas judiciais outrora classificados como outras receitas correntes. Essa alteração afetou o comparativo com a variação dos dois exercícios entre as receitas brutas e líquidas, o qual evidenciou um aumento de mais de 550% na arrecadação.

Após todas as deduções de receita, a receita tributária líquida foi de R$ 16,32 bilhões.

Composição da receita tributária considerando multas, juros e dívida ativa (R$ milhões)

RECEITA TRIBUTÁRIA	2018		2017		VARIAÇÃO 2018/2017	
	RECEITA BRUTA	RECEITA LÍQUIDA	RECEITA BRUTA	RECEITA LÍQUIDA	RECEITA BRUTA	RECEITA LÍQUIDA
Impostos	**24.935**	**15.162**	**22.360**	**13.679**	**11,5%**	**10,8%**
ICMS	21.336	12.675	19.071	11.374	11,9%	11,4%
IRRF	1.553	1.552	1.480	1.480	5,0%	4,9%
IPVA	1.754	701	1.552	621	13,0%	13,0%
ITCMD	292	233	257	204	13,8%	14,3%
ITBI	0,070	0,002	0,036	0,033	93,8%	-93,2%
Taxas	**1.162**	**1.160**	**681**	**681**	**70,5%**	**70,3%**
Exercício do poder de polícia	840	840	632	632	32,8%	32,8%
Prestação de serviços	322	320	49	49	558,7%	555,6%
Total	**26.097**	**16.322**	**23.042**	**14.360**	**13,3%**	**13,7%**

Em 2018, a arrecadação tributária média per capita[3] foi de R$ 3.256,52

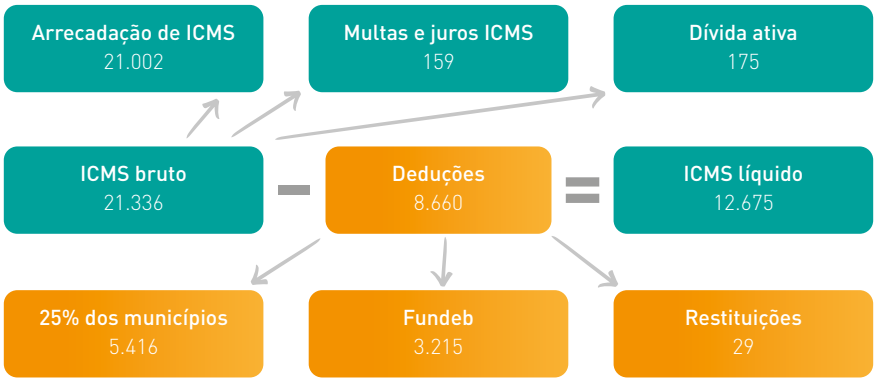
ICMS

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), somando-se à arrecadação com multas, juros e dívida ativa desse imposto, atingiu o montante de R$ 21,34 bilhões em 2018, o equivalente a 59,4% da receita bruta total.

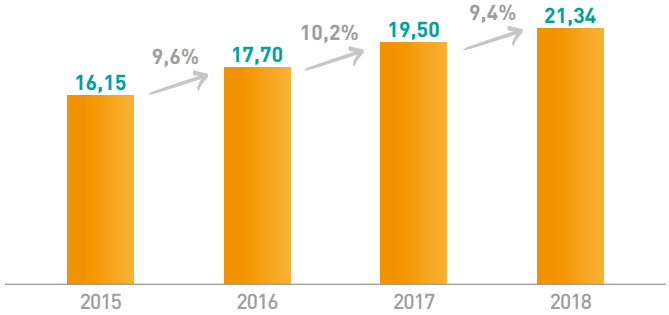
3 Considerando a população de 7.075.494 pessoas, estimada pelo IBGE para o Estado de Santa Catarina em 2018.

Houve um incremento, em valores nominais, na arrecadação bruta de ICMS de 9,4% em relação ao ano de 2017, quando a arrecadação total desse tributo ficou em R$ 19,50 bilhões.

Arrecadação de ICMS em 2018 (R$ milhões)

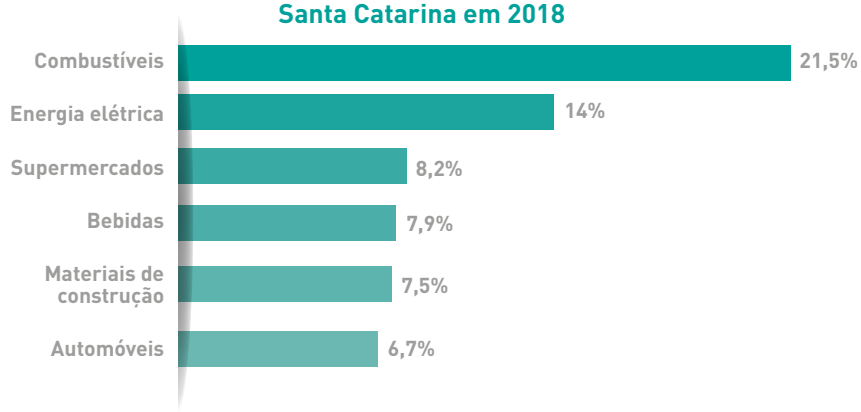


Evolução da receita bruta de ICMS (R$ bilhões)



Na atividade econômica, o setor que mais contribuiu para o total da arrecadação de ICMS foi o de combustíveis, com mais de R$ 4 bilhões arrecadados. Em seguida, estão os ramos de energia elétrica, supermercados, bebidas, materiais de construção e automóveis. Esses setores, quando somados, têm mais de 65,8% na participação da arrecadação total de ICMS.

Setores econômicos com maior arrecadação de ICMS em Santa Catarina em 2018

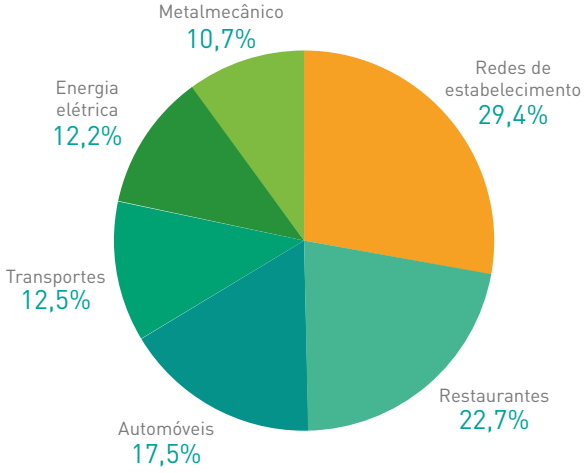


Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Contudo, os setores com maior incremento percentual de arrecadação em relação a 2017 foram os de redes de estabelecimento (29,4% de aumento), de restaurantes (22,7%) e de automóveis (17,5%).

Na contramão do crescimento, os setores de comunicações e agroindústria sofreram quedas mais significativas, de 5,2% e 14,4%, respectivamente. Na agroindústria, alguns dos fatores para tal decréscimo foram a queda nas exportações de alguns produtos e a greve dos caminhoneiros, fatos que causaram grandes prejuízos ao setor.

Setores do Estado com maior incremento no percentual de arrecadação de ICMS em 2018



Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Alíquotas de ICMS em 2018

	SC	RS	PR	SP
Gasolina	25%	30%	29%	25%
Energia elétrica	25%	30%	29%	25%
Cerveja	25%	27%	27%	20%
Cigarros	25%	27%	29%	30%
Cesta básica	7%	12%	7%*	7%
Comunicação	25%	30%	29%	25%
Alíquota geral	17%	18%	18%	18%

* Isento na venda para o consumidor final

É importante enfatizar que, assim como no exercício anterior, durante o ano de 2018, o fisco catarinense também proporcionou oportunidades de quitação aos contribuintes em débito com as suas obrigações tributárias, oferecendo-lhes descontos progressivos. A Medida Provisória nº 216/2017[4], que instituiu o Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF) em 2017, continuou a vigorar e atingiu o montante de R$ 125,87 milhões arrecadados de ICMS em 2018.

Em novembro, autorizado pelo Convênio ICMS nº 79/2018, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o Estado instituiu o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS-ICMS), por meio da Medida

4 Por autorização do Convênio nº158/2017 do CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária.

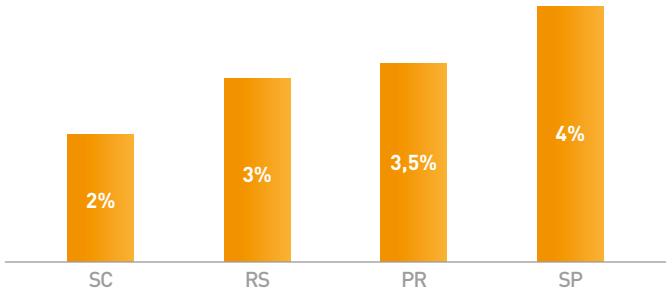
Provisória nº 224/2018. Esse programa atingiu os débitos inscritos ou não em dívida ativa até 31/12/2017 e concedeu descontos de 70% nas multas e nos juros para débitos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e de 90% para as outras obrigações tributárias. O pagamento do PREFIS-ICMS foi feito em parcela única e arrecadou R$ 67,58 milhões.

IPVA

O segundo imposto com a maior arrecadação bruta no ano de 2018 foi o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

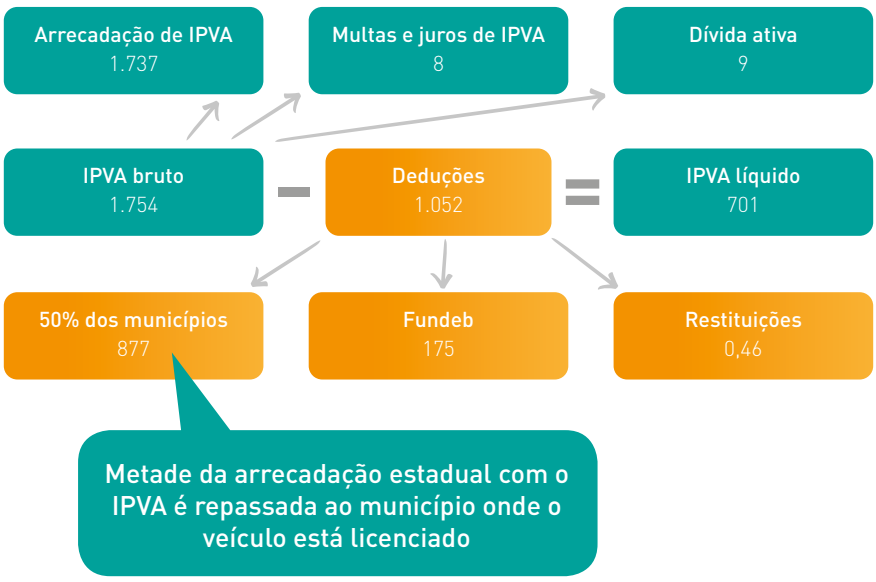
IPVA SC - ALÍQUOTAS VIGENTES EM 2018

- 2% para veículos terrestres, de passeios e utilitários, e motor-casa (fabricação nacional ou estrangeira)
- 1% para veículos terrestres, de duas ou três rodas e os de transporte de carga ou passageiros (fabricação nacional ou estrangeira)
- 1% para veículos terrestres destinados à locação



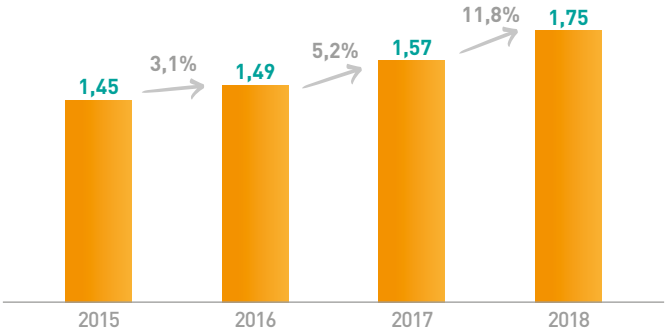
Santa Catarina possui alíquota de IPVA menor que RS, PR e SP

Arrecadação de IPVA em 2018 (R$ milhões)



Metade da arrecadação estadual com o IPVA é repassada ao município onde o veículo está licenciado

Evolução da receita bruta de IPVA (R$ bilhões)

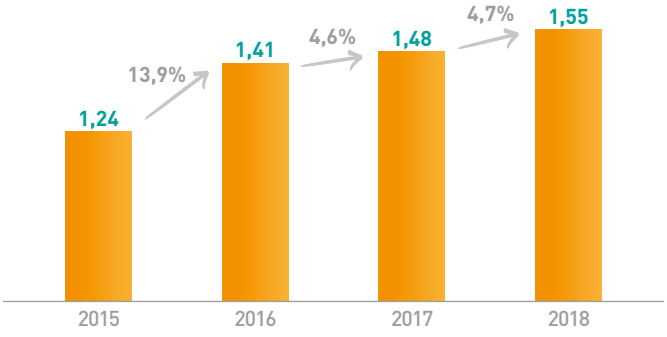


A arrecadação bruta do tributo em 2018, considerando-se as multas, os juros e a dívida ativa, foi de R$ 1,75 bilhão. Em relação a 2017, a receita com o IPVA de Santa Catarina aumentou 11,8%. A frota de veículos de 2017 para 2018 cresceu 3,3%[5].

IRRF

Dispõe o artigo 157, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que pertence ao Estado o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF) quando incidir na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e mantiver. Em 2018, a arrecadação bruta do IRRF alcançou o patamar de R$ 1,55 bilhão. Desse montante, R$ 1,52 bilhão refere-se ao IRRF sobre rendimentos salariais retidos na fonte, e R$ 0,03 bilhão provém de retenções sobre serviços prestados.

Evolução da arrecadação de IRRF (R$ bilhões)



O incremento percentual desse imposto em relação ao ano de 2017 foi de 4,7%, representando 6,2% da receita total de impostos.

ITCMD

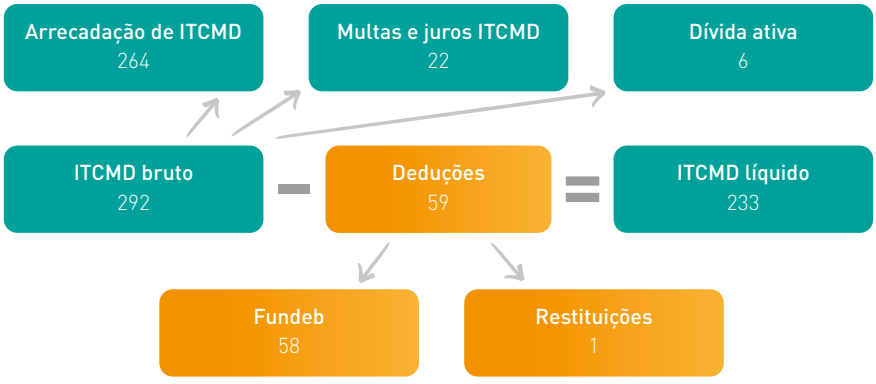
O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança. Em 2018, esse imposto atingiu o montante de R$ 292 milhões de arrecadação bruta, incluídos nesse valor as multas, os juros e a dívida ativa. O valor arrecadado foi 2,3% maior do que no ano anterior, e somente com parcelamentos de débitos em atraso foram arrecadados R$ 19,01 milhões.

5 http://www.detran.sc.gov.br/estatisticas/266-estatistica-veiculos

Alíquotas de ITCMD em 2018

ALÍQUOTA	SC	RS	PR	SP
Mínima	1%	5%	1%	2,5%
Máxima	8%	6%	4%	4%

Arrecadação de ITCMD em 2018 (R$ milhões)

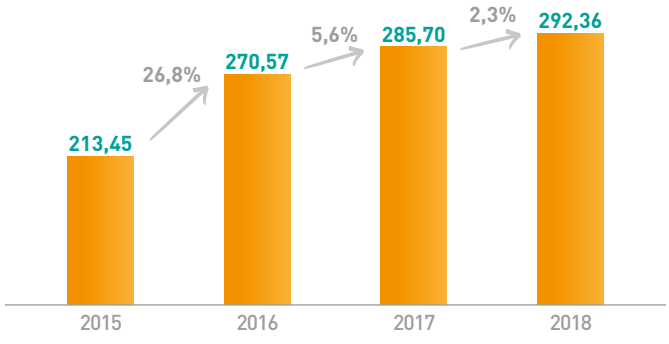


QUEM PAGA ITCMD?

O ITCMD incide sobre a transmissão de bens decorrentes de doação ou herança. No caso das doações, conforme estabelece a Lei Estadual nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, de maneira geral, o responsável pelo pagamento do imposto é a pessoa que recebeu a doação (donatário).

A arrecadação de ITCMD pertence ao Estado, descontando-se apenas a contribuição ao Fundeb. Não há divisão com os municípios catarinenses.

Evolução da arrecadação de ITCMD (R$ milhões)



O primeiro Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do ITCMD (PREFIS-ITCMD) teve o seu lançamento em 2017, autorizado pela Medida Provisória nº 217/2017. Esse programa foi criado de forma a incrementar a arrecadação desse imposto. Os resultados obtidos durante 2018 desde o lançamento do PREFIS-ITCMD alcançaram R$ 7,79 milhões.

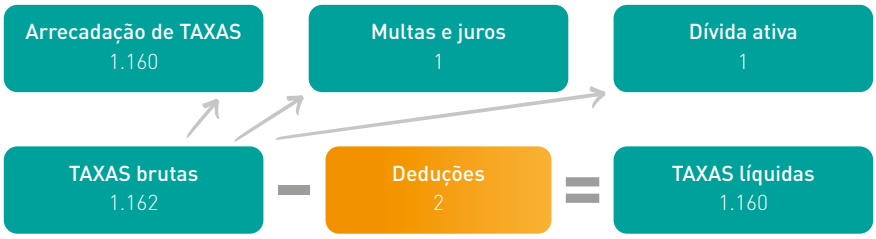
Em novembro, autorizado pelo Convênio ICMS nº 79/2018, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o Estado instituiu o PREFIS-ITCMD por meio da Medida Provisória nº 224/2018. Esse programa atingiu os débitos inscritos ou não em dívida ativa até 31/12/2017 e concedeu descontos de 70% nas multas e nos juros para débitos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e descontos de 90% para as outras obrigações tributárias. O pagamento do PREFIS-ITCMD foi feito em parcela única e arrecadou R$ 11,22 milhões.

TAXAS

Em 2018, devido a uma reestruturação nas naturezas de receita orçamentária, foram incluídos no grupo de taxas alguns serviços antes classificados como outras receitas correntes. Os principais exemplos dessa mudança são as custas processuais e os emolumentos judiciais, que contribuíram com R$ 237,97 milhões na arrecadação bruta de taxas, e também os serviços de selos de fiscalização de atos registrais, os quais adicionaram mais R$ 48,01 milhões ao montante bruto arrecadado.

Desse modo, o grupo de taxas alcançou um total bruto de R$ 1,16 bilhão, demonstrando um aumento percentual significativo nos seus valores brutos de 70,5% em relação ao exercício anterior.

Arrecadação de TAXAS em 2018 (R$ milhões)



As principais taxas que figuram hoje na arrecadação estadual são as provenientes do exercício do poder de polícia (fiscalização de vigilância sanitária, controle e fiscalização ambiental, fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros, regulação de serviços de gás canalizado, atos da administração, atos da Secretaria de Segurança Pública, saúde, infraestrutura, entre outras) e da prestação de serviços públicos (taxa de segurança preventiva, taxa de registro de contrato de veículo, taxa de inspeção e serviço ambiental, taxa judiciária, emolumentos e custas judiciais).

Composição das taxas brutas em 2018 (R$ milhões)

Transferências correntes

Assim como nas outras partes da receita orçamentária, as transferências correntes também sofreram algumas alterações em sua estrutura em 2018. Com a nova disposição, os convênios da União, dos municípios e de instituições privadas, por exemplo, ora elencados separadamente das outras transferências desses entes, agora figuram todos juntos, de modo que as transferências e os convênios fiquem agrupados.

As transferências correntes[6] brutas representaram 14,4% da receita bruta total, perfazendo um montante de R$ 5,18 bilhões. Esse valor é 4,2% maior do que no ano anterior. Apesar do pequeno aumento nos valores totais, várias transferências sofreram quedas importantes, como é o caso da CIDE, com -18,7%, do SUS, com -7,0%, e das transferências pela compensação financeira dos recursos naturais, com -21,2%.

O maior montante das transferências correntes do Estado corresponde àquelas provenientes da União, que representaram 47,4% das transferências correntes. Entre as transferências da União, a principal refere-se ao FPE, que chegou a R$ 1,16 bilhão em 2018, com aumento de 8,5% quando comparado com 2017.

6 As transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

Nas outras transferências correntes, o decréscimo foi de 87,9%. Nesse grupo, está incluso o Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX). Essa transferência não foi feita pela União em 2018 devido à restrição imposta pelo teto dos gastos daquele ente. Tal fato causou uma frustação na expectativa de receita para todos os estados que contavam com esse auxílio. Em 2017, foram mais de R$ 36 milhões repassados, e em 2016 foram quase R$ 84 milhões.

Outro montante representativo das transferências correntes provém do Fundeb, que totalizou R$ 2,32 bilhões. Esse valor representa o retorno que Santa Catarina recebeu para aplicação na rede estadual de ensino e foi R$ 136 milhões maior do que o repassado ao Estado no ano anterior, perfazendo 6,2% de aumento.

Transferências correntes (R$ milhões)

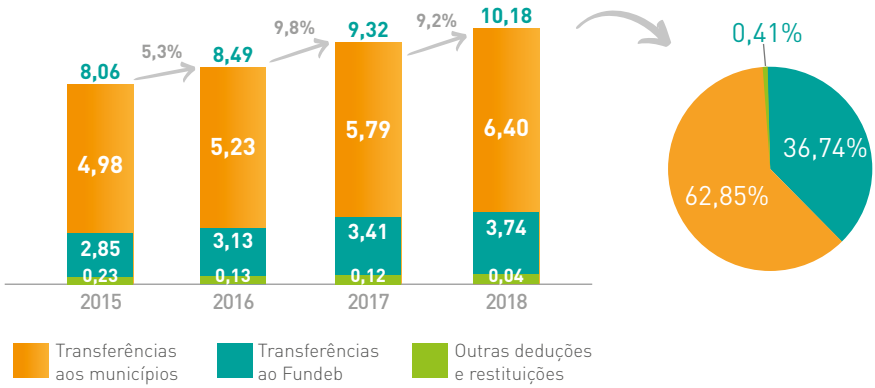
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2018		2017		VARIAÇÃO BRUTA 2018/2017
	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO	
Intergovernamentais	**4.783**	**4.396**	**4.638**	**4.282**	**3,1%**
União	**2.458**	**2.070**	**2.450**	**2.095**	**0,3%**
Cota-parte FPE	1.155	924	1.064	851	**8,5%**
Cota-parte IPI	332	199	290	174	**14,6%**
Cota-parte CIDE	51	38	63	47	**-18,7%**
Cota-parte IOF Ouro	0	0	0,000005	0,000005	**-100%**
Compensação financeira para exploração de recursos naturais	30	30	38	38	**-21,2%**
Transferências de recursos – Sistema Único de Saúde (SUS)	479	479	515	515	**-7,0%**
Transferências de recursos – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,09	0,09	2	2	**-95,7%**
Transferências de recursos – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	303	303	331	331	**-8,7%**
ICMS – desoneração	51	41	53	42	**-2,1%**
Outras transferências	6	6	47	47	**-87,9%**
Convênios União	50	50	47	47	6,2%
Municípios	2	2	0,14	0,14	1.137,2%
Transferências Municípios	1	1	0,003	0,03	36.654%
Convênios Municípios	1	1	0,13	0,13	416,8%
Multigovernamentais	2.324	2.324	2.187	2.187	6,2%
Fundeb	2.324	2.324	2.187	2.187	6,2%
Instituições privadas	395	386	331	314	19,4%
Transferências Instituições Privadas	385	375	322	305	19,3%
Convênios Instituições Privadas	11	11	9	9	22,2%
Pessoas	**1**	**1**	**2**	**2**	**-29,5%**
Exterior	**0,03**	**0,03**	**0,12**	**0,12**	**-77,7%**
Total	**5.180**	**4.783**	**4.970**	**4.598**	**4,2%**

Do valor total recebido das transferências correntes (FPE, CIDE e ICMS – desoneração), uma parte é destinada aos municípios e ao Fundeb (R$ 291 milhões)

Deduções da receita corrente

As deduções da receita[7] corrente somaram R$ 10,18 bilhões em 2018. Desse valor, R$ 6,40 bilhões referem-se à repartição de impostos com os municípios catarinenses, R$ 3,74 bilhões correspondem às transferências realizadas ao Fundeb, R$ 13,16 milhões decorrem de restituições aos contribuintes e R$ 29,08 milhões provêm de outras deduções.

Evolução das deduções da receita corrente (R$ bilhões)



Transferências Constitucionais aos Municípios

Do montante de R$ 6,40 bilhões das transferências constitucionais aos municípios, a parcela mais significativa (84,7%) refere-se à repartição da arrecadação de ICMS.

Total das Transferências
R$ 6,40 bilhões

- ✓ 25% do produto da arrecadação de ICMS estadual (artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal de 1988)
- ✓ 50% da receita de IPVA arrecadada pelo Estado pertence ao município onde o veículo é licenciado (artigo 158, inciso III, da Constituição Federal de 1988)
- ✓ 2,5% do IPI transferido pela União aos estados, proporcional às exportações ocorridas no território estadual

7 São compostas pelos valores de impostos que, por determinação constitucional, devem ser repartidos com os municípios (25% de ICMS e 50% de IPVA, por exemplo), pelos repasses legalmente exigidos ao Fundeb, pelas restituições de tributos aos contribuintes (quando valor recolhido a maior, por exemplo), entre outras deduções.

Origem das transferências constitucionais aos municípios em 2018 (R$ milhões)

Desde 2017, o Estado de Santa Catarina está recompondo valores devidos aos munícipios e ao Fundeb. Esses valores são decorrentes das doações efetuadas pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A (Celesc) ao Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial), nos anos de 2015 a 2016, em contrapartida a créditos presumidos decorrentes de tratamento tributário diferenciado concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), autorizados por convênio aprovado pelo CONFAZ.

Conforme apurado pela SEF e ratificado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE[8]), o valor total de R$ 248,75 milhões, referente ao percentual de 25%, será repassado aos municípios em parcelas mensais. Em 2018, dos R$ 6,40 bilhões repassados aos municípios de cota-parte de ICMS, R$ 89,65 milhões correspondem a essa recomposição de valores.

Na rubrica do ICMS, estão representados os valores repassados aos municípios relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) cuja sistemática de arrecadação e de apropriação em receita de ICMS passou a ser mensal, conforme a Lei nº 17.616/2018, para as parcelas já pagas pelas empresas beneficiárias desse programa. No exercício, foram repassados R$ 112,38 milhões de PRODEC aos municípios.

Por sua vez, o Programa Pró-Emprego, que concede tratamento tributários diferenciado aos contribuintes de ICMS nele inclusos, contribuiu com R$ 9,41 milhões aos municípios.

Fundeb

No exercício de 2018, foi repassada ao Fundeb a soma de R$ 3,74 bilhões. A principal origem de receitas dessas transferências foi o ICMS (86%), seguido da cota-parte do FPE, com 6,2%.

8 Ofício nº TC/GAP/DCE/N. 7294/2017 – conforme § 5º do art. 1º da Lei nº 17.053/16.

Origem das transferências legais ao Fundeb em 2018 (R$ milhões)

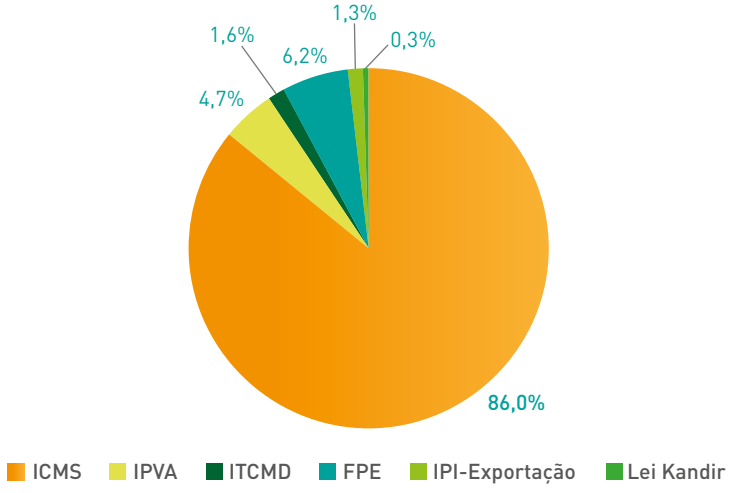
Total das Transferências
3.740

ICMS	**3.215**
IPVA	**175**
ITCMD	**58**
Cota-Parte FPE	**231**
Cota-Parte IPI Exportação	**50**
Lei Kandir	**10**

Conforme ocorre com os repasses aos municípios, o Estado de Santa Catarina está fazendo a recomposição de valores devidos ao Fundeb referentes às doações efetuadas pela Celesc ao FundoSocial, nos anos de 2015 a 2016, em contrapartida a créditos presumidos decorrentes de tratamento tributário diferenciado concedido pela SEF, autorizados por convênio aprovado pelo CONFAZ.

O montante apurado pela Secretaria da Fazenda foi de R$ 84,17 milhões e consiste no valor de retorno aos municípios (conforme índices publicados pelo Ministério da Educação) da parcela do Estado que não transitou pelo Fundeb. Além disso, também foi apurado o montante de R$ 104,76 milhões, valor que consiste no retorno aos municípios (conforme índices publicados pelo Ministério da Educação), relativo às diferenças devidas pelo Estado ao fundo no período de 2013 a 2015[9]. Esses valores são transferidos mensalmente e totalizaram R$ 18,97 milhões em 2018.

Percentuais da cota-parte do Fundeb registrados pelo Estado em 2018



9 Apontamento do FNDE, Ofícios nºs 790/214, 323/2015 e 11.916/2016 e Lei nº 17.053/16.

Receitas de Capital

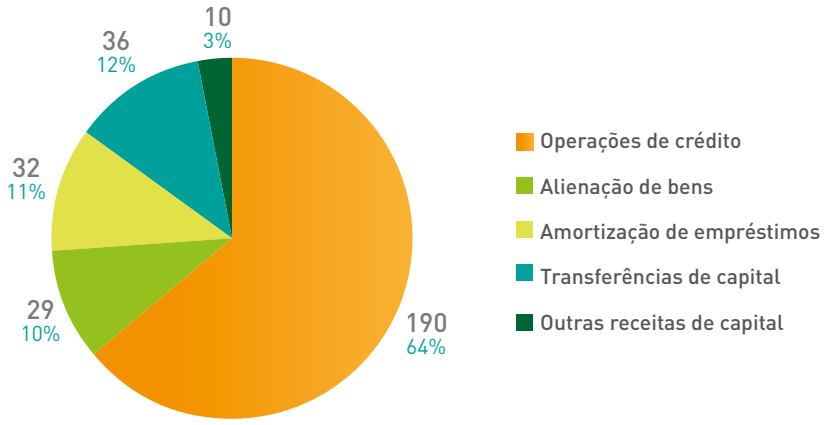
Os ingressos de recursos classificados como receitas de capital totalizaram R$ 296,67 milhões, valor que corresponde a 0,8% das receitas brutas totais.

As origens das receitas de capital foram as operações de crédito captadas pelo Estado, tais como os empréstimos e os financiamentos obtidos, as receitas decorrentes da venda de bens, de amortização de empréstimos concedidos, de transferências de receitas de capital de outros entes, entre outras.

Receitas de capital brutas por origem (R$ milhões)

RECEITAS DE CAPITAL	2018		2017		VARIAÇÃO % 2018/2017
	VALOR	%	VALOR	%	
Operações de crédito	190	63,9%	1.572	95,7%	-87,9%
Alienação de bens	29	9,9%	5	0,3%	547,9%
Amortização de empréstimos	32	10,7%	25	1,5%	25,3%
Transferências de capital	36	12,1%	36	2,2%	-1,3%
Outras receitas de capital	10	3,3%	5	0,3%	117,1%
Total	**297**	**100,0%**	**1.643**	**100,0%**	**-81,9%**

Composição das receitas de capital brutas em 2018 (R$ milhões)



As operações de crédito respondem pela maior parte das receitas de capital, com um total de 63,9% de todas as receitas de capital. Essas operações representam a contratação pelo Estado de empréstimos e financiamentos realizados com entidades estatais ou instituições financeiras, sendo geralmente utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

Em 2018, o montante das operações de crédito foi 87,9% menor do que no exercício anterior, fato justificado pelo esgotamento dos créditos de programas como o Pacto por Santa Catarina e Profisco e pela diminuição dos recursos captados em programas como o Acelera SC e Provias. Além disso, a situação fiscal do Estado para a captação de novas operações de créditos sofreu alterações em virtude da queda na avaliação de seus indicadores devido à crise econômica enfrentada.

Nas alienações de bens móveis e imóveis, destacam-se os valores relativos à alienação de bens imóveis dos Poderes e da administração direta, com R$ 25,48 milhões. Em contrapartida, na administração direta as alienações de bens imóveis foram apenas de R$ 0,45 milhão.

Nas outras receitas de capital, está evidenciado o montante das integralizações de capital social feitas na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) e na Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), cujos valores aumentaram em 117,1%.

Os valores das operações de créditos internas contratuais (contratadas com credores situados no País) representaram 35,84% das liberações de operações de crédito totais. As operações externas (contratadas com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras) proveram um total de 64,16% do montante.

Operações de crédito brutas captadas em 2018 e suas finalidades (R$ milhões)

VALORES LIBERADOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	FINALIDADE	VALOR	%
INTERNAS		68,00	35,84%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Caminhos do Desenvolvimento	Investimentos em infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas	50,00	26,35%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Acelera Santa Catarina	Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente à logística e mobilidade regional e saneamento básico	17,00	8,96%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Sistema de Transporte de Joinville	Ampliação e modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville	1,00	0,53%
EXTERNAS		121,72	64,16%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) VI	Execução de obras e serviços de pavimentação, reabilitação e revitalização de rodovias estaduais	103,84	54,73%
Corporação Andina de Fomento (CAF) – Programa de Intervenções Viárias (Provias)	Integração Viária do Planalto Norte - pavimentação de 110,2 quilômetros da Rodovia SC-477	17,88	9,42%
TOTAL		189,72	100,00%

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD)

Dívida Ativa

Considera-se dívida ativa todo crédito tributário ou não tributário cujo pagamento não foi efetuado espontaneamente na data de seu vencimento.

A dívida ativa está registrada no patrimônio do Estado como um ativo dividido entre circulante e não circulante, ou seja, um direito a receber que pode ser realizável em curto ou longo prazos, respectivamente. Tais créditos não englobam aqueles cuja exigibilidade esteja suspensa, conforme disposto no Código Tributário Nacional.

Contabilmente, em 2018, o estoque da Dívida Ativa do Estado apresentava um saldo líquido de R$ 265,23 milhões, sendo R$ 247,34 milhões referentes a créditos de dívida ativa tributária e R$ 17,89 milhões referentes a créditos de dívida ativa não tributária.

No tocante aos créditos tributários, o estoque de dívida ativa do ICMS corresponde a 95,7% do total, com R$ 15,77 bilhões em créditos. O IPVA e o ITCMD têm 2,9% e 0,7% do total do estoque, respectivamente. Nos créditos tributários também está registrada a dívida ativa previdenciária, no valor de R$ 1,05 milhão (0,01% do total).

O estoque total da dívida aumentou 11% quando comparado ao ano anterior. Isso significa uma adição de R$ 1,7 bilhão no estoque da dívida.

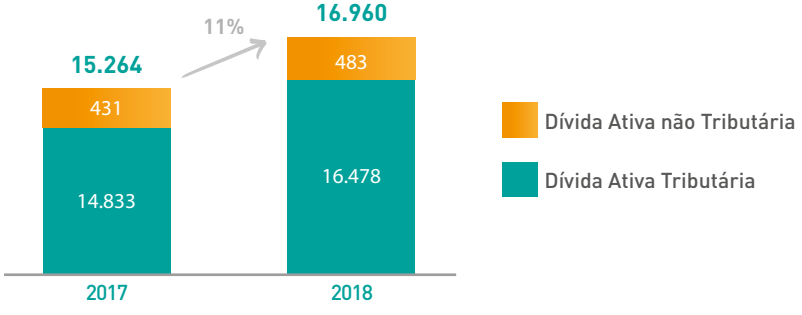
Estoque da dívida ativa (R$ milhões)

NATUREZA DOS CRÉDITOS	2018			2017		
	ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTE DE PERDAS	SALDO	ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTE DE PERDAS	SALDO
Tributários	16.478	-16.231	247	14.833	-14.494	338
Não tributários	483	-465	18	431	-430	1
Total	16.960	-16.695	265	15.264	-14.925	339

Dos mais de R$ 16 bilhões registrados no estoque total de dívida ativa tributária e não tributária, apenas 1,57% tem efetiva possibilidade de cobrança. Isso porque a maior parte dos valores é considerada incobrável, visto que se trata de créditos relativos a empresas já falidas e/ou pessoas físicas falecidas.

Por essa razão, conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos de recebimento dessas dívidas, os quais são registrados em contas de ajuste de perdas – redutoras ao final de cada exercício.

Variação do estoque da dívida ativa (R$ milhões)



Perfil da dívida ativa tributária (ICMS, IPVA, ITCMD e taxas) por período de inscrição

PERÍODO DE INSCRIÇÃO	IMPOSTOS			
	IMPOSTO	MULTAS	JUROS	TOTAL
2014 -2018	21,2%	10,7%	9,5%	41,3%
2009 -2013	11,2%	7,4%	10,5%	29,1%
2004 -2008	3,5%	2,3%	5,7%	11,5%
1997 -2003	3,1%	1,6%	7,2%	11,9%
1973 -1996	1,3%	0,7%	4,1%	6,1%
Total	40,3%	22,7%	37,0%	100,0%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Perfil da dívida ativa de ICMS por segmento econômico

SEGMENTO ECONÔMICO	ICMS			
	IMPOSTO	MULTAS	JUROS	TOTAL
Comércio atacadista especializado em outros produtos	2,8%	3,0%	2,4%	8,1%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,4%	1,3%	2,2%	5,9%
Transporte rodoviário de carga	2,4%	1,0%	1,6%	5,0%
Produtos alimentícios, bebida e fumo	1,7%	1,1%	1,6%	4,4%
Fabricação de produtos plásticos	1,6%	0,8%	1,7%	4,1%
Comércio varejista não especializado	1,2%	1,0%	1,2%	3,5%
Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar	1,2%	0,7%	0,9%	2,8%
Comércio varejista de produtos não especificados anteriormente e de produtos usados	1,0%	0,6%	1,0%	2,6%
Outros	25,4%	13,5%	24,6%	63,5%
Total	39,6%	23,0%	37,4%	100,0%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

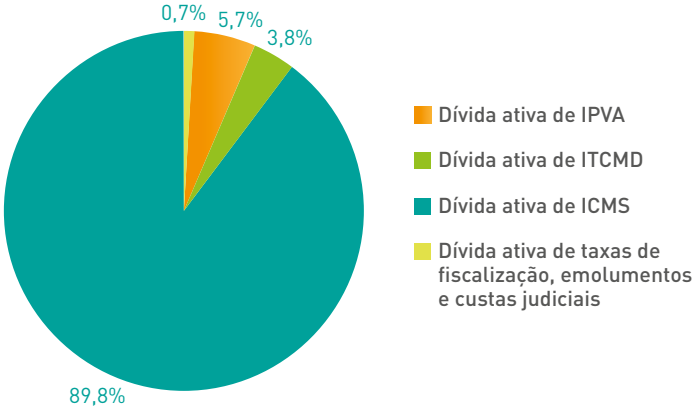
Arrecadação da dívida ativa

Ao longo dos últimos exercícios, a receita estadual vem intensificando as medidas de combate à sonegação fiscal e, em paralelo, o Estado implementou alguns programas de incentivo ao pagamento dos débitos em atraso dos contribuintes catarinenses.

Destacam-se como programas com maior efetividade na arrecadação de valores ora inscritos em dívida ativa os PREFIS 2017 e 2018, e também o Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF). Ambos concederam anistia em grande parte dos valores devidos de multas e juros tributários e relativos às multas administrativas de obrigações acessórias.

Durante o ano de 2018, foram recebidos de dívida ativa tributária (inclusas as multas e os juros sobre o principal) R$ 270,33 milhões e de dívida ativa não tributária R$ 20,60 milhões.

Receitas da dívida ativa tributária



Da arrecadação da dívida ativa tributária de 2018, o ICMS contribuiu com 242,64 milhões, o que corresponde a 89,8% do total. Por sua vez, o IPVA contribuiu com R$ 15,34 milhões e o ITCMD com R$ 10,35 milhões. O montante da dívida ativa das taxas engloba as taxas de fiscalização e controle, com pouco mais de R$ 312 mil de arrecadação, e os emolumentos e as custas judiciais, com R$ 1,68 milhão.

Na dívida ativa considerada não tributária[10], referente principalmente a multas pelo não cumprimento de obrigações acessórias, a arrecadação é separada em administração direta e indireta. A administração direta, que, para esse caso, engloba o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça do Estado, atingiu um montante arrecadado de R$ 17,83 milhões no ano, incluindo as multas e os juros. Desse valor, R$ 2,07 milhões foram arrecadados para tributos inscritos no Tribunal de Justiça do Estado. Por seu lado, na administração indireta, que inclui as autarquias, os fundos e as fundações estaduais do Executivo, a arrecadação chegou a R$ 2,78 milhões.

Participação dos Poderes e Órgãos nas receitas do Estado

Para a elaboração e execução do orçamento de 2018 dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a LDO estabeleceu limites percentuais para a fixação de despesas em relação à Receita Líquida Disponível (RDL)[11] estadual.

10 São os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

11 A RLD é o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de: taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; transferências voluntárias ou doações recebidas; compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores; cota-parte do Salário-Educação; cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); e cota-parte da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundeb.

Além disso, o Poder Executivo também deve efetuar repasses em montante equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) da RLD ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

Percentuais sobre a RLD em 2018

ENTIDADE	PERCENTUAIS DE DISTRIBUIÇÃO DA RLD PREVISTOS NA LDO
Tribunal de Justiça	9,41%
Assembleia Legislativa	4,34%
Ministério Público	3,98%
Udesc	2,49%
Tribunal de Contas	1,66%
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%

Fonte: Leis nos 17.053/2016 e 17.219/2017

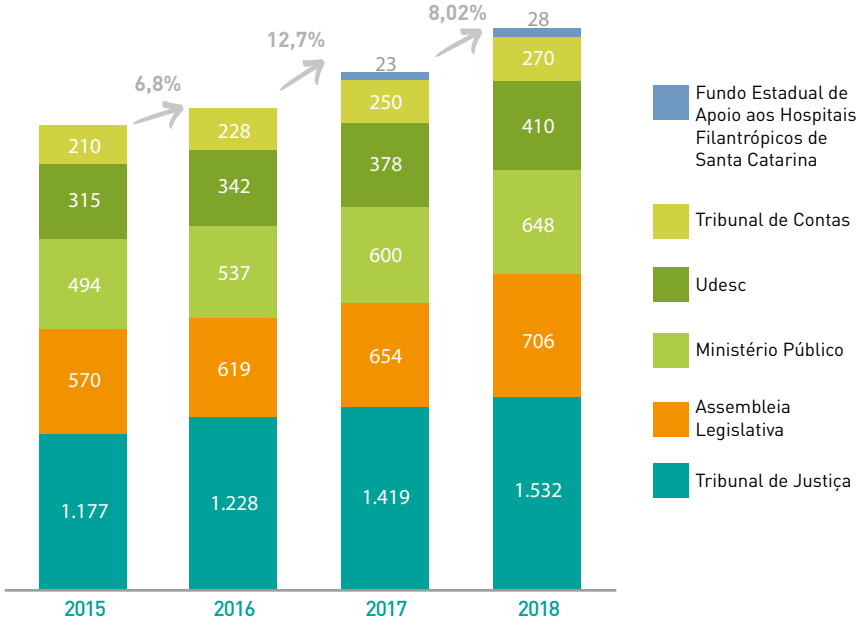
Considerando esses percentuais, o valor repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2018 totalizou R$ 3,59 bilhões com base na Receita Líquida Disponível apurada de dezembro de 2017 a novembro de 2018.

Repasses da RLD aos Poderes e Órgãos (R$ milhões)

ENTIDADE	2017	2018	VARIAÇÃO % 2018/2017
Tribunal de Justiça	1.419	1.532	7,94%
Assembleia Legislativa	654	706	7,94%
Ministério Público	600	648	7,94%
UDESC	375	405	7,94%
Tribunal de Contas	250	270	7,94%
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	23	28	19,51%[12]
Total	3.323	3.589	8,02%

12 Os repasses ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina começaram a ser feitos em fevereiro de 2017, assim a variação de 2017 para 2018 foi maior no Fundo do que nas demais entidades pelo fato de o cálculo considerar apenas 11 meses em 2017.

Repasses da RLD aos Poderes e Órgãos nos últimos anos (R$ milhões)



Em 2018, também foram repassados aos Poderes e Órgãos valores da receita do Fundo Pró-Emprego[13], somando o montante de R$ 7,27 milhões.

Repasses do Fundo Pró-Emprego aos Poderes e Órgãos em 2018 (R$ milhões)

ENTIDADE	VALOR
Tribunal de Justiça	3,126
Assembleia Legislativa	1,442
Ministério Público	1,322
Udesc	0,827
Tribunal de Contas	0,551
TOTAL	7,268

Em 2018, foram devolvidos ao Estado R$ 48,86 milhões dos repasses realizados em 2017. Desse valor, o Tribunal de Justiça do Estado devolveu aos cofres catarinenses R$ 13,48 milhões, o Tribunal de Contas do Estado devolveu R$ 20 milhões e a Assembleia Legislativa do Estado devolveu R$ 15,38 milhões.

13 Conforme decisão do Processo nº RLA 10/00649064 do TCE/SC.

DESPESAS

Para o exercício de 2018, as leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado autorizaram a execução de despesas em R$ 30,21 bilhões. Desse valor, R$ 26,43 bilhões foram inicialmente orçados, e R$ 3,78 bilhões foram incorporados por meio de créditos adicionais[1].

Despesa autorizada x despesa executada em 2018 – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (R$ milhões)

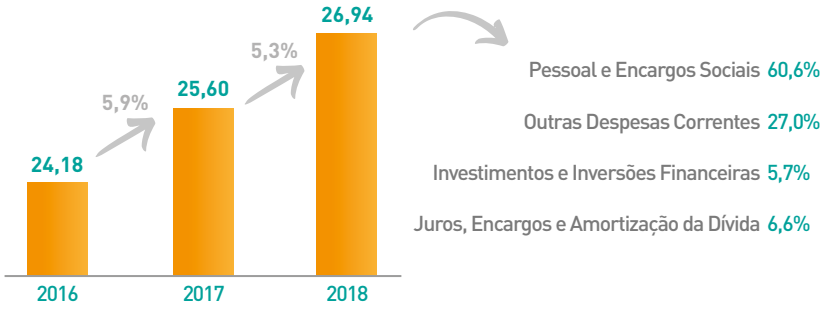
DESPESAS	FIXADA	CRÉDITOS ADICIONAIS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA/ AUTORIZADA
	a	b	c = (a+b)	d	d/c
Correntes	**24.560,78**	**2.082,17**	**26.642,96**	**24.602,22**	**92,3%**
Pessoal e Encargos Sociais	15.783,84	1.043,24	16.827,08	16.333,07	97,1%
Juros e Encargos da Dívida	382,20	684,60	1.066,80	982,95	92,1%
Outras Despesas Correntes	8.394,74	354,34	8.749,08	7.286,21	83,3%
Capital	**1.867,63**	**1.697,86**	**3.565,49**	**2.340,82**	**65,7%**
Investimentos	1.246,20	1.352,52	2.598,72	1.446,68	55,7%
Inversões Financeiras	53,23	34,39	87,63	85,63	97,7%
Amortização da Dívida	568,19	310,95	879,14	808,52	92,0%
Reserva de Contingência	**1,00**	**1,00**	**-**	**-**	**0,0%**
Total	26.429,41	3.779,03	30.208,45	26.943,05	89,2%

1 Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender a despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Eles podem ser:
I – suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;
II – especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou
III – extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:
I – superavit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;
II – excesso de arrecadação;
III – operações de crédito; ou
IV – anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

Do total das despesas autorizadas no orçamento de Santa Catarina, foram executados 89,2%, o que equivale a R$ 26,94 bilhões, sendo 91,3% despesas correntes e 8,7% despesas de capital. Do montante executado, 60,6% referem-se a despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 27% destinaram-se às despesas com a manutenção dos serviços públicos, seja de forma direta ou por meio de transferências a outras instituições, públicas e privadas. Os investimentos públicos[2] somaram 5,7% do total das despesas do Estado no ano. O valor da despesa total com a dívida pública chegou a 6,6%, sendo 3,6% referentes a juros e encargos, e 3% de amortização do valor principal dos empréstimos tomados pelo Estado.

Despesas executadas (R$ bilhões)



Ressalta-se que, no montante total das despesas, a soma de R$ 987,44 milhões foi executada por meio de transferências voluntárias[3], realizadas pelo Estado a instituições públicas e privadas, representando 3,7% da despesa executada de 2018.

Transferências voluntárias **R$ 987,44 milhões**

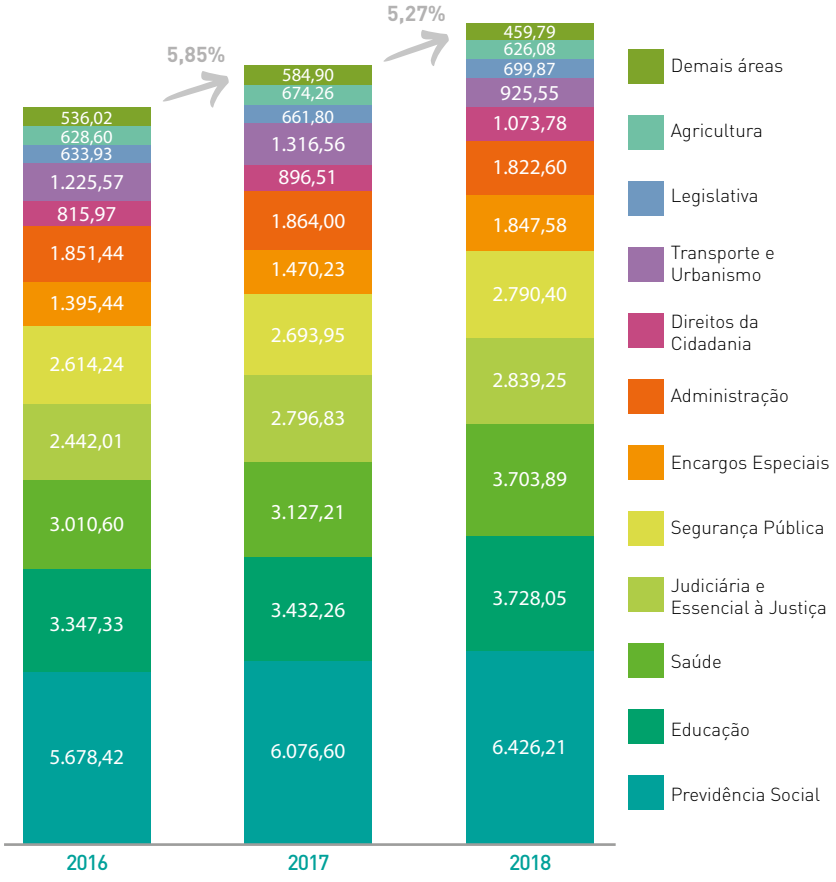
Área de Governo da Transferência

SAÚDE	EDUCAÇÃO	TRANSPORTE E URBANISMO	DEMAIS ÁREAS
R$ 578,12 milhões	R$ 221,91 milhões	R$ 78,42 milhões	R$ 108,99 milhões
58,5%	22,5%	7,9%	11,0%

Do total repassado pelo Estado nas modalidades de transferências voluntárias[4], que podem ser convênios ou instrumentos similares, R$ 824,56 milhões (83,5%) destinaram-se a entidades sem fins lucrativos, e R$ 162,88 milhões (16,5%) foram transferidos para instituições públicas como os municípios catarinenses e a União.

2 Corresponde à soma das despesas de investimentos e inversões financeiras.
3 Transferências voluntárias são os recursos públicos repassados pelo Estado a outro ente da Federação (município, estado ou União), entidade privada sem fins lucrativos ou consórcio público, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.
4 Foram consideradas as modalidades de aplicação 20 - Transferências à União, 40 – Transferências a municípios e 50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

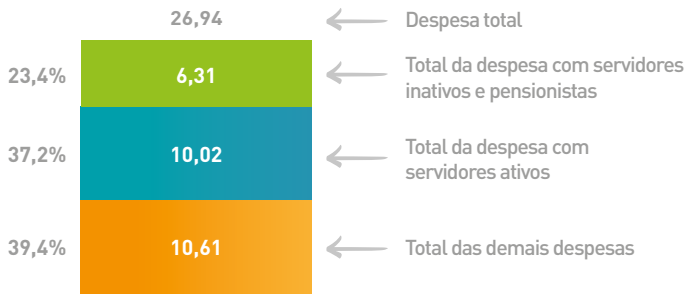
Despesa total executada por área de atuação governamental (R$ milhões)



Pessoal e Encargos Sociais

Para uma análise mais apurada da despesa com pessoal e encargos sociais do Estado, faz-se necessário segregar os gastos entre o pessoal ativo, os inativos e os pensionistas.

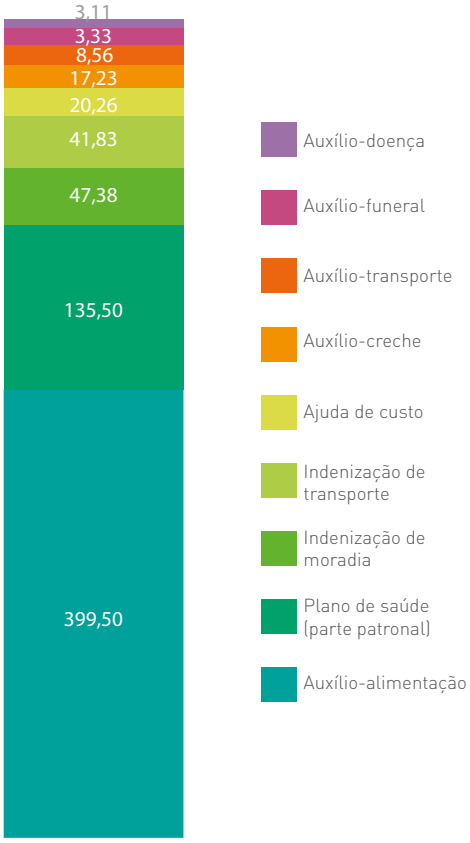
Despesas com folha de pagamento dos servidores x despesa total (R$ bilhões)



R$ 16,33 BILHÕES Despesa com pessoal e encargos sociais dos servidores em 2018					
Educação	Previdência	Judiciária e Essencial à Justiça	Segurança	Saúde	Demais áreas
R$ 2,55 bilhões	R$ 6,31 bilhões	R$ 1,96 bilhão	R$ 2,01 bilhões	R$ 1,14 bilhão	R$ 2,36 bilhões
15,6%	38,6%	12,0%	12,3%	7,0%	14,5%

Há ainda outros gastos de natureza não remuneratória que compõem a folha de pagamento dos servidores do Estado. De acordo com as normas que regem a classificação da despesa no orçamento, esses gastos não integram o grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais, e são classificados como outras despesas correntes. São os gastos, por exemplo, com auxílio-alimentação, cota patronal do plano de saúde dos servidores, verbas indenizatórias e outros auxílios.

Outras despesas correntes de folha de pagamento dos servidores (R$ milhões)



Previdência dos Servidores do Estado

Conforme determina o art. 40 da Constituição Federal de 1988, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado é estabelecido por lei, visando assegurar os benefícios de aposentadoria e pensão aos servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus dependentes.

As receitas arrecadadas diretamente pelo regime de previdência são compostas, basicamente, pelas contribuições patronal e do servidor, além dos rendimentos de aplicações financeiras. Do lado das despesas, estão os benefícios previdenciários pagos aos aposentados e pensionistas.

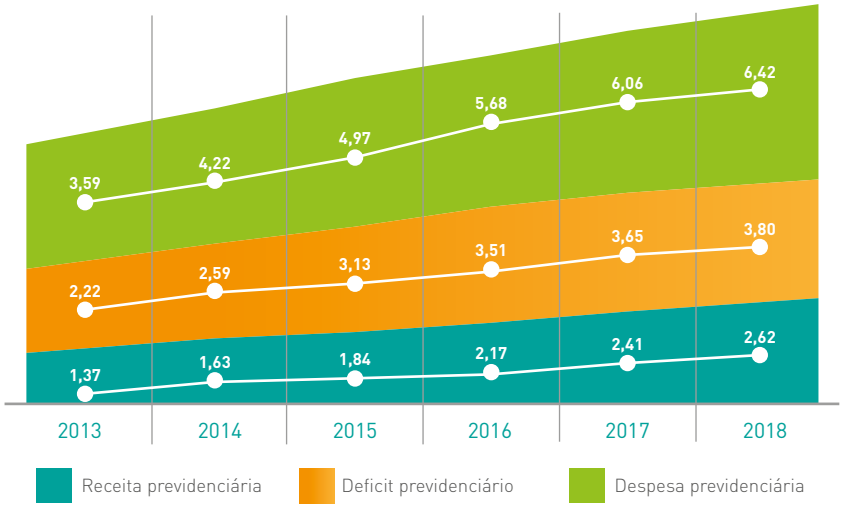
Assim como nos demais entes federativos, o Regime de Previdência dos Servidores do Estado tem apresentado grandes montas de insuficiência financeira, sendo essa situação uma das maiores limitações financeiras de Santa Catarina.

Em 2015, o Estado elevou as alíquotas de contribuição ao RPPS de todos os servidores e também da cota patronal. A contribuição dos servidores em 2018 foi de 14%, e a do Estado foi de 28%. Além disso, Santa Catarina unificou o fundo financeiro com o fundo previdenciário e utilizou os recursos que existiam em poupança no extinto fundo previdenciário.

Também em 2015 foi criada uma fundação de previdência complementar para os servidores públicos catarinenses, a SCPrev. Com ela, tanto o Estado quanto o servidor farão aportes obrigatórios ao RPPS de 11% sobre os valores até o teto do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), tendo o servidor a opção de contribuir com até 8% sobre o valor excedente para a SCPrev. Nesse caso, o Estado também contribuirá com 8% na previdência complementar.

No exercício de 2018, o deficit do regime previdenciário dos servidores estaduais chegou a R$ 3,80 bilhões.

Evolução do deficit previdenciário (R$ bilhões)

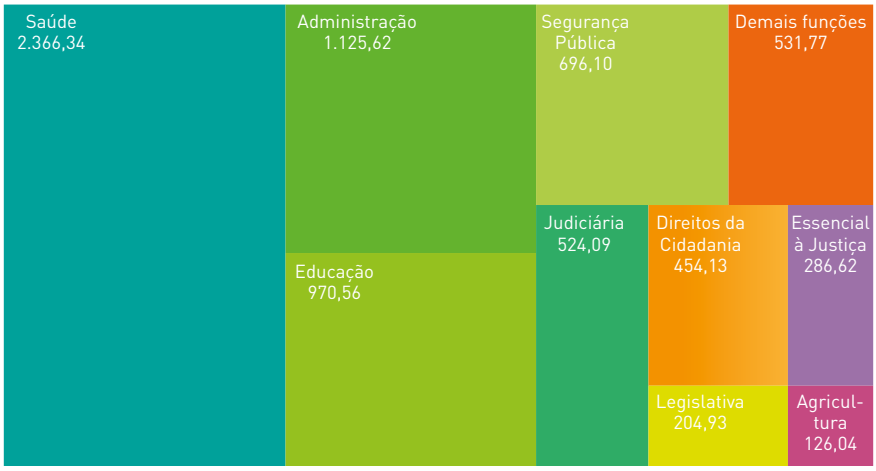


Manutenção dos Serviços Públicos

As despesas com manutenção dos serviços públicos e aquelas gastas com pessoal constituem a base para a prestação de serviços públicos. Os gastos denominados de despesas com manutenção dos serviços públicos compreendem apoio administrativo, energia elétrica, consumo de água, telefone, material de consumo, locação de imóveis, etc., sendo gastos aplicados diretamente pelos órgãos e pelas entidades estaduais, ou por meio de transferências a instituições públicas e privadas.

Do total das despesas executadas em 2018, 27% (R$ 7,29 bilhões) corresponderam aos gastos com manutenção dos serviços públicos. Desse montante, uma parte significativa – 32,5% (R$ 2,37 bilhões) – foi destinada à área da saúde. Em sua maioria, foram despesas com as entidades que administram os hospitais, a contratação de serviços de terceiros e a aquisição dos materiais de consumo necessários para a manutenção dos serviços de saúde.

Outras despesas correntes por função (R$ milhões)



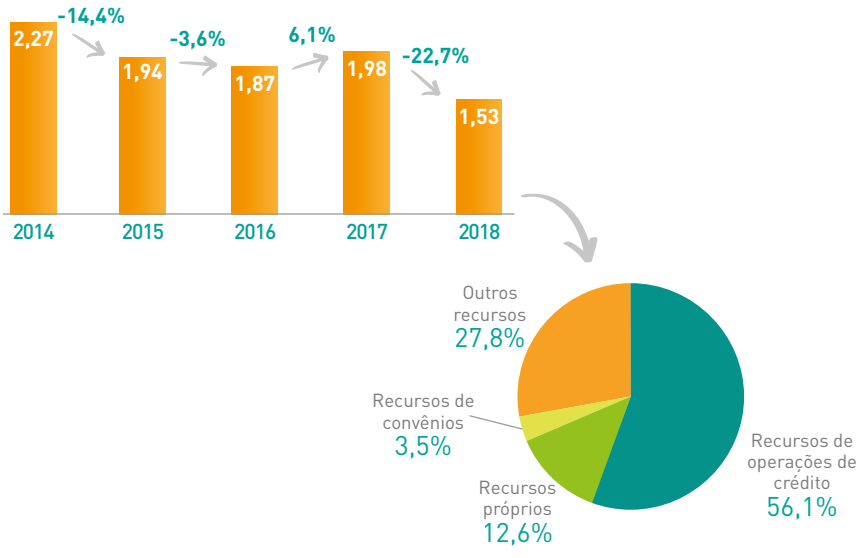
Investimentos Públicos

Os investimentos públicos[5] realizados em 2018 somaram R$ 1,53 bilhão, ou seja, 5,7% do total das despesas executadas.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS		
Investimentos correspondem a toda despesa de capital que gera serviços e acresce o Produto Interno Bruto (PIB), como, por exemplo, planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.	+	Inversão Financeira é a despesa de capital que não gera serviços e acréscimo ao PIB, como aquisição de imóvel, aumento de capital de empresas ou aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas.

Das fontes de recursos que financiaram os investimentos públicos, a parcela mais representativa corresponde àquelas que tiveram como origem os recursos de operações de crédito, ou seja, valores dos empréstimos e financiamentos tomados pelo Estado.

Investimentos públicos (R$ bilhões)



5 Investimentos mais inversões financeiras.

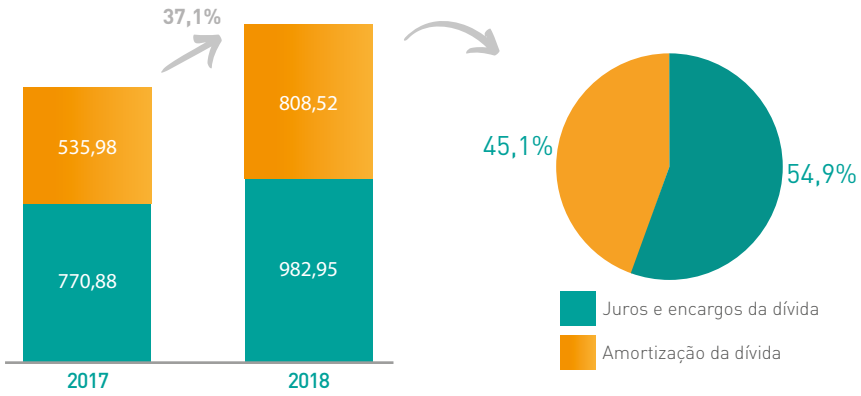
Do total aplicado em despesas com investimentos públicos, 48,2% foram destinados à área de transporte e urbanismo, que corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura dos modais de transporte do Estado. A maior concentração das aplicações ocorreu no modal de transporte rodoviário, com o valor total de R$ 689,90 milhões em 2018.

R$ 1,53 BILHÃO INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM 2018							
Transporte e Urbanismo	Saúde	Educação	Judiciária e Essencial à Justiça	Justiça e Cidadania	Segurança Pública	Legislativa	Demais áreas
R$ 738,49 milhões	R$127,84 milhões	R$150,44 milhões	R$ 67,22 milhões	R$ 70,94 milhões	R$ 89,23 milhões	R$ 63,45 milhões	R$ 224,69 milhões
48,2%	8,3%	9,8%	4,4%	4,6%	5,8%	4,1%	14,7%

Dívida Pública

Os gastos com o pagamento da dívida pública corresponderam a 6,6% do total da despesa realizada em 2018, ou seja, R$ 1,79 bilhão, sendo R$ 982,95 milhões referentes aos juros e encargos da dívida e R$ 808,52 milhões correspondentes à amortização da dívida.

Despesa com a dívida pública (R$ milhões)



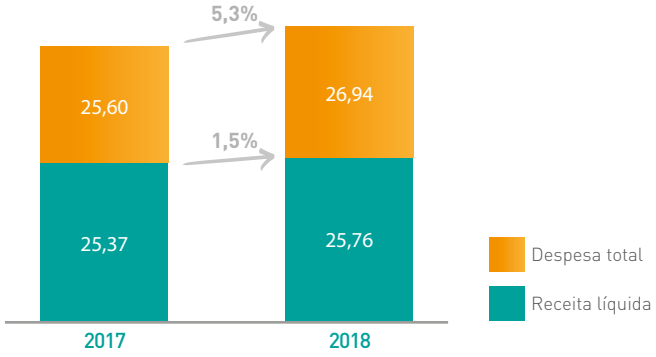
Os dispêndios com a dívida pública do Estado elevaram-se em 37,1% se comparados ao ano anterior. Ao se analisar a composição do total da despesa com a dívida, observa-se que os gastos com a amortização corresponderam a 45,1%, já os gastos com juros e encargos representaram 54,9%. Esse comportamento é reflexo do processo de renegociação da dívida do Estado com a União ocorrido em 2016.

Com o acordo, houve um período de carência para pagamento da amortização que perdurou até junho de 2018, e o prazo de pagamento da dívida foi alongado para 20 anos. Em junho de 2018, com o fim da carência e com o início do pagamento da amortização da dívida, essas despesas foram maiores do que as observadas no exercício anterior em que o pagamento do principal da dívida (amortização) era menor.

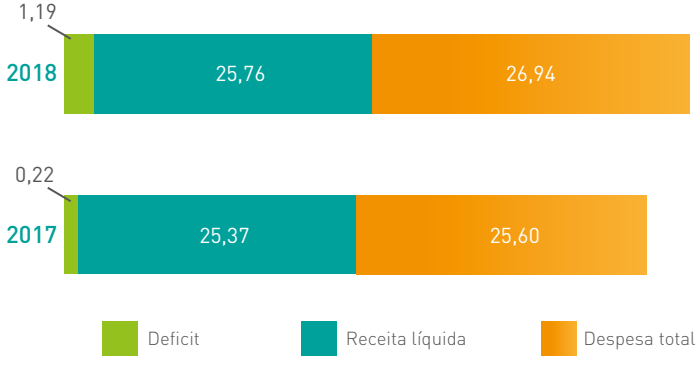
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2018, considerando-se o total das receitas líquidas[6] realizadas menos o total das despesas executadas, chega-se a um resultado da execução orçamentária deficitário na soma de R$ 1,19 bilhão. Isso indica que as despesas orçamentárias executadas no ano foram maiores do que as receitas orçamentárias arrecadadas no mesmo período.

Execução orçamentária (R$ bilhões)



Resultado orçamentário (R$ bilhões)



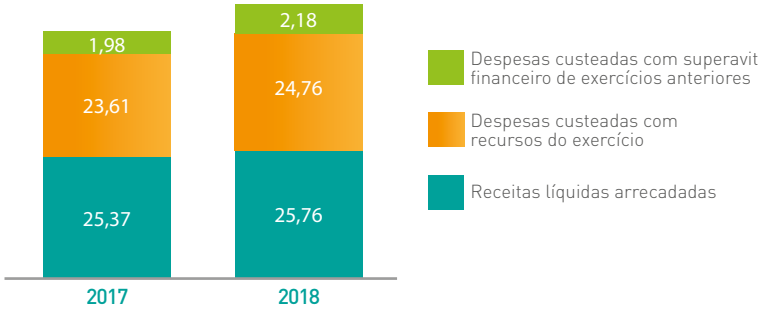
Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Do total de despesas realizadas em 2018, R$ 2,18 bilhões foram financiados com recursos do superavit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas no exercício financeiro de 2018 foi financiada com recursos que sobraram em caixa nos exercícios anteriores. Essas sobras de caixa servem como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento.

Se esse valor fosse suprimido e se fossem considerados apenas os recursos arrecadados no ano de 2018 e as despesas financiadas com esses recursos, o Estado apresentaria um superavit da execução orçamentária no valor de R$ 993,12 milhões.

6 Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

Execução orçamentária (R$ bilhões)



Despesas de Exercícios Anteriores

As despesas de exercícios anteriores são aquelas realizadas no orçamento público do ano vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios anteriores e que, por algum motivo, não foram empenhadas à época, ou, se foram, tiveram os seus empenhos anulados ou cancelados. Essas despesas não se confundem com as inscritas em restos a pagar, que correspondem às despesas empenhadas no exercício (2018) e com a execução orçamentária incompleta, ou seja, quando ainda não ocorreu o pagamento.

Em 2018, as despesas de exercícios anteriores totalizaram R$ 633,16 milhões, o equivalente a 2,3% do total de despesas orçamentárias executadas. Do valor, 78,9% referem-se a despesas de manutenção dos serviços públicos, 11,1% a despesas de pessoal e encargos, e 10% a despesas com investimentos.

Principais áreas de realização de despesas de exercícios anteriores em 2018

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES EXECUTADAS EM 2018				
Saúde	Administração	Educação	Judiciária e Essencial à Justiça	Transporte e Urbanismo
R$ 380,77 milhões	R$ 52,68 milhões	R$ 40,98 milhões	R$ 38,68 milhões	R$ 37,97 milhões
60,14%	**8,32%**	**6,47%**	**6,11%**	**6,00%**

Restos a Pagar

Quando uma despesa é executada no orçamento e não é paga até o final do exercício, ela é inscrita em restos a pagar. No momento da inscrição dos restos, essa despesa é classificada como processada (liquidada), pois se considera que tenha sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento, ou como não processada (não liquidada), isto é, quando foi contratada, o orçamento estava comprometido, contudo a comprovação da sua execução ainda não ocorreu.

No final do exercício de 2017, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R$ 1,08 bilhão, sendo R$ 404,56 milhões processados e R$ 673,89 milhões não processados.

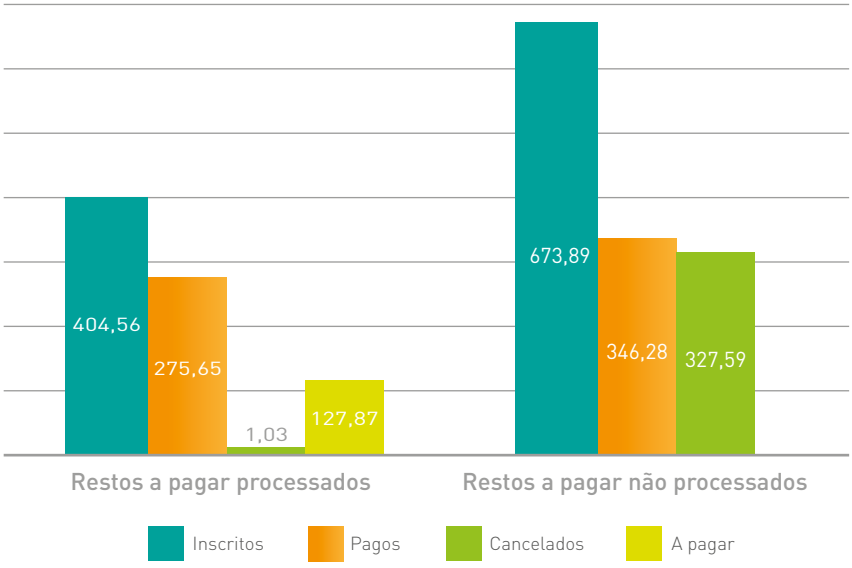
Conforme o disposto no § 1º do art. 133 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, as despesas inscritas em restos a pagar não processados devem ser liquidadas quando a execução da despesa se confirmar até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte. Caso não ocorra efetivamente a execução, esses restos a pagar devem ser cancelados.

Quanto à execução dos restos a pagar processados, os saldos não pagos dessas despesas, relativos à execução orçamentária do exercício anterior, devem ser mantidos em contas do passivo financeiro do Estado, conforme determina o art. 21 do Decreto nº 1.784, de 30 de outubro de 2018.

Assim, do valor correspondente a R$ 1,08 bilhão de despesas inscritas em restos a pagar no exercício de 2017 e executados no exercício de 2018, foram pagos R$ 621,93 milhões, cancelados R$ 328,63 milhões e restaram a pagar R$ 127,87 milhões.

Cabe destacar que houve mudança ne metodologia de execução de restos a pagar de exercícios anteriores, passando para o exercício seguinte o saldo de restos a pagar processados que não foram pagos durante o exercício corrente.

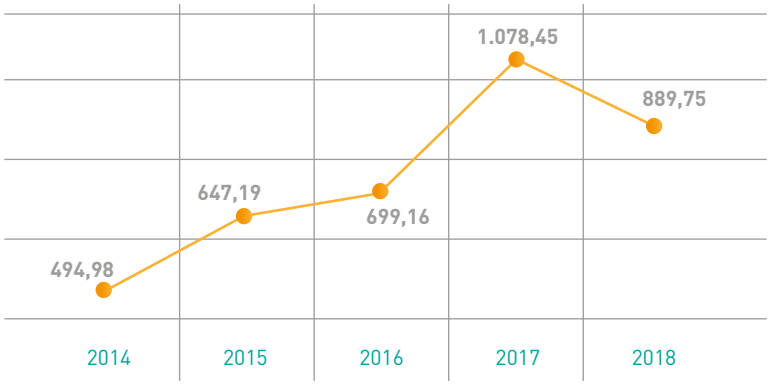
Execução dos restos a pagar em 2018 (R$ milhões)



Fonte: Balanço Orçamentário – Consolidado Geral

Já no exercício de 2018, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R$ 889,75 milhões, sendo R$ 374,29 milhões processados e R$ 515,47 milhões não processados. Esse valor, quando observada a soma total das despesas executadas no ano, corresponde a 3,3%, e, quando comparado ao valor de despesas inscritas em restos a pagar no exercício anterior, houve uma redução de 17,5%.

Despesas inscritas em restos a pagar (R$ milhões)



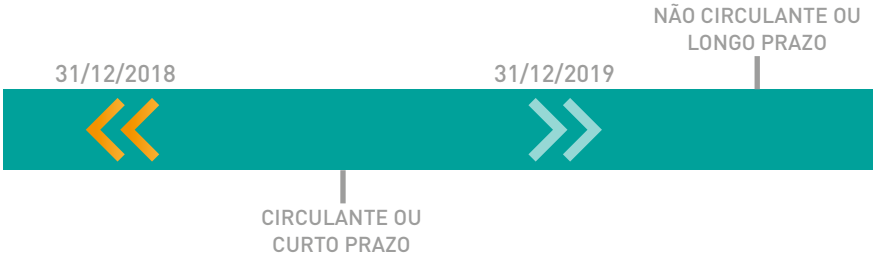
SITUAÇÃO PATRIMONIAL

O conjunto dos bens, direitos e obrigações dos órgãos e das entidades inseridos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social forma o patrimônio do Estado de Santa Catarina, cuja evidenciação se dá pela análise da situação patrimonial.

Em 2018, Santa Catarina encerrou o exercício com R$ 19,37 bilhões no Patrimônio Líquido, que é o resultado da diferença entre o Ativo (bens e direitos) e o Passivo (obrigações).

O valor do Ativo no exercício de 2018 foi de R$ 53,63 bilhões, representando uma variação de 0,5% em relação a 2017 (R$ 242,97 milhões a mais). O Passivo encerrou o exercício com um valor de R$ 34,26 bilhões (R$ 1,79 bilhão a mais), resultando na variação de 5,50% quando comparado a 2017. O resultado dessas alterações gerou uma redução no Patrimônio Líquido, que encerrou o exercício com um saldo de R$ 19,37 bilhões.

O período de análise do Ativo e do Passivo pode ser verificado no curto prazo, também denominado como Circulante, que é o intervalo entre o término do exercício de 2018 e o final de 2019 (próximos 12 meses), e também no longo prazo, ou não Circulante, que é aquele período que se inicia após o encerramento de 2019.



ATIVO

Compreende as disponibilidades, os direitos, os bens e demais recursos que são adquiridos, produzidos ou recebidos, sob controle do setor público, para serem utilizados na geração de serviços ou de benefícios econômicos que atendam aos objetivos estaduais, entre eles o da prestação de serviços públicos.

O Ativo é classificado de acordo com a rapidez com que os bens e direitos podem ser convertidos em dinheiro, ou seja, pela ordem decrescente de liquidez. Os recursos financeiros que poderão ser convertidos mais rapidamente em dinheiro são agrupados no Ativo Circulante. Já os bens e direitos que poderão ser convertidos em dinheiro com menor liquidez e que necessitarão de um período maior de tempo são agrupados no Ativo não Circulante.

Em 31/12/2018, o Estado de Santa Catarina registrou no Ativo um montante de R$ 53,63 bilhões.

R$ 53,63 BILHÕES
ATIVO

R$ 14,13 BILHÕES
ATIVO CIRCULANTE

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** » R$ 8,67 bilhões
- **Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo** » R$ 4,77 bilhões
- **Outros Ativos** » R$ 0,68 bilhão

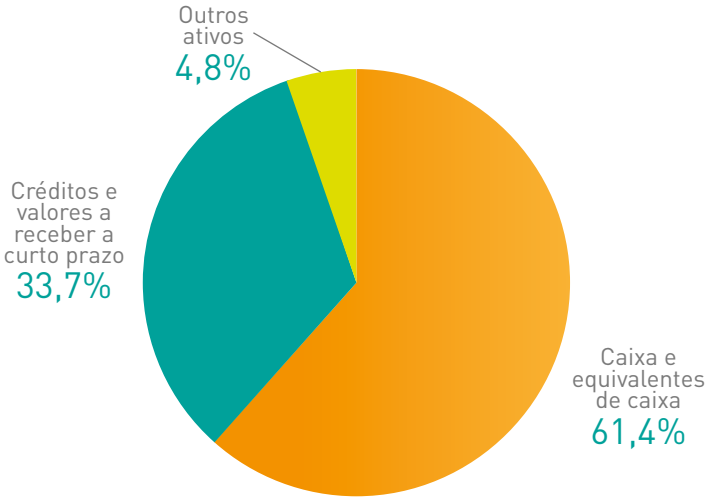
R$ 39,51 BILHÕES
ATIVO NÃO CIRCULANTE

- **Créditos a Receber a Longo Prazo** » R$ 1,84 bilhão
- **Investimentos** » R$ 3,48 bilhões
- **Imobilizado** » R$ 33,60 bilhões
- **Intangível** » R$ 0,32 bilhão
- **Outros Ativos** » R$ 0,27 bilhão

Ativo Circulante

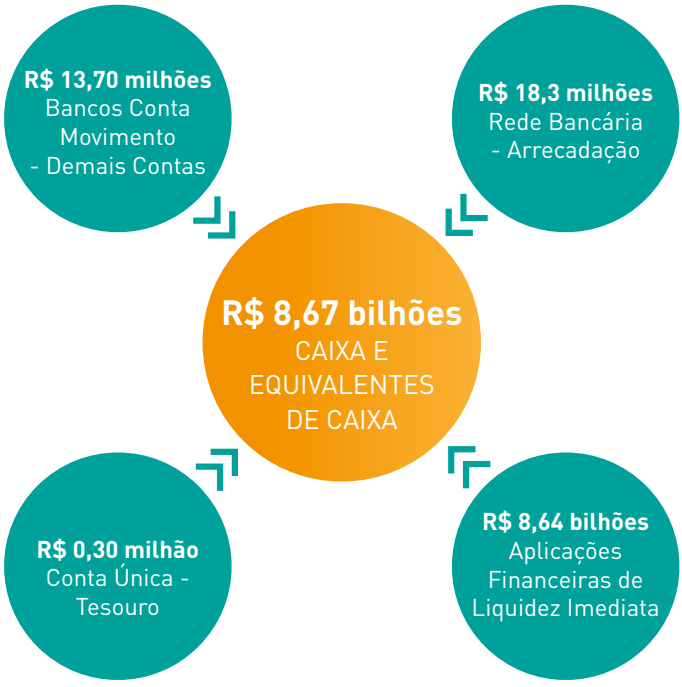
Corresponde a 26,3% do total dos bens e direitos registrados no patrimônio do Estado e pode ser dividido em três grandes grupos.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE



Caixa e Equivalentes de Caixa

Este grupo compreende os numerários em espécie e os depósitos bancários disponíveis, bem como as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. Trata-se do grupo de maior expressividade na composição do Ativo Circulante, contando com 61,4% de participação. Representa 16,2% do total do Ativo. Neste grupo, estão inseridos os ativos com maior grau de liquidez, cujos valores estão distribuídos nas diversas contas de controle da rede bancária.



Os órgãos e as entidades do Poder Executivo utilizam o Sistema Financeiro de Conta Única do Tesouro, que permite centralizar os recursos financeiros e tornar mais eficiente a gestão pelo Tesouro Estadual. Os demais Poderes, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) e o Fundo Especial para Infância e Adolescência (FIA) não fazem parte dessa sistemática, assim como os recursos oriundos de convênios e de operações de crédito que possuem valores depositados em contas específicas.

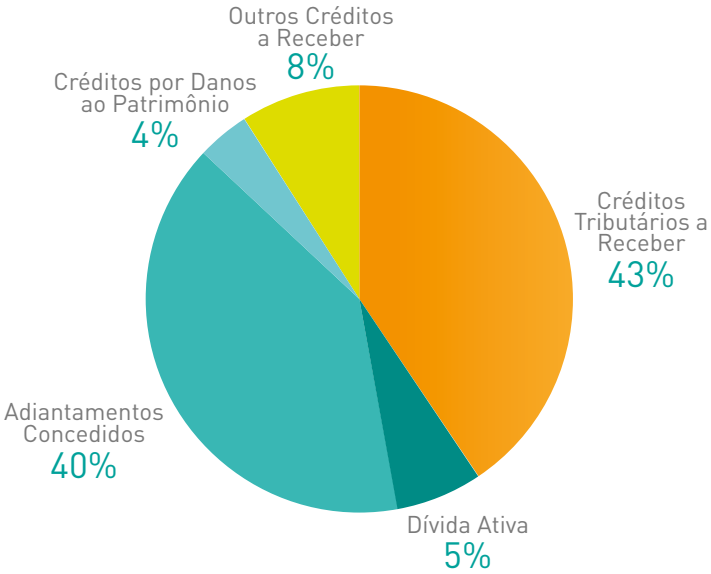
O processo de arrecadação ocorre durante o exercício, compondo o caixa do Estado, que conta também com valores arrecadados em exercícios anteriores, resultantes de sobras de caixa, apurados por superavit financeiros.

Do montante final de R$ 8,67 bilhões disponibilizado no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, vale destacar que R$ 5,82 bilhões referem-se a recursos de terceiros, isto é, valores dos quais o Estado é mero depositário e não tem disponibilidade para utilizar. Descontando-se isso, o valor em caixa de recursos estaduais é de R$ 2,85 bilhões.

Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo

Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos, financiamentos e adiantamentos concedidos, entre outros. Os Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo participam com 33,7% na formação do Ativo Circulante e representam 8,9% no valor total do Ativo.

COMPOSIÇÃO DOS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO



Créditos Tributários a Receber

São os valores a receber, devidamente apurados, cuja expectativa de geração de benefícios econômicos seja provável. Compreendem os impostos (ICMS, IPVA e ITCMD), as taxas (pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços), as contribuições sociais e os créditos tributários e previdenciários parcelados. Em 2018, somaram R$ 2,03 bilhões, considerando o ajuste de perdas no valor de R$ -30,84 milhões, sendo o crédito a receber de ICMS o valor mais significativo neste grupo (R$ 1,94 bilhão).

Dívida Ativa

A Dívida Ativa compreende os valores que os órgãos e as entidades públicas têm a receber de terceiros, de natureza tributária ou não, cujo pagamento não foi efetuado. Em 2018, o montante da Dívida Ativa do Estado de Curto Prazo, antes dos ajustes de perdas, foi de R$ 503,17 milhões, sendo R$ 469,87 milhões referentes a créditos de dívida ativa tributária. Considerando a estimativa de perda registrada no curto prazo de R$ -262,31 milhões, o valor da Dívida Ativa Líquida de Curto Prazo foi de R$ 240,86 milhões.

Adiantamentos Concedidos

Este grupo compreende o adiantamento de férias aos servidores e os valores adiantados a servidores ou a terceiros que aguardam a prestação de contas, como os provenientes do suprimento de fundos/diárias e das transferências voluntárias, constitucionais ou legais. Em 2018, o valor de Adiantamentos Concedidos apresentou um saldo de R$ 1,93 bilhão.

Créditos por Danos ao Patrimônio

São os valores que o Estado tem a receber decorrentes de danos ao patrimônio, omissão no dever de prestar contas ou irregularidade na aplicação de recursos públicos, somando R$ 176,77 milhões ao final de 2018, considerando o ajuste de perdas no valor de R$ -2,62 milhões.

Outros Créditos a Receber

Grupo que engloba os valores a receber de clientes, tributos a recuperar/compensar (ICMS, IRRF, INSS, ISS, COFINS e PIS/PASEP), empréstimos e financiamentos concedidos (financiamento habitacional e a produtor rural), depósitos restituíveis e valores vinculados (valores apreendidos por decisão judicial, cauções, etc.), assim como outros créditos a receber e valores a curto prazo. Em 2018, o valor líquido desse grupo, considerando o ajuste de perdas, foi de R$ 385,81 milhões.

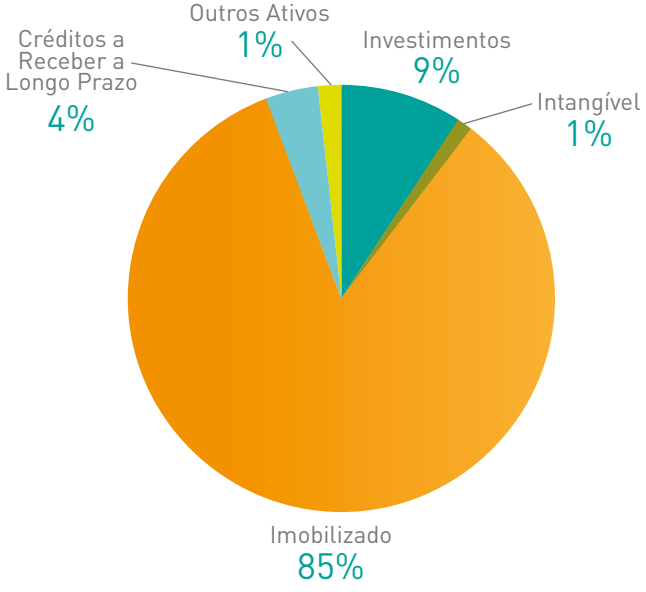
Outros ativos

Os outros ativos totalizaram R$ 684,86 milhões e englobam os estoques, os investimentos e as aplicações temporárias, bem como as variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Ativo não Circulante

O Ativo não Circulante, no valor de R$ 39,51 bilhões, representa 73,7% do total dos bens e direitos registrados no Estado. É composto por cinco grandes grupos.

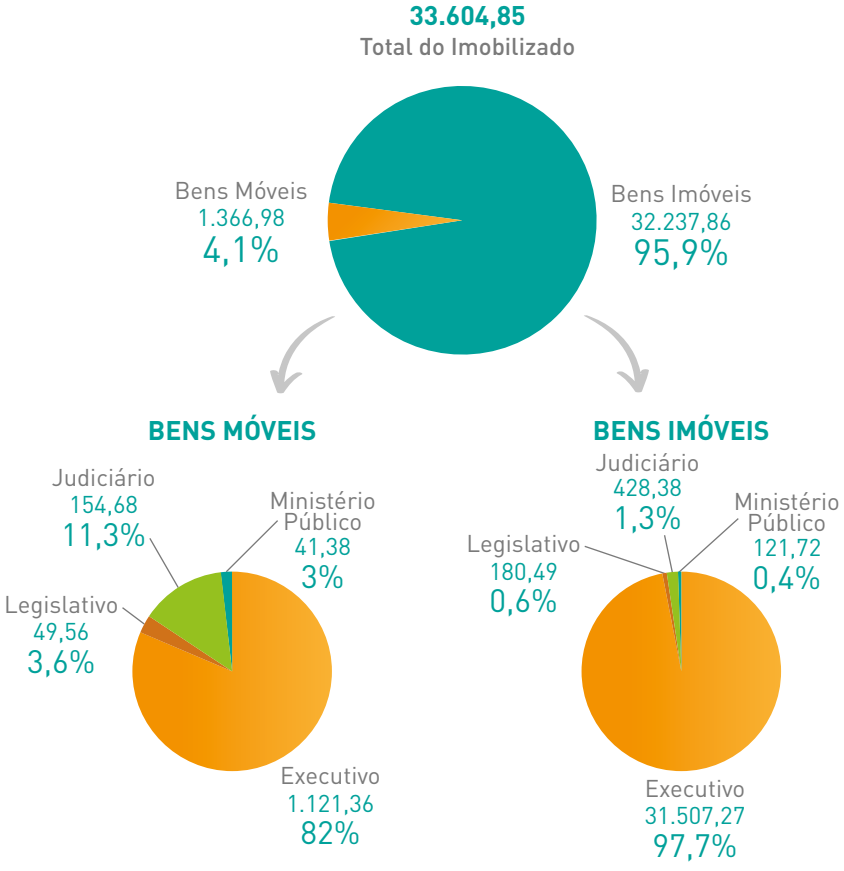
COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE



Ativo Imobilizado

Registra os bens móveis e os bens imóveis de Santa Catarina. Ao final de 2018, o Ativo Imobilizado do Estado totalizou R$ 33,60 bilhões, sendo o grupo de maior expressividade no Ativo não Circulante, o que representa 85,1%. Quando relacionado ao total do Ativo, o Ativo Imobilizado participa com 62,7%.

ATIVO IMOBILIZADO (R$ MILHÕES)



Composição dos Bens Móveis Consolidada (R$ milhões)

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	VEÍCULOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	DEMAIS BENS MÓVEIS
553,93	251,56	232,79	328,72

Composição dos Bens Imóveis Consolidada (R$ milhões)

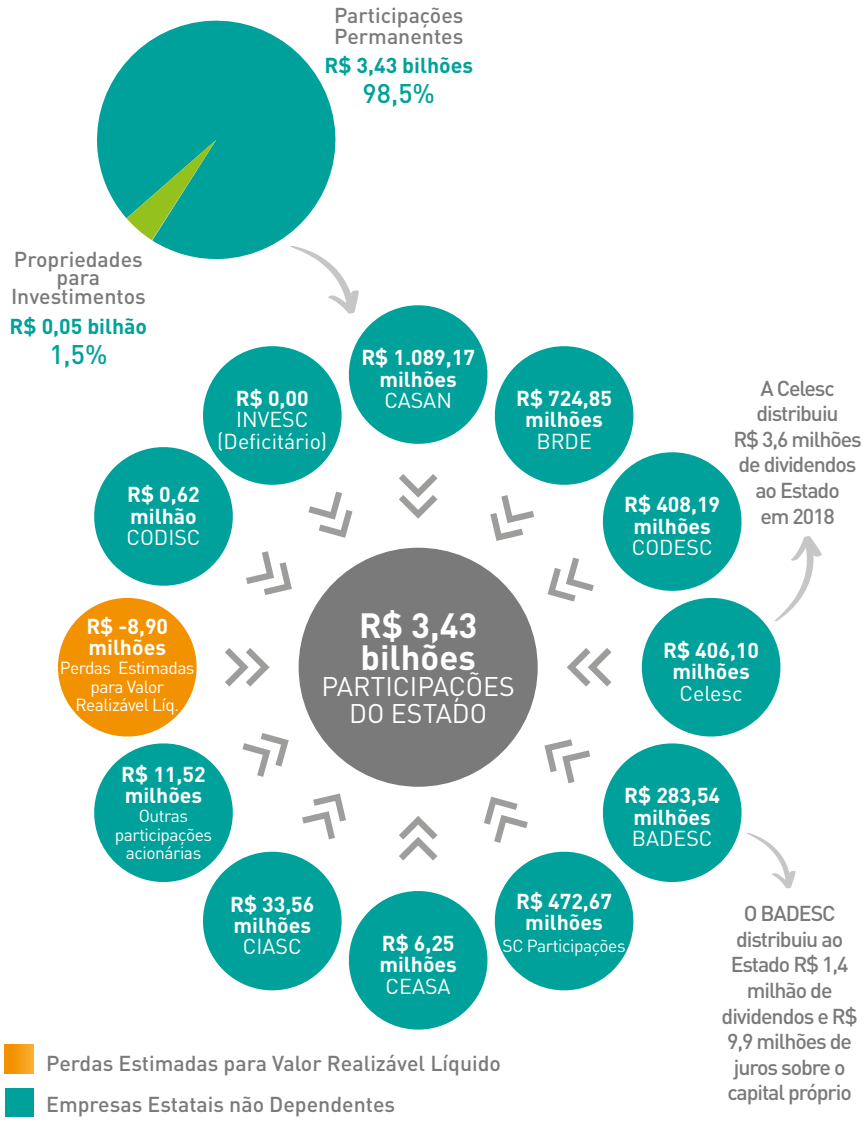
EDIFICAÇÕES E TERRENOS	BENS DE USO COMUM (ESTRADAS, PONTES, ETC.)	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	DEMAIS BENS IMÓVEIS
8.900,24	17.129,05	6.161,31	47,27

O detalhamento do Ativo Imobilizado e de sua depreciação assim como as bases de avaliação, reavaliação, avaliadores e impacto na contabilização do resultado do período são apresentados na Nota Explicativa nº 22.

Investimentos

O grupo Investimentos, no montante de R$ 3,48 bilhões, representa 8,8% do Ativo não Circulante e 6,5% do valor do Ativo total. Nele, estão registradas as participações do Estado em empresas, avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial e pelo Método de Custo (Outras Participações Acionárias), bem como os imóveis de propriedade do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), denominados Propriedades para Investimentos (imóveis destinados a aluguel ou valorização).

COMPOSIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO E INVESTIMENTOS



Propriedades para investimentos

Em 2018, os valores de bens imóveis destinados à obtenção de renda para o RPPS totalizaram R$ 51,43 milhões, sendo em **edifícios** o valor de R$ 23,22 milhões e em **terrenos** o valor de R$ 28,21 milhões. Os imóveis alugados renderam a Santa Catarina o valor de R$ 1,53 milhão, sendo R$ 1,43 milhão proveniente dos órgãos do próprio Estado e R$ 0,10 milhão proveniente de locatários externos.

PASSIVO

Compreende as obrigações assumidas para a consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, assim como as provisões.

O Passivo é classificado pela ordem decrescente de exigibilidade, isto é, de acordo com o seu vencimento. No Passivo Circulante, estão agrupadas as contas que representam as obrigações para com terceiros com vencimento de curto prazo (até o final de 2019). No Passivo não Circulante, as obrigações são de longo prazo, e o vencimento ocorre após o término do exercício de 2019.

O Estado de Santa Catarina, em 31/12/2018, registrou no Passivo um montante de R$ 34,26 bilhões.

R$ 34,26 BILHÕES
PASSIVO

R$ 9,09 BILHÕES
PASSIVO CIRCULANTE

- **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo** » R$ 0,44 bilhão
- **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo** » R$ 0,38 bilhão
- **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** » R$ 0,59 bilhão
- **Outros Passivos a Curto Prazo** » R$ 7,68 bilhões

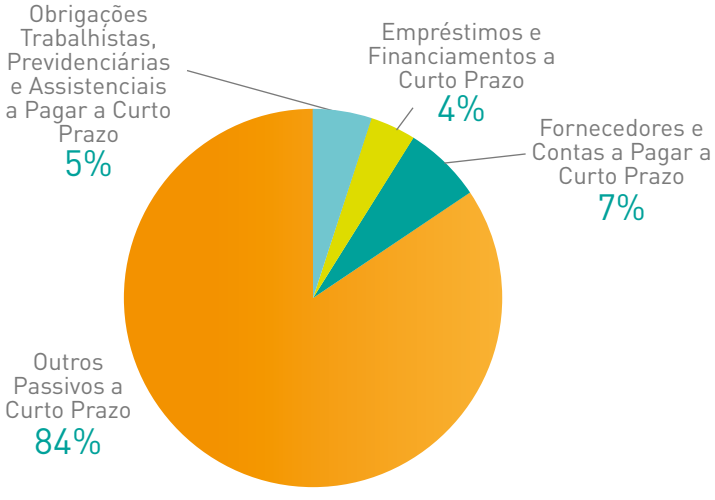
R$ 25,17 BILHÕES
PASSIVO NÃO CIRCULANTE

- **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo** » R$ 0,75 bilhão
- **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo** » R$ 19,88 bilhões
- **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo** » R$ 1,87 bilhão
- **Outros Passivos a Longo Prazo** » R$ 2,67 bilhões

Passivo Circulante

Representa 26,5% das obrigações registradas no Estado e pode ser dividido em quatro grandes grupos.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE



Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

São as obrigações com pagamento de pessoal, como salários, férias e encargos sociais, previdenciários e assistenciais a pagar, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que encerrou 2018 com um saldo de R$ 55,33 milhões a pagar, representando 12,5% do valor total registrado em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto Prazo (R$ 442,37 milhões). Também fazem parte desse grupo os precatórios de pessoal (R$ 33,93 milhões) e de benefícios previdenciários (R$ 47,85 milhões), que correspondem às obrigações de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que o Estado necessita pagar em virtude da perda de ações judiciais, participando com 18,5% do saldo. Os valores de precatórios do Passivo Circulante estão distribuídos nos grupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, e também em Fornecedores e Contas a Pagar.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Correspondem às obrigações financeiras externas e internas do Estado a título de empréstimos e financiamentos com vencimento no curto prazo (vencimento até o término do exercício financeiro de 2019). Em 2018, esse grupo apresentou o saldo de R$ 379,03 milhões, resultando uma diminuição de R$ 412,95 milhões dessa dívida quando comparada a do ano de 2017, o que representa uma redução de 52,1%.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Trata-se das obrigações contraídas com os fornecedores de bens e serviços do Estado, com valores a pagar de R$ 221,07 milhões, e também de precatórios de fornecedores nacionais que somaram a importância de R$ 371,03 milhões.

Outros Passivos a Curto Prazo

Neste grupo, estão incluídas as obrigações fiscais a pagar, como a do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), as provisões e outras obrigações a curto prazo, citando-se os Depósitos Judiciais e os Passivos sem Execução Orçamentária.

Depósitos Judiciais

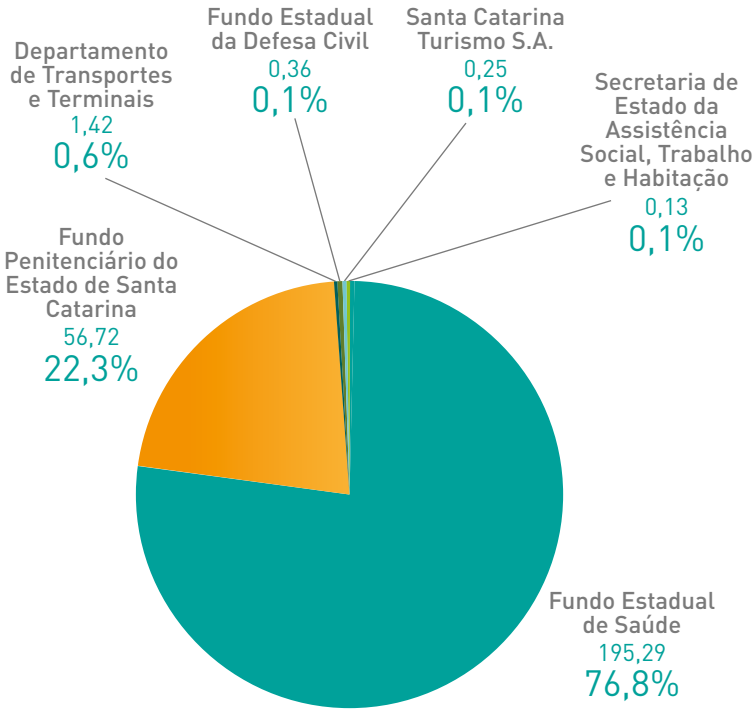
Os depósitos judiciais representam 74,8% do valor do grupo Outros Passivos a Curto Prazo, totalizando R$ 5,74 bilhões. São valores depositados nos cofres estaduais que aguardam a decisão judicial para pagamento, sendo controlados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC).

Passivos sem Execução Orçamentária

O Estado findou o ano com R$ 254,16 milhões de obrigações contraídas sem execuções orçamentárias, isto é, despesas que foram reconhecidas, mas que não passaram pelos estágios da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento), em que o empenho é o primeiro estágio.

Essa prática afronta o art. 60 da Lei n° 4.320/64. No entanto, o reconhecimento desses passivos faz-se necessário para evidenciar corretamente as situações que impactam no patrimônio do Estado. Em relação a 2017, ocorreu uma redução de R$ 97,66 milhões no valor dessa obrigação, equivalendo a uma diminuição de 27,8%.

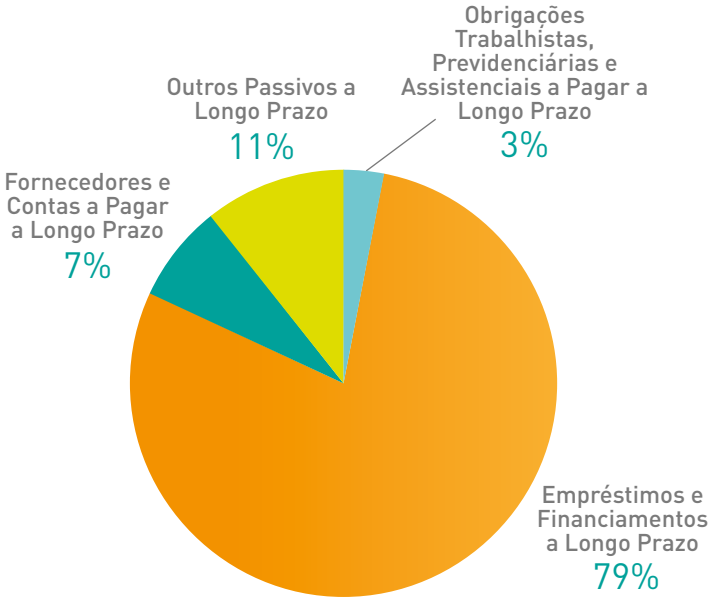
COMPOSIÇÃO DOS PASSIVOS SEM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE GESTORA (R$ MILHÕES)



Passivo não Circulante

O Passivo não Circulante representa 73,5% das obrigações registradas no Estado e pode ser dividido em quatro grandes grupos.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE



Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento após o término do exercício seguinte, como a do INSS (R$ 313,56 milhões) e os precatórios de pessoal (R$ 199,75 milhões) e de benefícios previdenciários (R$ 239,24 milhões). Em 2018 o saldo desse grupo foi de R$ 752,55 milhões.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo compõem a maior parte do Passivo não Circulante, apresentando o valor de R$ 19,88 bilhões. Os valores são divididos conforme a nacionalidade da instituição financiadora, sendo R$ 16,55 bilhões com brasileiras (Internas), respondendo com 83,3% das operações contraídas, e o montante de R$ 3,33 bilhões com instituições estrangeiras (Externas), representando 16,7%.

Em relação a 2017, os empréstimos e financiamentos tiveram um aumento de R$ 1,03 bilhão. Entre as instituições financiadoras, o valor contraído no Ministério da Fazenda representa 48,8% do total devido pelo Estado a longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos
Instituições Financiadoras (R$ milhões)

INTERNOS	
Ministério da Fazenda	9.691,53
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	3.608,08
Banco do Brasil S.A.	3.238,74
L.U.S.C. Administradora de Bens, Participações e Investimentos Ltda.	8,40
Torresani Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4,34
Total	**16.551,08**
EXTERNOS	
Bank of America	1.508,12
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	1.224,90
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	346,20
Corporação Andina de Fomento (CAF)	247,70
Total	**3.326,91**
TOTAL - INTERNOS E EXTERNOS - LONGO PRAZO	**19.878,00**

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Trata-se das obrigações contraídas com os fornecedores de bens e serviços do Estado a longo prazo, totalizando R$ 14,42 milhões, conjugados com os precatórios de fornecedores nacionais que somaram a importância de R$ 1,86 bilhão. Em 2018, o saldo desse grupo foi de R$ 1,87 bilhão, representando um acréscimo de 17% quando comparado a 2017.

Outros Passivos a Longo Prazo

Neste grupo, estão incluídas as obrigações fiscais a pagar, como o parcelamento da dívida de R$ 261,57 milhões com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), as provisões e outras obrigações a longo prazo. Em 2018, o Estado encerrou o exercício com o saldo de R$ 2,67 bilhões. Destacam-se as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo e os Depósitos Judiciais.

Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo

As Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo evidenciam os valores de benefícios previdenciários a serem pagos e a forma como serão custeados.

O valor provisionado a ser pago é de R$ 213,54 bilhões, correspondendo ao somatório de R$ 113,06 bilhões de benefícios concedidos e de R$ 100,48 bilhões de benefícios a conceder. Esse montante provisionado é custeado pelos servidores ativos, inativos e pensionistas no valor de R$ 18,15 bilhões, pela compensação entre os regimes de previdência no montante de R$ 17,03 bilhões, pelo Governo do Estado como ente patrocinador do regime com valor de R$ 25,85 bilhões e pelo patrimônio do regime no montante de R$ 504,41 milhões.

Entretanto, essas contribuições e compensações não são suficientes para cobrir o montante de R$ 213,54 bilhões, o que gerou um deficit previdenciário matemático atuarial de R$ 152,02 bilhões, a ser custeado pelo Tesouro do Estado. Considerando-se o reconhecimento contábil dessa insuficiência financeira, o saldo final da provisão é de R$ 504,41 milhões, que representa o patrimônio do regime.

Depósitos Judiciais

Em 2018, o Estado encerrou o exercício com o saldo de R$ 634,46 milhões, representando 23,8% do total do grupo Outros Passivos a Longo Prazo, sendo valores de depósitos judiciais destinados ao atendimento da Lei Complementar Federal nº 151/2015 e da Emenda Constitucional nº 94/2016.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Demonstra os valores produzidos pelo Estado ao longo do tempo, gerados por resultados patrimoniais, apurados em cada exercício, ou ainda, em função de ajustes de exercícios anteriores que afetam os valores patrimoniais.

O Resultado Patrimonial de 2018, que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas sob o enfoque patrimonial, denominadas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs), respectivamente, foi negativo em R$ 2,39 bilhões.

Isso demonstra que as alterações patrimoniais ocorridas no ano proporcionaram uma diminuição no Patrimônio Líquido do Estado, tendo em vista que as VPDs foram superiores às VPAs.

Entre as VPAs, destacam-se as geradas pelos impostos e pelas taxas e contribuições de melhoria com valor de R$ 27,39 bilhões, que representaram 38,1% do total, e a Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas (42,3%), com montante de R$ 30,42 bilhões.

As incorporações de bens imóveis, que geraram aumento patrimonial significativo no ano de 2017, em 2018 não foram elevadas e totalizaram R$ 2,95 bilhões (4,1% do total).

Com relação às VPDs, as de maior relevância foram as Provisões Matemáticas Previdenciárias (R$ 30,07 bilhões), que corresponderam a 40,5% do total. Os ajustes de perdas da Dívida Ativa tiveram também aumento significativo em 2018, totalizando R$ 3,18 bilhões (4,3% do total).

Por último, cabe destacar que o valor da insuficiência financeira apurada na avaliação atuarial realizada em 2018 foi de R$ 152,02 bilhões, sendo esse valor registrado de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência. Com isso, está sendo excluído o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária. Caso fosse considerado, o patrimônio líquido seria negativo no valor de R$ -132,65 bilhões (R$ 19,37 bilhões - R$ 152,02 bilhões).

Quadro sintetizador da Situação Patrimonial em 31/12/2018 (R$ bilhões)

	ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	Caixa e Equivalentes de Caixa	8,67	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	0,44
	Créditos a Receber	4,77	Empréstimos e Financiamentos	0,38
	Outros Ativos	0,68	Fornecedores e Contas a Pagar	0,59
			Outros Passivos	7,68
NÃO CIRCULANTE	Créditos a Receber	1,84	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	0,75
	Investimentos	3,48	Empréstimos e Financiamentos	19,88
	Imobilizado	33,60	Fornecedores	1,87
	Intangível	0,32	Outros Passivos	2,67
	Outros Ativos	0,27		
TOTAL	**53,63** TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO	**34,26**
			TOTAL DO PL	**19,37**
			TOTAL DO PASSIVO E DO PL	**53,63**

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira de Santa Catarina pode ser analisada com base no fluxo de caixa de 2018. No início do exercício, o Estado possui recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa que, no decorrer do ano, recebem ingressos e sofrem desembolsos para executar as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. No término de 2018, o montante final é transferido para o exercício seguinte, iniciando-se um novo fluxo. Outra análise importante é quanto à apuração de deficit ou superavit financeiro, que, quando conjugada com alguns indicadores financeiros, procura demonstrar a capacidade geral que o Estado possui para pagamento dos seus compromissos.

Fluxo de caixa

O fluxo de caixa permite conhecer a totalidade de ingressos e desembolsos ocorridos no caixa (caixa e contas bancárias) e nos equivalentes de caixa (aplicações financeiras) durante o exercício.

Para uma melhor compreensão, a análise é feita em função das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Essa forma de avaliação permite observar os ingressos e desembolsos de forma segregada, permitindo conhecer o fluxo financeiro dos recursos aplicados na manutenção dos serviços (operacionais) e investimentos, assim como das operações financeiras. Nessa avaliação, não estão incluídos os valores de terceiros que estão em poder do Estado mas não são aplicados em suas atividades.

Santa Catarina finalizou o exercício com saldo negativo de R$ -986,18 milhões na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, que é obtida pela diferença entre os ingressos e os desembolsos das atividades ou que pode ser extraída pela diferença entre caixa e equivalentes de caixa final com o inicial. Isso indica que, de forma geral e consolidada das atividades, o fluxo financeiro ocorrido no exercício não foi suficiente para cumprir as obrigações financeiras do ano, e houve a necessidade de utilização de valores financeiros de exercícios anteriores, diminuindo o saldo final de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$ 4,31 bilhões para R$ 3,32 bilhões.

As atividades operacionais tiveram um resultado positivo em sua geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no valor de R$ 838,59 milhões. As atividades de investimento foram negativas em R$ -1,24 bilhão, e as de financiamento também foram negativas, com o valor de R$ -584,08 milhões. Isso demonstra que, para financiar os investimentos e financiamentos, foi necessário utilizar recursos disponíveis no início do exercício e, no caso das atividades operacionais, o próprio fluxo anual de ingressos supriu os desembolsos.

A geração líquida de caixa consolidada das atividades, adicionada do valor inicial de caixa e equivalentes de caixa de R$ 4,31 bilhões, resultou em um fluxo de caixa de R$ 3,32 bilhões, sendo R$ 2,85 bilhões registrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, e R$ 0,47 bilhão em aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais (RPPS).

Composição do Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa por Resultado das Atividades

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL
R$ 4,31 BILHÕES

+

Resultado das atividades operacionais
R$ 0,84 BILHÃO

Resultado das atividades de investimento
R$ -1,24 BILHÃO

Resultado das atividades de financiamento
R$ -0,58 BILHÃO

=

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL
R$ 3,32 BILHÕES

Composição do Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa por Ingressos e Desembolsos

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL
R$ 4,31 BILHÕES

+

INGRESSOS DAS ATIVIDADES
Operacionais R$ 100,87 bilhões
Investimento R$ 0,06 bilhão
Financiamento R$ 0,24 bilhão

-

DESEMBOLSOS DAS ATIVIDADES
Operacionais R$ 100,03 bilhões
Investimento R$ 1,30 bilhão
Financiamento R$ 0,82 bilhão

=

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL
R$ 3,32 BILHÕES

Resultado do Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
(CAIXA FINAL – CAIXA INICIAL)
R$ - 0,99 BILHÃO

Atividades Operacionais: representam as atividades geradoras de receitas do Estado e dos gastos para manutenção dos serviços. Tais atividades tornam-se importantes para demonstrar se os ingressos de recursos estão sendo suficientes para Santa Catarina manter a capacidade de prestação dos serviços à sociedade e o custeio disso.

Composição da Geração Líquida de Caixa das Atividades Operacionais

INGRESSOS R$ 100,87 bilhões
Receitas Derivadas e Originárias R$ 20,68 bilhões
Transferências Correntes Recebidas R$ 4,78 bilhões
Outros Ingressos Operacionais[1] R$ 75,41 bilhões

Os ingressos são as entradas de recursos provenientes das receitas derivadas (decorrentes de imposição constitucional ou legal) e das originárias (decorrentes da exploração de atividades econômicas), bem como das transferências correntes recebidas, como as da União.

DESEMBOLSOS R$ 100,03 bilhões
Pessoal e Demais Despesas R$ 20,53 bilhões
Juros e Encargos da Dívida R$ 1,01 bilhão
Transferências Concedidas R$ 3,01 bilhões
Outros Desembolsos Operacionais[1] R$ 75,48 bilhões

Os desembolsos são as saídas de recursos em função de despesas com pessoal e de custeio, além de juros e encargos da dívida e das transferências concedidas.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS
(Ingressos – Desembolsos)
R$ 0,84 BILHÃO

O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício com um resultado positivo de R$ 838,59 milhões, valor 2,5% superior ao do ano de 2017 e que representa que o Estado tem capacidade de financiar a manutenção dos serviços públicos. Destaca-se o incremento de R$ 1,42 bilhão no desembolso para pagamento de pessoal e demais despesas de custeio do exercício corrente e de exercícios anteriores, classificadas como aplicações diretas, assim como o aumento de R$ 266,43 milhões no pagamento de juros e encargos da dívida em relação a 2017.

1 Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais compreendem as cotas, os repasses e os sub-repasses resultantes de operações realizadas entre órgãos e entidades do próprio Governo.

Atividades de Investimento: correspondem às atividades de venda e aquisições de bens, recebimentos e concessão de empréstimos pelo Estado e outros investimentos realizados. Trata-se de atividades importantes que permitem conhecer a movimentação financeira dos bens adquiridos e vendidos, da execução de obras e de desembolso em demais investimentos realizados durante o ano.

Composição da Geração Líquida de Caixa das Atividades de Investimentos

INGRESSOS R$ 0,06 bilhão
Alienação de Bens R$ 0,03 bilhão
Amortização de Empréstimos e Financiamentos R$ 0,03 bilhão

Os ingressos compreendem as receitas provenientes da venda de ativos, como bens móveis e obras, além de recebimentos de empréstimos e financiamentos concedidos.

DESEMBOLSOS R$ 1,30 bilhão
Aquisição de Ativos não Circulantes R$ 1,16 bilhão
Concessão de Empréstimos e Financiamentos R$ 0,01 bilhão
Outros Desembolsos de Investimentos R$ 0,13 bilhão

Os desembolsos compreendem as despesas provenientes da aquisição de ativos não circulantes, concessões de empréstimos e financiamentos e outros desembolsos.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (Ingressos – Desembolsos) R$ -1,24 BILHÃO

O fluxo de caixa das atividades de investimentos foi negativo em R$ -1,24 bilhão, apresentando carência de recursos para financiar os investimentos, que tiveram de ser supridos por recursos de exercícios anteriores e por ingressos das atividades operacionais. Os desembolsos principais foram em aquisição de ativos não circulantes, os quais totalizaram R$ 1,16 bilhão e equivalem a 89,1% do total.

Atividades de Financiamento: referem-se às atividades resultantes de operações de crédito por meio de financiamentos e de empréstimos, obtidas e pagas (amortização), além de operações de integralização e transferências de capital de empresas dependentes.

Composição da Geração Líquida de Caixa das Atividades de Financiamento

INGRESSOS R$ 0,24 bilhão
Operações de Crédito R$ 0,19 bilhão
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes R$ 0,01 bilhão
Transferências de Capital Recebidas R$ 0,04 bilhão

Os ingressos compreendem as receitas provenientes da realização de empréstimos, financiamentos e integralização de capital social de empresas dependentes, entre outras.

DESEMBOLSOS R$ 0,82 bilhão
Amortização/Refinanciamento da Dívida R$ 0,79 bilhão
Outros Desembolsos de Financiamentos R$ 0,03 bilhão

Os desembolsos compreendem as despesas com amortização (pagamento), refinanciamento da dívida e outros desembolsos.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (Ingressos – Desembolsos) R$ -0,58 BILHÃO

O fluxo de caixa das atividades de financiamento foi negativo (R$ -0,58 bilhão) em relação a 2017, o que foi ocasionado principalmente pela redução de R$ 1,38 bilhão nos ingressos de recursos oriundos de operações de crédito e pelo aumento de 52,1% no desembolso para amortização da dívida, que correspondeu a R$ 0,79 bilhão em 2018. Da mesma forma que as atividades de financiamento, a carência de recursos teve de ser suprida por recursos de exercícios anteriores e por ingressos das atividades operacionais.

Superavit financeiro

A apuração do superavit ou deficit financeiro é realizada pela diferença de valores entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurados no Balanço Patrimonial, conforme previsto no art. 43, § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64.

O Ativo Financeiro compreende o somatório de valores numerários, representados pelo grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, e também de créditos e valores financeiros que ainda não se tornaram numerários, mas que estão disponíveis, independentemente de autorização orçamentária. Estão incluídos na apuração do superavit financeiro os recursos de terceiros.

O Passivo Financeiro, por sua vez, agrega diversas obrigações financeiras, tais como dívidas de curto prazo, fornecedores e outros compromissos cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Estão incluídos também os recursos de terceiros na apuração.

No ano de 2018, o Estado apresentou um superavit financeiro de R$ 2,33 bilhões.

Disponibilidade financeira

A análise da disponibilidade financeira permite verificar se os recursos financeiros disponíveis foram suficientes para comportar as obrigações comprometidas. Esses recursos incluem os valores de terceiros, as aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais (RPPS) e aqueles arrecadados, mas ainda não transferidos para as contas bancárias (recursos em trânsito). Já as obrigações financeiras comprometidas referem-se a consignações, cauções e demais passivos financeiros, como também às despesas assumidas mas não pagas até o final do exercício (restos a pagar).

Os recursos financeiros disponíveis (disponibilidade financeira bruta) totalizaram R$ 9,14 bilhões, compostos do somatório de R$ 8,67 bilhões (caixa e equivalentes de caixa) com R$ 0,47 bilhão (aplicações financeiras do RPPS), sendo essas últimas restritas à aplicação pelo RPPS. As obrigações financeiras comprometidas, incluindo os restos a pagar, somaram R$ 7,04 bilhões. Confrontando-se os recursos disponíveis com as obrigações, o valor da disponibilidade financeira líquida foi de R$ 2,10 bilhões, indicando que o Estado apresentou suficiência financeira no exercício.

A disponibilidade financeira pode ser avaliada de forma detalhada a partir de um mecanismo de controle denominado "Fonte de Recursos", que representa um código identificador dos recursos financeiros arrecadados e serve também para o controle posterior da aplicação desses recursos.

Ao serem analisadas apenas as fontes de recursos 0.100, 0.300, 7.100, 7.300, que têm como origem os principais impostos arrecadados, utilizados para o pagamento de diversos tipos de obrigações do Estado, verifica-se nessa apuração a ocorrência de insuficiência financeira de R$ 346,48 milhões no consolidado do Estado.

Composição da Suficiência/Insuficiência Financeira - Fontes de Recursos 0.100, 0.300, 7.100 e 7.300 – Consolidado (R$ milhões)

FONTES DE RECURSO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA BRUTA	OBRIGAÇÕES COMPROMETIDAS	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
0.100, 0.300, 7.100 e 7.300	462,44	810,90	(348,46)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) - Relatório Cálculo Superavit

Ao ser decomposto o valor consolidado de R$ 348,46 milhões da insuficiência em cada um dos Poderes do Estado, observa-se que esta ocorreu apenas no Poder Executivo e que os demais Poderes apresentaram suficiência financeira.

Composição da Suficiência/Insuficiência Financeira - Fontes de Recursos 0.100, 0.300, 7.100 e 7.300 – Por Poder (R$ milhões)

PODERES	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA BRUTA	OBRIGAÇÕES COMPROMETIDAS	INSUFICIÊNCIA/ SUFICIÊNCIA FINANCEIRA
Executivo	175,34	784,29	(608,95)
Judiciário	158,81	0,23	158,58
Legislativo	81,29	17,00	64,29
Ministério Público	46,99	9,38	37,61

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) - Relatório Cálculo Superavit

Indicadores financeiros

O indicador da situação financeira é calculado pelo quociente entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, incluídos os recursos de terceiros.

O indicador apurado foi de 1,33, o que mostra que o Estado possui a capacidade de arcar com os seus compromissos registrados no Passivo Financeiro. Esse indicador aponta que, para cada real de obrigações financeiras (Passivo Financeiro), o Estado possui R$ 1,33 de valores e créditos para pagá-las. Em relação ao ano de 2017, Santa Catarina reduziu a sua capacidade em R$ 0,15, já que era de R$ 1,48.

Outro indicador importante é o de Liquidez Corrente, apurado pelo quociente entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Esse indicador expressa o quanto o Estado possui de bens e direitos de curto prazo (Ativo Circulante) em comparação com as obrigações de curto prazo (Passivo Circulante). O valor do Ativo Circulante foi ajustado retirando-se valores de adiantamentos concedidos (R$ 1,93 bilhão) e de Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente (R$ 0,01 bilhão), que não representarão ingressos de recursos de caixa futuros, mas sim despesas.

O indicador de liquidez corrente apurado foi de 1,34, demonstrando que o Estado possui valores de ativos de curto prazo suficientes para honrar as suas obrigações nesse mesmo período de tempo. Indica também que, para cada real de obrigações de curto prazo, Santa Catarina possui R$ 1,34 de bens e direitos para atender a essas obrigações. A situação teve uma pequena redução de R$ 0,04 em relação a 2017, que era de R$ 1,38.

INDICADORES FISCAIS

INDICADORES FISCAIS

Limites a serem observados

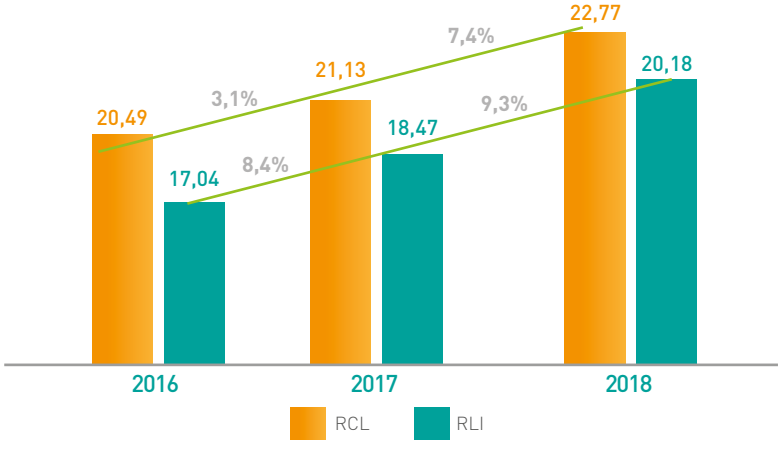
A Lei Complementar Federal nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu regras e limites para uma gestão fiscal responsável dos entes públicos, visando ao equilíbrio das contas públicas. Para garantir a estabilidade nas contas, a LRF impôs o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas e fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como para inscrição dos restos a pagar.

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado deve observar os dispositivos constitucionais que determinam a aplicação mínima de recursos de impostos nas áreas de educação e saúde.

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela LRF é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios, decorrentes de determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas. Em 2018, a RCL totalizou R$ 22,77 bilhões.

De outro modo, para conferência da aplicação dos mínimos constitucionais em saúde e educação, utiliza-se como parâmetro a Receita Líquida de Impostos (RLI). A RLI soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios, decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas. No exercício de 2018, a RLI foi de R$ 20,18 bilhões.

Receita Corrente Líquida e Receita Líquida de Impostos (R$ bilhões)



Embora as bases de cálculos dessas receitas sejam similares, pois consideram apenas as receitas correntes, uma diferença básica entre elas é que a RLI não é impactada pelas receitas extraordinárias que vierem a ocorrer no exercício, como, por exemplo, convênios recebidos da União. A RLI é constituída somente pelas receitas de impostos, ou seja, receitas ordinárias do Estado.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
RCL
R$ 22,77 BILHÕES

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS
RLI
R$ 20,18 BILHÕES

Resultado primário

O resultado primário foi definido na LRF para indicar a economia fiscal alcançada pelo Governo, tendo o objetivo de diminuir o estoque da dívida pública. É obtido pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias de Santa Catarina. De forma simples, pode-se considerar que as receitas e as despesas primárias são aquelas resultantes das operações típicas do Estado, excluindo-se as receitas e as despesas financeiras.

Conceitualmente, do lado das receitas primárias, inclui-se qualquer receita que o Estado obtenha e que não amplie a sua dívida ou, ainda, que não diminua os seus ativos, podendo ser receitas tributárias, decorrentes de prestação de serviços, cobrança de concessões e aluguéis. Não se incluem no resultado primário os rendimentos de aplicações financeiras, as receitas obtidas por meio de contratação de operação de crédito, ou ainda aquelas decorrentes do recebimento de empréstimos concedidos.

Nas despesas primárias, são considerados os gastos necessários para manutenção dos serviços públicos, não sendo levados em conta os pagamentos dos juros e da amortização dos empréstimos e financiamentos obtidos.

Receita primária	–	Despesa primária	=	Resultado primário
R$ 23,35 bilhões		R$ 23,07 bilhões		R$ 276,03 milhões

No ano de 2018, o Estado de Santa Catarina apresentou um resultado primário superavitário de R$ 276,03 milhões, e a meta estabelecida na LDO fixou um superavit primário de R$ 477,86 milhões.

Resultado primário (R$ milhões)

DESCRIÇÃO	2018
Receitas primárias correntes	23.281
Receitas primárias de capital	65
Receita Primária Total	**23.347**
Despesas primárias correntes	21.576
Despesas primárias de capital	1.494
Despesa Primária Total	**23.071**
RESULTADO PRIMÁRIO Acima da linha	**276,03**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Resultado nominal

O resultado nominal pode ser obtido pela metodologia "acima da linha", que considera a soma da conta de juros com as receitas primárias e as despesas primárias. Pode também ser obtido pela metodologia "abaixo da linha", ou seja, por meio da simples comparação entre os estoques da Dívida Consolidada Líquida (DCL) em momentos diferentes.

Entretanto, para fins do arcabouço normativo criado pela LRF e pela RSF nº 40/2001, o resultado nominal representa a variação da DCL entre o exercício anterior e o exercício atual.

A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida (DCL) somado às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes dos deficit ocorridos em exercícios anteriores[1]. A DCL, por sua vez, é o saldo da dívida consolidada, deduzido o ativo disponível e os haveres financeiros, sendo esses últimos líquidos dos restos a pagar processados.

Dessa forma, a diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do Estado de 2017 e a de 2018 gerou um Resultado Nominal deficitário pela metodologia "abaixo da linha" de R$ -1,88 bilhão, ou seja, diminuiu a sua Dívida Fiscal Líquida. A meta de resultado nominal para 2018 foi fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em R$ 1,55 bilhão de deficit nominal.

Meta de resultado nominal	Resultado nominal obtido
R$ -1,55 bilhão	**R$ -1,88 bilhão**

1 Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Composição da dívida consolidada líquida (R$ milhões)

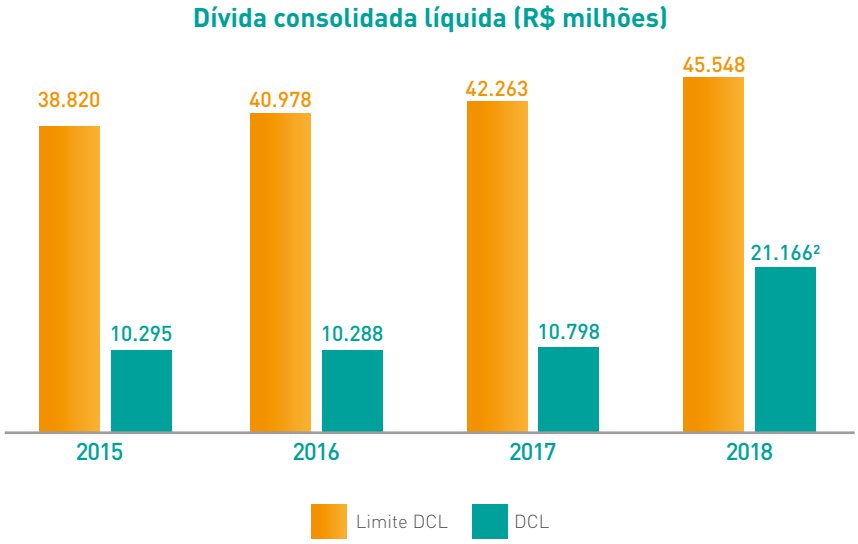
DÍVIDA CONSOLIDADA	2018
Dívida Mobiliária	-
Dívida Contratual	20.856
Empréstimos	20.240
Internos	16.802
Externos	3.438
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-
Financiamentos	17
Internos	17
Externos	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	599
De Tributos	-
De Contribuições Previdenciárias	316
De Demais Contribuições Sociais	269
Do FGTS	-
Com Instituição não Financeira	14
Demais Dívidas Contratuais	-
Precatórios Posteriores a 5/5/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.600
Outras Dívidas	578
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**24.034**
DEDUÇÕES (II)	**-2.868**
Disponibilidade de Caixa	-2.512
Demais Haveres Financeiros	-356
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**21.166**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, conforme estabelecido no art. 52 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Resolução do Senado, a partir do final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos estados tem como limite duas vezes a Receita Corrente Líquida anual.

Em 2018, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R$ 21,17 bilhões, correspondendo ao percentual de 92,9% da RCL e ficando dentro do limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal de 200% sobre a RCL.



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Operações de Crédito

As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos por meio de financiamento, empréstimo ou mútuo. Todavia, o conceito da LRF é mais amplo, englobando as operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações de derivativos financeiros, inclusive operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras.

A operação denomina-se operação de crédito interna quando contratada com credores situados no País e operação de crédito externa quando contratada com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras.

Conforme a Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º, inciso I, o limite total de operações de crédito internas e externas contraídas no exercício é de 16% sobre a RCL. Para a operação de crédito por antecipação da receita, esse limite é de 7% sobre a RCL.

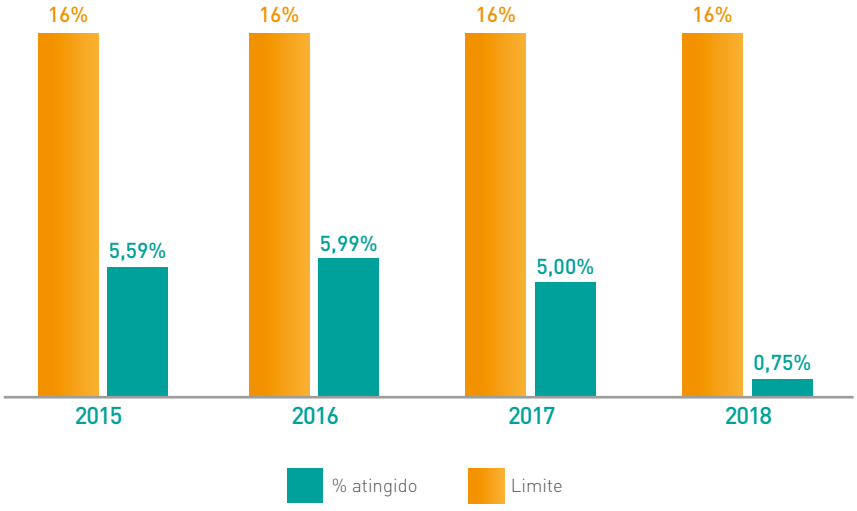
Em 2018, a captação de recursos atingiu o montante de R$ 189,72 milhões em recursos de operações de crédito internas e externas. Desse valor, 64,2% correspondem a recursos captados por meio de operações de crédito externas.

Do total das operações de crédito estaduais, foram considerados para fins de verificação do limite acima citado R$ 169,72 milhões em 2018, que representaram 0,75% da Receita Corrente Líquida. No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.

Logo, o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito captadas pelo Estado em relação à RCL ficou abaixo do limite estabelecido na Resolução nº 43/2001.

2 A comparação entre o ano de 2018 e os demais anos resta comprometida uma vez que em 2018 houve a alteração da metodologia de apuração dos demais haveres financeiros em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição.

Operações de crédito para fins de cumprimento da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Garantias e Contragarantias

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo ente na contratação de operações de créditos pelos garantidos.

O saldo de garantias concedidas pelo Estado de Santa Catarina ao final de 2018 foi de R$ 1,74 bilhão, representando 7,63% da RCL e atendendo ao limite máximo de 22% estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senado nº 43/2001. As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R$ 1,74 bilhão ao final de 2018.

Essas garantias e contragarantias concedidas por Santa Catarina decorrem de contratos de financiamento firmados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Agence Française de Développement (AFD), sendo que esses contratos se referem a financiamentos para a realização de intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios estaduais. Inclui-se também um contrato de financiamento entre as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado a múltiplas obras para garantir a eficiência dos serviços prestados pela Celesc.

Garantias concedidas (R$ milhões)

GARANTIAS CONCEDIDAS	2017		2018	
	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.649	22	5.010	22
Total de garantias	667	3,16	1.738	7,63

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar

Visando dar transparência ao montante de recursos disponíveis para a inscrição de despesas em restos a pagar, ao final do exercício é realizada a apuração da disponibilidade financeira de caixa e das obrigações de despesas que a comprometem.

A disponibilidade de caixa bruta representa os recursos financeiros disponíveis em 31/12/2018 nos cofres do Estado. Já as obrigações de despesas referem-se à soma das despesas inscritas em restos a pagar processados e não processados, consignações e demais obrigações financeiras, como cauções, depósitos de terceiros e outros passivos financeiros reconhecidos pelo ente.

No exercício de 2018, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R$ 889,75 milhões, sendo R$ 374,29 milhões processados e R$ 515,47 milhões não processados. O valor das demais obrigações financeiras somou R$ 6,02 bilhões.

A disponibilidade de caixa bruta total menos as obrigações financeiras[3] (que incluem os restos a pagar processados) gerou uma disponibilidade líquida de R$ 2,62 bilhões em 2018. Quando considerada a inscrição dos restos a pagar não processados, a disponibilidade financeira restante foi de R$ 2,10 bilhões, representando a suficiência financeira do exercício.

Entretanto, a avaliação da suficiência de disponibilidade deve ser realizada por fonte de recursos vinculados e não vinculados versus as obrigações financeiras e os restos a pagar de cada fonte. Nesse ínterim, quando se compara a disponibilidade financeira detalhada por fontes de recursos com as obrigações financeiras e os restos a pagar, verifica-se a ocorrência de deficit financeiro em uma fonte importante (0.100 - Recursos Ordinários do Tesouro).

No Poder Executivo, a insuficiência financeira da fonte 0.100 foi de R$ 616,91 milhões, e no consolidado geral, que incorpora todos os demais Poderes e Órgãos, foi de R$ 366,35 milhões.

Essa situação de deficit mencionada permitiria apontar o descumprimento da exigência imposta pelo art. 42 da LRF, o qual determina que:

> Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

3 As obrigações financeiras são compostas pelas consignações, pelos restos a pagar processados inscritos no exercício, pelos depósitos de diversas origens e por outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independentemente da execução orçamentária.

> Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

No entanto, algumas situações necessitam ser informadas para que se possa compreender melhor o contexto do deficit da fonte 0.100 apurado em 2018 no Poder Executivo. Entre elas, está o comprometimento de recursos financeiros de 2018 com despesas de competência de 2017 e de exercícios anteriores. Em 2017, na fonte 0.100, foram inscritas despesas em restos a pagar no total de R$ 459,18 milhões, sendo pago em 2018 o montante de R$ 236,15 milhões com recursos desse exercício financeiro. O saldo restante a pagar ficou em R$ 127,81 milhões. Ao longo de 2018, houve a execução orçamentária de despesas de exercícios anteriores no valor de R$ 385,77 milhões, e, desse total, R$ 122,37 milhões ficaram inscritos em restos a pagar de 2018.

Despesas de 2017 e exercícios anteriores que impactaram no deficit na fonte 0.100 do Poder Executivo (R$ milhões)

Restos a pagar de 2017 pagos com recursos de 2018	236,15
Restos a pagar de 2017 pendentes de pagamento	127,81
Despesas de exercícios anteriores pagas em 2018	263,40
Despesas de exercícios anteriores inscritas em restos a pagar	122,37

Ainda durante o exercício de 2018, ocorreu a recomposição do fundo de reserva de depósitos judiciais, de que tratam a Lei nº 11.429/2006 e a Lei Complementar nº 151/2015. Tal recomposição demandou um aporte de R$ 34,83 milhões do Poder Executivo, montante este devido de exercícios anteriores.

Houve ainda o cumprimento de obrigações assumidas em anos anteriores que impulsionaram as despesas, principalmente o reajuste de 6,81% no piso do magistério, determinado pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 1.595/2017, bem como a implementação dos aumentos parcelados (12,5% em novembro/2017, 12,5% em maio/2018 e 12,5% em novembro/2018) previstos na Lei Complementar nº 675/2016.

Também compõem as obrigações financeiras, que contribuíram para o deficit apurado na fonte 0.100, os valores de passivos financeiros em favor dos demais Poderes e Órgãos, em decorrência do cumprimento da Lei nº 17.053/2016, que trata da recomposição dos repasses devidos por ocasião das doações efetuadas pela Celesc S/A nos exercícios de 2015 e de 2016. Esse passivo soma R$ 69,88 milhões.

Outrossim, não se verificou deficit nas demais fontes de recursos porque foi feito um acompanhamento estreito da programação financeira e do cronograma de desembolso no tocante à arrecadação efetiva e com contingenciamento de despesas do Poder Executivo. Tal acompanhamento ocorreu também na fonte 0.100, entretanto, além dos fatores explanados acima, as necessidades de atender a despesas obrigatórias de caráter continuado, o aumento de vinculações desses recursos com folha de pagamento e deficit previdenciário e as ocorrências de fatores externos ao controle do gestor, como a greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018, levaram à atual situação deficitária apurada.

Despesa com pessoal

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 169, determinou que a "despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar".

Esses limites foram definidos na LRF, em seus arts. 19, 20, 22 e 59, que versam sobre a despesa com pessoal de cada Poder e Órgão em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

Limites de despesas com pessoal do Estado

LIMITE	PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RCL
Limite de alerta	54%
Limite prudencial	57%
Limite máximo	60%

O conceito da despesa total com pessoal foi estabelecido no art. 18 da Lei Complementar n° 101/2000 como o somatório dos gastos com quaisquer espécies remuneratórias de ativos, inativos e pensionistas, bem como dos contratos de terceirização relacionados à substituição de servidores ou empregados públicos, relativos ao mês em referência, e ainda dos onze meses imediatamente anteriores.

Conforme o art. 19, § 1°, na verificação do atendimento dos limites de despesas com pessoal devem ser deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, bem como as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração do demonstrativo.

Dessa forma, no período de janeiro a dezembro de 2018, as despesas com pessoal dos Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina atingiram 58,49% da RCL.

Representatividade das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida por Poderes e Órgãos

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	2016	2015	LIMITE LEGAL	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE DE ALERTA
Poder Executivo	48,76%*	49,97%	47,64%	48,52%	49,00%	46,55%	44,10%
Defensoria Pública	0,21%	0,15%	0,13%	0,11%	-	-	-
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	0,08%	0,09%	0,09%	0,09%	-	-	-
Demais órgãos e entidades do Executivo	48,47%	49,73%*	47,42%*	48,32%*	-	-	-
Poder Legislativo	2,72%	2,78%	2,76%	2,76%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,88%	1,95%	1,93%	1,96%	2,10%	2,00%	1,89%
Tribunal de Contas	0,84%	0,83%	0,83%	0,80%	0,90%	0,85%	0,81%
Poder Judiciário	5,36%	5,51%	5,16%	5,21%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,65%	1,66%	1,88%	1,85%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	58,49%	59,92%	57,45%	58,35%	60,00%	57,00%	54,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal Consolidado (RGF)

*No ano de 2018, as despesas com pessoal do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPTC) e da Defensoria Pública (DP) foram consideradas como Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite do Poder Executivo. Nos demais anos as referidas despesas não foram consideradas no cálculo do limite deste Poder.
Para fins de comparabilidade, os percentuais do MPTC e da DP foram considerados no somatório da linha do Poder Executivo.

Despesas com pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (R$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO % 2018/2017
CONSOLIDADO			
Despesa bruta com pessoal (I)	**16.241,65**	**15.438,83**	**5,2%**
Pessoal ativo	9.913,17	9.456,88	4,7%
Pessoal inativo e pensionistas	6.311,95	5.951,48	6,1%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	25,62	30,47	-15,9%
Despesas não computadas (art. 19, § 1º, da LRF) (II)	**2.937,06**	**2.777,79**	**5,7%**
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	291,31	349,2	-16,6%
Decorrentes de decisão judicial	136,06	68,08	99,8%
Despesas de exercícios anteriores	57,93	113,54	-49,0%
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	2.451,95	2.246,96	9,1%
Despesa líquida com pessoal (I - II)	**13.304,58**	**12.661,04**	**5,1%**
PODER EXECUTIVO			
Despesa bruta com pessoal (I)	**13.277,91**	**12.538,49**	**5,9%**
Pessoal ativo	7.654,10	7.225,57	5,9%
Pessoal inativo e pensionistas	5.598,19	5.282,45	6,0%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	25,62	30,47	-15,9%
Despesas não computadas (art. 19, § 1º, da LRF) (II)	**2.183,70**	**2.031,23**	**7,5%**
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	127,82	138,65	-7,8%
Decorrentes de decisão judicial	39,21	43,43	-9,7%
Despesas de exercícios anteriores	47,40	58,1	-18,4%
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	1.969,26	1.791,05	10,0%
Despesa líquida com pessoal (I - II)	**11.094,22**	**10.507,26**	**5,6%**
Receita corrente líquida ajustada	**22.767,10**	**21.128,87**	**7,8%**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 3° quadrimestre de 2017 (publicado em 09/03/18) e 3° quadrimestre de 2018 (publicado em 22/02/19).

Analisando-se detalhadamente os itens da despesa com pessoal e da receita corrente líquida no ano de 2018 e comparando-os com 2017, observa-se que o crescimento da RCL ajustada foi de 7,8%. Já as despesas brutas com pessoal consolidadas cresceram 5,2%, dentro delas a despesa com inativos e pensionistas cresceu 6,1% e a de pessoal ativo cresceu 4,7%.

Ressalta-se que se o percentual da despesa total com pessoal atingir o limite máximo legal (49% da RCL), o Poder Executivo deve eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando, entre outras, estas providências:

a. redução de pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; e

b. exoneração dos servidores não estáveis.

Se essas medidas não forem suficientes para assegurar o retorno ao limite, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que um ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou a unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I. receber transferências voluntárias;

II. obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; ou

III. contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Saúde

A Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, determina que os estados apliquem obrigatoriamente em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos (RLI).

Já a Constituição do Estado de Santa Catarina, com as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 72, de 9 de novembro de 2016, de procedência parlamentar, passou a exigir que o Estado aplique gradativamente, até 2019, 15% da RLI em ações e serviços públicos de saúde. A implementação desse percentual ficou assim definida:

I. no exercício fiscal de 2017 devem ser aplicados 13% (treze por cento);

II. no exercício fiscal de 2018 devem ser aplicados 14% (quatorze por cento); e

III. no exercício fiscal de 2019 devem ser aplicados 15% (quinze por cento).

No exercício de 2018, o total de despesas empenhadas em ações e serviços públicos de saúde foi de R$ 3,70 bilhões considerando todas as fontes de recursos. Desse montante, a maior parte corresponde aos gastos com a manutenção dos serviços públicos em saúde, que totalizaram R$ 2,37 bilhões. As despesas com a folha de pagamento dos servidores ativos da saúde consumiram R$ 1,14 bilhão. Já os investimentos (obras, reformas, compra de equipamentos permanentes, entre outros) em saúde representaram R$ 135,49 milhões. Do total das despesas empenhadas na área da saúde, o montante de R$ 380,77 milhões, isto é, 10,3% do total desse valor, refere-se a despesas de competência de exercícios anteriores.

No entanto, quando se verifica o cumprimento da aplicação mínima exigida constitucionalmente[4], são levadas em conta somente as despesas financiadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União, deduzidas aquelas despesas inscritas em restos a pagar não processados sem a suficiente disponibilidade de caixa. No exercício de 2018, ainda deve ser deduzido o montante de R$ 50,69 milhões do total das des-

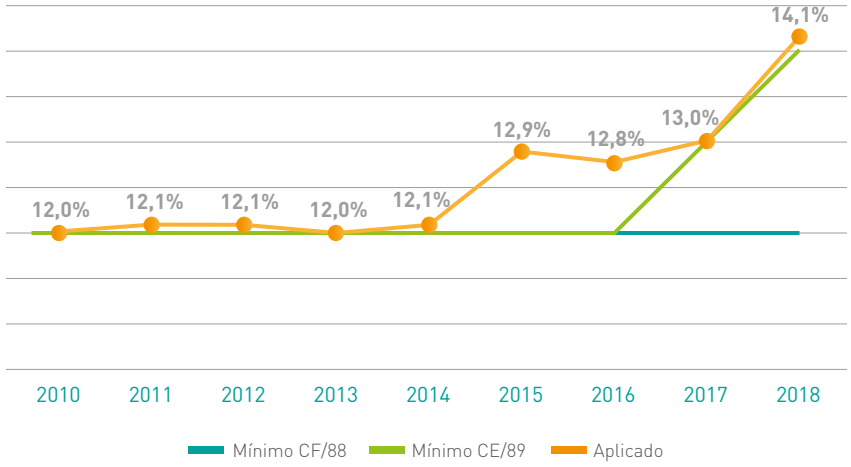
4 O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 12% e pela Constituição Estadual para 2018 é de 14% da Receita Líquida de Impostos (RLI).

pesas com saúde, o que corresponde às despesas realizadas em 2017 e computadas para a verificação da aplicação mínima constitucional daquele exercício financeiro.

Nesse sentido, em 2018 foram consideradas despesas no valor de R$ 2,85 bilhões, o que representou 14,1% da RLI. Isso corresponde a R$ 423,91 milhões a mais do que o exigido pela Constituição Federal de 1988 e R$ 20,32 milhões superiores à aplicação mínima determinada pela Constituição Estadual de 1989 para o ano de 2018.

Das despesas aplicadas em saúde não computadas para a verificação do mínimo constitucional, que somaram R$ 757,51 milhões, destacam-se os montantes de R$ 484,48 milhões, custeados com recursos de transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), e de R$ 76,06 milhões, custeados com recursos de operações de crédito por meio do Programa Pacto por Santa Catarina.

Evolução do percentual aplicado em saúde conforme as Constituições Federal e Estadual



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Receita Líquida de Impostos 2018
R$ 20,18 BILHÕES

12%
Aplicação mínima em saúde exigida pela Constituição Federal
R$ 2,42 bilhões

14%
Aplicação mínima em saúde exigida pela Constituição Estadual
R$ 2,83 bilhões

Total das despesas computadas com ações e serviços públicos de saúde em 2018
R$ 2,85 bilhões
14,10%

Educação

Em 2018, foi aplicado pelo Estado de Santa Catarina o total de R$ 4,48 bilhões em educação. Essa soma foi convertida em alimentação aos alunos, transporte escolar, bolsas de estudo, materiais didáticos, formação e remuneração do magistério, aquisição de mobiliário e equipamentos tecnológicos, construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, e também espaços esportivos.

Despesas em educação (R$ milhões)

DESPESAS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO	2017		2018	
	R$	%	R$	%
Pessoal e Encargos Sociais	3.134	74,4%	3.300	73,62%
Outras Despesas Correntes	948	22,5%	971	21,65%
Investimentos	131	3,1%	150	3,36%
Juros, Encargos e Amortização da Dívida	-	0,0%	61	1,37%
Total	**4.213**	**100,0%**	**4.483**	**100,0%**

Para garantir a aplicação de um valor mínimo em educação, a Constituição Federal de 1988 determinou que os estados e municípios aplicassem 25% da Receita Líquida de Impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Em 1996, com a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, foi criada uma subvinculação desses recursos ao ensino fundamental, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), no âmbito dos estados e municípios, para partilha dos recursos com base no número de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino.

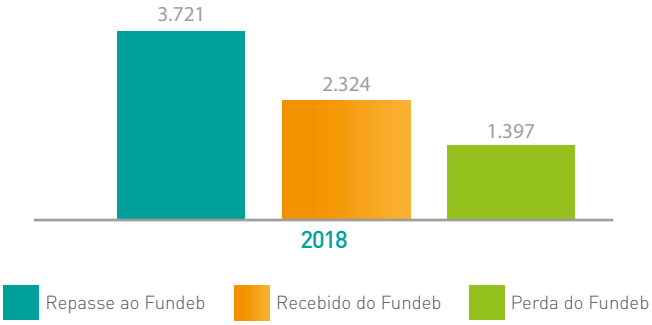
Já em 2006, a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, substituiu o FUNDEF pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com o Fundeb, essa subvinculação passou a ser de 20% das receitas dos impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a utilização dos recursos foi ampliada para toda a educação básica.

Os recursos do Fundeb são compostos, em cada estado, pelos percentuais de receitas dos estados e de todos os municípios, formando o montante total de recursos. Esse montante é dividido entre o Estado e seus municípios, na proporção do número de alunos atendidos na educação básica da rede pública. Ou seja, os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, e o Estado recebe esses recursos com base no número de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio. Nessa divisão, verifica-se o atendimento da parcela mínima de recursos por aluno. Quando não atendido esse mínimo, há uma complementação de recursos por parte da União. Contudo, em Santa Catarina, não há complementação da União, pois o valor mínimo é alcançado.

No ano de 2018, o Estado repassou ao Fundeb R$ 3,72 bilhões. De acordo com o número de alunos matriculados na rede pública estadual, o retorno do Fundeb para o Estado foi de R$ 2,32 bilhões. A diferença entre o que Santa Catarina repassa ao fundo e o que recebe de volta para ser investido

na rede estadual de ensino é denominada de "perda" do Fundeb e deve ser considerada como aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional, já que foi um recurso que saiu dos cofres estaduais para a educação. Em 2018, a perda do Fundeb foi de R$ 1,39 bilhão. Na prática, essa perda é revertida em resultados para Santa Catarina em seu conjunto, pois os recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses para o desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem no Estado. Santa Catarina repassou também o montante de R$ 18,97 milhões para o Fundeb a título de recomposição de valores que eram devidos ao Fundo.

Repasses x retorno do Fundeb (R$ milhões)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Outro item considerado pelo Estado como aplicação em educação, para fins de verificação do mínimo constitucional, são as despesas com o pagamento da folha dos servidores inativos da área da educação custeados com recursos de impostos. O total dessas despesas em 2018 foi de R$ 1,89 bilhão, realizado por intermédio do Fundo Financeiro, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Estaduais (RPPS), que gerencia o pagamento das pensões e dos inativos do Estado. Contudo, na apuração do mínimo constitucional em educação, Santa Catarina vem reduzindo gradativamente a inclusão dessas despesas. Em 2018, foram levados em conta 40% das despesas com o pagamento dos inativos da educação, totalizando R$ 754,66 milhões.

Dessa forma, para fins de verificação do limite constitucional em manutenção e desenvolvimento do ensino, foram consideradas as despesas no montante de R$ 5,48 bilhões. Esse valor equivale a 27,15% da RLI, estando acima do valor mínimo de 25% exigido pela CF/88.

Aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino em 2018 (R$ milhões)

EDUCAÇÃO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)		VALOR	%
A	Receita Líquida de Impostos (Base)	20.180	100,00%
B	Valor a aplicar para cumprimento do limite constitucional em educação (25% x A)	5.045	25,00%
C	Despesas consideradas para fins de limite (C/A)	5.479	27,15%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Ensino Superior

A Constituição Estadual determina, em seu art. 170, que Santa Catarina deve prover, anualmente, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Essa assistência financeira ocorrerá por meio de bolsas, concedidas pelas instituições de ensino superior aos alunos, e deve seguir critérios objetivos de carência e mérito, condicionando a obtenção do benefício à prestação de serviço voluntário à comunidade pelo aluno beneficiado.

Nesse sentido, em 2018, por meio da Secretaria de Estado da Educação, o Estado repassou às instituições de educação superior que concederam bolsas de acordo com o art. 170 da CE/89 a importância de R$ 65,46 milhões, o equivalente a 1,30% do mínimo constitucional que deve ser aplicado na educação no ano de 2018.

Aplicação conforme o art. 170 da Constituição Estadual (R$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	2018
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - RLI	20.179,62
Mínimo a ser aplicado na Manutenção do Ensino (25% da RLI)	5.044,90
Valor mínimo a ser aplicado - Art. 170 da CE/89 e Lei Complementar nº 281/05 (5% dos 25% da RLI = 1,25% da RLI)	**252,25**
APLICAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	
12882 - Bolsa de pesquisa para estudantes do ensino superior - Art. 170 da Constituição Estadual	-
6302 - Apoio a Estudante de Ensino Superior - Art. 170/CE - SED	52,98
9785 - Cursos Estratégicos do PROESDE - Programa Estadual de Desenvolvimento Regional - SED	12,48
Total aplicado - Art. 170 da CE/89	65,46
Percentual aplicado	1,30%
Insuficiência de aplicação	(186,78)

Fonte: Secretaria de Estado da Educação

Também na Constituição do Estado de Santa Catarina, no art. 171, consta que a lei disciplinará as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as empresas privadas deverão prestar sempre que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual.

Para regulamentar o art. 171 da CE, a Lei Complementar Estadual nº 407/2008 criou o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES). Tal fundo é constituído de contribuições realizadas por empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais concedidos no âmbito de programas estaduais.

A lei estabeleceu ainda que os recursos arrecadados pelo FUMDES deverão ser destinados ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para alunos que cursaram todo o ensino médio em unidade escolar da rede pública ou em instituição privada, com bolsa integral, e que residam há no mínimo dois anos no Estado de Santa Catarina. A lei ainda permite que os recursos não utilizados sejam aplicados em ações que promovam e ampliem o atendimento no ensino médio.

Aplicação conforme o art. 171 da Constituição Estadual (R$ milhões)

FUNDO DE APOIO À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - FUMDES	2017	2018
Receitas	59,62	49,84
Despesas	37,87	45,68
Percentual de aplicação	63,51%	91,66%

Fonte: Secretaria de Estado da Educação

Verifica-se que, em 2018, o Estado aplicou na educação superior, de acordo com o art. 171 da CE/89, a importância de R$ 45,68 milhões, o equivalente a 91,66% da receita arrecadada pelo FUMDES. No exercício de 2017 não foram consideradas as subações da Fonte de Recursos 0.665 (Superavit da FR 0.265). Caso fossem consideradas, o valor total das despesas em 2017 seria de R$ 40,19 milhões, correspondendo ao percentual de 67,41% de aplicação.

Ciência e Tecnologia

O art. 193 da Constituição Estadual estabelece que no mínimo 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta[5], pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores executados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e que foram executados pela Epagri nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados.

Em 2018, com base no Decreto Estadual nº 1.720/2018, para fins da destinação mínima de que trata o art. 193 da Constituição Estadual, foi aplicada a desvinculação de receita, gerando uma nova base de cálculo a ser aplicada de R$ 356,43 milhões. Nesse sentido, o Estado aplicou R$ 388,63 milhões, o que representou 9% a mais do valor mínimo a ser aplicado.

5 Conforme os arts. 100, I, e 112, §§ 1° e 2°, da Lei Complementar n° 381, de 7 de maio de 2007, com a nova redação dada pela Lei Complementar n° 534, de 20 de abril de 2011.

Aplicação em ciência e tecnologia (R$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	2018
Base de cálculo	
Receitas correntes	35.639.789
(-) Deduções da receita orçamentária	-10.180.296
Total da base de cálculo	25.459.493
Valor a ser aplicado (2%)	509.190
(-) Desvinculação de receita - DREM	-152.757
Valor a ser aplicado após a DREM	**356.433**
Aplicações	
Epagri	
Função 20 - Agricultura	
Despesas empenhadas	352.634
(-) Restos a pagar cancelados no exercício	-452
Total Aplicado - Epagri	352.183
FAPESC	
Função 19 - Ciência e Tecnologia	
Despesas empenhadas pela FAPESC	31.712
(-) Restos a pagar cancelados no exercício	-85
Despesas liquidadas por descentralização	
Na Epagri	4.836
(-) Restos a pagar cancelados no exercício	-8
Total Aplicado – FAPESC	36.455
Total Aplicado em Ciência e Tecnologia	**388.638**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas explicativas:

1. O art. 193 da Constituição Estadual estabelece que pelo menos 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica. Essa aplicação deverá ser efetuada de forma conjunta (conforme arts. 100, I, e 112, I, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 381/2007) pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

2. O art. 26 da Lei nº 14.328/2008, com nova redação dada pela Lei nº 16.382/2015, estabelece que "O Estado de Santa Catarina destinará à pesquisa científica e tecnológica no mínimo 2% (dois por cento) de suas receitas correntes, delas excluídas as parcelas pertencentes aos municípios, destinando-se pelo menos metade para pesquisa agropecuária, liberados em duodécimos".

3. Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores empenhados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados por essas duas instituições e empenhados pela Epagri e Udesc nas fontes de recursos do exercício corrente (x1xx e x2xx, exceto x191, x192, x193, 197, x198, x291, x292, x293, x297 e x298), deduzidos os restos a pagar cancelados.

4. Conforme o § 3º do art. 2º do Decreto Estadual nº 1.720, de 30/8/2018, para fins da destinação mínima de que trata o art. 193 da Constituição Estadual, a desvinculação de receita, no exercício de 2018, incidirá no percentual de 30% (trinta por cento) sobre a respectiva base de cálculo.

Resumo dos Principais Indicadores Fiscais de Santa Catarina em 2018

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	22,77 bilhões	
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (RLI)	20,18 bilhões	
RESULTADO PRIMÁRIO		
Meta Estabelecida na LDO	477,86 milhões	
Resultado Apurado	276,03 milhões	
RESULTADO NOMINAL		
Meta Estabelecida na LDO	-1,55 bilhão	
Resultado Apurado	-1,88 bilhão	
RESTOS A PAGAR		
Inscrição de Restos Processados	374,29 milhões	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos não Processados	2,62 bilhões	
Inscrição de Restos não Processados	515,47 milhões	
Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição de Restos não Processados	2,10 bilhões	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
Mínimo Constitucional a ser Aplicado após a Desvinculação de Receita (art. 193 da Constituição Estadual de 1989 e art. 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.720/2018)	356,43 milhões	
Despesas Consideradas	388,64 milhões	
SAÚDE	VALOR	% RLI
Mínimo Constitucional a ser Aplicado (CE/89)	2,83 bilhões	14
Despesas Consideradas	2,85 bilhões	14,10
EDUCAÇÃO – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	VALOR	% RLI
Mínimo Constitucional a ser Aplicado (art. 212, CF/88)	5,05 bilhões	25
Despesas Consideradas	5,48 bilhões	27,15
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% RCL
Limite Máximo (art. 20, inc. I, II e III, LRF)	13,66 bilhões	60
Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF)	12,98 bilhões	57
Despesa Total com Pessoal	13,32 bilhões	58,49
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	45,55 bilhões	200
Dívida Consolidada Líquida	21,17 bilhões	92,94
GARANTIAS	VALOR	% RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5,01 bilhão	22
Total de Garantias	1,74 bilhão	7,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações Internas e Externas	3,64 bilhões	16
Operações de Crédito Internas e Externas	0,17 bilhões	0,75

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2018

R$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLICATIVA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**39**	**25.949.718**	**25.949.718**	**25.459.493**	**(490.225)**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		16.130.099	16.130.099	16.322.199	192.100
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.472.848	2.472.848	2.533.241	60.393
RECEITA PATRIMONIAL		565.594	565.594	409.580	(156.014)
RECEITA AGROPECUÁRIA		1.099	1.099	1.414	315
RECEITA INDUSTRIAL		34	34	22	(12)
RECEITA DE SERVIÇOS		1.116.934	1.116.934	865.878	(251.056)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.186.098	5.186.098	4.782.530	(403.568)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		477.012	477.012	544.629	67.617
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**39**	**479.695**	**479.695**	**296.669**	**(183.025)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		350.319	350.319	189.718	(160.601)
ALIENAÇÃO DE BENS		57.229	57.229	29.353	(27.877)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		30.149	30.149	31.744	1.595
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		35.998	35.998	36.000	3
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		6.000	6.000	9.854	3.854
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		**26.429.412**	**26.429.412**	**25.756.162**	**(673.250)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)		-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		-	-	-	-
Mobiliária		-			
Contratual		-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		-	-	-	-
Mobiliária		-			
Contratual		-			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		**26.429.412**	**26.429.412**	**25.756.162**	**(673.250)**
DEFICIT (VI)	**41**			**1.186.885**	
TOTAL (VII) = (V + VI)		**26.429.412**	**26.429.412**	**26.943.046**	**(673.250)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
Superavit Financeiro	40		3.052.988	2.175.654	
Reabertura de Créditos Adicionais			-	-	

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2018

R$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLI-CATIVA	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZA-DA (f)	DESPESAS EMPENHA-DAS (g)	DESPESAS LIQUIDA-DAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**39**	**24.560.784**	**26.642.956**	**24.602.225**	**24.224.708**	**23.858.931**	**2.040.731**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		15.783.841	16.827.078	16.333.072	16.323.976	16.299.092	494.005
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		382.201	1.066.800	982.947	982.947	982.947	83.853
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.394.742	8.749.078	7.286.206	6.917.785	6.576.892	1.462.873
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**39**	**1.867.628**	**3.565.490**	**2.340.821**	**2.202.869**	**2.194.360**	**1.224.669**
INVESTIMENTOS		1.246.203	2.598.723	1.446.676	1.309.307	1.300.799	1.152.047
INVERSÕES FINANCEIRAS		53.232	87.626	85.630	85.047	85.047	1.996
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		568.193	879.141	808.515	808.515	808.515	70.626
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		**1.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		**26.429.412**	**30.208.446**	**26.943.046**	**26.427.578**	**26.053.292**	**3.265.399**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XII)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)		**26.429.412**	**30.208.446**	**26.943.046**	**26.427.578**	**26.053.292**	**3.265.399**
SUPERAVIT (XIV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)		**26.429.412**	**30.208.446**	**26.943.046**	**26.427.578**	**26.053.292**	**3.265.399**
RESERVA DO RPPS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Não Processados

Consolidado Geral

R$ milhares

Restos a Pagar não Processados	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - c - e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2017 (b)				
Despesas Correntes	**-**	**445.814**	**244.922**	**244.901**	**200.892**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	-	3.389	2.666	2.666	723	-
Juros e Encargos da Dívida	-	0,1	-	-	0,1	-
Outras Despesas Correntes	-	442.425	242.256	242.236	200.169	-
Despesas de Capital	**-**	**228.080**	**101.377**	**101.377**	**126.703**	**-**
Investimentos	-	228.011	101.308	101.308	126.703	-
Inversões Financeiras	-	68,98	69	69	0,0001	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**673.893**	**346.299**	**346.278**	**327.595**	**-**

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Consolidado Geral

R$ milhares

Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a + b - c - d)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2017 (b)			
Despesas Correntes	**-**	**373.382**	**245.198**	**670**	**127.514**
Pessoal e Encargos Sociais	-	77.963	77.761	-	202
Juros e Encargos da Dívida	-	27.182	27.182	-	-
Outras Despesas Correntes	-	268.237	140.255	670	127.312
Despesas de Capital	**-**	**31.175**	**30.456**	**362**	**358**
Investimentos	-	19.237	18.598	282	358
Inversões Financeiras	-	797	717	80	-
Amortização da Dívida	-	11.141	11.141	-	-
TOTAL	**-**	**404.557**	**275.654**	**1.032**	**127.872**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

INGRESSOS	Nota Explicativa	2018	2017
Receita Orçamentária (I)		**25.756.162**	**25.373.786**
Ordinária		**17.737.510**	**16.761.666**
Vinculada		**8.018.652**	**8.612.120**
Recursos Vinculados à Educação		2.697.823	2.604.625
Recursos Vinculados à Saúde		487.141	523.051
Recursos Vinculados à Previdência Social		2.610.438	2.366.091
Recursos Vinculados à Assistência Social		391.453	276.318
Recursos Vinculados à Segurança Pública		784.798	641.755
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		113.347	110.742
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		21.329	31.581
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		42.658	50.028
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		2.872	5.034
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		29.353	4.522
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		256.730	1.168.040
Outras Vinculações de Recursos		580.709	830.334
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**75.229.683**	**69.141.013**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		19.442.348	18.766.841
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		52.006.466	46.765.486
Transferências Recebidas - Aportes RPPS		3.780.870	3.608.686
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**19.869.477**	**17.031.532**
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		515.469	673.893
Inscrição de Restos a Pagar Processados		374.286	404.557
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.212.854	13.342.856
Aplicações do RPPS		3.765.242	2.610.199
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.627	26
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**9.614.016**	**9.217.933**
Caixa e Equivalentes de Caixa	36-42	9.614.016	9.217.933
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**130.469.338**	**120.764.264**

R$ milhares

DISPÊNDIOS	Nota Explicativa	2018	2017
Despesa Orçamentária (VI)		**26.943.046**	**25.595.103**
Ordinária		**18.041.396**	**17.317.742**
Vinculada		**8.901.650**	**8.277.362**
Recursos Vinculados à Educação		2.714.241	2.523.765
Recursos Vinculados à Saúde		484.684	507.456
Recursos Vinculados à Previdência Social		2.539.445	2.319.887
Recursos Vinculados à Assistência Social		376.116	294.555
Recursos Vinculados à Segurança Pública		807.627	657.409
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		115.460	118.660
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		19.732	27.582
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		60.594	38.618
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		4.445	3.799
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		24.483	3.620
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		868.660	1.316.033
Outras Vinculações de Recursos		886.164	465.978
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**75.229.683**	**69.141.013**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		19.442.348	18.766.841
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		52.006.466	46.765.486
Transferências Concedidas - Aportes RPPS		3.780.870	3.608.686
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**19.623.197**	**16.414.132**
Pagamento de Restos a Pagar não Processados		346.278	289.859
Pagamento de Restos a Pagar Processados		275.654	156.614
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.049.520	13.294.273
Restos a Pagar - Retenções a Pagar		33	57
Aplicações do RPPS		3.835.961	2.673.329
Perdas - Aplicação Financeira RPPS		-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários		115.751	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**8.673.412**	**9.614.016**
Caixa e Equivalentes de Caixa	36-42	8.673.412	9.614.016
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**130.469.338**	**120.764.264**

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

Especificação	2018			2017		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**27.705.212**	**9.967.702**	**17.737.510**	**25.866.879**	**9.105.213**	**16.761.666**
Vinculada	**8.231.246**	**212.594**	**8.018.652**	**8.829.893**	**217.774**	**8.612.120**
Recursos Vinculados à Educação	2.698.031	208	2.697.823	2.604.632	7	2.604.625
Recursos Vinculados à Saúde	487.216	75	487.141	523.183	132	523.051
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.614.128	3.690	2.610.438	2.368.207	2.116	2.366.091
Recursos Vinculados à Assistência Social	500.940	109.488	391.453	384.367	108.049	276.318
Recursos Vinculados à Segurança Pública	784.872	73	784.798	641.795	40	641.755
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	188.518	75.171	113.347	183.871	73.129	110.742
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	21.329	-	21.329	31.581	-	31.581
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	55.429	12.771	42.658	65.742	15.714	50.028
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	2.872	0	2.872	5.039	4	5.034
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	29.353	-	29.353	4.531	9	4.522
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	256.730	-	256.730	1.169.025	985	1.168.040
Outras Vinculações de Recursos	591.827	11.118	580.709	847.921	17.587	830.334
			-			-
TOTAL	**35.936.458**	**10.180.297**	**25.756.162**	**34.696.773**	**9.322.987**	**25.373.786**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	8.673.412	9.614.016
Créditos a Curto Prazo		2.410.387	1.566.432
Créditos Tributários a Receber	11	2.064.073	1.178.228
Clientes	12	117.886	86.015
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	33.812	25.757
Dívida Ativa Tributária	14	469.868	444.614
Dívida Ativa não Tributária	15	33.307	2.398
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(308.558)	(170.580)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	2.356.846	2.311.335
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	471.140	400.396
Estoques	19	203.178	202.836
VPDs Pagas Antecipadamente	20	10.539	10.558
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**14.125.503**	**14.105.574**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.109.636	3.245.902
Créditos a Longo Prazo		1.468.254	2.660.708
Créditos Tributários a Receber	11	1.265.873	2.383.146
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	178.015	259.416
Dívida Ativa Tributária	14	16.007.991	14.388.149
Dívida Ativa não Tributária	15	449.203	428.735
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(16.432.828)	(14.798.738)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	371.747	315.560
Estoques		1	1
VPDs Pagas Antecipadamente	20	269.633	269.633
Investimentos	21	3.479.015	3.431.971
Imobilizado	22	33.604.846	32.317.357
Intangível	23	315.892	291.111
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**39.509.388**	**39.286.342**
TOTAL DO ATIVO		**53.634.891**	**53.391.916**

R$ milhares

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	442.372	344.728
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	379.026	791.978
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	592.103	514.371
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	8.330	14.325
Provisões a Curto Prazo	28	939.380	635.061
Demais Obrigações a Curto Prazo	29	6.730.258	6.592.440
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**9.091.469**	**8.892.902**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	752.550	650.491
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	19.877.999	18.847.579
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	1.871.640	1.599.762
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	261.574	265.223
Provisões a Longo Prazo	28	527.445	70.813
Demais Obrigações a Longo Prazo	29	1.278.123	1.548.856
Resultado Diferido	30	603.837	603.837
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**25.173.168**	**23.586.560**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social	32	6.655	6.655
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		8.088	8.088
Resultados Acumulados	31	19.355.141	20.897.342
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**19.370.253**	**20.912.454**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**53.634.891**	**53.391.916**

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Financeiro		9.290.007	10.203.940
Ativo Permanente		44.344.884	43.187.976
TOTAL DO ATIVO (I)		**53.634.891**	**53.391.916**
PASSIVO			
Passivo Financeiro		6.964.638	6.908.687
Passivo Permanente		27.815.408	26.244.599
TOTAL DO PASSIVO (II)		**34.780.046**	**33.153.286**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)		**18.854.844**	**20.238.630**

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		7.103.984	1.263.336
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		592	-
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		67.628	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		**7.172.203**	**1.263.336**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias Concedidas		1.738.432	659.415
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		302.638	385.782
Obrigações Contratuais		23.135.139	23.036.608
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	33	12.068.803	11.739.127
Outros Atos Potenciais Passivos			-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		**37.245.012**	**35.820.932**

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro do Superavit/Deficit Financeiro

Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2018	31/12/2017
0.100 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(296.462)	(295.242)
0.101 - Recursos ordinários - diversos	6.634	1.757
0.110 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	3.327	4.192
0.111 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	26.238	33.645
0.119 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	1.287	9.088
0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.180	11.010
0.121 - Cota-parte contribuição de intervenção no domínio econômico CIDE - Estadual - recursos do tesouro - exercício corrente	8.136	26.987
0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercício corrente	2.258	4.534
0.124 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.900	41.042
0.126 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	-	2.776
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do tesouro - exercício corrente	8.467	8.322
0.129 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	4.503	6.743
0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União	60.069	75.080
0.132 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercício corrente	-	3.110
0.140 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	3	355
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	77	695
0.161 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercício corrente	11.537	4.792
0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	7.276	8.602
0.169 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	5.880	1.679
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente	5.595	137
0.181 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - recursos do tesouro - exercício corrente	0,05	880
0.182 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	-	9.890
0.183 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	9.811	72.596
0.184 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos do tesouro - exercício corrente	15	4.122
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do tesouro - exercício corrente	48.578	72.282
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	2.469	7.707
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	2.544	1.554
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.872	2.883
0.191 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercício corrente	6.195	644.143
0.192 - Operações de crédito externas - recursos do tesouro - exercício corrente	422	11.914
0.195 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	-	349.146
0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	0,001	421
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	11	40
0.210 - Taxa judiciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.689	-
0.212 - Selos de fiscalização de atos notariais e registrais - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.953	-

R$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2018	31/12/2017
0.219 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício corrente	119.687	-
0.223 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	31.075	29.768
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	80	2.216
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercício corrente	28.118	17.897
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.274	12.844
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	144	-
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	209.490	56.744
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	143.394	116.455
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.979	8.330
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.263	1.936
0.262 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	91	-
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	854	10.634
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	19.828	21.901
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	1.471	996
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	93.486	152.119
0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente	206	10.130
0.281 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	629	-
0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente	30.903	5.309
0.283 - Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça	20.870	-
0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.408	5.846
0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes - exercício corrente	39.728	107.664
0.289 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	28.865	-
0.298 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.626	3.096
0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.950	8.231
0.300 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	10.128	11.174
0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do tesouro - exercícios anteriores	275	1.971
0.302 - Recursos do tesouro - Programa Revigorar III - exercícios anteriores	-	4
0.309 - Superavit Financeiro - recursos convertidos - recursos do tesouro - receitas primárias	45	109
0.310 - Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.592	2.425
0.311 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores	5.429	5.339
0.319 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.485	1.440
0.320 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercícios anteriores	522	502
0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE Estadual	7.348	4.912
0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	47.785	27.138
0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores	5	5
0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	2.854	96
0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.407	8.316
0.329 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	384	1.378
0.332 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.267	1.160
0.340 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	753	1.021
0.360 - Recursos patrimoniais - primários	556	1.171

R$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2018	31/12/2017
0.361 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.548	1.169
0.362 - Receitas diversas - SEITEC	2.632	1.540
0.369 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	90	27
0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercícios anteriores	0,2	0,2
0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	734	2.019
0.382 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercícios anteriores	1	4.599
0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores	142.805	147.657
0.384 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	1.506	2.466
0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	90.478	80.558
0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	15	36
0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.128	2.679
0.391 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercícios anteriores - superavit	349.164	195.178
0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	24	609
0.395 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	148.236	6.469
0.397 - Superavit Financeiro - recursos convertidos - receitas não primárias	10	36
0.398 - Receita de Alienação de Bens - exercícios anteriores	949	949
0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	13.414	8.953
0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	3.201	1.490
0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	59.825	78.614
0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	5.450	5.865
0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	26	54
0.640 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	46.038	159.557
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	174	222
0.650 - Contribuição previdenciária	104.649	87.783
0.659 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	65	-
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	10.547	25.338
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	599	1.259
0.662 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	425	919
0.663 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercício anterior	2.441	-
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção ensino superior - exercícios anteriores	7.476	5
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	66.359	116.260
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	2	26.752
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	567	2.266
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	16.284	14.937
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	139.713	274.769
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	58.249	58.249
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.154	4.015
0.699 - Não primárias - outras receitas	7.890	7.890
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercício corrente	1.466	1.686
7.111 - Contrapartida de convênios - taxa da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	405	187
7.119 - Contrapartida de outras taxas vinculadas - exercício corrente	-	744

R$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2018	31/12/2017
7.129 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	-	534
7.162 - Contrapartida de convênios - receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	4	-
7.219 - Contrapartida de convênios - outras taxas vinculadas - exercício corrente	127	-
7.228 - Contrapartida de convênios - outros convênios e acordos administrativos - exercício corrente	968	-
7.229 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	35
7.240 - Contrapartida de convênios - receita de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	30	760
7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - recursos de outras fontes	656	10
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.293	5.479
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.049	1.883
7.319 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício anterior - demais receitas	623	-
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	922	1.355
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	315	865
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	801	245
7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2	2
7.661 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	65	46
7.662 - Contrapartida de convênios - recursos diversos - SEITEC - exercícios anteriores	81	81
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	893	791
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**2.177.289**	**3.103.049**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Este quadro foi elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NOTA EXPLICATIVA	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**34**	**27.390.390**	**24.343.604**
Impostos		26.219.425	23.425.475
Taxas		1.170.966	918.129
Contribuições		**1.026.806**	**934.600**
Contribuições Sociais		1.026.806	934.600
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		**1.034.891**	**823.953**
Venda de Mercadorias		20.836	20.269
Venda de Produtos		1.428	1.500
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		1.012.628	802.184
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		**2.120.762**	**5.728.929**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		6.544	417
Juros e Encargos de Mora		338.341	500.864
Variações Monetárias e Cambiais		1.404.511	4.597.607
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		371.365	630.041
Transferências e Delegações Recebidas		**5.874.515**	**5.539.959**
Transferências Intergovernamentais		4.817.935	4.673.703
Transferências das Instituições Privadas		395.923	331.253
Transferências do Exterior		75	115
Transferências de Pessoas Físicas		1.068	1.514
Outras Transferências e Delegações Recebidas		659.514	533.374
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		**3.171.028**	**9.879.920**
Reavaliação de Ativos		2.959.021	9.632.862
Ganhos com Alienação		13.154	2.153
Ganhos com Incorporação de Ativos		123.473	121.240
Ganhos com Desincorporação de Passivos		75.380	123.666
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**31.313.945**	**86.579.547**
Resultado Positivo de Participações		327.911	124.813
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		30.418.175	85.499.842
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		567.859	954.893
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**71.932.336**	**133.830.513**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NOTA EXPLICATIVA	2018	2017
Pessoal e Encargos		**8.985.302**	**8.703.784**
Remuneração a Pessoal		7.798.687	7.565.324
Encargos Patronais		407.449	359.904
Benefícios a Pessoal		536.411	524.122
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		242.755	254.434
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		**6.449.697**	**6.033.271**
Aposentadorias e Reformas		5.368.840	4.977.583
Pensões		1.049.029	1.027.401
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		31.828	28.287
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		**5.351.478**	**4.968.709**
Uso de Material de Consumo		972.364	914.263
Serviços		3.463.562	3.151.712
Depreciação, Amortização e Exaustão		915.552	902.735
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**3.837.904**	**5.008.379**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		1.016.393	770.881
Juros e Encargos de Mora		93	2.262
Variações Monetárias e Cambiais		2.813.530	4.227.901
Descontos Financeiros Concedidos		494	956
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		7.395	6.379
Transferências e Delegações Concedidas		**11.782.054**	**11.030.433**
Transferências Intergovernamentais		10.813.467	9.964.691
Transferências a Instituições Privadas		670.598	735.827
Execução Orçamentária Delegada		102.911	111.911
Outras Transferências e Delegações Concedidas		195.079	218.004
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		**6.552.084**	**6.481.046**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		6.057.404	6.115.662
Perdas com Alienação		93	-
Perdas Involuntárias		5	388
Incorporação de Passivos		14.423	71.919
Desincorporação de Ativos		480.160	293.077
Tributárias		**227.145**	**207.945**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.812	6.221
Contribuições		220.333	201.724
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		**245**	**9**
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV		245	9
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		**31.138.799**	**85.525.106**
Premiações		4.509	6.362
Resultado Negativo de Participações		85.932	97.483
Incentivos		49.582	36.703
Subvenções Econômicas		25.569	47.054
VPD de Constituição de Provisões		30.076.819	84.255.407
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		896.388	1.082.098
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**74.324.707**	**127.958.682**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	**35**	**(2.392.371)**	**5.871.831**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
Especificação	**NOTA EXPLICATIVA**	**2018**	**2017**
Incorporação de Ativo		1.189.988	1.489.912
Desincorporação de Passivo		808.515	524.839
Incorporação de Passivo		189.718	1.572.264
Desincorporação de Ativo		61.097	29.859

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota Explicativa	2018	2017
Ingressos		**100.868.942**	**92.923.504**
Receitas Derivadas e Originárias		20.676.963	17.493.292
Transferências Correntes Recebidas		4.782.530	6.238.365
Outros Ingressos Operacionais	37	75.409.450	69.191.847
Desembolsos		**100.030.347**	**92.105.737**
Pessoal e Demais Despesas		20.530.673	19.108.360
Juros e Encargos da Dívida		1.010.129	743.699
Transferências Concedidas		3.012.549	3.000.993
Outros Desembolsos Operacionais	37	75.476.997	69.252.685
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações (I)		**838.595**	**817.767**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		**61.097**	**29.849**
Alienação de Bens		29.353	4.522
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		31.744	25.328
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		**1.301.788**	**1.576.172**
Aquisição de Ativo não Circulante		1.160.392	1.422.535
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		11.608	12.782
Outros Desembolsos de Investimento		129.787	140.855
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		**(1.240.691)**	**(1.546.323)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		**235.572**	**1.612.280**
Operações de Crédito		189.718	1.571.279
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		9.854	4.539
Transferências de Capital Recebidas		36.000	36.462
Outros Ingressos de Financiamentos		-	-
Desembolsos		**819.656**	**524.839**
Amortização/Refinanciamento da Dívida		791.451	520.337
Outros Desembolsos de Financiamentos		28.205	4.502
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		**(584.084)**	**1.087.441**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	**36-37**	**(986.180)**	**358.885**
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		4.311.039	3.952.154
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		3.324.859	4.311.039

Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

Consolidado Geral

Período: janeiro a dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

	Nota Explicativa	2018	2017
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
Receitas Tributárias		16.322.199	14.359.939
Receitas de Contribuições		2.533.241	930.851
Receita Patrimonial		38.004	89.515
Receita Agropecuária		1.414	1.283
Receita Industrial		22	3.153
Receita de Serviços		865.878	639.736
Remuneração das Disponibilidades		371.576	629.918
Outras Receitas Originárias e Derivadas		544.629	838.898
Total das Receitas Derivadas e Originárias		**20.676.963**	**17.493.292**

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Consolidado Geral

Período: janeiro a dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

	Nota Explicativa	2018	2017
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		2.071.973	2.095.284
Da União		2.070.280	2.095.147
De Estados e Distrito Federal		-	-
De Municípios		1.693	137
Multigovernamentais		-	-
Intragovernamentais		2.710.557	1.640.565
Outras Transferências Correntes Recebidas			2.502.516
Total das Transferências Recebidas		**4.782.530**	**6.238.365**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		453.427	469.101
União		589	2.183
Estados e Distrito Federal		-	-
Municípios		452.838	466.919
Intragovernamentais		1.763.220	1.652.685
Outras Transferências Correntes Concedidas		795.902	879.206
Total das Transferências Concedidas		**3.012.549**	**3.000.993**

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Consolidado Geral

Período: janeiro a dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

	Nota Explicativa	2018	2017
Legislativa		561.036	576.657
Judiciária		1.682.648	1.601.127
Essencial à Justiça		802.457	703.153
Administração		1.605.660	1.525.753
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		2.219.612	2.155.162
Relações Exteriores		545	2.790
Assistência Social		73.112	68.187
Previdência Social		6.414.869	6.060.123
Saúde		2.407.059	1.948.342
Trabalho		3.536	3.287
Educação		2.750.973	2.541.366
Cultura		30.618	31.100
Direitos da Cidadania		835.487	675.860
Urbanismo		-	-
Habitação		14.137	25.211
Saneamento		137	339
Gestão Ambiental		59.857	65.518
Ciência e Tecnologia		28.504	25.254
Agricultura		582.271	607.986
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		26.489	28.608
Comunicações		39.539	70.242
Energia		287	53
Transporte		157.753	192.423
Desporto e Lazer		18.888	31.951
Encargos Especiais		215.200	167.867
Reserva de Contingência		-	-
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**20.530.673**	**19.108.360**

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Consolidado Geral

Período: janeiro a dezembro de 2018 e de 2017

R$ milhares

	Nota Explicativa	2018	2017
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		854.418	600.150
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		126.129	105.538
Outros Encargos da Dívida		29.583	38.011
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**1.010.129**	**743.699**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/64

Valores em 31/12/2017 e 31/12/2018

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	PATRIMÔNIO SOCIAL/ CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		**6.655**	**-**	**368**	**5.815**	**2.274**	**9.130.556**	**9.145.668**
Ajustes de Exercícios Anteriores							5.894.955	5.894.955
Redução do Capital Social								
Aumento de Capital								
Com Reservas e Lucros								
Com Integralização de Ações								
Resultado do Exercício							5.871.831	5.871.831
Constituição/Reversão de Reservas								
Dividendos Propostos								
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR **SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL**	**38**	**6.655**	**-**	**368**	**5.815**	**2.274**	**20.897.342**	**20.912.454**
Ajustes de Exercícios Anteriores	31						1.043.768	1.043.768
Redução do PL - Transferência do Saldo Patrimonial da Autarquia para SPE	32						(193.597)	(193.597)
Redução do Capital Social								
Aumento de Capital								
Com Reservas e Lucros								
Com Integralização de Ações								
Resultado do Exercício	35						(2.392.371)	(2.392.371)
Constituição/Reversão de Reservas								
Dividendos Propostos								
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**38**	**6.655**	**-**	**368**	**5.815**	**2.274**	**19.355.141**	**19.370.253**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Resumo de Números Contábeis de 2018

R$ bilhões

ORÇAMENTÁRIO	
Receita Líquida Prevista	26,43
Receita Líquida Realizada	25,76
Despesa Empenhada Prevista	26,43
Despesa Empenhada Realizada	26,94
Despesa Liquidada	26,43
Despesa Paga	26,05
Resultado Orçamentário	-1,19
FINANCEIRO	
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	9,61
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	8,67
Resultado Financeiro	-0,94
Resultado das Atividades Operacionais	0,84
Resultado das Atividades de Investimento	-1,24
Resultado das Atividades de Financiamento	-0,58
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-0,99
PATRIMONIAL	
Ativo	53,63
Passivo	34,26
Patrimônio Líquido	19,37
Variações Patrimoniais Aumentativas	71,93
Variações Patrimoniais Diminutivas	74,32
Resultado Patrimonial	-2,39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional 198

2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina 198

3. Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2018 199

3.1 Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo 200

4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações 204

5. Base de Preparação 205

5.1 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais 206

6. Moeda Funcional e de Apresentação 208

7. Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas 208

8. Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis 209

9. Resumo das Principais Políticas Contábeis 209

BALANÇO PATRIMONIAL

10. Caixa e Equivalentes de Caixa 214

11. Créditos Tributários a Receber 216

12. Clientes 217

13. Empréstimos e Financiamentos Concedidos 218

14. Dívida Ativa Tributária 218

15. Dívida Ativa Não Tributária 220

16. (-) Ajuste de Perdas de Créditos 220

17. Demais Créditos e Valores 221

18. Investimentos e Aplicações Temporárias 225

19. Estoques 226

20. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente 226

21. Investimentos 227

22. Imobilizado 230

23. Intangível 234

24. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar 236

25. Empréstimos e Financiamentos 237

26. Fornecedores e Contas a Pagar 240

27. Obrigações Fiscais 241

28. Provisões 242

29. Demais Obrigações 244

30. Resultado Diferido 246

31. Ajustes de Exercícios Anteriores 247

32. Transferência do Saldo Patrimonial 247

33. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes 248

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

34. Tributos 249

35. Resultado Patrimonial 250

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

36. Caixa e Equivalentes de Caixa 251

37. Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais 252

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

38. Variação do Patrimônio Líquido no Período 252

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

39. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias 252

40. Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente 253

41. Resultado Orçamentário 253

BALANÇO FINANCEIRO

42. Resultado Financeiro 254

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

43. Renúncia de Receita 254

44. Transações entre Partes Relacionadas 255

45. Eventos Subsequentes 258

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

O Governo do Estado de Santa Catarina é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na Rodovia SC-401, Km 5, nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2018 foram amparadas pela Lei Estadual nº 17.447, de 28 de dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2018), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2018. As competências de cada órgão do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Complementar Estadual nº 381, de 7 de maio de 2007, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2018 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 14 de abril de 2009: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais[1].

As demonstrações contábeis incluídas neste Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2018, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina

São controladas diretamente por Santa Catarina as empresas em que o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes[2] e não dependentes. No exercício de 2018, são elas:

a) Empresas Estatais Dependentes:

I. Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em Liquidação (COHAB)
II. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
III. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
IV. Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

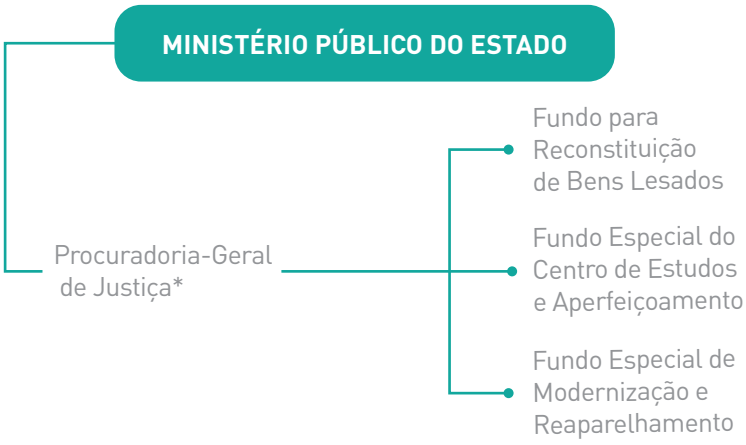
1 Na função Encargos Especiais, foram realizadas as despesas de Precatórios e o Serviço da Dívida Interna e Externa.
2 Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00).

b) Empresas não Dependentes:

I. Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)
II. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)[3]
III. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)
IV. Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)
V. Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)
VI. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)
VII. Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina em Liquidação (CODESC)
VIII. Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina em Liquidação (CODISC)
IX. Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)
X. SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)
XI. Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S/A (IAZPE)[4]

3. Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2018

3 Controle conjunto com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.
4 O Estado passou a ter o controle direto da IAZPE durante o processo de liquidação da CODESC.



* Conforme errata encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado por meio do Ofício SEF/DCOG n° 27/2019

3.1. Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo:

a) Secretarias e Órgãos

Gabinete do Vice-Governador

Corpo de Bombeiros Militar

Polícia Militar

Secretaria de Estado da Administração

Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Secretaria de Estado da Casa Civil

Secretaria de Estado da Defesa Civil

Secretaria de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Fazenda

Secretaria de Estado da Infraestrutura

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Secretaria de Estado da Saúde

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Secretaria de Estado de Comunicação

Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Secretaria de Estado do Planejamento

Secretaria Executiva de Articulação Nacional

Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais[5]

5 A Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais foi desativada por meio do Decreto Estadual nº 1.504, de 21 de fevereiro de 2018.

b) Agências de Desenvolvimento Regional

São Miguel do Oeste
Laguna[6]
Maravilha
Tubarão
São Lourenço
Criciúma
Chapecó
Araranguá
Xanxerê
Joinville
Concórdia
Jaraguá do Sul
Joaçaba
Mafra
Campos Novos
Canoinhas[6]
Videira
Lages
Caçador[6]
São Joaquim[6]
Curitibanos
Palmitos[6]
Rio do Sul
Dionísio Cerqueira[6]
Ituporanga[6]
Itapiranga
Ibirama[6]
Quilombo[6]
Blumenau
Seara[6]
Brusque[6]
Taió[6]
Itajaí
Timbó[6]
Grande Florianópolis[7]
Braço do Norte[6]

c) Defensoria Pública

d) Procuradoria Geral do Estado

e) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

f) Fundações

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)

Fundação Catarinense de Esportes (Fesporte)

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

Fundação Escola do Governo (ENA)

Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

g) Autarquias

Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS)[8]

Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)

Departamento de Transportes e Terminais (DETER)

Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)

Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)

6 Extinto pelo Decreto nº 1.486/2018, que regulamentou a Lei Estadual nº 707/2017.
7 Apesar da extinção da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis pela Lei Estadual nº 16.795, de 16 de dezembro de 2015, em 31/12/2018 ainda permaneciam saldos contábeis na unidade gestora da SDR da Grande Florianópolis.
8 Extinto pelo Decreto nº 1.486/2018, que regulamentou a Lei Estadual nº 707/2017.

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)

Instituto do Meio Ambiente (IMA)

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)

Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)

h) Empresas Estatais Dependentes[9]

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em Liquidação (COHAB)

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

i) Fundos Especiais

Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas

Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (InvestSaúde)

Fundo de Acesso à Justiça (FAJ)

Fundo de Água e Esgoto

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina

Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial)

Fundo de Esforço Fiscal

Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)

Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais

Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Fundo de Melhoria da Polícia Militar

Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar

Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina

Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais

Fundo Especial da Defensoria Dativa

Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento

Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente

Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais

Fundo Estadual de Apoio aos Municípios

Fundo Estadual de Assistência Social

9 Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na Prestação de Contas do Exercício de 2018. A participação do Estado nas empresas não dependentes é incorporada neste Balanço Geral pelo método da equivalência patrimonial.

Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)

Fundo Estadual de Defesa Civil

Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural

Fundo Estadual de Educação (Feduc)

Fundo Estadual de Incentivo à Cultura

Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo

Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte

Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Fundo Estadual de Sanidade Animal

Fundo Estadual de Saúde

Fundo Estadual do Idoso (FEI)[10]

Fundo Financeiro

Fundo para a Infância e Adolescência

Fundo para Melhoria da Segurança Pública

Fundo Patrimonial

Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina

Fundo Pró-Emprego

Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville

Fundo Rotativo da Penitenciária Sul

Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos

Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis

Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó

Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis

j) Unidades Gestoras Especiais

Diretoria do Tesouro Estadual

Encargos Gerais do Estado

10 A Lei Estadual nº 17.355, de 20 de dezembro de 2017, instituiu o Fundo Estadual do Idoso (FEI-SC), vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), com a finalidade de financiar projetos, programas, serviços e ações relativos à pessoa idosa.

4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

A Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC) encontra-se em fase de liquidação, sendo a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) a sua liquidante, que, por sua vez, encontra-se em liquidação, sendo seus liquidantes o senhor Ricardo Moritz, até 29/5/2018, e a senhora Sandra Regina Eccel, a partir de 30/5/2018.

A COHAB também encontra-se em processo de liquidação, sendo liquidante o senhor Osni Alves da Silva.

No processo de liquidação da CODESC, a Companhia assinou com o Estado o Termo de Devolução de Capital nº 008/2018, tendo sido apresentada a autorização de devolução de 20.967.817 ações ordinárias nominativas da Imbituba Administradora da Zona de Exportação S.A. (IAZPE), pertencente à CODESC, para o Estado de Santa Catarina, que passou a ter o controle direto da empresa.

O Decreto Estadual nº 1.486, de 8 de fevereiro de 2018, regulamentou a Lei Complementar Estadual nº 707, de 7 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a extinção da Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS) e estabelece outras providências. Na extinção, foram transferidos os bens, os direitos e as obrigações da APSFS para a sociedade de propósito específico (SPE), com o nome empresarial SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A.

O Decreto Estadual nº 1.503, de 21 de fevereiro de 2018, alterado pelo Decreto nº 1.516, de 6 de março de 2018, desativou, a contar de 1º de março de 2018, as seguintes Agências de Desenvolvimentos Regionais (ADRs) cujas competências passaram a ser exercidas pelas ADRs responsáveis:

ADRs DESATIVADAS	ADRs RESPONSÁVEIS
Itapiranga Dionísio Cerqueira	São Miguel do Oeste
Palmitos	Maravilha
Quilombo	São Lourenço do Oeste
Seara	Concórdia
Caçador	Videira
Ituporanga Taió Ibirama	Rio do Sul
Timbó Brusque	Blumenau
Laguna Braço do Norte	Tubarão
Canoinhas	Mafra
São Joaquim	Lages

O Decreto Estadual nº 1.504, de 21 de fevereiro de 2018, desativou a Secretaria Executiva de Articulação Estadual e a Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados, ambas integrantes da Secretaria de Estado da Casa Civil. Da mesma forma, também desativou a Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais e a Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos, as duas vinculadas ao Gabinete do Governador do Estado.

5. Base de Preparação

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas "intra". O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.

Foram excluídos os seguintes valores de operações intra no processo de consolidação:

R$ milhares

Classe de Contas	Valores com as Operações Intra	Ajuste de Consolidação	Valores Consolidados sem as Operações Intra
Ativo	55.485.773	-1.850.883	53.634.891
Passivo	36.092.188	-1.827.551	34.264.637
Patrimônio Líquido Antes do Encerramento	21.778.189	-15.565	21.762.624
Variações Patrimoniais Diminutivas	152.253.799	-77.929.092	74.324.707
Variações Patrimoniais Aumentativas	149.869.195	-77.936.859	71.932.336

No Volume II, são apresentados os balanços do Poder Executivo, e neles estão consideradas as operações intra.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida pelo Ministério da Fazenda em 25 de agosto de 2008, que ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem adotando uma série de providências para acompanhar todo o processo de convergência. Com dois anos de antecedência (2013) ao prazo estabelecido pela STN, o PCASP foi implantado, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços estão agora concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

Nessa linha, as ações promovidas pelo Estado de Santa Catarina o colocam como uma das referências nesse processo. Destacam-se: o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a avaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis) e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

Prazos dos PCPs determinados pela Portaria nº 548/2015 e situação do Estado em relação a esses prazos

PROCEDIMENTO CONTÁBIL PATRIMONIAL (PCP)	PRAZO PARA ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	SANTA CATARINA
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2020	Implantado parcialmente
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2020	Implantado parcialmente
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2019	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Implantado parcialmente
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução a valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBC TSP e o MCASP).	2022	Não iniciado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2017	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução a valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

Em 2018, seguiu-se o projeto de implantação do Sistema de Informação de Custos de Santa Catarina (SICSC). O objetivo do SICSC é ser uma ferramenta através da qual os gestores públicos possam obter de forma rápida e totalmente informatizada os relatórios necessários à tomada de decisão, com foco no detalhamento e na comparabilidade das informações monetárias e físicas relativas aos custos dos serviços prestados. Pesquisas, integrações de sistemas e validações de dados e de ferramentas são parte do processo.

Durante o exercício, foram desenvolvidas novas integrações com sistemas estruturantes, como as bases de dados do Cartão de Pagamentos (CPESC) bem como de empresas concessionárias prestadoras de serviços públicos de água, luz e telefone. Foram redesenhadas e desenvolvidas estruturas internas necessárias ao custeio das unidades administrativas e dos respectivos serviços pensando na usabilidade do software. Foi preciso atualizar os frameworks como preceito para a continuidade do sistema. Finalmente, visando à priorização de custeio dos serviços da Justiça e Cidadania, optou-se por entregar primeiramente a versão 1 do sistema à SJC, em 2019.

6. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição;
b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos. Para os valores inscritos em dívida ativa tributária de curto prazo, houve uma mudança na estimativa que considerou nos ajustes para perdas o valor previsto na lei orçamentária anual na rubrica da dívida ativa;
c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, a vida útil foi definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998. No caso dos intangíveis, foi utilizado o período contratual das licenças de uso ou de acordo com a vida útil definida em laudo de avaliação inicial;
d) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A nota explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial; e
e) os riscos fiscais, tais como cíveis e trabalhistas, são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como passivo exigível.

8. Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 28/2/2019 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo essas as do terceiro trimestre de 2018 das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando não for reportado de forma diversa. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

e) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.486, de 3 de setembro de 2010, todos os bens adquiridos no período anterior a 1º/1/2010 necessariamente deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução a valor recuperável para os bens registrados no patrimônio em período anterior a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, visto tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender à norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

A primeira avaliação do bem é registrada diretamente no patrimônio líquido e, da segunda em diante, diretamente em contas de resultado.

i) Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

A amortização dos intangíveis, quando couber, está sendo realizada pelo método da linha reta, tendo como referência o período de licença de uso ou vida útil estimada em laudo de avaliação próprio quando de softwares preexistentes.

j) Depósitos Judiciais

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo Demais Obrigações a Longo Prazo e segue o entendimento da Nota Técnica do Grupo dos Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN).

Os depósitos judiciais nos quais Santa Catarina não é parte, previstos na Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, foram registrados como outras receitas de operações de crédito em rubrica específica, com reconhecimento do passivo no grupo Demais Obrigações de Longo Prazo.

Com base nos entendimentos e nas normas acima explanados, em 2018 foi publicada a Nota Técnica de Procedimento Contábil - NTPC nº 002/2018, que trata do roteiro da contabilização dos recursos repassados ao Estado, oriundos dos depósitos judiciais dos quais o ente seja parte bem como dos depósitos de terceiros.

No final do exercício de 2018, a STN publicou a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 15, que trata de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais. Na IPC, a STN recomenda o tratamento de acordo com a origem do depósito para os depósitos em que o Estado é parte, com possibilidade de reconhecimento de provisão para as possíveis perdas e como outras receitas de capital para os depósitos em que o Estado não é parte, com reconhecimento de uma obrigação. O Estado estuda a aplicação *ex nunc* da IPC, ou seja, para os novos levantamentos de depósitos judiciais, quando for o caso.

k) Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos foram reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

l) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2017 e não liquidados até 31/1/2018 foram cancelados. Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o status de restos a pagar não processados.

O Decreto nº 1.794, de 8/11/2018, revogou os parágrafos do art. 21 do Decreto nº 1.784, de 30/10/2018. Esse decreto refere-se aos procedimentos de fechamento mensal e anual orçamentário, financeiro e contábil a serem adotados pelos órgãos. Com essa alteração, os restos a pagar processados inscritos em 2017 não foram cancelados em 31/12/2018 e permaneceram registrados no passivo financeiro.

m) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

n) Registro da Receita Orçamentária

A Portaria nº 765, de 15 de setembro de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, apresentou novo desdobramento da classificação por natureza da receita orçamentária para o exercício de 2018. Esse era o prazo definido pela Portaria Interministerial nº 5, de 25 de agosto de 2015, para os estados e municípios se adequarem às novas codificações das receitas orçamentárias, inclusive nos respectivos projetos de lei orçamentária. Por conseguinte, o Estado de Santa Catarina alterou a sua classificação de receita orçamentária para o exercício de 2018, inclusive incluindo o detalhamento no oitavo nível.

Santa Catarina adota como política contábil o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta do Poder Executivo na unidade gestora que representa o Tesouro do Estado. Também têm registro de receita orçamentária os Poderes e Órgãos autônomos, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes.

o) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2024.

p) Receita de Transações sem Contraprestação

O ICMS e o ITCMD lançados por homologação passaram a ser registrados pelo regime de competência a partir de 2018. O ICMS e o ITCMD, lançados de ofício e parcelados, são reconhecidos pelo regime de competência. O IPVA é integralmente registrado pelo regime de competência.

q) Receita de Transações com Contraprestação

As receitas de prestação de serviços e de vendas de mercadorias são reconhecidas pelo regime de competência. Royalties são reconhecidos pelo regime de caixa. Dividendos e distribuições similares são reconhecidos pelo regime de competência.

r) Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)

O Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes.

Dessa forma, o Decreto nº 1.720, de 30 de agosto de 2018, que aprova a programação financeira e o cronograma de execução de desembolso de recursos estaduais, estabeleceu nos seus parágrafos terceiro e quarto a desvinculação das receitas do Estado relativas a impostos, taxas e multas dos seus respectivos órgãos e fundos. No entanto, essa desvinculação da receita deve observar as exceções previstas no parágrafo único do art. 76-A, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Por fim, a Secretaria de Estado da Fazenda editou a Portaria nº 471, de 20 de dezembro de 2018, com as receitas que foram desvinculadas. Na prática, recursos correntes até então vinculados tiveram 30% de suas disponibilidades aplicadas de acordo com a necessidade de caixa do Tesouro Estadual. A quantia desvinculada em 2018 foi de R$ 343,36 milhões.

s) Renúncia de Receita

Em 2018, foi publicada a Nota Técnica de Procedimento Contábil – NTPC nº 004/2018, orientando os órgãos e as entidades da administração pública estadual sobre os procedimentos contábeis a serem observados para o reconhecimento contábil da renúncia de receita.

Basicamente, para a aplicação da NTPC, é necessária a distinção da renúncia de receita em dois tipos: despesa paga por meio do sistema tributário e gasto tributário. No caso da despesa paga pelo sistema tributário, o benefício está disponível aos recebedores, independentemente de serem ou não contribuintes de tributos. Já o gasto tributário refere-se aos benefícios que estão disponíveis apenas para os contribuintes.

Ainda conforme a NTPC, os "gastos tributários" não estão sujeitos a registros contábeis na natureza da informação patrimonial, pois não geram ativos, passivos ou receitas e despesas ao Governo. Já as despesas pagas por meio do "sistema tributário" devem ser contabilizadas, sob o aspecto patrimonial, como despesas (variação patrimonial diminutiva). Em ambos os casos, a renúncia não deverá ser contabilizada na natureza de informação orçamentária por não completar o estágio da arrecadação (art. 35, I, Lei nº 4.320/1964).

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e registrados na natureza de informação típica de controle e, conforme o caso, na natureza de informação patrimonial. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando mensurados com segurança (vide nota explicativa nº 43).

t) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP e ao art. 31, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 1.784/2018.

u) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

v) Sequestros Judiciais

Os registros contábeis dos sequestros judiciais tomam como base a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2018, que dispõe sobre o registro do ativo financeiro pelo sequestro e, após a identificação da natureza do sequestro, a regularização orçamentária, com a consequente baixa do ativo financeiro.

Os valores sequestrados nas contas bancárias das quais o Estado de Santa Catarina é o titular são controlados e registrados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Já os valores sequestrados nas contas bancárias de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva unidade gestora.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

10. Caixa e Equivalentes de Caixa

R$ milhares

TÍTULOS	31/12/2018	31/12/2017
Conta Única – Tesouro	301	806
Banco do Brasil	1.446.092	2.231.314
(-) Aplicações financeiras da conta única	(1.445.790)	(2.230.509)
Conta Única – RPPS	-	-
Bancos Conta Movimento – Plano Financeiro	459.122	134.460
Bancos Conta Movimento – Plano Previdenciário	-	247.604
Bancos Conta Movimento – Taxa de Administração	11.859	18.198
(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro	(459.122)	(134.460)
(-) Aplicações Financeiras – Fundo Previdenciário	-	(247.604)
(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração	(11.859)	(18.198)
Outras Contas	13.705	34.260
Banco do Brasil – outras contas	1.230.279	1.551.698
Caixa Econômica Federal	5.978.736	5.813.453
(-) Aplicações financeiras – outros bancos	(7.195.310)	(7.330.891)
Arrecadação Indireta	18.305	17.550
Aplicações Financeiras	8.641.101	9.561.399
CDB/RDB	560.803	565.866
Poupança	65.398	85.108
Fundos	7.957.386	8.865.867
Outras aplicações	57.514	44.560
TOTAL	**8.673.412**	**9.614.016**

Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/2007, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Além disso, o sistema de conta única também tem como objetivo prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, com vistas ao atendimento dos Encargos Gerais do Estado e para utilizar eventual disponibilidade que garanta a liquidez de obrigações estaduais, a fim de reduzir o custo da dívida pública (art. 128, § 2º, da LC nº 381/2017).

Para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras "(-) Aplicações financeiras da conta única". O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo Aplicações Financeiras.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras "(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro" e "(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração" demonstram os recursos financeiros aplicados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme a nota explicativa nº18.

Outras contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios e de operações de crédito.

Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. De acordo com a Lei Federal n° 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/2007. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R$ milhares

					31/12/2018
Aplicações Financeiras	**CDB/RDB**	**Poupança**	**Fundos**	**Outras aplicações**	**TOTAL**
Executivo	560.803	64.099	1.404.348	5.687	2.034.937
Legislativo	-	-	38.952	-	38.952
Judiciário	-	1.299	6.386.432	-	6.387.731
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	51.827	51.827
Ministério Público	-	-	127.653	-	127.653
TOTAL	**560.803**	**65.398**	**7.957.386**	**57.514**	**8.641.101**

Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R$ 6,39 bilhões aplicados em fundos, R$ 5,60 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide nota explicativa nº 29 – Depósitos Judiciais de Curto Prazo).

11. Créditos Tributários a Receber

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Créditos Tributários a Receber	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Impostos	1.465.695	-	1.465.695	606.812	-	606.812
Taxas	34.152	-	34.152	-	-	-
Contribuições Sociais	17.551	-	17.551	11.623	-	11.623
Créditos Tributários Parcelados	546.399	-	546.399	559.517	-	559.517
Créditos Tributários PRODEC	-	1.265.873	1.265.873	-	2.383.146	2.383.146
Créditos Previdenciários Parcelados	275	-	275	275	-	275
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**2.064.073**	**1.265.873**	**3.329.946**	**1.178.228**	**2.383.146**	**3.561.374**
Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(30.838)	-	(30.838)	-	-	-
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**2.033.235**	**1.265.873**	**3.299.108**	**1.178.228**	**2.383.146**	**3.561.374**

Impostos

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto, todavia, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir tal situação e, em decorrência dos princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb (vide nota explicativa nº 28). A variação dos valores a receber de impostos foi motivada pela implantação do regime de competência para os impostos por homologação.

Taxas

Esta conta registra os valores a receber decorrentes de prestação de serviços que apresentam como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

A partir do exercício de 2018, o DETER passou a reconhecer as taxas por competência e reconheceu o ajuste de perdas pelo montante já vencido e não pago.

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na unidade gestora do Tesouro Estadual. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb são provisionados (vide nota explicativa nº 28).

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Em 2018, a Medida Provisória nº 222, de 28 de agosto de 2018, alterou o art. 9º da Lei Estadual nº 13.342, de março de 2005, e, consequentemente, alterou também o procedimento de contabilização das respectivas receitas. Dessa forma, com a alteração, o FADESC passou a recolher ao Tesouro do Estado, e este registra mensalmente, sob rubrica de receitas Correntes Tributárias – ICMS, o valor nominal.

Créditos Previdenciários Parcelados

Esta conta registra o valor a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado. No ativo não circulante, esses créditos estão contabilizados no grupo Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária, no valor de R$ 1,05 milhão (nota explicativa nº 14).

12. Clientes

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

R$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2018	31/12/2017
Fundação Catarinense de Cultura	73	5
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	-	0,4
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA	2	-
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	-	0,2
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	1.225	4.639
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	12	20
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	43.905	46.605
Fundação Escola de Governo - ENA	2	2
Fundo Estadual de Saúde	70.842	12
Departamento de Transportes e Terminais	1.357	34.173
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	199	74
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	77	84
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	86	250
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	89	62
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	16	90
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	117.886	86.015
(-) Ajuste de Perdas de Devedores Duvidosos	(1.333)	(30.252)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**116.552**	**55.763**

13. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Unidades Gestoras	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	23.049	2.507	25.556	23.692	4.369	28.061
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	-	-
Fundo de Água e Esgoto	-	-	-	-	66.843	66.843
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.938	7.938	-	8.497	8.497
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	10.763	94.707	105.470	2.066	94.562	96.628
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais	-	58.370	58.370	-	70.653	70.653
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	33.812	178.015	211.827	25.757	259.416	285.173
(-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.076)	-	(14.076)	(14.283)	-	(14.283)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	19.736	178.015	197.751	11.474	259.416	270.892

Destaque para o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, no qual ocorreu aumento de R$ 8,70 milhões no circulante, alcançando o saldo de R$ 10,76 milhões em 2018. Essa variação refere-se à incorporação de contratos de financiamentos.

14. Dívida Ativa Tributária

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Dívida Ativa Tributária	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
ICMS	400.172	15.365.238	15.765.410	326.383	13.915.401	14.241.784
IPVA	55.940	425.774	481.714	111.978	318.164	430.141
ITCMD	9.953	105.285	115.238	2.517	99.153	101.671
Outros Créditos	3.803	111.694	115.497	3.736	55.431	59.166
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	469.868	16.007.991	16.477.859	444.614	14.388.149	14.832.763
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(246.257)	(15.984.265)	(16.230.522)	(123.779)	(14.370.526)	(14.494.305)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	223.611	23.726	247.337	320.835	17.622	338.457

Perfil da dívida ativa tributária (ICMS, IPVA, ITCMD e taxas) por período de inscrição (R$ milhares):

Período	Imposto	Multa	Juros	Total
2014-2018	3.513.409,41	1.776.236,97	1.571.722,60	6.861.368,98
2009-2013	1.859.373,15	1.221.838,92	1.749.847,21	4.831.059,27
2004-2008	577.660,05	382.872,07	949.754,93	1.910.287,04
1997-2003	516.047,05	268.654,74	1.193.179,72	1.977.881,51
1973-1996	220.829,34	112.979,65	682.214,40	1.016.023,39
TOTAL	6.687.319,00	3.762.582,35	6.146.718,85	16.596.620,20

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Perfil da dívida ativa de ICMS por segmento econômico (R$ milhares):

Segmento econômico	Imposto	Multa	Juros	Total
Comércio atacadista especializado em outros produtos	442.305,70	470.070,69	371.628,60	1.284.004,99
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	374.536,99	200.806,97	348.310,70	923.654,65
Transporte rodoviário de carga	371.207,52	162.948,24	250.910,02	785.065,77
Produtos alimentícios, bebida e fumo	264.882,82	174.077,03	256.041,83	695.001,67
Fabricação de produtos plásticos	251.028,70	126.986,01	275.142,79	653.157,50
Comércio varejista não especializado	192.273,26	157.209,94	195.714,62	545.197,82
Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar	181.702,63	117.530,91	145.422,84	444.656,38
Comércio varejista de produtos não especificados anteriormente e de produtos usados	163.715,56	88.927,50	164.294,09	416.937,15
Outros	4.003.200,86	2.133.251,61	3.881.281,68	10.017.734,14
TOTAL	6.244.854,03	3.631.808,89	5.888.747,16	15.765.410,08

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Cobrança da Dívida Ativa Tributária

R$ milhares

TÍTULOS	31/12/2018	31/12/2017
Estoque de Dívida Ativa Tributária	16.477.859	14.832.763
Cobrança no Exercício	268.334	335.463

Outros Créditos

Estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber (R$ 1,05 milhão) pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina referentes a valores a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado.

Além disso, há o registro do valor de R$ 66,41 milhões pertencente ao Fundo de Reaparelhamento de Justiça.

15. Dívida Ativa Não Tributária

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas como FATMA, DETER, DEINFRA e CIDASC, em função de suas atividades-fins. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide nota explicativa nº 16).

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Dívida Ativa não Tributária	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Dívida Ativa não Tributária	33.307	449.203	482.510	2.398	428.735	431.133
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(16.054)	(448.563)	(464.617)	(2.266)	(428.212)	(430.478)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	17.253	640	17.893	132	523	655

16. (-) Ajuste de Perdas de Créditos

Detalhamento da conta de ajuste de perdas.

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Ajustes de Perdas de Créditos	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	30.838	-	30.838	-	-	-
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	1.333	-	1.333	30.252	-	30.252
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14.076	-	14.076	14.283	-	14.283
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	246.257	15.984.265	16.230.522	123.779	14.370.526	14.494.305
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária	16.054	448.563	464.617	2.266	428.212	430.478
TOTAL	308.558	16.432.828	16.741.386	170.580	14.798.738	14.969.318

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A 7ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 840/2016, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é a apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário (vide nota explicativa nº 17):

1. média percentual de recebimentos passados; e
2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

Em relação à dívida ativa tributária de longo prazo, a metodologia é a utilização da média percentual dos recebimentos passados, sendo calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e o número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

No tocante à dívida ativa tributária de curto prazo, o ajuste foi realizado com base na estimativa de recebimento dos valores previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim sendo, o valor exposto no Balanço Patrimonial ficou conciliado com o valor constante na LOA.

17. Demais Créditos e Valores

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Demais Créditos e Valores	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	16.349	-	16.349	11.172	-	11.172
Suprimento de Fundos/Diárias	9.201	-	9.201	12.548	-	12.548
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.887.127	-	1.887.127	1.841.306	-	1.841.306
Tributos a Recuperar/Compensar	8.323	-	8.323	5.974	-	5.974
Créditos por Danos ao Patrimônio	179.389	-	179.389	197.454	-	197.454
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	107.847	185.812	293.659	173.751	122.156	295.907
Outros Créditos e Valores a Receber	664.402	190.869	855.271	514.474	193.637	708.111
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	2.872.638	376.681	3.249.319	2.756.679	315.793	3.072.472
(-) Ajuste de Perdas	(515.792)	(4.934)	(520.726)	(445.345)	(232)	(445.577)
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	2.356.846	371.747	2.728.593	2.311.335	315.560	2.626.895

Destaque para o aumento nos ajustes de perdas registradas no grupo Não Circulante, com o saldo de R$ 4,93 milhões em 2018, o que gerou um aumento de 2.027% em relação ao exercício de 2017. A maior parte desse valor decorre de atualizações de faixas de domínio efetuadas pelo DEINFRA.

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação dos saldos por tipo de transferência.

R$ milhares

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	31/12/2018	31/12/2017
Convênios	1.460.088	1.428.667
Contratos de Gestão	212.319	231.803
Contrato de Apoio Financeiro – PF e PJ	94.634	91.129
Contrato de Apoio à Pesquisa	50.253	45.205
Subvenções Econômicas	16.769	15.143
Subvenções Sociais	17.878	15.116
Termos de Fomento ou Colaboração	34.685	12.795
Termos de Parceria	500	1.449
TOTAL	1.887.127	1.841.306

As unidades gestoras com maiores saldos de convênios transferidos são as seguintes:

R$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2018	31/12/2017
Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	464.345	490.803
Fundo Estadual de Saúde	311.949	259.310
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina – FUPESC	96.793	81.426
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde – InvestSaúde	70.371	73.279
Secretaria de Estado da Infraestrutura	69.211	48.122
Agência de Desenvolvimento Regional de Lages	60.557	60.405
Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó	47.171	50.269
Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	40.701	35.241
Fundo Pró-Emprego	44.544	29.248
Demais Órgãos	254.446	300.563
TOTAL	1.460.088	1.428.667

Com relação aos contratos de gestão, a maioria dos valores registrados refere-se a contratos firmados com organizações sociais para a administração de hospitais do Estado, valores esses contabilizados no Fundo Estadual de Saúde (R$ 210,56 milhões).

Créditos por Danos ao Patrimônio

Conta que registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta DIAG/DCOG nº 001, de 17 de outubro de 2008, bem como outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

R$ milhares

Créditos por Danos ao Patrimônio	31/12/2018	31/12/2017
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	34.252	43.803
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	53.810	51.721
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	1.718	112
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	4.976	8.824
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	83.620	92.979
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	97	15
Créditos a Receber Decorrentes de Danos a Terceiros Causados em Rodovias Estaduais	916	-
TOTAL	**179.389**	**197.454**

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e de pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Segue tabela com os valores por unidade gestora de orçamento.

R$ milhares

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31/12/2018			31/12/2017		
Unidade Gestora	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	1.361	745	2.106	1.356	662	2.019
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	34	-	34	34	14.498	14.532
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	-	-	-	-	640	640
Diretoria do Tesouro Estadual	47.033	-	47.033	125.227	-	125.227
Fundo Estadual de Saúde	58.113	330	58.443	45.635	330	45.965
Ministério Público	-	117.262	117.262	-	-	-
Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	-	-	-	-	56.391	56.391
Encargos Gerais	-	44.200	44.200	-	44.202	44.202
Demais Unidades Gestoras	1.306	23.275	24.581	1.500	5.432	6.931
TOTAL	**107.847**	**185.812**	**293.659**	**173.751**	**122.156**	**295.907**

Outros Créditos e Valores a Receber

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Outros Créditos e Valores a Receber	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	513.747	11.908	525.656	448.324	7.076	455.400
Multas de Trânsito a Receber	14.878	-	14.878	17.537	-	17.537
Dividendos Propostos a Receber	14.156	-	14.156	4.901	-	4.901
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	40.462	-	40.462	30.693	-	30.693
Outros Créditos e Valores a Receber	63.274	178.960	242.234	13.020	186.560	199.580
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**646.517**	**190.868**	**837.386**	**514.475**	**193.636**	**708.111**
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores	-513.168	-4.934	-518.102	-445.330	-232	-445.562
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**133.350**	**185.934**	**319.284**	**69.145**	**193.404**	**262.549**

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Assembleia Legislativa do Estado	4	-	4	4	-	4
Fundação Catarinense de Cultura	6	-	6	12	-	12
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	4	-	4	3	-	3
Fundo Patrimonial	15	-	15	-	-	-
Departamento Estadual de Infraestrutura	513.719	11.908	525.627	448.306	7.049	455.355
Departamento de Transportes e Terminais	-	-	-	-	28	28
TOTAL	**513.747**	**11.908**	**525.656**	**448.324**	**7.076**	**455.402**

Registra os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio e de outros bens. A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual nº 13.516, de 4 de outubro de 2005, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.930, de 11 de janeiro de 2006.

Destacam-se ainda os registros em outros créditos e valores a receber no longo prazo: R$ 93,48 milhões a receber decorrentes do direito de exploração de serviços bancários junto ao Banco do Brasil S.A. e R$ 85,19 milhões em incentivos fiscais no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina.

O ajuste para as perdas prováveis está sendo reconhecido pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e é composto pelos valores vencidos há mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial (ação judicial nº 023.09.028623-8).

Na sequência, é demonstrada a composição dos direitos da unidade gestora do DEINFRA, em 2018, por devedor:

R$ milhares

	31/12/2018					
	Circulante			Não Circulante		
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens – DEINFRA (Credor)	**Direitos**	**Ajuste de Perdas**	**Subtotal**	**Direitos**	**Ajuste de Perdas**	**Subtotal**
Águas de São Francisco	108	-	108	108	-	108
Águas de Bombinhas	42	-	42	84	-	84
CASAN	2.247	(2.247)	-	-	-	-
Casa de Pedra Energia S/A	838	(838)	-	-	-	-
Celesc	498.982	(498.982)	-	-	-	-
Claro S/A	5.516	(5.516)	-	7.271	(4.847)	2.424
Cia. Águas JOI	44	-	44	44	-	44
Cooperativa Central Aurora	58	-	58	115	-	115
Eletrosul Centrais Elétricas	205	(205)	-	87	(87)	-
Interligação Elétrica Sul S/A	86	(86)	-	-	-	-
Rodeio Bonito Hidrelétrica Ltda.	63	-	63	191	-	191
SC Energia	486	(486)	-		-	-
SCGÁS	2.693	(2.693)	-	2.154	-	2.154
Telefônica Brasil S/A	1.249	(1.249)	-	1.223	-	1.223
Tubarão Saneamento	144	(144)	-	-	-	-
Demais devedores	958	(722)	236	631	-	631
TOTAL	**513.719**	**(513.168)**	**551**	**11.908**	**(4.934)**	**6.974**

18. Investimentos e Aplicações Temporárias

Os investimentos e as ações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção das ações passíveis de alienação, as demais aplicações são consideradas caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (vide nota explicativa nº 36).

R$ milhares

Investimentos e Aplicações Temporárias	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Fundos de Investimento em Renda Fixa	459.122	382.064
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	11.859	18.198
Ações Passíveis de Alienação	160	134
TOTAL	**471.140**	**400.396**

19. Estoques

R$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017
Estoques	**Circulante**	**Circulante**
Mercadorias para Revenda	1.097	974
Matérias-Primas	2	633
Almoxarifado	181.060	181.824
Outros Estoques	21.020	19.406
(-) Ajustes para perdas com estoques	-1	-1
TOTAL	**203.178**	**202.836**

Detalhamento do Almoxarifado por Unidade Gestora

R$ milhares

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2017	Incorporações em 2018	Baixas em 2018	Saldo em 31/12/2018
Fundo Estadual de Saúde	99.978	883.207	860.176	123.009
Fundo de Melhoria da Segurança Pública	28.831	9.809	38.471	170
Tribunal de Justiça	10.283	20.746	22.829	8.201
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	6.501	56.536	57.284	5.753
Secretaria de Estado da Saúde	4.207	14.425	7.363	11.269
Secretaria de Estado da Educação	2.917	78.664	72.362	9.219
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)	2.054	41.259	40.580	2.733
CIDASC	1.961	5.426	5.122	2.264
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	1.514	3.283	-	4.798
Udesc	1.251	6.759	6.429	1.580
Ministério Público	1.155	11.903	12.093	965
Fundação Catarinense de Esporte	1.155	685	1.256	584
Demais Órgãos	20.016	87.357	96.858	10.515
TOTAL	**181.824**	**1.220.059**	**1.220.823**	**181.060**

20. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. As VPDs incluem no ativo não circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
TÍTULOS	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	10.539	269.633	280.173	10.558	269.633	280.191
TOTAL	**10.539**	**269.633**	**280.173**	**10.558**	**269.633**	**280.191**

21. Investimentos

R$ milhares

Investimentos	31/12/2018	31/12/2017
Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial	3.427.248	3.389.797
Participação em Empresas	3.025.383	2.977.481
Adiantamento para Aumento de Capital	401.864	412.316
Participação – Método do Custo	338	363
Propriedade para Investimento	51.429	41.811
TOTAL	**3.479.015**	**3.431.972**

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais superavitárias quanto em empresas estatais dependentes[11], além das participações em outras empresas[12].

R$ milhares

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL							
EMPRESA	MEP		Método de Custo		Adiantamento p/ Aumento de Capital	% DE PART. NO CAPITAL SOCIAL	DATA-BASE ÚLTIMO BALANÇO UTILIZADO
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			
EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES							
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	283.536	286.573	-	-	-	51,82%	30/9/2018
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	724.853	834.937	-	-	-	33,33%	30/9/2018
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	6.251	11.289	-	-	-	94,53%	30/9/2018
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	11	4.464	-	-	32.548	100,00%	30/9/2018
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	406.101	431.737	-	-	-	20,20%	30/9/2018
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	1.052.237	832.851	-	-	36.931	64,21%	30/9/2018
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina em Liquidação (CODESC)	392.006	414.862	-	-	16.181	98,85%	30/9/2018
Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina em Liquidação (CODISC)	625	1.239	-	-	-	99,52%	30/9/2018

11 Epagri, Santur, COHAB e CIDASC.
12 A INVESC tem o valor do investimento zerado, pois apresenta patrimônio líquido negativo, isto é, passivo descoberto. A responsabilidade do Estado sobre o passivo a descoberto está sendo controlada nos relatórios de riscos fiscais.

Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)[12]	-	-	-	-	-	99,50%	30/9/2018
SC Participações (SCPar)	156.469	159.529	-	-	316.203	99,99%	30/9/2018
IAZPE	2.285	-	-	-		99,53%	-
Outras participações acionárias	-	-	9.235	9.260	-	-	-
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	-8.896	-8.896	-	-	-
EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES							
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em Liquidação (COHAB)	1.010	-	-	-	-	96,10%	30/9/2018
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)	12.925	5.323	-	-	4.992	100,00%	30/9/2018
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)	-	-	-	-	4.854	96,82%	30/9/2018
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	556	382	-	-	-	96,75%	30/09/2018
TOTAL	**3.038.864**	**2.983.186**	**339**	**363**	**411.709**		

Fonte: Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria da Fazenda (GEAFC)

O valor de R$ 8,90 milhões registrado como perdas para valor realizável líquido refere-se à participação na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina em Liquidação (CODESC). Esse valor é registrado na unidade gestora do Fundo Financeiro, conforme parecer emitido pelos Conselhos Fiscal e Administrativo do IPREV.

As participações nas empresas estatais dependentes COHAB e Epagri bem como na empresa não dependente INVESC apresentaram valores zerados, tendo em vista que o patrimônio líquido nessas empresas passou a ser negativo.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA						
EMPRESA	**PARTICIPAÇÃO DO ESTADO**				**% CAPITAL**	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			**INVESTIMENTO**	**VOTO**	**TOTAL**
	ORDINÁRIAS	**PREFERENCIAIS**	**TOTAL**	**R$ milhares**		
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	109.209.000	-	109.209.000	283.536	51,82%	51,82%
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)[13]	-	-	-	724.852	33,33%	33,33%
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	13.415.105	-	13.415.105	6.251	94,53%	94,53%

13 O BRDE foi constituído como autarquia especial interestadual, não tendo o seu capital dividido em ações.

Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	8.374.213.578.434	-	8.374.213.578.434	32.559	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	7.791.010	191	7.791.201	406.101	50,18%	20,20%
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	221.413.722	237.722.771	459.136.493	1.089.168	61,93%	64,21%
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina em Liquidação (CODESC)	26.139.546	-	26.139.546	408.187	98,85%	98,85%
Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina em Liquidação (CODISC)	87.060.046.641	-	87.060.046.641	625	99,52%	99,52%
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em Liquidação (COHAB)	31.039.530	-	31.039.530	1.010	96,10%	96,10%
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)	37.408.423	-	37.408.423	17.917	100,00%	100,00%
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)	169.777.712	-	169.777.712	4.854	96,82%	96,82%
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	199.000	-	199.000	-	99,50%	99,50%
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	3.276.713	137.160	3.413.873	556	96,62%	96,75%
SC Participações (SCPar)	999.999.999	-	999.999.999	472.672	99,99%	99,99%
IAZPE	20.967.817	-	20.967.817	2.285	99,53%	99.53%
TOTAL				**3.450.573**	**-**	**-**

Fonte: Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria da Fazenda (GEAFC)

Propriedades para Investimento

Estão registrados em Propriedades para Investimento os imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda pelo Regime Próprio de Previdência do Estado (Fundo Financeiro). Alguns desses imóveis são mantidos para aluguel a órgãos do próprio Estado e estão sendo utilizados nas atividades-fins dos órgãos locatários, o que os caracterizaria como ativo imobilizado quando se analisa de forma consolidada o patrimônio do Estado. A Diretoria de Contabilidade Geral optou por não reclassificar o ativo no balanço consolidado e evidenciá-lo conforme a classificação original no Fundo Financeiro. Em 2018, o saldo contábil é de R$ 51,43 milhões.

22. Imobilizado

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Imobilizado	**Custo Corrigido**	**Depreciação[14] Acumulada**	**Valor Líquido**	**Custo Corrigido**	**Depreciação[15] Acumulada**	**Valor Líquido**
Bens Móveis	2.396.632	(1.029.644)	1.366.988	2.316.183	(876.837)	1.439.346
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	898.832	(344.904)	553.929	849.685	(296.755)	552.930
Equipamentos de Tecnologia da Informação	387.032	(192.657)	194.375	380.867	(153.336)	227.531
Móveis e Utensílios	360.328	(127.542)	232.786	350.206	(110.465)	239.741
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	88.731	(1.005)	87.726	104.655	(832)	103.824
Veículos	595.345	(343.788)	251.557	574.852	(299.972)	274.880
Armamentos	56.385	(17.879)	38.506	48.971	(13.451)	35.520
Semoventes	631	(421)	210	623	(405)	218
Demais Bens Móveis	9.346	(1.448)	7.898	6.323	(1.621)	4.702
Bens Imóveis	33.999.471	(1.761.607)	32.237.864	31.974.260	(1.067.594)	30.906.666
Bens de Uso Especial	9.392.989	(492.745)	8.900.244	8.203.151	(429.762)	7.773.390
Bens de Uso Comum do Povo	18.392.493	(1.263.439)	17.129.054	18.386.460	(632.988)	17.753.472
Bens Imóveis em Andamento	6.161.305	-	6.161.305	5.293.862	-	5.293.862
Instalações	20.785	(1.669)	19.116	65.037	(1.610)	63.427
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	17.539	(3.755)	13.784	16.861	(3.234)	13.627
Demais Bens Imóveis	14.361	-	14.361	8.888	-	8.888
SUBTOTAL	36.396.103	(2.791.251)	33.604.852	34.290.443	(1.944.431)	32.346.012
(-) Redução a Valor Recuperável do Imobilizado	(6)	-	(6)	(28.655)	-	(28.655)
TOTAL	**36.396.097**	**(2.791.251)**	**33.604.846**	**34.261.788**	**(1.944.431)**	**32.317.357**

A composição do saldo da conta (-) Redução a Valor Recuperável do Imobilizado refere-se ao reconhecimento e à mensuração na Udesc (R$ 5,72 mil).

14 Foram consideradas as respectivas depreciações e amortizações acumuladas do período.
15 Foram consideradas as respectivas depreciações e amortizações acumuladas do período.

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

As bases para a avaliação inicial de bens móveis do Poder Executivo foram estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n° 001, de 12 de abril de 2011, e por seus anexos.

A evolução do trabalho de avaliação é sintetizada na tabela a seguir.

Situação da Reavaliação	Reavaliação dos Bens Móveis					
	2016		2017		2018	
	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%
Iniciada/concluída	68	86,08	71	89,87	70	90,91
Não iniciada	6	7,59	3	3,80	2	2,60
Unidade não possui bens	5	6,33	5	6,33	5	6,49
TOTAL	**79**	**100,00**	**79**	**100,00**	**77**	**100,00**

Fonte: Gerência de Bens Móveis/Secretaria de Estado da Administração

Com relação aos bens imóveis, as bases para a avaliação inicial e para as reavaliações aumentativa ou diminutiva dos imóveis do Poder Executivo constam dos laudos técnicos emitidos por comissões nomeadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial, da Secretaria de Estado da Administração (DGPA/SEA), de acordo com o art. 4º do Decreto n° 3.486/2010, estando lastreados no valor de mercado desses ativos.

Atualmente faltam passar pelo processo de avaliação a valor de mercado cerca de 1.474 imóveis do total de 3.284 imóveis cadastrados no Sistema de Gestão Patrimonial (SIGEP). A Gerência de Bens Imóveis, vinculada à DGPA/SEA, emitiu a Informação n°1.591/2016, de 19 de abril de 2016, em que destaca o reduzido quadro de engenheiros designados para a realização do procedimento de reavaliação. Nesse documento, sugere a contratação de empresa especializada para a realização desses procedimentos e, também, a dilatação do prazo para concluí-los.

Para a administração indireta, foi editada a Instrução Normativa n° 003, de 24 de abril de 2013, disciplinando procedimentos de reavaliação aplicáveis às autarquias e às fundações. Até o momento, o IPREV, a FCEE, o DEINFRA e a FAPESC realizaram os procedimentos de reavaliação previstos no Decreto n° 3.486/2010. A JUCESC está em processo de reavaliação dos bens imóveis, e os demais órgãos da administração indireta consolidada neste relatório ainda não iniciaram os procedimentos.

Depreciação

R$ milhares

Bens Móveis – Depreciação Acumulada				
Tipo de Consolidação	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Administração Direta	826.077	587.620	456.064	345.811
Autarquias	24.165	24.209	27.000	25.025
Fundações	77.468	73.370	60.189	45.714
Fundos Especiais	100.723	67.075	47.330	34.603
Empresas Dependentes	1.212	124.562	114.992	100.632
Consolidado Geral	**1.029.644**	**876.837**	**705.575**	**551.785**

A partir de outubro de 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R$ 10,00. Levando em conta a materialidade desse valor e o custo associado ao processamento desses dados, o Poder Executivo considera que atende ao equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição inerente à informação contábil na NBC TSP Estrutura Conceitual.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir.

ITEM DEPRECIADO	PARÂMETRO
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2009	• Avaliados segundo o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n° 001/2011 • Vida útil definida no laudo da avaliação
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 1º de janeiro de 2010	• Método das cotas constantes • Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF n°162/1998

R$ milhares

Bens Imóveis – Depreciação Acumulada				
Tipo de Consolidação	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Administração Direta	72.402	29.532	23.853	3.032
Autarquias	1.264.222	633.435	36.915	34.932
Fundações	5.094	3.664	2.456	964
Fundos Especiais	419.250	369.239	282.121	208.490
Empresas Dependentes	634	31.725	29.778	29.056
Consolidado Geral	**1.761.602**	**1.067.594**	**375.122**	**276.474**

O valor elevado nos Fundos Especiais decorre da política de gestão patrimonial de concentrar o controle patrimonial e o registro contábil dos bens imóveis das Secretarias de Estado na unidade gestora do Fundo Patrimonial. Nas autarquias, o aumento se deu pelo início da depreciação dos bens de uso comum do povo, em especial das rodovias.

Bens de Infraestrutura/Bens de uso comum do povo

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual foram fixados por um Grupo de Trabalho composto por servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Infraestrutura, designados pela Portaria SEF nº 244, de 21 de outubro de 2013 (publicada no DOE n° 19.688, de 23 de outubro de 2013). Os critérios foram estabelecidos de acordo com o previsto nas NBC TSP nºs 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013, e em portarias da STN/MF que regem a matéria.

No anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, é apresentada a vida útil estimada dos ativos de infraestrutura. A depreciação acumulada dos bens de uso comum do povo aumentou 99,6% em relação ao exercício anterior, chegando ao total de R$ 1.263,44 milhões.

R$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	Saldo em 31/12/2017	Incorporações em 2018	Saldo em 31/12/2018
Ruas/Estradas/Rodovias	14.184.108	3.726	14.187.834
Pontes e Viadutos	3.142.857	1.951	3.144.808
Túneis	1.000.000	-	1.000.000
Barragens	59.275	356	59.631
Outros Bens de Uso Comum do Povo	220	-	220
TOTAL	18.386.460	6.032	18.392.493

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

A Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda (DCOG/SEF) optou por seguir o padrão estabelecido pela STN, promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes de seu patrimônio (ou avaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção.

A partir dos procedimentos de avaliação inicial, as novas avaliações são registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas (VPA), referentes às reavaliações positivas, ou variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes às reavaliações negativas/redução a valor recuperável.

Em 2018, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R$ 260,34 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	31/12/2018	31/12/2017
3.6.1.1.1.01 – Reavaliação de Bens Móveis – VPD	(322)	(3.059)
3.6.1.5.1.01 – Redução a Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
3.6.1.5.1.02 – Redução a Valor Recuperável de Bens Imóveis	(2.685.522)[16]	(4.425.911)[17]
4.6.1.1.1.01 – Reavaliação de Bens Móveis – VPA	1.645	928
4.6.1.1.1.02 – Reavaliação de Bens Imóveis	2.944.537[18]	9.629.963[19]
TOTAL	**260.338**	**5.201.921**

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes sujeitam-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, estão impedidas de realizar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2018, ainda consta na contabilidade das empresas o valor de R$ 5,81 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro a seguir:

R$ milhares

Saldo da Reserva de Avaliação por Empresa Estatal Dependente	31/12/2018
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em Liquidação	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	3.362
TOTAL	**5.815**

16 Registro da atualização dos bens imóveis do fundo patrimonial que teve como contrapartida o próprio bem imóvel.
17 Registro da atualização dos bens imóveis do fundo patrimonial que teve como contrapartida o próprio bem imóvel.
18 Registro de atualização dos bens imóveis do fundo patrimonial e dos bens de uso comum do povo (ativos de infraestrutura rodoviária) do Departamento Estadual de Infraestrutura.
19 Registro de atualização dos bens imóveis do fundo patrimonial e dos bens de uso comum do povo (ativos de infraestrutura rodoviária) do Departamento Estadual de Infraestrutura.

23. Intangível

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Intangível	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Valor Líquido**	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Valor Líquido**
Softwares	295.967	(75.218)	220.749	259.570	(49.657)	209.913
Softwares em Desenvolvimento	94.976	-	94.976	84.289	-	84.289
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247	(81)	166	247	(81)	166
SUBTOTAL	**391.190**	**(75.299)**	**315.891**	**344.106**	**(49.738)**	**294.368**
Redução a Valor Recuperável do Intangível[20]	-		-	(3.258)	-	(3.258)
TOTAL	**391.190**	**(75.299)**	**315.891**	**340.848**	**(49.738)**	**291.111**

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem especialmente, mas não exclusivamente, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender a necessidades específicas do Estado. Os quadros a seguir apresentam a relação dos principais ativos classificados nas contas de softwares e softwares em desenvolvimento em algumas unidades do Poder Executivo.

Principais Softwares Registrados por Órgãos

R$ milhares

Unidade	Software	Valor
Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)	SCR – Gestão de Malha Rodoviária	7.053
	GDT – Gestão de Dados de Tráfego	6.928
	SGF – Sistema de Gerenciamento Financeiro	6.782
	SIC – Gestão de Compras e Licitações de Obras	3.360
	SPJ – Sistema de Gestão de Processos Jurídicos	3.235
	SQM – Sistema de Quantitativos e Medições	2.984
	SCO – Sistema de Custos e Orçamentos Rodoviários	2.963
Secretaria de Estado da Fazenda	SAT – Sistema de Administração Tributária	9.273
	Licenças Oracle	7.265
	SICOP	4.738
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	PGE-Net – Processo Eletrônico	2.074
Secretaria de Estado da Administração	DOESC – Diário Oficial Eletrônico	2.280
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica	1.314

Fonte: Unidades Gestoras

20 Registro de redução a valor recuperável de softwares do Ministério Público de Santa Catarina.

Principais Softwares em Desenvolvimento Registrados por Órgãos

R$ milhares

Unidade	Software em Desenvolvimento	Valor
Secretaria de Estado da Fazenda	SIGEF – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal	19.244
	BI - Business Intelligence	6.368
	SAT – Sistema de Administração Tributária	11.052
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	Plataforma FAPESC	6.726
Secretaria de Estado da Administração	SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	35.846
	SGPE – Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico	26.397

Fonte: Unidades Gestoras

Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e por seus respectivos aditivos, ou pelo custo estimado de reposição (PGE-Net e Softwares do DEINFRA).

A evolução do saldo das contas de softwares e softwares em desenvolvimento durante o exercício é apresentada a seguir.

Evolução de Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R$ milhares

	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2017	**259.570**	**84.289**	**343.859**
Adições	50.497	11.903	62.401
Baixas	14.100	1.216	15.317
Saldo em 31/12/2018	**295.967**	**94.976**	**390.943**

Impacto da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R$ milhares

Contas de Registro	31/12/2018	31/12/2017
3.6.1.6.1.01 – Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis	-	(2.166)
4.6.1.2.1.01 – Reavaliação de Ativos Intangíveis	12.812	1.941
TOTAL	**12.812**	**(225)**

PASSIVOS

24. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Pessoal a Pagar	**333.846**	**199.753**	**533.599**	**235.443**	**140.790**	**376.233**
Salários	2	-	2	36	-	36
Férias	257.155	-	257.155	175.786	-	175.786
Décimo Terceiro Salário	22	-	22	179	-	179
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	41.595	-	41.595	28.511	-	28.511
Precatórios de Pessoal – Antes de 5/5/2000	287	1.532	1.820	301	1.366	1.667
Precatórios de Pessoal – A partir de 5/5/2000	33.640	177.226	210.865	29.816	139.424	169.240
Outras Obrigações de Pessoal a Pagar	1.144	20.995	22.139	814	-	814
Benefícios Previdenciários a Pagar	**50.197**	**239.241**	**289.437**	**40.616**	**186.522**	**227.138**
Benefícios Previdenciários	2.351	4.045	6.396	2.351	3.108	5.460
Décimo Terceiro Salário	-	-	-	208	-	208
Precatórios de Benefícios Previdenciários – Antes de 5/5/2000	825	-	825	684	-	684
Precatórios de Benefícios Previdenciários – A partir de 5/5/2000	47.021	235.196	282.217	37.373	183.413	220.786
Benefícios Assistenciais a Pagar	**1**	**-**	**1**	**3**	**-**	**3**
Benefícios Assistenciais a Pagar	1	-	1	3	-	3
Encargos Sociais a Pagar	**58.329**	**313.557**	**371.885**	**68.665**	**323.180**	**391.845**
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.999	-	2.999	2.324	-	2.324
INSS a Pagar	55.330	313.557	368.886	66.338	323.180	389.517
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	-	-	-	3	-	3
Outros Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**442.372**	**752.550**	**1.194.923**	**344.728**	**650.491**	**995.219**

Férias

O saldo de férias corresponde ao reconhecimento por competência das obrigações decorrentes do período aquisitivo e que serão pagos durante o exercício de 2019. Os valores são gerados pela Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Estado da Administração.

Precatórios de Pessoal

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Precatórios de Pessoal	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Legislativo	1.066	2.882	3.947	1.025	3.455	4.480
Judiciário	921	4.201	5.123	921	2.056	2.977
Tribunal de Contas do Estado	328	1.639	1.967	406	1.362	1.768
Ministério Público	23	85	109	36	65	101
Executivo						
Encargos Gerais do Estado	1.229	5.830	7.059	2.010	4.134	6.144
Departamento Estadual de Infraestrutura	141	660	801	101	621	722
Fazenda	3.529	9.068	12.597	1.932	9.645	11.577
Educação	1.843	8.012	9.855	1.299	6.346	7.645
FCEE	6.381	31.674	38.055	4.740	24.613	29.353
Saúde	728	3.286	4.014	613	2.858	3.471
Segurança Pública	12.412	83.947	96.359	12.412	64.468	76.880
Procuradoria Geral do Estado	3.295	17.162	20.458	3.295	15.604	18.899
Demais Órgãos	2.030	10.312	12.342	1.326	5.562	6.888
TOTAL	**33.927**	**178.758**	**212.685**	**30.117**	**140.790**	**170.907**

Os precatórios de benefícios previdenciários estão concentrados na unidade gestora do Fundo Financeiro.

25. Empréstimos e Financiamentos

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
TÍTULOS	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Internos	263.989	16.538.340	16.802.329	366.992	16.074.652	16.441.644
Externos	110.639	3.326.914	3.437.553	396.907	2.768.443	3.165.349
Financiamentos	4.398	12.745	17.142	897	4.484	5.381
Juros e Encargos de Empréstimos a Pagar	-	-	-	27.182	-	27.182
TOTAL	**379.026**	**19.877.999**	**20.257.025**	**791.978**	**18.847.579**	**19.639.557**

Em 2018, o saldo total de Empréstimos e Financiamentos foi de R$ 20,26 bilhões, o que representa um aumento de 3,1% em relação a 2017. Destaque para o grupo Financiamentos, que apresentou um saldo de R$ 17,14 milhões, um crescimento de 218,6% quando comparado com 2017.

Empréstimos Internos e Financiamentos

R$ milhares

AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2018
MINISTÉRIO DA FAZENDA	**9.894.485**
Contrato de 10/11/98 – COHAB – Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	8.113
Contrato de 31/3/98 – 012/98/STN/COAFI – Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997	9.825.106
Contrato de 21/1/98 – DMLP – Lei nº 10.542, de 30 de setembro de 1997	61.265
BANCO DO BRASIL S.A.	**3.240.657**
Contrato de 22/10/09 – PEF-I – Lei nº 14.500, de 13 de agosto de 2008	-
Contrato de 18/7/13 – Prevenção de Desastres Naturais – Lei nº 15.941, de 21 de dezembro de 2012	1.389.006
Contrato de 27/11/13 – Pacto por Santa Catarina – Lei nº 16.129, de 23 de setembro de 2013	1.851.650
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES	**3.667.188**
Contrato de 30/6/10 – PEF II – Lei nº 15.067, de 30 de dezembro de 2009	24.777
Contrato de 13/8/10 – CASAN/PAC – Lei nº 15.255, de 5 de agosto de 2010, e Lei nº 14.436, de 21 de maio de 2008	58.370
Contrato de 15/12/11 – Sistema Transporte Joinville – Lei nº 14.031, de 22 de junho de 2007	16.576
Contrato de 14/5/12 – PMAE Gestão Lei nº 15.289, de 23 de agosto de 2010	2.854
Contrato de 21/11/12 – Caminhos do Desenvolvimento – Lei nº 15.830, de 30 de maio de 2012	497.621
Contrato de 4/4/13 – Acelera Santa Catarina – Lei nº 15.903, de 20 de dezembro de 2012	3.066.991
FINANCIAMENTOS	**17.142**
Contrato de Compra e Venda de Imóvel nº 017/2016 - Torresani Empreendimentos Imobiliários	4.542
Contrato nº 01/2017 - L.U.S.C. - Administradora de Bens, Participações e Investimentos Ltda.	12.600
TOTAL	**16.819.471**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Empréstimos Externos

R$ milhares

AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2018
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. – BID 1390/OC/BR-ROF: TA 154202	
Contrato assinado em 9/5/2002 – Lei nº 11.830, de 10 de julho de 2001	153.646
BANCO INTERN. P/RECONST. E DESENV. – BIRD 4660 BR-ROF: 232598	
Contrato assinado em 10/5/2002 – Lei nº 12.007, de 29 de novembro de 2001	-
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. – BID 2171/OC/BR	
Contrato assinado em 9/4/2010 – Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	146.441
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. – BID 2172/OC/BR	
Contrato assinado em 1º/9/2010 – Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008	86.091
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF	
Contrato assinado em 31/8/2010 – Lei nº 13.919, de 27 de dezembro de 2006	81.542
BANCO INTERN. P/RECONST. E DESENV. – BIRD 7952 BR-RURAL	
Contrato assinado em 30/9/2010 – Lei nº 14.962, de 3 de dezembro de 2009	351.857
BANK OF AMERICA – BAML TA – 634758	
Contrato assinado em 27/12/2012 – Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012	1.601.919
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. – BID 2900	
Contrato assinado em 9/1/2013 – Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	844.562
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF PROVIAS	
Contrato assinado em 2/8/2014 – Lei nº 15.714, de 21 de dezembro de 2011	171.494
TOTAL	**3.437.553**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Tabela com o estoque da dívida pública por indexador

R$ milhares

	31/12/2018		31/12/2017	
Indexador	**Estoque da Dívida**	**%**	**Estoque da Dívida**	**%**
IGPDI	-	0%	9.619.930	49,09%
DÓLAR (USA)	4.887.825	24,15%	5.129.149	26,17%
TJLP	3.667.188	18,12%	3.611.367	18,43%
CDI	1.851.650	9,15%	1.222.394	6,24%
TR	8.113	0,04%	13.013	0,07%
CAM (Coeficiente de Atualização Monetária)	9.825.106	48,54%	-	-
TOTAL	**20.239.882**	**100,00%**	**19.595.853**	**100,00%**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Os valores informados de empréstimos e financiamentos externos foram convertidos para real com base na cotação do dólar (valor de R$ 3,8748), datada de 31 de dezembro de 2018.

A Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, já com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, autorizou o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

O novo indexador é o Coeficiente de Atualização Monetária (CAM), calculado mensalmente pelo Tesouro Nacional e divulgado no Sistema de Acompanhamento de Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios. O CAM considera o IPCA limitado à Selic.

Com a assinatura do termo aditivo em 2017, o Estado pôde usufruir dos benefícios fornecidos pela Lei Complementar Federal supracitada, sobretudo do desconto sobre o saldo devedor, ocasionando uma redução do estoque da dívida firmada sob a luz da Lei Federal nº 9.496/1997 na ordem de R$ 808,78 milhões.

O quadro a seguir apresenta uma previsão do fluxo financeiro de desembolso com o serviço da dívida registrada no passivo não circulante para os próximos cinco anos:

R$ milhares

Período/Ano	**Previsão do Fluxo Financeiro de Desembolso do Serviço da Dívida**				
	Dívida Interna		**Dívida Externa**		**Total**
	Amortização	**Juros**	**Amortização**	**Juros**	
2020	640.605	1.044.396	549.747	123.580	2.358.327
2021	758.470	1.025.624	595.790	99.359	2.479.243
2022	813.426	1.026.159	609.424	74.246	2.523.256
2023	818.490	995.826	121.446	54.555	1.990.316
2024	928.436	942.982	126.446	50.687	2.048.552
Períodos subsequentes	25.584.739	11.260.604	1.347.593	294.724	38.487.660
TOTAL	**29.544.166**	**16.295.591**	**3.350.446**	**697.151**	**49.887.354**

Premissas da projeção: Dólar: R$ 4,00 todo o período; Selic: 8,50% a.a; IPCA: 4,50% a.a; e TJLP: 7,0% a.a todo o período.

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Observa-se na tabela que o desembolso da dívida terá um aumento nos anos de 2021 e 2022.

Outros detalhes sobre os contratos listados são encontrados no Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda (DICD/SEF) de 2018, parte do Volume II deste Balanço Geral.

26. Fornecedores e Contas a Pagar

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos, com vencimento no curto e no longo prazo, com os seus respectivos credores nacionais e internacionais, tanto no que se refere ao fornecimento de mercadorias e de outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade quanto às obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, como energia elétrica, água, entre outros, aos entes públicos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Fornecedores e Contas a Pagar	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	162.315	14.172	176.487	196.402	645	197.047
Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores	58.754	-	58.754	-	-	-
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar Antes de 5/5/2000	418	2.106	2.523	377	1.927	2.304
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar a Partir de 5/5/2000	370.615	1.855.362	2.225.977	317.593	1.597.190	1.914.783
TOTAL	**592.103**	**1.871.640**	**2.463.743**	**514.371**	**1.599.762**	**2.114.134**

Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e Exercícios Anteriores por Órgão

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e Exercícios Anteriores	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Assembleia Legislativa do Estado	19	-	19	2.954	-	2.954
Tribunal de Contas do Estado	-	220	220	139	220	359
Tribunal de Justiça do Estado	-	-	-	-	-	-
Ministério Público	-	-	-	-	-	-
Executivo	-	-	-	-	-	-
Fundo Estadual de Saúde	174.279	13.497	187.776	118.500	183	118.683
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina – FUPESC	32.089	-	32.089	21.476	-	21.476
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	3.705	46	3.751	-	-	-
Secretaria de Estado da Fazenda	1.434	-	1.434	4.314	-	4.314
Encargos Gerais do Estado	1.429	-	1.429	1	21	22
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	1.201	-	1.201	2.601	-	2.601
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.083	-	1.083	1.078	-	1.078
Demais Órgãos	5.830	409	6.239	45.338	221	45.559
TOTAL	**221.069**	**14.172**	**235.241**	**196.401**	**645**	**197.046**

Em relação aos fornecedores e contas a pagar do exercício de 2018, o Fundo Estadual de Saúde apresenta o maior saldo devedor, somando o valor total de R$ 174,28 milhões no curto prazo e R$ 13,50 milhões no longo, o que representa 78,8% e 95,2% dos respectivos totais de fornecedores e contas a pagar em 2018.

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que determinam a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu à pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu art. 1º, § 1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Com a vigência da Emenda Constitucional nº 99/2017, o Estado de Santa Catarina tem até 31/12/2024 para liquidar os precatórios em mora. Com isso, foi reclassificada para o passivo circulante a proporção de 1/6 do saldo de precatórios a pagar.

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Legislativo	41	292	333	34	209	243
Tribunal de Contas do Estado	6	32	38	11	24	35
Judiciário	66	394	460	66	283	349
Ministério Público	416	2.079	2.495	332	2.040	2.372
Executivo						
Encargos Gerais do Estado	283.607	1.418.132	1.701.739	261.581	1.295.918	1.557.499
Departamento Estadual de Infraestrutura	64.103	320.515	384.618	36.906	201.788	238.694
Fazenda	14.727	73.634	88.361	12.672	65.419	78.091
Segurança Pública	3.422	17.768	21.190	1.719	10.794	12.513
Saúde	2.612	13.061	15.673	3.422	13.044	16.466
Demais Órgãos	2.033	11.317	13.350	1.228	9.597	10.825
TOTAL	**371.033**	**1.857.224**	**2.228.257**	**317.970**	**1.599.117**	**1.917.087**

27. Obrigações Fiscais

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Obrigações Fiscais	**Circulante**	**Não circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não circulante**	**TOTAL**
Tributos Renegociados	8.326	261.574	269.901	14.323	265.223	279.546
Demais Obrigações Fiscais	4	-	4	1	-	1
TOTAL	**8.330**	**261.574**	**269.904**	**14.325**	**265.223**	**279.548**

Tributos Renegociados

Esses valores referem-se, basicamente, ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

28. Provisões

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Provisões	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Provisão para Riscos Trabalhistas	15.823	9.559	25.382	12.669	8.491	21.160
Provisão para Riscos Cíveis	1.700	13.478	15.178	1.700	12.646	14.346
Provisão para Riscos Fiscais	1.318	-	1.318	1.318	-	1.318
Provisão para Repartição de Créditos	891.712	-	891.712	591.902	-	591.902
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	504.407	504.407	-	49.675	49.675
Outras Provisões	28.828	-	28.828	27.471	-	27.471
TOTAL	**939.380**	**527.445**	**1.466.825**	**635.061**	**70.813**	**705.874**

Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

R$ milhares

	31/12/2018		31/12/2017	
Impostos	**Transferências ao Fundeb**	**Transferências aos Municípios**	**Transferências ao Fundeb**	**Transferências aos Municípios**
ICMS	325.883	543.139	213.311	355.518
IPVA	1.421	7.106	1.769	8.845
ITCMD	14.163	-	12.460	-
TOTAL	**341.467**	**550.245**	**227.539**	**364.363**

Provisões Matemáticas Previdenciárias

R$ milhares

	31/12/2018		31/12/2017	
TÍTULOS	**Plano Financeiro**	**TOTAL**	**Plano Financeiro**	**TOTAL**
Provisão para Benefícios Concedidos				
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	113.063.215	113.063.215	98.966.349	98.966.349
Contribuições dos Inativos	(4.109.569)	(4.109.569)	(3.506.976)	(3.506.976)
Contribuições dos Pensionistas	(783.189)	(783.189)	(705.074)	(705.074)
Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	(9.014.593)	(9.014.593)	(7.905.088)	(7.905.088)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(96.986.438)	(96.986.438)	(84.945.006)	(84.945.006)
TOTAL – Benefícios Concedidos	**2.169.425**	**2.169.425**	**1.904.204**	**1.904.204**
Provisão para Benefícios a conceder				
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	100.477.613	100.477.613	116.261.889	116.261.889
Contribuições do Ente	(25.841.861)	(25.841.861)	(31.027.428)	(31.027.428)
Contribuições dos Ativos	(13.256.868)	(13.256.868)	(16.846.478)	(16.846.478)
Compensação Previdenciária	(8.011.136)	(8.011.136)	(9.673.352)	(9.673.352)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(55.032.766)	(55.032.766)	(60.569.160)	(60.569.160)
TOTAL – Benefícios a Conceder	**(1.665.017)**	**(1.665.017)**	**(1.854.529)**	**(1.854.529)**
TOTAL	**504.407**	**504.407**	**49.675**	**49.675**

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2018 foi realizada pela empresa CSM – Consultoria Atuarial, inscrita no CNPJ sob o nº 02.696.620/0001-32, de acordo com o contrato de prestação de serviços nº 040/2013, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

Em relação a critérios, hipóteses e premissas adotados nessa avaliação atuarial, destacaram-se os seguintes pontos:

a) as hipóteses biométricas utilizadas na avaliação atuarial são:
   - Tábua de Mortalidade/Sobrevivência Geral (IBGE, 2015);
   - Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos (IBGE, 2015); e
   - Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas.

b) a taxa de juros atuarial aplicada é de 0,00% ao ano para o fundo financeiro e atende ao limite máximo imposto pela Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 403, de 10 de dezembro de 2008;

c) na avaliação, foi adotada a taxa de crescimento real de proventos de aposentadoria e pensão de 2,42% ao ano;

d) foi adotada a taxa de rotatividade de 1%;

e) o indexador utilizado nas hipóteses financeiras e econômicas foi o IPCA; e

f) as informações fornecidas ao atuário pelo Estado de Santa Catarina para o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) estão posicionadas em outubro de 2017.

Na avaliação atuarial do exercício de 2018, a cobertura da insuficiência financeira foi de R$ 152,02 bilhões, enquanto que em 2017 foi de R$ 145,51 bilhões. O valor da insuficiência financeira fica registrado em conta própria de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência, excluindo-se assim o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária.

Comparativo da Insuficiência Financeira em Relação às Obrigações Atuariais

R$ milhares

TÍTULOS	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	213.540.827	215.228.238	199.899.915
Cobertura da Insuficiência Financeira	152.019.204	145.514.166	134.137.769
IMPACTO RELATIVO	**71,19%**	**67,61%**	**67,10%**

O saldo do Passivo atuarial provisionado em 2018 é de R$ 213,54 bilhões, sendo composto de R$ 113,06 bilhões de benefícios concedidos e de R$ 100,48 bilhões de benefícios a conceder.

Para custear essa provisão, utilizam-se os seguintes recursos: as contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, no valor de R$ 18,15 bilhões; a compensação entre os regimes de previdência, no montante de R$ 17,03 bilhões; o Governo do Estado como ente patrocinador do regime, com valor de R$ 25,85 bilhões; e o patrimônio do regime, no montante de R$ 504,41 milhões.

Observa-se pela avaliação atuarial que, tomando-se por base a avaliação realizada no exercício de 2018, o passivo atuarial do regime de previdência será suportado 71,2% com recursos do Tesouro. O aumento nominal da cobertura da insuficiência financeira em 2018 (R$ 152,02 bilhões) em relação a 2017 (R$ 145,51 bilhões) representou proporcionalmente um aumento de 5,30%. A busca pelo equilíbrio atuarial deve ser um dos maiores desafios para a próxima gestão.

Na busca pela redução do deficit financeiro e atuarial do regime próprio de previdência, em 2018 as alíquotas foram majoradas a 14% para o servidor e 28% para a cota patronal. As alterações de alíquotas foram promovidas pela Lei Complementar nº 662, de 11 de dezembro de 2015. Essa lei também extinguiu o Fundo Previdenciário e autorizou a transferência dos recursos existentes ao Fundo Financeiro.

29. Demais Obrigações

R$ milhares

	31/12/2018			31/12/2017		
Demais Obrigações	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Adiantamentos de Clientes	71.606	191.249	262.855	56.413	278.511	334.924
Consignações	129.956	-	129.956	129.539	-	129.539
Garantias	8.499	-	8.499	7.657	-	7.657
Depósitos Judiciais	5.744.922	634.462	6.379.384	5.479.248	662.667	6.141.915
Depósitos	138.764	-	138.764	284.948	-	284.948
Outras Obrigações	636.510	452.412	1.088.921	634.634	607.678	1.242.312
TOTAL	**6.730.258**	**1.278.123**	**8.008.380**	**6.592.440**	**1.548.856**	**8.141.296**

Adiantamento de Clientes

Registra, principalmente, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela cessão do direito de operacionalização dos serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriadas as receitas (variações patrimoniais aumentativas) mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Depósitos Judiciais Curto Prazo

R$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais (por Unidade Gestora)	**Circulante**	**Circulante**
Tribunal de Justiça do Estado	5.603.353	5.343.704
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	3	3
Diretoria do Tesouro Estadual	141.566	135.537
Administração do Porto de São Francisco do Sul	-	5
TOTAL	**5.744.922**	**5.479.248**

Do total contabilizado na conta Depósitos Judiciais, o valor de R$ 5,60 bilhões, que equivale a 97,5%, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) e possuem disponibilidade correspondente bloqueada para tal fim (vide nota explicativa 10).

Depósitos Judiciais Longo Prazo

Estão registrados nesta conta os valores levantados a título de depósito judicial sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015 e da Emenda Constitucional nº 94/2016.

As tabelas a seguir demonstram a movimentação da conta que reconhece o passivo do Estado decorrente de levantamento dos depósitos judiciais.

R$ milhares

Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça – Lei Complementar Federal nº 151/2015	
Saldo em 1º/1/2018	**153.500**
Desincorporação de Valores	
Restituição ao Fundo (LC 151/2015)	(28.205)
Saldo em 31/12/2018	**125.295**

R$ milhares

Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça – EC nº 94/2016	
Saldo em 1º/1/2018	**509.167**
Incorporação de Valores	
Levantamento de Depósitos Judiciais	-
Saldo em 31/12/2018	**509.167**

Depósitos

A Medida Provisória nº 222[21], de agosto de 2018, alterou a Lei Estadual nº 13.342, de 2005, e a partir de agosto de 2018, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) ficou responsável pelo recolhimento mensal ao Tesouro do Estado do valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). Esse recolhimento deve observar as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses efetuados aos municípios.

Com a mudança, os valores referentes ao PRODEC[22] recebidos do FADESC[23] estão sendo recolhidos ao Tesouro mensalmente e reconhecidos como receitas orçamentárias, não compondo mais a conta de depósitos. Dessa forma, esses recursos estão sendo registrados no Tesouro do Estado sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias – ICMS. Essa mudança justifica a redução do saldo da conta de depósitos.

Da mesma forma, com a publicação do Decreto nº 1.715, de 30 de agosto de 2018, foi alterado o art. 14 do Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, e o próprio Tesouro do Estado está repassando aos municípios o equivalente a 25% do benefício mensal de postergação do ICMS concedido pelo PRODEC.

Outras Obrigações

Neste item, destacam-se os valores devidos aos municípios e ao Fundeb referentes às doações da Celesc para o FundoSocial e que foram caracterizadas pelo Tribunal de Contas do Estado como sendo de natureza tributária. Também estão contabilizados neste item valores devidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decorrentes de divergência de valores apurados pelo Fundo.

21 A Medida Provisória nº 222/2018 alterou o art. 9º da Lei nº 13.342/2005.
22 Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.
23 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14.

Passivo Decorrente das Doações da Celesc e do FNDE[24]

R$ milhares

			31/12/2018
Outras Obrigações	**Circulante**	**Não Circulante**	**TOTAL**
Repasse aos Municípios	63.694	38.852	102.546
Fundeb – Doações	8.414	63.099	71.513
FNDE	10.471	78.531	89.002
TOTAL	**82.579**	**180.482**	**263.061**

Destaca-se também o valor registrado na conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária, que evidencia as despesas contratadas pelo Estado sem o devido suporte orçamentário. Em 2018, esse valor alcançou o montante de R$ 254,16 milhões, uma redução de quase 27,8% quando comparado a 2017.

O quadro a seguir detalha o saldo da conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária por unidade gestora.

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária

R$ milhares

Unidades Gestoras	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Santa Catarina Turismo S/A	246	1.609
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	129	129
Fundo Estadual de Saúde	195.291	281.182
Departamento de Transportes e Terminais	1.423	-
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina – FUPESC	56.717	68.578
Fundo Estadual da Defesa Civil	356	-
Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	-	139
Agência de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte	-	102
Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá	-	86
TOTAL DE CREDORES SEM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**254.163**	**351.825**

30. Resultado Diferido

Os resultados diferidos são compostos por variações patrimoniais aumentativas já recebidas, mas que por força de legislação serão reconhecidas no resultado em exercícios futuros. Em 2018, o saldo é de R$ 603,84 milhões.

24 Por serem transações entre órgãos do Estado (intra), foram excluídos do Balanço Patrimonial Consolidado os valores devidos pelo Poder Executivo aos Poderes e Órgãos Autônomos referentes às doações da Celesc, no valor de R$ 69,88 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SALDO PATRIMONIAL

31. Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2018, substancialmente, em função de:

a) mudança de práticas contábeis, inclusive:

- avaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 3.486/2010, quando se tratar da primeira avaliação do bem;

b) retificação de erros de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, tais como:

- ajuste do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feito pelas empresas estatais dependentes devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e pública; e
- incorporação ou desincorporação de patrimônio relativo à execução orçamentária de exercícios anteriores (vide nota explicativa nº 22).

Quadro-resumo dos valores registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores

R$ milhares

Ajuste de Exercícios Anteriores decorrentes de:	Valores
a) Mudança de Práticas Contábeis	2.581.508
b) Retificação de Erros de Exercícios Anteriores	(1.537.540)
SALDO	**1.043.968**

Fonte: Unidades Gestoras

O Tesouro do Estado efetuou lançamento de ajuste de exercício anterior na conta Créditos Tributários a Receber – ICMS referente à competência de dezembro de 2017. Os valores de ICMS Declaração são os apresentados mensalmente na Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico – DIME e informados pela Gerência de Arrecadação da Secretaria de Estado da Fazenda. Destaque para a desincorporação no Fundo Estadual de Saúde, referente ao Contrato nº 82/2017 – SES Parcelamento 778/2017, 194 parcelas, no valor de R$ 10,34 milhões.

32. Transferência do Saldo Patrimonial

No processo de extinção da autarquia estadual, Administração do Porto de São Francisco do Sul, o patrimônio líquido do Estado foi reduzido em R$ 193,60 milhões com a transferência dos ativos e passivos daquela autarquia para a Sociedade de Propósito Específico – SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A.

PASSIVOS CONTINGENTES

33. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

R$ milhares

RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES	31/12/2018	31/12/2017
Caixa Títulos Emitidos – Letras do Tesouro – Lei nº 10.168/1996	**2.864.459**	**2.712.211**
Processos Judiciais e Administrativos em Trâmite	**8.633.742**	**8.576.711**
INVESC	6.261.799	6.225.999
DEINFRA	2.358.201	2.335.447
Udesc	8.733	8.807
Epagri	4.866	6.315
Santur	143	143
Dívida com a Celesc	**20.016**	**20.016**
Riscos Diversos	**550.586**	**430.189**
TOTAL	**12.068.803**	**11.739.127**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD)

Letras do Tesouro – Lei nº 10.168/1996 (LFTSC)

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) foram emitidas em 1996 com amparo na Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP). Movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC, as LFTSC foram retiradas de custódia pela CETIP em junho de 2000. Não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual há litígios judiciais de 239.855 delas.

INVESC

No ano de 1995, foram captados pela empresa Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) R$ 104,22 milhões por meio da emissão de 10 mil debêntures. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31 de outubro de 2000 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Processo Judicial nº 023.00.005707-2 – Planner Corretora de Valores S.A. x INVESC).

DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por ações civis públicas, ações trabalhistas e ações comuns, nestas enquadrando-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403.

Udesc

Trata-se de ações, praticamente todas cíveis, que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral, são ações de repetição de indébito do ensino a distância, sendo, na sua maioria, pagas por meio de RPV.

Epagri

Os riscos fiscais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela contabilidade.

Celesc

Trata-se de dívida cobrada do Estado pela Celesc referente ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme o Processo PSEF nº 97.521/043. Em dezembro de 2010, foi reclassificada parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida, de acordo com o protocolo de intenções ECP nº03/88 (PSEF nº 97.521/043, PSEF nº 93.345/097, SEF nº 198.457/098, SEF nº 64.127/958, SEPF nº 64.696/952, SEF nº 40.207/2010 e PSEF nº 88.046/095).

Riscos Diversos

Durante a implantação da funcionalidade referente ao controle dos Riscos Fiscais no módulo de Precatórios no SIGEF, a DICD/SEF julgou o risco de desembolso de algumas provisões reconhecidas no passivo, promovendo a sua baixa, e as inseriu como riscos fiscais, pois não existiam indícios de prováveis desembolsos financeiros por parte do Estado de Santa Catarina.

No volume II desta prestação de contas anual, encontra-se o relatório da DICD/SEF, o qual detalha os riscos fiscais e os passivos contingentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

34. Tributos

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), de acordo com a NBC TSP 01 – Receita de Transações sem Contraprestação. Os valores a seguir já consideram as deduções dessas receitas, sendo, portanto, líquidos.

R$ milhares

TRIBUTOS	31/12/2018	31/12/2017
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	26.219.425	23.425.475
Taxas	1.170.966	918.129
TOTAL	**27.390.390**	**24.343.604**

R$ milhares

IMPOSTOS	31/12/2018	31/12/2017
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF	1.552.121	1.479.676
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	1.802.291	1.432.565
Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCMD e Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sob. Imóveis – ITBI	291.823	297.434
Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	22.573.189	20.215.800[25]
TOTAL	**26.219.425**	**23.425.475**

25 Durante a elaboração das notas explicativas, observou-se que a renúncia relativa ao ICMS ficou exposta na Demonstração das Variações Patrimoniais deduzindo o valor do IPVA. Caso o registro tivesse sido feito de forma correta, o valor do ICMS seria de R$ 19,982 bilhões, e o do IPVA, de R$ 1,666 bilhão.

R$ milhares

TAXAS	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.344	2.103
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	22.454	17.597
Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	2.575	3.238
Taxa de Prevenção de Sinistro	1.008	1.018
Taxa de Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento	8.372	6.819
Taxa de Serviços Gerais	739.519	601.545
Taxa de Fiscalização do Transporte Coletivo Intermunicipal	13.073	-
Taxa de Selos de Fiscalização de Atos Registrais	48.008	-
Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos	969	-
Taxa de Aposentadoria de Serventuários e Auxiliares da Justiça	0,41	-
Taxa de Regularização e Controle do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros	1.206	
Taxa de Prestação de Serviços Ambientais	27.598	
Emolumentos e Custas Judiciais	247.730	236.940
Taxa Judiciária	7.843	7.666
Taxa de Registro de Veículo	45.987	40.375
Taxa de Segurança Preventiva	1.283	829
TOTAL	**1.170.966**	**918.129**

35. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do período foi negativo em R$ 2,39 bilhões, apresentando uma variação negativa de 140,6% quando comparado ao resultado positivo em 2017, que foi de R$ 5,87 bilhões.

Alguns itens contribuíram para esse saldo patrimonial negativo de 2018, tais como o resultado das provisões matemáticas previdenciárias (R$ 0,45 bilhão) e o resultado das variações patrimoniais financeiras (R$ 1,72 bilhão).

Outro destaque foi o Ajuste para Perdas de Dívida Ativa, que apresentou um aumento de 106,2% em relação ao exercício de 2017, resultando em R$ 3,18 bilhões de perdas em 2018.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações e as desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas e das despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

R$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2018	31/12/2017
4.9.7.1.1.03.00.00 – Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	29.615.921	84.933.927
3.9.7.2.1.00.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias	30.070.653	84.253.204
DIFERENÇA	**-454.732**	**680.723**

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2018	31/12/2017
4.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.120.762	5.728.929
3.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.837.904	5.008.379
DIFERENÇA	**-1.717.142**	**720.550**

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2018	31/12/2017
4.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Recebidas	5.874.515	5.539.959
3.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Concedidas	11.782.054	11.030.433
DIFERENÇA	**(5.907.540)**	**(5.490.474)**

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2018	31/12/2017
4.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Positivo de Participações[26]	327.911	124.813
3.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Negativo de Participações	85.932	97.483
DIFERENÇA	**241.980**	**27.330**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

36. Caixa e Equivalentes de Caixa

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez bem como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e cauções recebidos.

Com relação ao Balanço Patrimonial (BP) e ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, diferindo, portanto, do saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentados na DFC.

Dos valores considerados como caixa e equivalentes de caixa na DFC, a quantia de R$ 470,98 milhões está aplicada em fundos de investimentos temporários de renda fixa pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais, tendo restrições de uso imediato por parte daquele regime.

Tabela demonstrativa de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R$ milhares

BALAÇO PATRIMONIAL / BALANÇO FINANCEIRO	VALOR
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.673.412
TOTAL	**8.673.412**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	VALOR
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária)	2.853.878
Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS	459.122
Aplicações em Taxa de Administração do RPPS	11.859
TOTAL	**3.324.859**

26 Inclui a receita de dividendos.

37. Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais

Estão sendo contemplados os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre órgãos e entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses.

Conciliação do Resultado Orçamentário com a Geração Líquida de Caixa

R$ milhares

Item	2018
1. Resultado orçamentário (ver nota explicativa nº 41)	(1.186.885)
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)	889.755
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	(621.932)
4. Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	47.040
5. Retenções a pagar	(33)
6. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	(114.124)
7. Geração Líquida de Caixa (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	(986.180)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

38. Variação do Patrimônio Líquido no Período

O patrimônio líquido do Estado variou negativamente 7,4%, alcançando o valor de R$ 19,37 bilhões ao final de 2018. Tal variação decorre, principalmente, do resultado negativo do período (R$ 2,39 bilhões).

É importante salientar que a provisão matemática previdenciária, ao ser incorporada no Balanço Patrimonial do Estado, teve o seu efeito anulado pelo registro da cobertura da insuficiência financeira. Caso não houvesse registro, o patrimônio líquido seria negativo em R$ 132,65 bilhões.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

39. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias do período corresponderam a R$ 1.760,58 milhões e foram arrecadadas no Poder Executivo, sendo R$ 1.750,73 milhões de receitas correntes e R$ 9,85 milhões de receitas de capital.

Já as despesas intraorçamentárias empenhadas do período corresponderam a R$ 1.769,93 milhões. Desse valor, R$ 1.769,23 milhões referem-se às despesas correntes, e R$ 0,70 milhão diz respeito às despesas de capital.

Detalhamento da despesa intraorçamentária

R$ milhares

Poder/Órgão	Despesa Intraorçamentária				
	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversão Financeira	TOTAL
Executivo	1.210.171	189.212	15	-	1.399.398
Legislativo	63.446	5.274	-	-	68.720
Judiciário	206.115	22.965	-	-	229.080
Ministério Público	68.062	3.987	683	-	72.732
Consolidado Geral	1.547.794	221.438	698	-	1.769.930

40. Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

R$ milhares

Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	2018
Transporte	465.821
Administração	340.749
Encargos Especiais	303.973
Judiciária e Essencial à Justiça	341.939
Educação	174.948
Saúde	128.494
Segurança Pública	123.850
Previdência Social	120.056
Demais áreas	175.824
TOTAL	**2.175.654**

Fonte: Grupo de Trabalho de Informações da Gestão Fiscal (GTIF)

Do total das despesas executadas no ano de 2018, o valor de R$ 2,18 bilhões foi custeado com o superavit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em outros anos.

41. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi deficitário em R$ 1,19 bilhão e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R$ 25,76 bilhões) e a despesa empenhada (R$ 26,94 bilhões).

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

42. Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi negativo no valor de R$ 940,60 milhões e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R$ 8,67 bilhões) e no início do ano (R$ 9,61 bilhões).

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro

R$ milhares

Item	2018
1. Resultado orçamentário (ver nota explicativa nº 41)	(1.186.885)
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)	889.755
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	(621.932)
4. Retenções a Pagar	(33)
5. Saldo de transações extraorçamentárias (depósitos restituíveis e valores vinculados)	163.334
6. Resultado extraorçamentário das aplicações do RPPS	(70.719)
7. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	(114.124)
8. Resultado financeiro (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7)	(940.605)

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

43. Renúncia de Receita

R$ milhares

Renúncia/Espécie	Previsão na LDO	%	Renunciado no Período	%
Benefícios Concedidos e Previstos na LDO	5.803.208	100,00	5.461.210	97,32
Subsídio	6.941	0,12	14.292	0,25
Crédito Presumido	3.989.395	68,74	3.803.102	67,77
Isenção	745.760	12,85	658.262	11,73
Alteração de Alíquota ou Modificação da Base de Cálculo	879.333	15,15	806.618	14,37
Outros Benefícios Diferenciados	181.779	3,13	178.936	3,19
Outros Benefícios Concedidos	-		150.519	2,68
Anistia	-		148.846	2,65
Remissão de Débitos de Pequeno Valor	-		1.673	0,03
Total Geral da Renúncia	**5.803.208**	**100,00**	**5.611.729**	**100,00**

Do total de renúncia prevista na LDO para 2018 (R$ 5,80 bilhões), R$ 5,61 bilhões foram renunciados e registrados em contas de controle na contabilidade. Esse valor refere-se à renúncia dos meses de janeiro a novembro de 2018 e corresponde a 96,71% do valor inicialmente previsto.

R$ milhares

Renúncia/Espécie	Previsão na LDO	%	Renunciado no Período	%
De acordo com o art. 14 – LRF	5.204.656	89,69	5.012.904	89,33
Anistia	-	-	148.846	2,65
Subsídio	6.941	0,12	14.292	0,25
Crédito Presumido	3.989.395	68,74	3.803.102	67,77
Isenção em Caráter não Geral	187.884	3,24	101.150	1,80
Alteração de Alíquota ou Modificação da Base de Cálculo	879.333	15,15	806.618	14,37
Outros Benefícios Diferenciados	141.103	2,43	138.895	2,47
Fora do Escopo do art. 14 - LRF	598.552	10,31	598.825	10,67
Isenção em Caráter Geral	557.876	9,61	557.112	9,93
Outros Benefícios Diferenciados	40.676	0,70	40.040	0,71
Remissão de Débitos de Pequeno Valor	-	-	1.673	0,03
Total Geral da Renúncia	**5.803.208**	**100,00**	**5.611.729**	**100,00**

Do total renunciado de R$ 5,61 bilhões no exercício de 2018, R$ 5,01 bilhões são renúncias conforme o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, valor esse que corresponde a 89,3% do total renunciado. Já o valor de R$ 0,60 bilhão refere-se a espécies de renúncia fora do escopo da LRF, o que equivale a 10,7% do valor renunciado.

A anistia do exercício de 2018 corresponde aos programas de recuperação de créditos instituídos no exercício (MPs nos 224 e 225) e aos descontos nas prestações vencidas em 2018 dos programas instituídos em 2017 (MPs nos 216 e 217).

Detalhamento das anistias concedidas no período

R$ milhares

Fundamentação Legal	Nome do Programa	Anistia	%
MP nº 216/2017	Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF)	60.772	40,83
MP nº 217/2017	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do ITCMD	3.807	2,56
MP nº 224/2018	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS-SC/2018)	73.800	49,58
MP nº 225/2018	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do ITCMD (PREFIS-IT-CMD/2018)	10.468	7,03
Total		**148.846**	**100,00**

Fonte: Diretoria de Administração Tributária (DIAT)

Já a remissão corresponde ao perdão dos créditos tributários de valor inferior a R$ 50,00, em face de o custo de cobrança ser superior ao valor do crédito, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 12.646, de 4 de dezembro de 2013.

Após o encerramento do exercício, a Diretoria de Administração Tributária informou o valor renunciado referente ao mês de dezembro, que totalizou R$ 191,40 milhões em créditos presumidos.

Assim o valor total renunciado em 2018 chegou à quantia de R$ 5.803,13 milhões diante de um valor estimado na LDO de R$ 5.803,21 milhões.

44. Transações entre Partes Relacionadas

Desde o exercício de 2017, a Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda (DCOG/SEF), visando melhorar o padrão de divulgação das informações financeiras do Estado, passou a divulgar as principais transações financeiras ocorridas no período entre o Governo do Estado, ente controlador, e suas empresas controladas. A Norma Internacional que trata da matéria de transações entre

partes relacionadas (IPSAS 20 – Related Party Disclosures) está em processo de convergência no âmbito do CFC.

Estão sendo identificadas as transações financeiras de aumento/redução de capital, ressarcimento de pessoal requisitado, subvenções econômicas, dividendos propostos e garantias e avais com as seguintes empresas:

a) Celesc;
b) CASAN;
c) SCPar;
d) CODESC;
e) CIASC;
f) BADESC; e
g) BRDE.

Pagamento de Tributos

As empresas controladas pagaram em 2018 o valor de R$ 2,61 bilhões em tributos ao Estado, conforme mostra a tabela a seguir:

R$ milhares

Empresa	Valor
Celesc	2.599.155
CASAN	6.490
CIASC	77
SCPar	107
Total	**2.605.829**

Fonte: Diretoria de Administração Tributária

Aumento/Redução de Capital

Durante o exercício de 2018, o Governo do Estado repassou recursos para aumento de capital das seguintes empresas:

R$ milhares

Empresa	Valor
CODESC	7.294
CIASC	866

(Relatório Imprimir Nota de Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elemento 45.90.65.02, acumulado até dezembro)

No período, também ocorreu a devolução de Capital da CODESC no valor de R$ 15,26 milhões, quantia correspondente a bens imóveis e projetos de parques de inovação.

Ressarcimento de Salários de Pessoal Cedido ao Governo

No exercício de 2018, o valor das despesas de ressarcimento de salários de pessoal cedido ao Governo foi de R$ 4,06 milhões considerando a liquidação das despesas realizadas no ano.

Do total das despesas liquidadas, 48% referem-se a ressarcimento de salários de pessoal cedido da empresa CIASC, 25% de ressarcimento de salários de Pessoal da CODESC,13% da CASAN e 14% das demais empresas.

R$ milhares

Empresa	Valor
BADESC	33
CASAN	531
CIASC	1.943
Celesc	276
CODESC	1.026
SCPar	250
Total	**4.059**

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elementos 31.90.96.01 e 31.91.96.01, acumulado até dezembro)

Subvenções Econômicas

Durante o exercício de 2018, o Governo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), repassou ao BADESC, agência financeira de fomento do Estado, o valor de R$ 9,30 milhões como subvenção econômica para o Programa Juro Zero.

Prestação de Serviços de Partes Relacionadas

No exercício de 2018, o Estado consumiu serviços das empresas controladas, especificadas a seguir:

R$ milhares

Empresa	Valor
CIASC	81.930
Celesc	90.786
CASAN	25.583

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elemento 33.90.39, 33.91.39. 33.90.40.32, 44.90.39, 44.90.40.32 e no campo credor o CNPJ de cada empresa, até dezembro)

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em 2018, houve o recebimento no valor de R$ 3,61 milhões de dividendos da Celesc referentes ao exercício de 2017. Esse valor foi utilizado para abatimento do débito proveniente do Convênio nº 007/95 - Termo de Convênio de Cooperação financeira firmado entre o Estado de Santa Catarina, a Prefeitura de Florianópolis e a Celesc para substituição da rede aérea de distribuição de energia elétrica e iluminação pública do centro da cidade de Florianópolis, por rede subterrânea. O Estado também recebeu R$ 1,43 milhão de dividendos do BADESC, totalizando uma entrada de caixa de R$ 5,04 milhões de dividendos.

Em relação aos juros sobre capital próprio (JSCP), Santa Catarina recebeu em 2018 o valor de R$ 9,22 milhões do BADESC e permanece com o saldo a receber de R$ 646,91 mil.

O Estado tem registrado no seu ativo o valor de R$ 14,16 milhões de dividendos a receber. Desse montante, R$ 9,26 milhões são dividendos da SCPar do exercício de 2016, deliberados na Assembleia Geral de 27/4/2017, e R$ 4,90 milhões correspondem ao saldo de dividendos a receber da Celesc proveniente do exercício anterior.

Valores a Pagar

O Estado tem os seguintes valores reconhecidos como "restos a pagar" pelas partes relacionadas:

R$ milhares

Empresa	Valor
CIASC	6.143
Celesc	815
CASAN	54

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, Credor CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Além dos valores acima, o Estado tem um débito reconhecido junto à Celesc no montante de R$ 2,18 milhões referente ao Convênio nº 007/95, que trata da substituição da rede aérea de distribuição de energia elétrica e iluminação pública do centro da cidade de Florianópolis por rede subterrânea.

Avais e Garantias Concedidas

O Estado é garantidor de operações internas e externas da CASAN e da Celesc, conforme saldos em 31/12/2018:

R$ milhares

Avais e Garantias do Estado	31/12/2018	31/12/2017
CASAN		
Caixa Econômica Federal	287.140	290.705
Agence Français de Développement	381.651	368.710
Celesc		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.069.642	-

45. Eventos Subsequentes

Da data do fechamento do exercício até a data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda (DCOG/SEF) não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.

GOVERNO DE
SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL